UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

CARLOS EDUARDO SUPRINYAK

MOEDA, MERCADORIA E CRISE MERCANTIL

OS DEBATES ECONÔMICOS NA INGLATERRA DURANTE A DÉCADA DE 1620

Belo Horizonte
2010

Carlos Eduardo Suprinyak

MOEDA, MERCADORIA E CRISE MERCANTIL:

OS DEBATES ECONÔMICOS NA INGLATERRA DURANTE A DÉCADA DE 1620

Tese apresentada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia

Área de Concentração: Teoria Econômica

Orientador: Prof. Dr. Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira

Belo Horizonte
2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

"[...] for money is the prize of wares, and
wares are the proper use of money; so
that their Coherence is unseparable"

- Thomas Mun*, A Discourse of Trade,
from England unto the East Indies*

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é um exercício de paciência e resiliência. Um trabalho essencialmente solitário e insular, no curso do qual os contornos da realidade exterior com frequência se tornam imprecisos, mas cujo sucesso depende de maneira crucial do apoio direto e indireto de um grande número de pessoas. Aproveito este espaço para lembrar de algumas delas, já sabendo de antemão que serei injusto com muitos que merecem meu reconhecimento.

Antes de mais nada, agradeço a meus pais, Eduardo Suprinyak Filho e Isolete Alves Suprinyak, pelo apoio constante e incondicional que me deram ao longo de toda a minha formação intelectual, sem o qual eu não teria sido capaz de perseguir meus objetivos à minha própria maneira.

Minha trajetória durante o período de doutoramento esteve desde o início vinculada a Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira, meu cauteloso e sensato orientador, ponto de contato original com o Cedeplar e principal responsável pelo estreitamento das minhas relações com o centro. A ele sou grato não apenas pelas diversas contribuições dadas à pesquisa em si, mas também por sempre facilitar ao máximo tudo aquilo que esteve ao seu alcance – suavizando, na medida do possível, um processo naturalmente tortuoso. Vários outros colegas também participaram, a seu modo, da elaboração deste trabalho, seja oferecendo críticas e sugestões, ou então simplesmente compartilhando as desventuras da vida acadêmica – casos de Renato Marcondes, Maria Alice Ribeiro, Cristiano Restitutti e Alexandre Saes. João Antônio de Paula e Ana Maria Bianchi se prontificaram a ler uma tese nada compacta dentro de um prazo exíguo, apresentando seus valiosos comentários de maneira tipicamente cordial e generosa. Eduardo da Motta e Albuquerque foi uma presença constante e fonte inesgotável de estímulo e incentivo. Alexandre Mendes Cunha, além de sua leitura crítica e atenta do trabalho final, foi um companheiro de eventos ao redor do mundo. Maurício Coutinho acompanhou este projeto desde a sua gestação, contribuindo de forma marcante, em diversos momentos, para a definição dos rumos por ele tomados. Por fim, faço menção especial a Ramón García Fernández, que foi quem primeiro despertou minha

atenção para os elusivos encantos da academia, e que se transformou em um dos raros pontos fixos de referência que tive ao longo dessa década nômade – onde até hoje encontro inspiração, compreensão e leveza sempre que preciso.

Aos colegas de pós-graduação do Cedeplar, agradeço pelo companheirismo e pela paciência com minhas infindáveis queixas e lamentações. Suas presenças foram um grande conforto durante uma adaptação nem sempre tranqüila. Em particular, lembro aqui de Vanessa Munhoz, Roberto Santolin, Leonardo Rondon, Maira Andrade Paulo, Daniel Chiari, Taiana Fortunato, Mariângela Antigo, Clarissa Teixeira, Fernanda Faria e Cristina Guimarães Rodrigues. Também sou grato, é claro, aos velhos amigos, que sempre me fizeram manter a sanidade durante os momentos críticos: Almir Tovar e Douglas Spadotto, presenças infalíveis, e também Marco Pedraza, Rosana Gaertner, Vinícius Müller, Gustavo Pereira, Marcos Menezes e Luiz Guilherme Pupo.

Sou muito grato a Ariel Hessayon por todo seu esforço em viabilizar minha ida ao Goldsmiths College, e também por facilitar minha integração junto à comunidade acadêmica britânica. Agradeço também a Patrick Wallis, Laura Stewart, Lars Magnusson, Julian Hoppit e Mary Morgan pelo auxílio durante a busca por um lar institucional na Europa. Negley Harte e Simon Healy, com notável generosidade, fizeram com que eu me sentisse bem-vindo em meio aos historiadores, grupo ao qual não pertencia e cujas normas e hábitos ignorava. Outros ainda ajudaram a tornar o embotamento emocional da capital inglesa mais tolerável. Francesco Massucci foi um companheiro de todas as horas, mas também tive a felicidade de poder contar com as amizades de Ricardo Dalprá, Geovana Lorensatto, Anderson Cavalcante, Anne Caroline Resende, Simon Hupfel, Bernardo Wjuniski, Leonardo Weller, Will Cavert, Benjamin Mitra-Kahn e Jean-Baptiste Fleury.

Agradeço, por fim, ao CNPq pelo apoio financeiro durante todas as etapas da pesquisa, lembrando que as incontáveis deficiências presentes no trabalho a seguir não devem ser atribuídas à influência de todos aqueles que contribuíram com sua elaboração, mas sim unicamente à incompetência do próprio autor.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS ..... **viii**
RESUMO ..... **ix**
ABSTRACT ..... **x**

PREFÁCIO **01**
INTRODUÇÃO: AS ARMADILHAS DO MERCANTILISMO **03**
1 A INGLATERRA NO INÍCIO DO PERÍODO MODERNO **19**
1.1 ECONOMIA E SOCIEDADE 19
População e preços 20
Agricultura e indústria 28
Comércio 39
1.2 ARRANJOS INSTITUCIONAIS 53
Moeda e finanças internacionais 53
Instituições políticas 77
Organização econômica 84
Finanças públicas 94
Políticas públicas 103
2 OS ANOS DE CRISE, 1614-24 ..... **113**
2.1 ANTECEDENTES 114
2.2 O *COCKAYNE PROJECT* 135
2.3 A CRISE COMERCIAL DO INÍCIO DA DÉCADA DE 1620 142
3 REFLETINDO SOBRE A CRISE **151**
3.1 1604-20: QUESTÕES ECONÔMICAS NA ESFERA PÚBLICA 153
3.2 O PARLAMENTO DE 1621 195
3.3 1622-23: O *PRIVY COUNCIL* E OS COMITÊS INVESTIGATIVOS 211
3.4 A CRISE E A LITERATURA ECONÔMICA 235
CONCLUSÃO: ALÉM DA CRISE **274**
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **281**

LISTA DE ABREVIATURAS

Add. MSS.	*British Library: Additional Manuscripts*
APC	*Acts of the Privy Council of England* (1613-1631)
CD 1621	*Commons Debates, 1621*, ed. Wallace Notestein, Frances Helen Relf, and Hartley Simpson
CJ	*Journals of the House of Commons* (1547-1629)
Goldsmiths MSS.	*University of London: Goldsmiths Library of Economic Literature Manuscripts*
Harley MSS.	*British Library: Harleian Manuscripts*
Sackville MSS.	*Centre for Kentish Studies: Sackville Manuscripts*

RESUMO

O trabalho propõe investigar as idéias econômicas surgidas na Inglaterra do início do século XVII a partir de um episódio histórico específico: a grande crise comercial que assolou o reino entre aproximadamente 1619 e 1623. O anseio pela compreensão dos fenômenos por trás dessa crise deu origem a um grande volume de debates públicos que culminaram na elaboração de alguns dos principais exemplares da literatura econômica do período – em particular as obras de Gerard de Malynes, Edward Misselden e Thomas Mun. Entende-se que a interpretação dessas obras à luz da historiografia do mercantilismo termina por obscurecer grande parte de seu verdadeiro significado histórico, que se perde em meio aos esforços de sistematização. A perspectiva aqui adotada busca situar as idéias em seu contexto próprio, atentando para o impacto das condições subjacentes a curto e longo prazo, porém sem com isto recair em mero determinismo histórico; a evolução das idéias é vista como resultado da interação discursiva ocorrida na esfera pública – circunscrita por um contexto discursivo, porém preservando seu espaço de auto-determinação. Inicialmente, o trabalho recupera as condições materiais e institucionais que marcaram a história da Inglaterra durante o início do período moderno, descrevendo em seguida a conjuntura sócio-política e econômica do reinado de James I (1603-25). Passa-se então a analisar as reflexões econômicas do período e a evolução dos debates públicos acerca da crise, buscando compreender as minúcias do processo de transformação e disseminação das idéias, e concluindo que os traços peculiares da literatura econômica então surgida guardam relação direta com a dinâmica assumida pelos debates. Por fim, busca-se situar brevemente o episódio dentro de uma perspectiva histórica mais ampla.

ABSTRACT

The study proposes to investigate the economic ideas which came to light in early 17th century England from the standpoint of a specific historical episode: the great commercial crisis which took hold of the kingdom between approximately 1619 and 1623. The urge for understanding the phenomena behind the crisis gave rise to a great amount of public debates which culminated in the creation of some of the period's most representative economic literature – in particular the works of Gerard de Malynes, Edward Misselden and Thomas Mun. The interpretation of such works as part of a historiography of mercantilism ends up obscuring important parts of their true historical meaning, which is lost amidst the systematization effort. The perspective here assumed seeks to place ideas in their proper context, taking into consideration the impact of short- and long-term underlying conditions but without falling back into mere historical determinism; the evolution of ideas is seen as the result of discursive interactions which occur in the public sphere – circumscribed by a discursive context, but still retaining a space for self-determination. Initially, the study recovers the material and institutional conditions which characterized early modern England, describing next the socio-political and economic scenario prevalent during James I's reign (1603-25). After that, the analysis shifts to the economic reasoning of the period and the evolution of the public debates surrounding the crisis, seeking to understand in detail the processes of change and of dissemination of ideas, and concluding that the peculiar traits of the economic literature which was then produced are directly related to the dynamics which the debates assumed. Finally, the episode is briefly located within an ampler historical perspective.

PREFÁCIO

Em meio aos diários remanescentes da sessão de 1621 do parlamento inglês, me deparei com o seguinte relato, dando conta de um discurso de Sir Dudley Digges durante uma sessão conjunta entre as Camâras dos Comuns e dos Lordes:

> [H]e compared the state of the kingdom to the liver and heart in the body. The trade of it (he said) was as the liver, obstructed with Monopolies, which therfor is going into a consumption; but hoped that this Parliament wold open it. The Justice of the Land (he said) was as the heart, which throwgh the corruption of bribery was very sick, yet doubted not but there was balme for it in the Gilead of this Parliament-assembly[1]

Analogias de natureza fisiológica, tais como essa, eram extremamente comuns durante o período, e para apreendê-las corretamente é necessário ter em mente o universo conceitual à disposição dos observadores da época. Minha primeira reação, confesso, foi supor que Digges estava designando à atividade comercial uma posição importante, porém subsidiária. Apenas mais tarde me dei conta de que o paradigma fisiológico dominante, à época, ainda seguia os princípios galênicos – *De Motu Cordis*, de William Harvey, só viria a ser originalmente publicado em 1628, e seu impacto ainda demoraria a se fazer sentir. Na fisiologia galênica, fígado e coração são entendidos como duas fontes autônomas da circulação sanguínea, responsáveis um pela distribuição do sangue venoso e o outro pela do sangue arterial. Em seu exercício retórico, Digges pretendia, portanto, colocar as instituições legais e a atividade comercial da Inglaterra em condições de igualdade.

Esse é apenas um exemplo, anedótico, das dificuldades envolvidas na investigação histórica, dificuldades que se tornam ainda mais incontornáveis quando se trata do estudo das idéias, em cuja conformação há sempre a influência de um vasto conjunto de fatores materiais, sociais e ontológicos. O trabalho que segue parte do princípio de que a análise das reflexões surgidas em um contexto remoto, tal como a Inglaterra do início do século XVII, passa necessariamente por uma investigação detalhada das nuances históricas

---

[1] CD 1621, vol. VI, p. 381.

que cercam os fenômenos em questão. Apenas assim se torna possível evitar juízos anacrônicos, desvendando as virtudes, deficiências e dilemas que de fato caracterizaram as idéias econômicas do passado – esforços de representação abstrata que visavam dar conta de problemas, por sua vez, absolutamente concretos e prementes.

Além dos panfletos de cunho econômico, tradicional objeto da historiografia do período, a base documental utilizada na pesquisa também inclui uma série de outras fontes que iluminam as formas assumidas pela reflexão econômica em meio à esfera pública inglesa, em sentido mais amplo. Os debates parlamentares de 1621 e os atos do *Privy Council* durante o início do período Stuart, ambos disponíveis em coleções impressas, permitem vislumbrar como os temas de natureza econômica eram articulados na arena política, e como os diversos grupos sociais se posicionavam a seu respeito. Dentre as coleções de manuscritos armazenadas na *British Library*, encontram-se séries, tais como os *Caesar Papers* e os *Yelverton Papers*, que contém grande volume de registros da administração pública inglesa, assim como parte da documentação pessoal de alguns dos principais oficiais da época – testemunhos valiosos acerca das idéias e atitudes econômicas que circulavam em meio à corte. Da mesma maneira, os *Sackville Manuscripts* – preservados no *Centre for Kentish Studies*, em Maidstone – contém uma enorme variedade de documentos concernentes à vida pública inglesa durante o início do século XVII, com destaque para a vastíssima coleção dos *Cranfield Papers*, que reúne a minuciosa e exaustiva documentação pessoal de Sir Lionel Cranfield, uma das figuras centrais da narrativa a seguir.

Essas e ainda outras fontes contribuíram para a construção de uma interpretação que busca retratar o estado da reflexão econômica na Inglaterra do início do século XVII de maneira menos afeita a generalizações historiográficas e metanarrativas, dedicando-se, pelo contrário, às diversas e intrincadas nuances que cercam o processo de surgimento e disseminação das idéias. História, afinal de contas, é detalhe.

INTRODUÇÃO: AS ARMADILHAS DO MERCANTILISMO

Houve um momento, durante as décadas de 1950 e 60, em que a discussão acerca da validade historiográfica do conceito de "mercantilismo" atraía mais interesse do que o próprio estudo dos fenômenos históricos usualmente reunidos sob essa denominação. Alguns anos antes, E. A. J. Johnson (1965 [1937], p. 3) já havia definido o mercantilismo como uma "palavra infeliz", e as críticas a respeito de sua relevância enquanto instrumento analítico apenas se avolumaram e intensificaram a partir de então. Mesmo assim, a idéia de mercantilismo sobreviveu a essa bateria de ataques, e permanece ocupando um lugar firme em meio ao discurso histórico contemporâneo, tanto junto ao público leigo quanto ao especializado. No que diz respeito à historiografia das idéias econômicas, as pesquisas surgidas ao longo das últimas décadas certamente incorporaram grande parte dos questionamentos metodológicos dirigidos contra o conceito de mercantilismo, demonstrando maior sensibilidade perante as sutis articulações históricas que permeiam os fenômenos em análise. Ainda assim, o ímpeto da generalização segue exercendo forte impacto sobre os especialistas da área, que tendem a retratar determinados conjuntos de idéias como etapas de uma lenta progressão rumo ao nascimento da economica política clássica, como parte de um processo de ruptura com as atitudes intelectuais do passado, ou ainda como elementos de uma filosofia social mais abrangente – frequentemente em detrimento daquilo que é específico e peculiar a essas idéias enquanto fenômenos históricos. Ao fazê-lo, trazem de novo à tona toda a bagagem intelectual depositada sobre o mercantilismo ao longo de mais de dois séculos.

Ao discutir, no volumoso livro IV de *A Riqueza das Nações*, os "sistemas de economia política" que o haviam precedido, Adam Smith discorre longamente sobre aquilo que ele chama, alternadamente, de "*system of commerce*" ou "*mercantile system*". Segundo ele, esse sistema fora erigido em torno da "noção popular" de que a riqueza consistia em moeda, ou em metais preciosos – aquilo que passaria a ser conhecido, mais adiante, como a falácia de Midas. Essa noção, tacitamente aceita em meio ao discurso comum, foi

convertida em princípio de política econômica por meio da ação de um grupo de mercadores que, embora soubessem muito bem o que beneficiava a si próprios, desconheciam as maneiras mais adequadas para se promover o bem-estar geral da nação. Ao exercer sua influência sobre príncipes, nobres e conselheiros ainda menos instruídos do que eles próprios no tema da prosperidade material, foram capazes de promover a adoção de medidas equivocadas e extremamente nocivas, notadamente consubstanciadas na célebre doutrina da balança comercial favorável. A principal preocupação de Smith, é claro, não era escrever a história das idéias econômicas, mas sim refutar alguns preceitos arraigados ao longo da história recente da Europa, de forma que sua representação do "sistema mercantil" era compreensivelmente esquemática e caricatural. Em suas mãos, ele se tornou muito mais um ideário do que uma doutrina – um conjunto de "noções populares" convertidos em política econômica por meio da ação de indivíduos auto-interessados sobre autoridades públicas ignorantes.

Embora o início do século XIX tenha testemunhado a recuperação de várias das mais importantes obras que haviam embasado o sistema mercantil, em particular por conta dos esforços de McCulloch, o juízo de Smith prevaleceu entre os entusiastas da nova economia política. Sua interpretação apenas viria a ser questionada na segunda metade do século, quando alguns representantes da escola histórica alemã cunharam um novo termo, "*merkantilismus*", e com ele uma nova leitura do "significado histórico" do sistema mercantil. A figura fundamental nessa retomada do interesse pelo tema foi certamente Gustav Schmoller, cujo *Das Merkantilsystem in seiner historischen Bedeutung*, publicado pela primeira vez em 1884, reverteu o sentido da análise de Smith, argumentando que, ao invés de uma conspiração mercantil, os princípios mercantilistas respondiam às necessidades legítimas do processo de unificação e consolidação política dos estados-nacionais europeus. O mercantilismo se tornava, assim, um instrumento do absolutismo na supressão de localismos medievais e na consolidação de um espaço político-econômico verdadeiramente nacional, conforme atesta a própria definição do conceito proposta por Schmoller:

> [I]n its innermost kernel it is nothing but state making – not state making in a narrow sense, but state making and national-economy making at the same time; state making in the modern sense, which creates out of the political community an economic community, and so gives it a heightened meaning (Schmoller, 1989 [1884], p. 50).

Mas embora o veredito de Schmoller fosse diametralmente oposto ao de Smith, as interpretações de ambos eram igualmente vagas e esquemáticas. Também para Schmoller, o mercantilismo era antes um ideário, ou neste caso propriamente uma ideologia, do que uma doutrina claramente formulada e implementada. Conforme já disse há muito Charles Wilson (1969a, p. 68), a principal diferença entre Schmoller e Smith é que um deles aplaude o que o outro condena. E foi esse antagonismo, de fortes conotações ideológicas, que marcou a evolução do debate em torno do tema ao longo das décadas seguintes. Na Inglaterra, a polarização foi personificada, por um lado, em William Cunningham, discípulo de Schmoller e autor do clássico *The Growth of English Industry and Commerce* (1903), onde o mercantilismo inglês é entendido como um conjunto de medidas cujo objetivo comum era o fortalecimento do poder nacional; e por outro, em George Unwin, o grande historiador liberal inglês do início do século XX, adepto de uma postura extremamente cética acerca da eficácia do estado mercantilista enquanto promotor de políticas públicas, e também do impacto de considerações ideológicas de médio e longo prazo na formulação de tais políticas (Unwin, 1966c [1927]).

Foi apenas na década de 1930 que novas perspectivas surgiram em meio à historiografia do mercantilismo, porém a monotonia das décadas precendentes foi mais do que compensada pelo intenso surto de interesse pela matéria durante aqueles anos. Esse resgate parece ter sido motivado por dois fatores em particular: em primeiro lugar, a súbita inclusão, no contexto do entre guerras, de medidas protecionistas e nacionalistas na agenda pública; e em segundo, a consolidação institucional da economia política, que trouxe consigo esforços mais sistemáticos de resgate da história intelectual da disciplina. Vários dos trabalhos surgidos à época compartilham do interesse pela produção literária do período mercantilista, analisando idéias e autores específicos, ao invés de simplesmente tratar o mercantilismo como uma ideologia tácita. Em 1930, Jacob Viner publicou seu extenso artigo *English theories of foreign trade before Adam Smith*, uma revisão das idéias econômicas

contidas em textos britânicos desde o século XVI até meados do século XVIII. Com o objetivo explícito de reconstruir a evolução das teorias do comércio internacional, Viner deixa um pouco de lado o problema do mercantilismo enquanto filosofia política, concentrando-se ao invés disso sobre a doutrina da balança comercial favorável e sua viabilidade teórica, seus avanços e retrocessos analíticos em direção ao estado corrente do saber econômico.

Duas outras importantes obras surgidas durante a segunda metade da década adotam uma perspectiva historiográfica mais abrangente do que a de Viner, porém preservando a preocupação fundamental deste com as idéias efetivamente desenvolvidas por autores mercantilistas. Em seu *Predecessors of Adam Smith* (1937), E. A. J. Johnson avalia as contribuições individuais de diversos desses autores, assim como a evolução ao longo do tempo de algumas das idéias cativas da literatura do período, buscando sempre expandir sua análise de maneira a compreender como estes indivíduos e suas idéias estiveram inseridos em seu tempo e lugar. Já Max Beer, em *Early British Economics* (1938), adota uma perspectiva metodológica de orientação explicitamente marxista, tentando estabelecer como as condições materiais e institucionais que prevaleceram na Inglaterra desde fins da Idade Média até à época de Smith tornaram plausíveis, perante os olhos de seus contemporâneos, uma série de idéias que parecem absurdas ao observador moderno. Em maior ou menor grau, tanto Johnson quanto Beer pretendiam conciliar o estudo das idéias econômicas e do contexto histórico que as cercava; nenhum deles, porém, levou este projeto tão a fundo quando Eli Heckscher em seu colossal *Merkantilismen*, publicado originalmente na Suécia em 1931, e então traduzido para o inglês em 1935.

Heckscher declara explicitamente que seu propósito era trilhar um caminho intermediário entre Smith e Schmoller, reconciliando duas interpretações que, para ele, eram complementares, e não antagônicas. Ao longo das duas primeiras seções, o autor se debruça sobre as perspectivas oferecidas por Schmoller e Cunningham, respectivamente. O mercantilismo enquanto sistema de unificação – seção que ocupa, sozinha, mais da metade do total do volume – é uma descrição extremamente rica em detalhes e fartamente

documentada dos avanços e retrocessos ocorridos nas esferas política, institucional e jurídica durante os esforços de supressão da herança localista medieval, no processo de constituição das modernas nações européias. Aqui, Heckscher salienta a diluição temporal dessas reformas, e também o diferente ritmo que assumiram em cada nação, alertando para a inconveniência de generalizações excessivas. Já ao discutir o mercantilismo enquanto sistema de poder, sua atitude subitamente se transforma, essencialmente corroborando a tese de Cunningham de que o fortalecimento do poder político era o grande objetivo por trás das medidas adotadas durante a era mercantilista, ao qual todas as considerações econômicas se encontravam subordinadas (Heckscher, 1943 [1931], pp. 463-6).

Tais considerações econômicas são abordadas, por sua vez, na duas seções seguintes. O mercantilismo enquanto sistema de protecionismo tem origem em uma distinção fundamental entre a Idade Média e o início do período moderno: de uma política de abastecimento, em que o comércio internacional era visto como instrumento para suprir as necessidades domésticas, passa-se a uma política protecionista caracterizada por uma atitude psicológica peculiar, a aversão às mercadorias. Resultado de uma espécie de fetiche pela moeda desencadeado pela própria penetração desta no tecido social, durante o processo de transição entre economias “naturais” e monetárias, a aversão às mercadorias é o fator que permite compreender diversas das formulações teóricas típicas do período, tais como a doutrina da balança comercial favorável (pp. 550; 559; 576-7; 585). Em seguida, ao avaliar o mercantilismo enquanto sistema monetário, Heckscher absolve os agentes do período da falácia de Midas, racionalizando sua fixação pela moeda como uma contrapartida necessária da aversão às mercadorias, e também como consequência de uma percepção equivocada, porém honesta, da moeda como elemento ativo nos processos econômicos – em seus próprios termos, uma confusão entre moeda e capital. A moeda, portanto, não era desejada enquanto objeto de acumulação, mas sim devido aos benefícios supostamente decorrentes de sua abundância (pp. 644, 702). Por fim, a quinta e última seção descreve o mercantilismo enquanto concepção da sociedade, uma filosofia social semelhante, em linhas gerais, ao liberalismo clássico, porém deste separada pela noção de que o resultado

do livre curso da ação humana não seria necessariamente desejável do ponto de vista social – abrindo espaço, assim, para a intervenção do estado na atividade econômica (pp. 713-5; 759-62).

A obra de Heckscher, notável em seu escopo e na vastidão de sua base documental, possui algumas características metodológicas bastante peculiares. O interesse primordial do autor é com a história das políticas públicas implementadas durante a época mercantilista e, de maneira subsidiária, com as idéias econômicas que lhes deram sustentação. No decorrer de toda sua exposição, ele demonstra pouco interesse, ou até mesmo repúdio explícito, pela possível influência das condições materiais e institucionais e da conjuntura política sobre o processo de formulação das políticas públicas. Assim, apesar de seu massivo conteúdo empírico, a interpretação de Heckscher termina por retratar o mercantilismo como uma espécie de entidade abstrata dotada de vida própria, capaz de influenciar as mentes dos homens e os rumos da política, porém completamente dissociada das condições históricas concretas que a cercavam.

Ao comentar as observações feitas por Keynes na *Teoria Geral* a respeito do mercantilismo, Heckscher uma vez disse: “Lord Keynes was a great man in many respects; but the bent of his mind was not historical, however interested he was on historical information” (1950, p. 228). Ironicamente, esse mesmo veredito recaiu sobre sua própria obra após o escrutínio de especialistas na história econômica do período. Marc Bloch (1934) e T. H. Marshall (1935) questionaram a excessiva sistematização de um período histórico tão longo, assim como a análise das políticas públicas de maneira descolada das condições materiais e da ação de grupos de interesse. Em uma célebre resenha de 1937, Herbert Heaton criticou o completo descaso de Heckscher perante a influência das finanças públicas sobre o processo de formulação e implementação de políticas, argumentando que grande parte daquilo que, à primeira vista, pode parecer esforço unificador ou promoção de objetivos econômicos, não passa na verdade de reação circunstancial perante problemas fiscais prementes (Heaton, 1937, pp. 375-8). Além disso, também ressaltou que a racionalização da aversão às mercadorias como resultado do processo de transição entre

economias naturais e monetárias era insustentável em face da simples cronologia dos eventos (pp. 382-5). Charles Wilson (1949; 1951), por sua vez, chamou atenção para as especificidades do sistema monetário europeu da época, que tranformava os metais preciosos em instrumentos fundamentais para o bom funcionamento do comércio internacional em regiões críticas como o Báltico, o Levante e o Extremo Oriente.

Diante dessas e outras críticas, Heckscher se manteve irredutível em suas convicções. Ao mesmo tempo, crescia entre os historiadores econômicos um desconforto com a utilização do conceito de mercantilismo enquanto categoria historiográfica. Em um seminal artigo de 1939, A. V. Judges já questionava a coerência doutrinária implícita na idéia de mercantilismo, dizendo: "Mercantilism never had a creed; nor was there a priesthood dedicated to its service" (Judges, 1969 [1939], p. 35). Após examinar em detalhes a evolução historiográfica do tema até aquele momento, ele então conclui sua avaliação da seguinte maneira:

> The plea I wish to advance is that we should now consider ourselves absolved from the necessity of having to reconcile the conclusions derived from detailed researches into the antecedents and effects of edicts, statutes, and municipal by-laws, spread over the whole European and colonial field within a period of more than three centuries, with the canons of an imaginary system conceived by economists for purposes of theoretical exposition and mishandled by historians in the service of their political ideals (Judges, 1969 [1939], pp. 58-9)

Dentre os simpatizantes de Judges, ninguém se esforçou tanto quanto Donald Coleman em promover, ao longo dos anos seguintes, a agenda de pesquisa por ele definida. Em 1957, por ocasião da publicação de uma edição revisada da obra de Heckscher, Coleman elaborou um artigo em que se propunha a avaliar o legado da interpretação do mercantilismo apresentada pelo sueco. Suas impressões eram pouco favoráveis. De acordo com ele, a atitude crítica com que o estudo de Heckscher foi recebido finalmente trouxera à tona uma reação contundente em face da "tirania de uma longa palavra" (Coleman, 1969 [1957], pp. 96-7). Após retomar as objeções metodológicas previamente levantadas e adicionar suas próprias ressalvas, Coleman profere o seguinte juízo acerca do conceito de mercantilismo:

> As a description of a trend of economic thought, the term may well be useful, and worth retaining. As a label for economic policy, it is not simply misleading but actively confusing, a red-herring of historiography. It serves to give a false unity to disparate events, to conceal

> the close-up reality of particular times and particular circumstances, to blot out the vital intermixture of ideas and preconceptions, of interests and influences, political and economic, and of the personalities of men, which it is the historian's job to examine (Coleman, 1969 [1957], pp. 116-7)

Mais tarde, Coleman deixaria de corroborar até mesmo o uso do termo como designação de um conjunto de idéias econômicas, argumentando que

> [I]t has the effect of too easily diverting attention away from the reality, the quality, and the nature of what passes for the economic writings of the time, their authors, and the immediate political context in which must be seen both the writings themselves and the acts of government policy which seem to reflect the views expressed therein (Coleman, 1980, p. 780)

Críticas dessa natureza exerceram grande impacto sobre as pesquisas na área, estimulando a proliferação de estudos mais restritos em seu escopo, ocupados com a análise de locais, períodos e problemas específicos. E mesmo as tentativas de sistematização surgidas a partir de então normalmente demonstravam maior preocupação com as nuances metodológicas envolvidas na análise do problema. Em *Economic thought and ideology in seventeenth-century England* (1978), Joyce Appleby pretende encontrar as origens do liberalismo clássico nas idéias econômicas desenvolvidas pela sociedade mercantil inglesa do século XVII (Appleby, 1978, p. ix). A autora recorre às transições em curso na estrutura econômica da Inglaterra, aos esforços dos indivíduos para racionalizar sua realidade em termos plausíveis perante seus contemporâneos, e também à aplicação de alguns conceitos tomados de empréstimo da sociologia e da ciência política, construindo assim uma narrativa em que as representações intelectuais da economia de mercado evoluem de maneira gradual e contínua ao longo do século XVII – processo subitamente interrompido no início do XVIII devido a um surto de protecionismo ocasionado pelos conflitos militares na Europa, em conjunto com a crescente industrialização da estrutura econômica da Inglaterra (pp. 3-23, 248-79). Mas apesar de suas elaboradas considerações metodológicas, o trabalho de Appleby foi bastante criticado por conta de sua representação excessivamente esquemática dos processos históricos – seu modelo de transformação estrutural da economia inglesa foi questionado por Coleman (1980, pp. 778-80), ao passo que Donald Winch qualificou o sentido geral de sua interpretação como "Whig history of liberalism in modern guise" (1985, p. 288).

A historiografia do mercantilismo ganhou novo impulso com a publicação de *Mercantilism: the shaping of an economic languague* (1994), de Lars Magnusson. Valendo-se das proposições metodológicas de historiadores das idéias políticas como Quentin Skinner e John Pocock, Magnusson propõe a interpretação do mercantilismo enquanto *discurso* econômico, deixando de lado a tentativa de reconstrução de um sistema doutrinário coeso. A partir dessa perspectiva, argumenta ele, o mercantilismo retém grande parte de sua validade enquanto categoria historiográfica, uma vez que a Inglaterra do século XVII testemunhou a emergência de uma linguagem econômica composta por elementos claramente identificáveis. De acordo com Magnusson, as principais características desse discurso eram as seguintes: 1) preocupação com um problema fundamental, a criação e distribuição da riqueza nacional; 2) adoção de um método de investigação de orientação baconiana; 3) uma interpretação materialista do homem e da sociedade; 4) predomínio de uma concepção sistêmica da economia; e 5) ênfase na interação entre oferta e demanda como determinantes dos fenômenos econômicos (Magnusson, 1994, pp. 8-12).

Ao abordar o mercantilismo enquanto discurso econômico, torna-se possível articular as diversas dimensões desse fenômeno histórico, preservando o espaço de autonomia das idéias, porém ao mesmo tempo reconhecendo que elas são formuladas e debatidas em meio a um contexto discursivo específico, que determina regras e condições de possibilidade; esse contexto discursivo, por sua vez, embora esteja sujeito à ação transformadora constante das condições materiais e da conjuntura sócio-política, também conta com algum grau de auto-determinação, sendo capaz de resistir às mudanças e evoluir em função de sua interação com as construções intelectuais a que dá ensejo. Ao invés de isolar cada uma dessas dimensões – idéias, condições materiais e conjuntura sócio-política – em um vácuo histórico, ou então recair em um determinismo estreito, torna-se possível apreender as complexas inter-relações que se estabelecem entre elas, devidamente mediadas pelo contexto discursivo (pp. 13-7).

Mais recentemente, Andrea Finkelstein procurou demonstrar, em seu livro *Harmony and the Balance* (2000), que as idéias econômicas surgidas na Inglaterra no

decorrer do século XVII estavam circunscritas por uma filosofia social de inspiração escolástica. Ao expor em linhas gerais o sentido de seu argumento, a autora busca minimizar a adesão dos autores econômicos da época aos valores da economia de mercado:

> [T]he verdict of this author, briefly speaking, is that the century's major 'economic' writers were as ambivalent about market values and their power to transform society as were their contemporaries in religion, politics, and natural philosophy, and for the same reason: they were afraid that there was something inherently chaotic in a market society (Finkelstein, 2000, pp. 1-2)

Para Finkelstein, o dilema subjacente a essa literatura – que explica em grande medida as maneiras concretas em que se manifestou – era a necessidade de adaptar noções longamente arraigadas a respeito da organização das estruturas sociais a uma realidade econômica em rápida e profunda transformação. Os esforços de adaptação se deram dentro dos limites impostos pelo modelo social à disposição dos autores da época, e não – conforme sugerem Appleby e, em menor medida, Magnusson – a partir de princípios derivados da economia de mercado:

> Rather than work backward from our models of the marketplace, this study suggests that we work forward from the societal model inherited by the seventeenth century in order to discover what in market behavior disturbed it and where the merchants themselves stood on this issue. The model in question is the "body politic" (Finkelstein, 2000, p. 21)

Adotando assim uma abordagem de inspiração foucaultiana, a autora postula o predomínio, à época, de um modelo social orgânico, em que o corpo político é entendido como uma projeção do microcosmo individual. A preservação da saúde desse corpo político requer a manutenção de uma relação hierárquica estável entre as partes e o todo, entre os diversos órgãos e membros, por um lado, e por outro a cabeça, a unidade diretiva, personificada na figura do monarca. Coube à literatura econômica inglesa do século XVII tornar esse modelo compatível com a disseminação das relações de mercado pelo tecido social, sem contudo desvirtuá-lo em seus princípios fundamentais.

* * *

Em meio ao vasto universo do mercantilismo, as idéias econômicas surgidas na Inglaterra durante a primeira metade do século XVII ocupam há muito uma posição de

destaque. A contribuição de Thomas Mun, em particular, atraiu sempre muita atenção. Embora os advogados do sistema mercantil, na interpretação de Adam Smith, configurem uma massa anônima, Mun é por ele citado nominalmente, e o título de sua principal obra, *England's Treasure by Forraign Trade*, é transformado em símbolo das falácias típicas da época. Essa posição de destaque, entretanto, não impediu que os autores da época e suas respectivas idéias sofressem os efeitos colaterais das generalizações historiográficas perpetradas sob a bandeira do mercantilismo. O próprio Smith oferece um exemplo contundente dessa tendência, ao mesclar e sintetizar idéias antagônicas defendidas por Gerard de Malynes e Thomas Mun em sua descrição estilizada do raciocínio subjacente ao sistema mercantil. A doutrina econômica assim descrita por Smith, é claro, seria recebida com estranheza tanto por Mun quanto por Malynes, ou qualquer outro de seus contemporâneos.

A relevância, para a história das idéias econômicas, da controvérsia ocorrida entre Malynes, Misselden e Mun durante a década de 1620 foi originalmente destacada por Viner, que dizia a esse respeito:

> In the controversy over the exchanges at the beginning of the seventeenth century, the new views which were expounded chiefly by Misselden and Mun won a definitive victory over the old view as presented by Malynes and Milles, and in the later literature a spokesman for the older views is only rarely to be encountered. Perhaps for the first time, a matter of economic policy was made the occasion for a war of tracts. Perhaps for the last time, the tracts seem to have exerted and immediate and traceable influence on government policy (Viner, 1930, p. 254)

O episódio foi explorado mais a fundo por Johnson, que reconheceu o impacto das condições recessivas que então afligiam a Inglaterra sobre a reflexão econômica e a configuração do debate. Ao discutir o papel de Misselden e Mun como porta-vozes de grupos mercantis, Johnson afirma: "It was, therefore, the depression in England's foreign trade that called forth the initial literary efforts of two writers whose respective works were to have a deep influence on the subsequent trend of English economic thought" (1965 [1937], p. 60). Assim como Viner, Johnson entende que as noções tradicionalistas defendidas por Malynes foram suplantadas, no decorrer da controvérsia, pelas novas idéias trazidas à tona por Misselden e Mun. Para ele, o sucesso dessas novas idéias se deve em grande medida aos méritos analíticos e retóricos de Mun: "The second book which Thomas Mun wrote

shows that tact, strategy, and good literary style can accomplish wonders" (p. 73). Max Beer, embora menos interessado no impacto da crise sobre a reflexão econômica, também entende a controvérsia do início do XVII como um momento crucial na transição entre duas fases distintas do mercantilismo: as eras da regulação bulionista e da balança comercial. Em sua interpretação, Malynes aparece como um defensor da prerrogativa real sobre a moeda, o que autorizava o soberano a zelar pela justiça comutativa por meio do controle direto das operações de câmbio. Mun e Misselden, por outro lado, representavam a perspectiva de uma classe mercantil em ascensão que pretendia tomar em suas mãos o controle do comércio internacional do reino:

> The mercantilist writings in the hundred years between 1540 and 1640 are much more than economic treatises about money and the balance of trade. They are one long campaign for the political control of trade and commerce by the merchant class, that is, for a new balance of state power (Beer, 1938, p. 186)

A controvérsia refletiria, dessa maneira, um conflito latente entre a coroa, que via a moeda como tesouro e parte da prerrogativa real, e a classe mercantil, que a entendia como instrumento essencial do comércio internacional. A própria radicalização das opiniões de Malynes e Misselden no decorrer do debate, segundo Beer, fora ocasionada pela intensificação do confronto entre mercadores e oficiais da coroa acerca de algumas questões de política pública (pp. 150-1, 183-4).

O debate historiográfico de meados do século XX estimulou o surgimento de uma série de trabalhos que buscavam analisar mais de perto a severa crise econômica que atingiu a Inglaterra durante o início da década de 1620, atentando para suas relações com a literatura econômica produzida naquela época. J. D. Gould (1954, 1955) foi um dos primeiros a ressaltar a relação inextricável existente entre as idéias e os eventos da época, resgatando para tanto as investigações públicas acerca da crise promovidas pela coroa e pelo parlamento:

> The export crisis of the early 1620's […] was without doubt one of the most widely discussed topics of the day. It figured largely in the Parliamentary debates of 1621 and 1624; it gave rise to much official inquiry and unofficial documentary discussion; and it produced a number of books which, though published as frank *livres de circonstance*, have come down to us as representative of the economic views of the period in general. A careful reconsideration of these works in the light of the immediate circumstances that prompted them would help to explain the peculiarity of some of the arguments put forward, and would be a valuable essay on the origins of Mercantilist concepts (Gould, 1955, p. 121)

Para Gould, a elaboração de *England's Treasure by Forraign Trade* foi um fruto tardio das reflexões de Mun a propósito da crise, de maneira que a obra deve ser compreendida à luz dos problemas específicos que buscava atacar. E a investigação desses mesmo problemas, em particular as especificidades do sistema monetário da época e a estrutura vigente do comércio internacional, leva-o a concluir a respeito das idéias defendidas por Malynes e vários outros: "I am by no means convinced that they were quite so foolish as they appear in the light of classical economic theory" (p. 122).

A mais importante contribuição para o estudo da crise de 1620, porém, foi dada por Barry Supple em seu livro *Commercial Crisis and Change in England, 1600-1642* (1964). Nele, Supple procura reinterpretar a história econômica da Inglaterra durante o início do período Stuart a partir da análise de sucessivas flutuações de curto prazo e suas relações com as condições materiais e institucionais vigentes. Sua análise dos mecanismos envolvidos na deflagração da grande crise comercial do início da década de 1620 alcançou rapidamente a condição de ortodoxia, assim permanecendo até hoje. Mas embora a preocupação principal de Supple seja com a história econômica do período, o autor também dedicou parte de seu trabalho à investigação das idéias e da política econômica. Levando adiante os esforços de Gould, resgata em detalhes a evolução das investigações públicas em torno da crise, concluindo que há, de fato, uma relação muito próxima entre esses trabalhos e a composição de *England's Treasure* (1964, pp. 186-9, 211-2). Ao criticar a excessiva sistematização do mercantilismo proposta por, entre outros, Heckscher, Supple argumenta que grande parte das idéias surgidas na Inglaterra durante o início do XVII eram simples reações circunstanciais perante problemas igualmente circunstanciais – e que transformá-las em manifestações de uma doutrina "mercantilista" é uma distorção grave de seu verdadeiro significado histórico (pp. 212, 220-1).

Joyce Appleby fez das controvérsias da década de 1620 um momento crucial no desenrolar de sua narrativa. É nesse momento, segundo ela, que a nova realidade material da Inglaterra começa a se impor sobre a ideologia econômica do reino, de forma que os debates entre Malynes, Misselden e Mun foram, de fato, uma confrontação entre o velho e o

novo. Malynes era o advogado de idéias que haviam prevalecido, inquestionadas, ao longo do século XVI, ancoradas em uma concepção rígida e estática do universo – "Malynes' world was one of eternal values grounded in the nature of things" (1978, p. 43). Misselden, por outro lado, oferecia uma alternativa radical às construções intelectuais assumidas por Malynes, incorporando em sua análise o dinamismo e fluidez típicos das novas relações de mercado que tomavam conta da Inglaterra, e que colocavam uma parcela significativa da atividade econômica fora do alcance do soberano (pp. 43-7). Essa nova perspectiva foi levada à perfeição por Thomas Mun, responsável por revolucionar definitivamente a maneira como a sociedade inglesa apreendia os fenômenos econômicos:

> Collections of aphorisms and lists of causes did the work of economic analysis before Mun did his writing. Using Thomas Kuhn's description of scientific research, we can say that Mun created a paradigm. He abstracted England's trade relations from their real context and built in that place an intellectual model. […] For the first time economic factors were clearly differentiated from their social and political entanglements. […] In differentiating essential economic relations from contingent ones, Mun gave expression at the same time to the idea that the system of exchange was autonomous. […] Mun's mode of analysis helped separate purely economic factors. It also offered an explanation of the trade crisis that was particularly attractive to those critical of the patrimonial intrusions of the Stuarts (Appleby, 1978, p. 41)

Embora descreva como "basically sound" a caracterização histórica feita por Appleby dessa transição, Lars Magnusson critica a autora pelo seu excessivo reducionismo ao definir Misselden e Mun como porta-vozes de uma sociedade mercantil em emergência. A Inglaterra, diz ele, já era uma nação comercial muito antes do início do século XVII; por outro lado, Misselden e Mun não se mostravam dispostos a abandonar de maneira tão radical dos princípios morais de outrora (1994, p. 12). Mesmo assim, Magnusson também acredita que a década de 1620 representou um momento de ruptura, quando os principais elementos de um discurso econômico começaram a ser articulados na esfera pública. Em sua visão, o grupo "monetarista" liderado por Malynes repudiava o funcionamento do sistema financeiro internacional em função de uma atitude moral tipicamente escolástica – as operações de câmbio eram vistas como práticas usurárias camufladas. Assim, sua explicação da crise enfatizava as manipulações monetárias perpetradas por financistas internacionais (pp. 65-6, 80-6). Já os defensores da balança comercial, tendo Mun à sua frente, foram responsáveis pela criação de uma concepção nova da economia, na qual os

fenômenos eram regidos pelas leis impessoais da oferta e da demanda, não obedecendo a uma ordem moral pré-estabelecida (pp. 67, 87). A consolidação do discurso mercantilista britânico foi, pois, resultado direto da disseminação dessas novas idéias.

A leitura do período feita por Finkelstein contrasta com as interpretações de Appleby e Magnusson, uma vez que a autora não acredita que as controvérsias do início do século representem uma ruptura na evolução das idéias econômicas. Tanto Malynes quanto Mun e Misselden, segundo ela, compartilham de um mesmo modelo social que entende a nação como uma entidade orgânica, em que a existência das diversas partes apenas adquire sentido em sua relação com o todo. Não haveria aqui, portanto, espaço para os valores individualistas identificados pelos outros dois autores; pelo contrário, a literatura econômica da época foi marcada por tentativas de situar as atividades econômicas dos indivíduos dentro de um quadro rígido de relações pré-determinadas pela hierarquia social. A reflexão econômica, na interpretação de Finkelstein, torna-se subsidiária da filosofia social, e a balança comercial se transforma em um instrumento de promoção da harmonia e da estabilidade (2000, pp. 21-4).

* * *

Percebe-se, assim, que as idéias econômicas surgidas na Inglaterra ao início do século XVII são quase sempre interpretadas como parte de algo maior: como manifestações concretas de um ideário mercantilista, como reflexo de um conflito entre grupos de interesse, desdobramento de uma filosofia social latente, representação intelectual dos valores subjacentes à economia de mercado, ou ainda pedra fundamental na criação de um discurso propriamente econômico. No caso das poucas excessões em que as especificidades do período são exploradas a fundo, o determinismo histórico termina por contaminar, em maior ou menor grau, a análise das idéias, entendidas assim como respostas mecânicas perante problemas conjunturais ou meros reflexos de condições subjacentes. O esforço de sistematização e generalização é uma estratégia historiográfica legítima, porém seu uso frequentemente obscurece uma série de elementos específicos,

porém nem por isso menos relevantes, que compõem os fenômenos históricos em análise. O isolamento de alguns poucos pontos de transcendência, embora permita a construção de narrativas coerentes e aprazíveis, apresenta graves efeitos colaterais ao privar a história de sua densidade.

O objetivo deste trabalho é analisar as reflexões econômicas acerca da grande crise de 1620 pelo que representaram em seu próprio tempo. Para tanto, as condições de longo prazo e flutuações conjunturais subjacentes serão devidamente consideradas, porém sem com isto ignorar a existência de um espaço de auto-determinação das idéias. O contexto discursivo define limites e condições de possibilidade, porém é a interação entre os discursos na esfera pública que determina os rumos da reflexão. O trabalho está estruturado, assim, em três grandes capítulos. No primeiro deles, faz-se uma revisão, em traços largos, das condições materiais e institucionais que marcaram a história da Inglaterra durante o início do período moderno. O segundo capítulo detalha então os aspectos conjunturais peculiares ao reinado de James I, durante as primeiras décadas do século XVII, dedicando especial atenção ao cenário recessivo do início da década de 1620. Por fim, o terceiro capítulo trata das idéias econômicas surgidas no período, analisando em detalhes a evolução dos debates públicos em torno da crise e seu impacto sobre as construções intelectuais daqueles envolvidos na investigação. Condições materiais e institucionais, conjuntura sócio-política e interação discursiva – as três dimensões fundamentais de um velho problema.

1 A INGLATERRA NO INÍCIO DO PERÍODO MODERNO

Para compreender de forma adequada as idéias econômicas surgidas na Inglaterra no início do século XVII, é preciso, antes de mais nada, entender o cenário histórico específico que as envolveu. Uma noção fundamental subjacente a este trabalho é que não se pode alcançar uma interpretação sólida das idéias de Thomas Mun acerca da moeda e do comércio internacional sem antes estabelecer de forma clara o que, precisamente, as noções de moeda e comércio internacional evocariam na mente de um inglês do início do período Stuart. Se assumimos que estes conceitos representavam, para ele, a mesma coisa que representam para nós, as respostas já estão dadas antes mesmo que se formulem as perguntas.

Desta forma, o propósito deste capítulo é traçar um panorama das condições objetivas que se fizeram sentir sobre Mun e seus contemporâneos. Serão abordados não apenas os aspectos tradicionalmente associados à historiografia econômica (preços, agricultura, indústria, comércio internacional, demografia, etc), mas também os arranjos políticos e institucionais que moldaram o desenvolvimento das condições materiais, estejam eles relacionados à regulamentação comercial, à política social, ao aparato fiscal ou à intermediação entre as esferas de poder. O foco principal da exposição estará sempre sobre as condições prevalecentes na Inglaterra, embora não impedindo a extensão da análise para o conjunto da Europa, e além, quando necessário ou conveniente. Ao cabo desta, será possível abordar os problemas intelectuais característicos da época com maior confiança e propriedade.

1.1 ECONOMIA E SOCIEDADE

A depender do corte temporal escolhido, ou das questões específicas abordadas, o mesmo momento histórico pode representar tanto o clímax de um processo revolucionário quanto a mera continuidade de práticas consagradas pelo tempo. O caso da Inglaterra ao

início do período moderno não é exceção. Mudanças e transições, algumas lentas e outras drásticas, permeiam a estrutura socioeconômica da Inglaterra durante os quase cem anos que separam a morte de Henry VIII e o início das guerras civis. Outros elementos, no entanto, permanecem estacionários, tornando as pretensões políticas dos revolucionários algo absolutamente injustificável perante os olhos de grande parte dos envolvidos. É nestas transformações sutis, que atingiram irrevogavelmente a sociedade inglesa sem contudo privá-la, à primeira vista, de suas tradicionais bases de sustentação, que se pode encontrar algumas das chaves para a compreensão das dissensões intelectuais que vinham à tona em momentos de tensão.

A historiografia econômica do século XX consagrou alguns temas que, ao se tornarem clássicos, moldaram o entendimento que temos dos processos históricos em curso na Europa do início do período moderno. Noções como as de revolução dos preços, crise geral do século XVII, *putting-out system*, entre outras, foram incorporadas ao nosso vocabulário e passaram a informar, de forma mais ou menos consciente, a leitura que fazemos da história, muito embora o significado e as implicações destas formulações abstratas frequentemente não sejam compreendidas em sua totalidade. Nesta seção, o que se pretende é aproximar estes temas de uma interpretação do caso particular da Inglaterra, ressaltando aquilo que lhe é peculiar e, portanto, não se encaixa suavemente nos grandes esquemas interpretativos.

População e preços

A dupla noção de que a Europa testemunhou, ao longo do século XVI, significativas tendências de crescimento tanto em seu nível geral de preços quanto em seu contingente demográfico constitui, há muito tempo, um dos pilares da historiografia econômica do período. Esta interpretação generalista da economia e sociedade européias também encontra reflexos, como não poderia deixar de ser, nos estudos sobre a Inglaterra. O tema do crescimento dos preços e da população durante o período Tudor não apenas figura de forma constante em trabalhos especializados, mas é também frequentemente

invocado visando explicar as transformações socio-econômicas profundas que então tomavam conta do reino. Diante do impacto exercido por estes fenômenos sobre todos os setores da sociedade, torna-se impossível ignorá-los ao discutir a economia da Inglaterra pré-industrial.

Após o longo período de estagnação populacional que sucedeu a grande crise demográfica ocasionada pela Peste Negra em meados do século XIV, parece, de fato, ter havido uma reversão do ciclo na Inglaterra a partir das últimas décadas do século XV. Embora seja difícil datar com precisão o início da recuperação, restam poucas dúvidas de que, durante todo o século XVI, e também durante as primeiras décadas do século seguinte, a tendência da curva populacional britânica foi ascendente. Charles Wilson (1965, p. 13) afirma que a população conjunta da Inglaterra e do País de Gales cresceu por volta de 40% entre 1500 e 1600, e então mais 30% de 1600 até o início das guerras civis – o que se aproxima da estimativa de que a população inglesa haveria duplicado entre 1520 e a Revolução Gloriosa, proposta por David Levine (1984, pp. 88-9). Embora estes números empalideçam em comparação com aqueles verificados em época posteriores, eles certamente representam uma mudança acentuada nos ritmos da vida material britânica após quase um século e meio de crescimento demográfico próximo de zero.

Isto não significa, entretanto, que a população britânica cresceu de forma constante e uniforme desde o início da recuperação até os turbulentos anos de meados do século XVII. Inicialmente, a retomada ocorreu de forma bastante lenta, apenas acelerando-se a partir da segunda metade do século XVI. Mais importante, a dupla ameaça da pestilência e da inanição continuava presente de forma muito viva, mantendo a expansão demográfica constantemente em cheque. Embora o desenvolvimento comercial gradualmente aprimorasse as condições de abastecimento de grãos e demais gêneros alimentícios, as más colheitas que ocorriam com regularidade cíclica ainda eram capazes, mesmo em pleno século XVIII, de dizimar enormes parcelas da população, seja rural ou urbana – em particular quando tais falhas agrícolas ocorriam em anos seguidos, liquidando assim os estoques precaucionários. O mesmo pode ser dito das epidemias de peste, que

continuam assolando a Europa durante todo os séculos XVI e XVII – em alguns lugares, até ainda mais tarde. Embora os efeitos da peste estivessem parcialmente restritos a áreas urbanas, e suas consequências fossem, em geral, menos catastróficas que as das crises de abastecimento, uma deflagração epidêmica intensa poderia facilmente apagar os ganhos populacionais de vários anos. Tanto em 1603, o ano da ascensão de James I, quanto em 1625, o ano da ascensão de Charles I, Londres foi palco de surtos particularmente intensos de peste – no segundo caso, forçando até mesmo a transferência da segunda sessão parlamentar para Oxford. Mesmo após a Restauração, a capital ainda estava sujeita a crises epidêmicas massivas como a de 1665-6, que dizimou aproximadamente 20% da população metropolitana.

Se estas crises periódicas demonstram, por um lado, a fragilidade das bases materiais sobre as quais a Inglaterra tentava se erguer, elas também colocam em evidência, em sentido oposto, o vigor do processo de expansão demográfica então em curso. Ao longo do século e meio entre 1500 e o início das guerras civis na Inglaterra, nada menos do que 44 anos foram marcados por surtos de peste ou crises de abastecimento de maior ou menor intensidade – às vezes por ambos simultaneamente[2]. Mesmo diante destes recorrentes obstáculos, o crescimento populacional na Inglaterra manteve sua tendência ascendente durante todo o período, inclusive acelerando-se a partir da segunda metade do século XVI, até sua entrada em mais uma fase estacionária a partir do interregno.

Tal alteração em seus padrões demográficos fatalmente teria consequências sobre a estrutura social britânica a médio e longo prazos. A mais óbvia delas foi a reversão da relação entre oferta e demanda de mão-de-obra: de uma situação de excesso de demanda durante o século e meio que se segue à Peste Negra, para outra, oposta, de crescente excesso de oferta ao longo do período Tudor. Muito embora a relação salarial já se

---

[2] Epidemias de peste ocorreram em diferentes partes da Inglaterra nos anos 1497-1500, 1504, 1513-8, 1538-41, 1545-6, 1550-1, 1557-9, 1592-3, 1603-4, 1624-6 e 1638-9; já as colheitas provaram-se deficientes em 1501-2, 1520-1, 1527-8, 1545, 1550-1, 1555-6, 1562, 1586, 1594-7, 1622 e 1630, induzindo crises de inanição nos anos subsequentes (Slack, 1985, pp. 57-8; 73).

encontrasse então solidamente estabelecida na Inglaterra – nas palavras de David Levine, correndo como um fio de Ariadne por todo o período moderno (1984, p. 88) – o crescimento populacional contribuiu para acelerar o processo de proletarização das classes baixas do reino, criando um contingente de mão-de-obra que o setor agrícola simplesmente não era capaz de absorver. Alguns resultados daí decorreram: intensificação da mobilidade social e geográfica; pressão para baixo sobre a remuneração real dos trabalhadores assalariados – embora este fenômeno seja questionado por historiadores como John Nef (1953, pp. 309-10); aumento no número de mendigos, desocupados, andarilhos, criminosos, e demais indivíduos marginalizados, com importantes consequências em termos de política social, conforme será discutido mais adiante[3].

Outro efeito importante do impulso demográfico foi a aceleração do processo de urbanização. Na Inglaterra, este fenômeno assumiu contornos bastante particulares. Londres tomou definitivamente para si a dianteira do processo, crescendo em ritmo vertiginoso durante toda a era Tudor e Stuart. Por volta de 1500, a população londrina encontrava-se próxima dos 50.000 habitantes – ainda inferior, na verdade, aos níveis registrados imediatamente antes da Peste Negra. Um século mais tarde, a capital já havia alcançado 200.000 habitantes, equiparando-se a Paris como uma das grandes metrópoles européias. Até meados do século XVII sua população dobraria mais uma vez, chegando a 400.000 habitantes e passando a ocupar o posto de maior concentração urbana do ocidente (Smith, 2002, pp. 181-203).

No restante da Inglaterra, o ritmo de crescimento das cidades não se equipara àquele verificado na capital, porém caminha lado a lado, em média, com o crescimento demográfico geral do reino. De forma agregada, o percentual da população inglesa vivendo

---

[3] Inspirado pelas interpretações clássicas de Malthus e Marx, o debate sobre os temas da proletarização e da transição demográfica européia vem ocupando bastante espaço em meio à historiografia das últimas décadas. Uma amostra representativa das pesquisas na área pode ser encontrada na coletânea *Proletarianization and Family History* (1984), editada por David Levine.

em centros urbanos com mais de cinco mil habitantes saltou de 5% no início do século XVI para 28% no fim do século XVIII. A intensidade do processo urbanizatório na Inglaterra torna-se patente ao compararmos estes números com aqueles verificados na França, onde a proporção de indivíduos vivendo em centros com mais de cinco mil habitantes passa de 9% para apenas 11% durante o mesmo período (Wrigley, 2002, pp. 224-5). Mais ainda, é preciso ter em mente que, durante o início do período moderno, os centros urbanos em geral apresentam taxas de crescimento natural negativas, de forma que, para crescer, necessitam de transferências constantes de contingentes populacionais vindos das áreas rurais. Esta situação era particularmente evidente no caso de Londres, que exerceu pressão constante sobre os excedentes demográficos do restante do reino durante séculos (Wrigley & Schofield, 1989, pp. 166-74).

Concomitantemente à expansão populacional, o século XVI foi palco da célebre revolução dos preços. Frequentemente associado ao influxo de metais preciosos vindos do Novo Mundo, o fenômeno foi extensamente discutido ao longo das últimas décadas, sendo hoje interpretado como um processo muito mais complexo, resultante da ação conjunta de diversos elementos. As entradas de prata oriundas da América apenas tornam-se constantes e significativas a partir de 1540. No caso específico da Inglaterra, a tendência de aumento no nível geral de preços está presente já desde o início do século XVI, o que constitui evidência preliminar de que outros fatores encontram-se por trás do processo inflacionário. As dificuldades de balanço de pagamentos com as quais a Inglaterra se deparou durante o reinado de Elizabeth colocam ainda mais em dúvida a relevância dos influxos de prata espanhola na explicação do fenômeno em questão – pelo contrário, o nível de preços na Inglaterra provavelmente encontrava-se defasado em relação ao continente no início do reinado de James I, com consequências sobre os fluxos de comércio internacional britânicos (Brenner, 1962, pp. 273-8).

Quais outros fatores podem então explicar este aumento pronunciado e contínuo no nível de geral de preços? A própria pressão populacional certamente exerceu algum impacto, intensificando a demanda por gêneros básicos de subsistência. De fato, as séries

de preços agrícolas e industriais divergem neste período, os primeiros crescendo de forma muito mais acelerada do que os últimos (Brenner, 1962, p. 267). Muito embora a demanda não possa, por si só, ocasionar aumento no nível de preços na ausência de incrementos concomitantes nos meios monetários, é provável que a pressão sobre os recursos agrícolas tenha induzido maior monetização da economia – seja por meio de desentesouramento ou inovações creditícias. Outro mecanismo interveio, entretanto, para potencializar esta tendência, conduzindo-a a extremos até então inimagináveis: as depreciações monetárias (*debasements*) levadas a cabo por Henry VIII. Em curso desde o conflito de 1522 com a França, porém entrando em sua fase mais aguda ao longo década de 1540, este processo eventualmente reduziu a moeda britânica a apenas 25% de seu conteúdo metálico pleno, ocasionando reajustes equivalentes, com maior ou menor defasagem, nos valores nominais das mercadorias por todo o reino (Fisher, 1940, p. 99). De fato, um dos períodos de crescimento mais acelerado do nível de preços ocorreu durante as duas décadas entre 1540 e 1560 – precisamente os anos situados entre o início das grandes depreciações e a reforma monetária realizada por Elizabeth no início de seu reinado (Coleman, 1977, pp. 21-30). Mesmo após a reforma elizabetana, entretanto, os preços não retornariam aos níveis do início do século, confirmando que o efeito combinado da pressão demográfica e maior oferta de prata na Europa eram suficientes para sustentar o processo inflacionário[4].

Sejam quais forem as suas causas, a revolução dos preços foi sem dúvida uma das mais poderosas forças transformadoras a agir sobre a sociedade inglesa durante o início do período moderno. Seu efeito mais óbvio foi o de promover uma redistribuição de renda em detrimento daqueles dependentes de rendimentos fixos – proprietários fundiários, trabalhadores assalariados e o estado – e em favor dos agentes econômicos capazes de se adaptar mais rapidamente a mudanças nos preços – classes mercantis, agricultores e

---

[4] Este fenômeno foi corretamente percebido já por Sir Thomas Smith no apêndice de *A Discourse of the Commonweal of this Realm of England* – elaborado, na opinião de Mary Dewar (1969, pp. 143-6), em algum momento da década de 1570.

manufatores, entre outros. No caso específico da Inglaterra, o aumento dos preços agrícolas foi bastante superior ao dos preços industriais, de forma que os principais ganhadores neste processo foram os produtores rurais, ao passo que o ônus do ajuste recaiu de forma particularmente acentuada sobre os trabalhadores assalariados e demais indivíduos vivendo próximos da subsistência. Aos pequenos proprietários rurais – os celebrados *yeomen* – e arrendatários capazes de mobilizar o capital necessário para atingir os novos padrões de eficiência produtiva, estava reservado o ingresso em um período de prosperidade material inédita; àqueles engolidos pelo processo, coube a mendicância, a migração para os centros urbanos, a proletarização e as agruras de uma política social bem-intencionada, porém irremediavelmente inadequada (Levine, 1984, pp. 90-2).

Assim, duas vigorosas forças atuaram simultaneamente sobre a sociedade e economia britânicas ao longo dos séculos XVI e XVII, promovendo transformações estruturais que, embora lentas e sutis como todas as mudanças estruturais, teriam importantes implicações a médio e longo prazos. Uma delas foi a abertura de significativas brechas para a mobilidade social em todos os níveis da sociedade. Quando Charles Wilson afirma que "as rígidas categorias dos sociólogos vitorianos não se adequam facilmente à confusa mobilidade social da Inglaterra Stuart" (1965, p. 18), ele apenas vai ao encontro dos resultados alcançados por uma longa e consagrada tradição historiográfica, cujo expoente maior é sem dúvida Lawrence Stone. Em seus já clássicos estudos sobre a sociedade inglesa pré-industrial, Stone colocou em evidência os diversos caminhos abertos para migração entre grupos sociais, seja ela vertical – comerciantes varejistas tornando-se mercadores, pequenos proprietários agrícolas ingressando na *gentry* – ou horizontal – membros da aristocracia rural ingressando na esfera mercantil e vice-versa[5].

Obviamente, a mobilidade não se dava apenas em uma direção. Enquanto alguns afortunados indivíduos de modestas origens conseguiam, por conta de seu próprio esforço,

---

[5] Suas contribuições mais relevantes a esse respeito são *The Crisis of the Aristocracy, 1558-1641* (1965) e *Social Mobility in England, 1500-1700* (1966).

ingressar no seio das elites e fundar suas próprias dinastias, a outros restava apenas o papel de meros espectadores de sua própria ruína material e social. E tais infortúnios não acometiam apenas os já mencionados pequenos proprietários progressivamente afastados da terra, em processo de marginalização ou proletarianização. Igualmente frequentes eram os casos daqueles educados na afluência material típica da aristocracia, cuja incapacidade de adaptação às novas relações econômicas reduzia à condição de meros proprietários fundiários falidos, contraindo dívidas cada vez maiores na vã tentativa de preservar seu status social – e cujas terras colateralizadas em breve viriam a saciar a demanda de uma elite mercantil sedenta por formas mais tradicionais de riqueza.

Porém, independentemente das diferentes fortunas individuais, permanece o fato de que a Inglaterra do início do período moderno era uma terra de oportunidades. Lawrence Stone afirma que, se houve um período de genuína mobilidade social na história da Inglaterra, este foi sem dúvida o século entre 1540 e 1640 (1966, pp. 22-36). As vias encontravam-se abertas àqueles que pretendiam se aproveitar das transformações sócio-econômicas em benefício próprio. A composição da elite mercantil londrina ao início do período Stuart é testemunha contundente disto. Dentre os 140 cidadãos eleitos para a *Court of Aldermen*[6] durante o reinado de James I, a diversidade de origens sociais é marcante: parcelas aproximadamente equivalentes descendiam diretamente de membros da *gentry*, de cidadãos londrinos como eles próprios, de comerciantes e artesãos das províncias, ou de pequenos proprietários rurais (Lang, 1974). No topo da hierarquia social, casamentos inter-classe eram comuns – entre membros da aristocracia rural e da elite mercantil, por exemplo – assim como idas e vindas de uma atividade a outra ao longo de uma única geração (Wilson, 1965, p. 8-11).

Longe de ocorrer em escala européia, esta fluidez social de tamanha intensidade se trata de um fenômeno tipicamente britânico. Não obstante, outra característica típica da

---

[6] A *Court of Aldermen* foi o principal corpo diretivo da *City* durante o início do período moderno – seus membros eram responsáveis por eleger, dentre eles próprios, o ocupante do cargo de *Lord Mayor*.

evolução histórica da Inglaterra foi a manutenção de valores sociais tradicionais em meio às profundas mudanças em curso durante o início do período moderno (Wilson, 1965, pp. 18-9). Enquanto as elites tradicionais mantinham seu prestígio e privilégios políticos e sociais, novos elementos vinham continuamente bater à porta dos centros de poder nacionais – indivíduos que, imersos em afluência material, sentiam-se alienados dos processos de formulação e condução da política, aos quais, segundo imaginavam, deveriam por direito ter acesso. Extremamente heterogêneo, este grupo de recém-chegados possuía poucos interesses claros em comum, além de seu antagonismo aos círculos fechados da corte. O processo de acomodação destes novos elementos nas tradicionais instituições do reino representa uma das chaves para compreensão dos conflitos que permearam a Inglaterra durante o início do século XVII.

Agricultura e indústria

Em uma camada um pouco menos profunda da história, aquela onde se encontram e se articulam os processos produtivos, a Inglaterra do início do período moderno também esteve marcada por esta intrincada combinação entre permanência e transformação. O dinamismo econômico, sem dúvida, encontrava-se cada vez mais concentrado nos setores voltados ao comércio internacional; não obstante, a imensa maioria da população ainda dependia exclusivamente da terra para seu sustento, tendo escasso, ou mesmo nulo, envolvimento com o mercado, e até mesmo ignorando o crescente fenômeno da monetização. Mesmo em meio às atividades da vanguarda econômica, uma profunda revolução havia apenas sido consolidada – a substituição das exportações de lã pelas de manufaturas têxteis lanígeras – quando outra já entrava em curso, ao final do século XVI, eclipsando o setor têxtil tradicional e abrindo caminho para a expansão das *new draperies*[7].

---

[7] O termo *new draperies* é utilizado para designar uma série de artigos têxteis leves e de composição mista, cuja manufatura havia sido introduzida na Inglaterra durante a segunda metade do século XVI – tema explorado em detalhes mais adiante.

Mas apesar de seu declínio secular, os produtos têxteis tradicionais ainda ocupariam o primeiro posto na pauta de exportações britânica durante muito tempo, sendo as oscilações ocorridas em seus mercados responsáveis pela quase totalidade das turbulências econômicas da Inglaterra durante toda a primeira metade do século XVII.

O colapso populacional ocorrido ao fim da Idade Média criou um cenário de escassez de mão de obra relativamente à terra, limpando o terreno para mais uma fase ascendente do ciclo agrícola pré-industrial[8]. No caso específico da Inglaterra, este novo período de crescimento na produção do setor primário se organizou sobre novas bases. O aumento da demanda pela lã inglesa nos centros industriais do norte da Europa, e posteriormente o incremento da própria produção inglesa de manufaturas têxteis, estimularam o crescimento das pastagens em detrimento das terras aráveis. Este momento de transição entre a Baixa Idade Média e o início do período moderno também testemunhou os primeiro sinais visíveis do processo de cercamento das terras, favorável como era ao desenvolvimento da atividade pecuária – muito embora o fenômeno apenas viria a se tornar generalizado muito mais tarde, durante o decorrer do século XVIII.

Entretanto, este novo padrão de organização agrícola persistiu por pouco tempo. Uma das características mais marcantes da agricultura britânica durante o período em questão é sua capacidade de adaptação às novas condições que lhe eram impostas (Wilson, 1976, p. 18). Já a partir do segundo quartel do século XVI, os efeitos do crescimento populacional começam a se fazer sentir sob a forma de pressão de demanda por gêneros de subsistência. Aumentos nos preços destes produtos resultaram em reconversão de parte das pastagens em terras aráveis, tendência que se verifica durante

---

[8] Robert Brenner (2003, pp. 33-40) argumenta que a expansão econômica da Europa pré-industrial era limitada pelas configurações "sócio-técnicas" da agricultura. Após períodos de crise demográfica, o crescimento da população e da produção agrícola ocasionava um surto de prosperidade econômica que persistia até que o teto determinado pelo setor primário fosse novamente atingido. A partir de então, os mercados internacionais entravam em estagnação, dando início a um período recessivo marcado por conflitos distributivos e redução do poder de compra das classes média e alta.

todo os séculos XVI e XVII, e que culminaria no surgimento da Inglaterra como um exportador líquido no mercado internacional de grãos. Tal resultado, porém, apenas seria alcançado no longo prazo; até o período das guerras civis, em particular durante os frequentes anos de más colheitas, a Inglaterra ainda dependia de importações regulares de seu principal gênero alimentício, vindas em sua maior parte do grande celeiro da Europa de então, a região do Báltico. Esta dependência da Europa em relação ao Báltico para sua subsistência, aliás, trazia importantes consequências para os fluxos comerciais intra-continentais, assim como para o próprio equilíbrio do sistema monetário europeu (Wilson, 1976, pp. 20-1).

O início do período moderno também foi palco de um intenso processo de redistribuição da propriedade fundiária na Inglaterra, do qual emergiram dois claros perdedores: a igreja e a coroa. A primeira, destituída de enorme parcela de suas possessões por meio da dissolução dos monastérios levada a cabo por Henry VIII como parte de sua peculiar Reforma, teve sua relevância enquanto classe fundiária abruptamente amputada; a segunda, embora beneficiando-se das tranferências líquidas de terras obtidas junto à igreja, lamentou, impotente, enquanto suas novas aquisições e também parte de seu velho patrimônio eram dissipados na tentativa de cobrir o saldo negativo deixado pelos esforços militares não apenas de Henry VIII, mas também de Elizabeth – a despeito de todo o zelo de Burghley pela manutenção da mais sólida e tradicional fonte de renda da coroa – e, mais tarde, pelas extravagâncias da corte dos primeiros Stuart. A liquidação patrimonial da igreja e da coroa teve como contrapartida uma dinamização do mercado de terras, fenômeno do qual muitos se beneficiaram – em particular aqueles capazes de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo cenário econômico expansivo da época (Coleman, 1977, pp. 40-7; Dietz, 1931, pp. 49-66, 122-6).

Assim, os séculos XVI e XVII configuraram um período de aumento de capitalização no setor agrícola da Inglaterra, resultando igualmente, por um lado, das pressões e incentivos gerados pelo crescimento demográfico, e por outro, do ingresso de novos elementos que, pela crua e simples força de sua afluência material, conseguiam

adentrar uma esfera que lhes era virtualmente inalcançável antes do inundamento do mercado de terras promovido originalmente pelos Tudor. Junte-se a isto os benefícios advindos do pronunciado aumento dos preços agrícolas em conjunção com a defasagem dos rendimentos reais dos trabalhadores assalariados, abrindo espaço para significativa inflação de lucros em benefício dos produtores do setor primário, e o resultado é o nascimento daquilo que Charles Wilson descreveu como a era de *landlord and tenant farming* (1965, p. 35). Não apenas os grandes proprietários fundiários eram forçados a gerenciar seu patrimônio em estreita relação com as condições econômicas prevalecentes caso pretendessem manter ou aprimorar sua posição social, mas também os arrendatários de terras e pequenos proprietários – aqueles diretamente encarregados da produção – encontravam-se cada vez mais livres das restrições de tipo feudal, porém sujeitos à batalha pela sobrevivência em uma nova arena, a do mercado. Em geral, o resultado para aqueles que dispunham dos recursos materiais foi positivo: trata-se de um período de prosperidade e ascensão social para os pequenos e médios produtores agrícolas, como evidenciado pela sensível melhora no padrão de consumo destas classes (Levine, 1984, p. 90). Não obstante, a enorme massa de habitantes do campo que não tinha condições de tomar o processo produtivo, nesta nova escala, em suas próprias mãos, os *cottagers* e *husbandmen* que dependiam para seu sustento das cada vez mais escassas terras comunais, destes a bonança passou longe. O que lhes restou foi complementar sua renda engrossando as fileiras da indústria doméstica, render-se à completa proletarização rural ou migrar para os centros urbanos – desconsiderando, por um momento, a altenativa da marginalidade. Crescia assim o distanciamento econômico, social e cultural entre as elites e a massa rural, tendência que, de acordo com David Levine, operou de forma particularmente brutal durante o período 1570-1630, quando agravada por recorrentes crises epidêmicas e de inanição (1984, p. 89).

Uma das consequências mais diretas desta nova agricultura britânica semi-capitalista foi o aumento generalizado da produtividade agrícola. A grande revolução agrícola ainda estava distante, porém ao longo do período que se estende desde a Reforma

até as guerras civis o setor primário da Inglaterra apresentou índices de produção por acre bastante elevados – embora instáveis – tanto em comparação com períodos anteriores quanto em relação ao restante da Europa (Wilson, 1976, p. 17). Embora os cercamentos tenham perdido parte de seu ímpeto durante o período Stuart, devido à redução da importância relativa das pastagens, o fenômeno ainda assim persistiu em menor escala, respondendo aos benefícios potenciais em termos de produtividade agrária a serem obtidos por meio do reagrupamento de glebas dispersas. Os ganhos de produtividade efetivamente verificados sem dúvida guardam relação com o novo cenário competitivo com que se deparavam os produtores agrícolas, privados de suas garantias feudais e, portanto, forçados a disputar concessões fundiárias oferecendo rendas cada vez mais elevadas – redução de custos e aumento das colheitas surgindo como a única forma de compensar tais perdas distributivas. Maior produtividade agrícola representa, por um lado, aumento da renda disponível da população devido ao barateamento dos gêneros alimentícios, e consequente melhora no bem-estar material da sociedade; por outro, a possibilidade de sustentar um maior contingente populacional desvinculado economicamente da terra, produzindo novos bens e serviços destinados a suprir esta nova demanda subitamente criada. Ambos os fenômenos estiveram em operação na Inglaterra de fins do século XVI e princípio do XVII, gerando um ciclo de crescimento sustentável que colocou o reino em situação ligeiramente privilegiada em relação a seus vizinhos continentais (Brenner, 2003, pp. 39-45). É importante ressaltar, entretanto, que este impulso expansivo de origem doméstica ainda não se havia livrado dos entraves ao crescimento impostos pela estrutura econômica pré-industrial. Os ganhos de produtividade, embora significativos, encontravam-se limitados pela virtual estagnação técnica do setor agrícola, e logo atingiram seu ponto de saturação (Brenner, 1962, pp. 267-8, 284)[9]. A meados do século XVII, tanto o crescimento agrícola

---

[9] Para Y. S. Brenner, a estagnação técnica da economia agrária é o principal fator que explica a divergência entre o nível dos preços agrícolas e industriais na Inglaterra durante este período – o setor industrial, pelo contrário, beneficiando-se de significativos avanços tecnológicos à mesma época.

quanto o demográfico haviam chegado a seu termo, e a Inglaterra encontrava-se às voltas, como todo o restante da Europa, com aquilo que se convencionou designar como a crise geral do século XVII[10] (Brenner, 2003, pp. 33-5; Braudel, 1997, v. 2, p. 155).

Ao discutir a economia britânica dos séculos XVI e XVII, estabelecer uma distinção clara entre agricultura e indústria é sem dúvida uma tarefa um tanto arbitrária. Afinal, esta é a era dourada do *putting-out system*, período em que as atividades manufatureiras encontram-se inseridas de forma tão orgânica no seio da vida rural a ponto de trair a observação das próprias testemunhas contemporâneas. Raymond de Roover associa o desenvolvimento do *putting-out system*, ou sistema doméstico, ao surgimento da figura do negociante sedentário – aquele que administra seus negócios à distância, a partir de uma base espacial fixa. O negociante sedentário, por sua vez, seria fruto do que Roover descreve como uma "revolução comercial" ocorrida em fins da Idade Média, relacionada a uma série de fatores, tais como o estabelecimento de parcerias comerciais mais duradouras, a difusão das letras de câmbio no comércio internacional, maior segurança das vias terrestres e marítimas, desenvolvimento das operações de seguro e, em particular, o aperfeiçoamento dos registros contábeis, que passaram a viabilizar a gerência de operações mais complexas. Ao sedentarizar-se, o mercador passa a ser capaz de criar, administrar e dominar redes locais de produção que sirvam aos propósitos de suas operações comerciais de alcance mais amplo – redes produtivas flexíveis que possam responder rapidamente às variadas condições dos mais remotos mercados (Roover, 1953, pp. 80-6).

Assim, o sistema doméstico é, antes de mais nada, um sistema dominado pelo elemento mercantil. O enfraquecimento da posição relativa dos artífices dentro das corporações de ofício e o correspondente fortalecimento da influência dos grupos ligados à esfera da distribuição constitui um dos traços mais marcantes da evolução institucional da economia britânica pré-industrial – um processo descrito em detalhes por George Unwin (1963, passim). Mais do que isto, o desenvolvimento do sistema doméstico não apenas

---

[10] Seguindo as interpretações de Eric Hobsbawm (1954) e Hugh Trevor-Roper (1959).

marginalizou os elementos manufatureiros dentro das corporações de ofício, mas também retirou grande parte do processo produtivo da própria jurisdição das guildas. Ao espalhar-se em direção ao campo, o sistema doméstico dilui-se, torna-se fugaz, e por isso tão mais penetrante. Às rígidas corporações urbanas, restou debater-se em um misto de angústia e empáfia, buscando em vão conter o ímpeto das mudanças e impor seus próprios valores regulativos às novas ramificações da indústria britânica. O controle da vida econômica do reino passava às mãos das novas companhias puramente mercantis, que se desenvolveram aceleradamente ao longo do período elizabetano.

O sistema doméstico, ao se desenvolver neste ambiente de relativa liberdade institucional, longe da ação eficiente das guildas, impôs novos padrões ao desenvolvimento do setor industrial. O que surge é uma estrutura produtiva em que investimentos fixos, seja em capital material (equipamentos, instalações, etc.) ou capital humano (sob a forma de custos significativos com *apprenticeship*), encontram-se quase completamente ausentes. Tal domínio absoluto do capital circulante sobre a indústria influenciou, de forma particularmente aguda, a maneira como repercutiam as flutuações econômicas na Inglaterra do início do período moderno. Neste ambiente de poucos entraves à mobilização dos recursos materiais, os investimentos produtivos caracterizavam-se por sua alta volatilidade. Aos primeiros sinais de recessão nos mercados finais, mercadores e demais agentes em posição de controle reagiam interrompendo novas ordens de produção e liquidando seus estoques de bens e matérias-primas. Embora a possibilidade de liquidação rápida dos investimentos fosse benéfica para os detentores de capital, que assim conseguiam minimizar suas perdas em momentos de crise, ela trazia graves consequências para aqueles diretamente envolvidos nas atividades manufatureiras, porém incapazes de exercer qualquer influência sobre seus rumos: os trabalhadores. A manufatura doméstica ainda era, em grande medida, uma fonte de renda complementar para uma população rural cuja ocupação principal era o cultivo da terra. Não obstante, a relevância deste complemento em face das constantes pressões exercidas pelo processo inflacionário e pela expropriação das terras comunais cresceu constantemente ao longo de todo o século XVI. Ao início do XVII, o fenômeno do

desemprego em massa ocasionado por crises no setor manufatureiro já se tornara uma realidade recorrente. Se intensa, uma turbulência como estas poderia repentinamente deslocar grande parte do contingente demográfico da Inglaterra para baixo do nível de subsistência, com evidentes consequências em termos de agitação social (Supple, 1964, pp. 6-13; Wilson, 1965, p. 67).

O desenvolvimento da indústria têxtil na Inglaterra do início do período moderno confunde-se com a própria expansão do sistema doméstico. Inquestionavelmente o setor industrial mais importante durante o período em questão, a manufatura têxtil lanígera já existia nas regiões orientais do reino desde ao menos o século XI. Após um período de dificuldades durante o século XIII, ocasionado pelo desenvolvimento da indústria flamenga, o setor têxtil britânico voltou a se desenvolver rapidamente a partir do século seguinte, ingressando em uma fase de crescimento contínuo que tornaria possível, já a meados do século XIV, que o volume de têxteis exportados pela Inglaterra voltasse a suplantar a quantidade por ela importada destes produtos (Friis, 1927, pp. 4-12; Unwin, 1966a, p. 262). A expansão prosseguiria ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, aprofundando-se cada vez mais nas zonas rurais e escapando assim ao controle das corporações de ofício. Esta dispersão espacial do setor resultou em uma estrutura produtiva bastante flexível, porém fortemente resistente a inovações técnicas, inviabilizadas economicamente pela própria descentralização da manufatura. Quando os mercados finais estagnavam, como foi o caso durante boa parte do período elizabetano, a estratégia comumente adotada não era produzir de forma economicamente mais eficiente – algo difícil em um ambiente de estagnação técnica e salários de subsistência – mas sim buscar novos mercados, se necessário por meio de novos produtos (Coleman, 1977, pp. 69-78; Fisher, 1950, p. 156-8).

Assim, a indústria têxtil britânica caracterizou-se desde muito cedo pela diversidade dos bens produzidos. Às tradicionais *broadcloths*, espessos tecidos fabricados a partir de lã em cardas, somavam-se variedades menos sofisticadas e mais leves, produzidas com lã escovada de fibras mais longas, tais como os diversos tipos de *worsteds*, os *kerseys* e os *dozens.* Mais tarde, viriam a se desenvolver os tecidos mistos de lã e cânhamo conhecidos

como *stuffs*, além da própria manufatura de linho e, é claro, a enorme variedade de têxteis leves produzidos a partir de diversas combinações de lã, seda e cânhamo, classificados coletivamente como *new draperies*. Mais do que isto, havia especialização regional na organização produtiva. Originalmente produzidas nos distritos orientais da região de East Anglia (em particular Suffolk e Essex), as *broadcloths* foram introduzidas ao longo dos séculos XV e XVI em regiões como o West Country, cujos condados de Wiltshire, Somerset e Gloucestershire tornaram-se os principais responsáveis pela produção das peças brancas, não-acabadas, que foram o principal artigo de exportação da Inglaterra durante quase todo o período em questão. Os distritos de East Anglia, por sua vez, passaram a se especializar em *broadcloths* tingidas na lã (artigo pelo qual Suffolk tornou-se célebre), *worsteds* e outros lanígeros de qualidade inferior, além de se transformar, durante o período elizabetano, na principal região produtora das *new draperies*. Outros tecidos mistos, tais como *kerseys* e *dozens*, eram produzidos em grande quantidade nos distritos do norte, em particular Yorkshire. À região das Midlands cabia a produção da lã, matéria-prima fundamental que alimentava as diversas regiões manufatureiras. A indústria têxtil encontrava-se, assim, dispersa pelo reino, porém de forma razoavelmente organizada e eficiente (Coleman, 1977, pp. 78-81; Supple, 1964, p. 5; Unwin, 1966a, passim; Unwin, 1966b, p. 318-9).

O traço mais marcante da evolução do setor têxtil na Inglaterra durante o início do período moderno foi sem dúvida a substituição das *old draperies* pelas *new draperies* como principal artigo da manufatura britânica. A fabricação dos tecidos que, ao princípio do período elizabetano, já eram entendidos como produtos tradicionais do reino – *broadcloths*, tingidas ou não, e demais têxteis de pura lã de qualidade inferior – vinha se desenvolvendo rapidamente desde o século XV, utilizando como matéria-prima as lãs de fibra curta fornecidas pelos rebanhos ovinos criados de forma extensiva nas regiões centrais. Não obstante, esta indústria tradicional entrou em estado de estagnação a partir da segunda metade do século XVI, que em breve se transformaria em declínio secular irreversível. As razões comumente associadas a esta inflexão são várias: saturação dos mercados consumidores no norte da Europa; incapacidade dos produtores britânicos em competir de

forma eficiente com seus concorrentes dos Países Baixos; efeito negativos dos cercamentos sobre a produção lanígera, uma vez que a criação intensiva dos rebanhos resultou em lãs de fibra mais longa, inadequadas à fabricação de tecidos finos[11] (Braudel, 1997, v. 3, p. 515; Coleman, 1977, pp. 81-4; Wilson, 1965, pp. 24-5; Wilson, 1969b, passim).

Não obstante, ao mesmo tempo em que o setor tradicional entrava em declínio, uma nova modalidade de manufatura têxtil começava a se consolidar no leste da Inglaterra, sob o impulso inicial da imigração de artesãos especializados oriundos dos Países Baixos, que se estabeleceram em território britânico na condição de refugiados da invasão espanhola comandada pelo Duque de Alba e das guerras civis e religiosas que se seguiram (Unwin, 1966a, p. 291; Wilson, 1965, pp. 75-6). Estes imigrantes trouxeram consigo o conhecimento técnico necessário para a fabricação de uma série de novos produtos até então desconhecidos na Inglaterra, tais como as *bays*, *says* e *perpetuanas*, cuja principal diferença em relação aos tecidos britânicos tradicionais consistia em serem mais leves, devido a sua composição mista de lã e outras matérias-primas, e portanto mais adequados para uso em regiões de calor moderado. A produção destes novos têxteis, conhecidos coletivamente como *new draperies*, desenvolveu-se de forma rápida, porém discreta, ao longo do período elizabetano, aproveitando-se do ambiente livre de restrições e regulações em que operam as atividades econômicas durante sua infância. Durante a primeira metade do século XVII, as *new draperies* produzidas majoritariamente em East Anglia, porém a esta altura também em outras regiões do reino, assumiram a dianteira dentro do setor têxtil britânico, alcançando o interregno em posição de destaque (Supple, 1964, pp. 45-6). Embora a transição entre as *old* e *new draperies* tenha sido bem-sucedida a longo prazo, o

---

[11] Charles Wilson argumenta de forma convincente que o acesso fácil dos holandeses às lãs de melhor qualidade da Espanha e da Turquia, sua maior capacidade técnica e nível salarial mais elevado em relação à Inglaterra são os principais fatores por trás da dominação por eles exercida sobre o mercado de tecidos de lã de alta qualidade a partir da terceira década do século XVII. Os ingleses, por sua vez, especializaram-se em artigos inferiores, produzidos de forma mais eficiente com sua própria lã de mais baixa qualidade e mão-de-obra mais barata (1969b, passim).

caráter especializado e regionalizado da indústria têxtil britânica neste período impediu que o processo transcorresse de forma suave – enquanto alguns distritos encontravam-se em posição privilegiada para usufruir da prosperidade das novas manufaturas, outros viram-se às voltas com estagnação econômica e decadência (Braudel, 1997, v.2, p. 305; Supple, 1964, pp. 19-20).

Embora o lugar de destaque inquestionavelmente pertença à manufatura têxtil, outros ramos industriais também se desenvolveram de maneira rápida na Inglaterra de então. A magnitude deste desenvolvimento foi tal que levou historiadores como John Nef (1953, pp. 94-5) a advogar a tese de que teria havido, entre 1540 e 1640, uma primeira revolução industrial – muito embora este seja um tema altamente controverso entre especialistas[12]. Porém, independentemente das características formais de organização desta atividade produtiva, parece haver certo consenso quanto ao salto quantitativo realizado pela Inglaterra neste período, que saiu de uma posição modesta para assumir a condição de destacado pólo industrial às vésperas das guerras civis (Braudel, 1997, v. 3, p. 512). Esta é, afinal de contas, a "era dos projetos", conforme batizada por Joan Thirsk (1978), momento em que as preocupações sociais da elite com o bem-estar e a prosperidade do reino associaram-se à difusão da crença nos potenciais benefícios a serem obtidos por meio da exploração de novos empreendimentos materiais – conjunção que se provaria extremamente fértil a longo prazo. Dentre as atividades industriais então desenvolvidas, merecem destaque a produção de minérios como ferro, chumbo e calamina, assim como seus derivados; matérias-primas para a indústria têxtil, entre elas alúmen e sulfato de ferro; e bens de consumo tais como sal, açúcar, cerveja, vidro, sabão, vinagre e amido. Grande parte destes ramos caracterizava-se por intenso consumo de combustível,

---

[12] Donald Coleman (1977) e Yul Brenner (1962) são apenas alguns dos severos críticos da argumentação de Nef e seus discípulos. Para Coleman, embora de fato houvesse empreendimentos industriais centralizados e intensivos em capital na Inglaterra durante este período, estes eram incipientes e, em sua maioria, de pequena escala (pp. 85-90).

induzindo também, desta forma, acelerado crescimento da produção de carvão (Coleman, 1977, pp. 88-90; Nef, 1953, passim; Thirsk, 1978, passim; Wilson, 1965, pp. 79-80).

Comércio

Embora o mercado interno britânico passasse então por um período de rápida expansão, tais transformações tendem sempre a passar despercebidas em meio à imponência ofuscante dos grandes empreendimentos comerciais. Se este é um problema que afetou o julgamento dos próprios observadores contemporâneos, ele se torna ainda mais grave em suas implicações historiográficas. As transações internacionais são sempre acompanhadas mais de perto, são mais bem fiscalizadas e, em especial, documentadas, do que aquilo que acontece dentro das fronteiras de uma nação. No início do período moderno, há uma razão ainda mais premente por trás de todo este cuidado. O comércio internacional representava, então, devido à sua própria posição destacada, uma das poucas fontes de receita pública não-fundiária ao alcance dos soberanos – o comércio interno, em contrapartida, encontrava-se virtualmente inacessível para propósitos fiscais. Nada mais lógico, portanto, do que o cuidado especial dispensado ao controle das operações internacionais, o que se traduz em um legado documental muito mais rico do que aquele de que dispomos em relação às demais esferas da atividade econômica. Tal viés, embora indesejável, não se torna por isto menos real: a história do comércio internacional, na Inglaterra assim como por toda a Europa, encontra-se muito mais bem escrita do que qualquer outra de suas congêneres, e termina, desta forma, por informar nossa percepção de todos os demais fenômenos econômicos.

Feitas estas ressalvas, parece adequado proceder agora a uma vindicação da importância do comércio internacional na Inglaterra de então. Muito embora este setor respondesse apenas por uma parcela reduzida do total da riqueza produzida no reino, por trás dele encontrava-se o elemento dinâmico, a possibilidade de ganhos rápidos e vultosos, a flexibilidade e a volatilidade que impulsionavam os fluxos econômicos por novos e tortuosos canais. É ali, já dizia Braudel, que podemos encontrar o capitalismo em sua forma

incipiente (1997, v. 2). Também ali se encontra a fonte de uma modalidade bastante diversa de dinamismo, o das crises de escoamento, produção redundante e desemprego em massa. De acordo com Barry Supple, o baixo desenvolvimento do mercado de crédito, somado à instabilidade da demanda interna, transformaram o comércio internacional, durante o período em questão, no principal indutor de prosperidade ou estagnação econômica, colocando em segundo plano até mesmo as inescapáveis flutuações associadas ao ciclo agrícola. As crises econômicas que tão frequentemente assolaram a Inglaterra durante a primeira metade do século XVII estiveram todas, sem exceção, vinculadas primordialmente a distúrbios na esfera do comércio exterior (1964, pp. 8-9; 19)[13].

Assim como acontecia no setor manufatureiro, o comércio de exportação da Inglaterra também era amplamente dominado pelos produtos têxteis. Embora a participação relativa dos diversos tipos de tecidos na pauta de exportações tenha sofrido alterações ao longo dos séculos XVI e XVII, sua massiva importância conjunta permaneceu basicamente inalterada. Até fins do período medieval, o principal artigo de exportação da Inglaterra ainda era a lã não-manufaturada, transformada em têxteis por artesãos do norte da Europa. Um dos traços mais marcantes da evolução econômica inglesa durante o início do período moderno, conforme já mencionado, foi o desenvolvimento acelerado da manufatura têxtil doméstica. Concomitantemente, os produtos têxteis passaram, a partir de meados do século XV, a substituir a lã como principal item da pauta de exportações (Coleman, 1977, pp. 48-52). Já ao início do século XVI, as exportações totais de têxteis superam as exportações de lã, ao mesmo tempo em que os tecidos britânicos não-acabados tomam o lugar antes ocupado pela produção flamenga por todo o Continente, alcançando posição dominante no mercado europeu (Friis, 1927, pp. 8-19). À época da ascensão de Elizabeth, os produtos têxteis respondiam por aproximadamente 80% do total das exportações inglesas, ao passo que as exportações de lã – por volta de 95% do conjunto das exportações pouco mais de

---

[13] Uma correlação semelhante também pode ser encontrada em meio às flutuações econômicas ocorridas na Inglaterra ao longo do século XVI (Fisher, 1940, p. 96)

um século antes – sequer chegavam a 10% do total (Stone, 1949, p. 37-8). Meio século depois, no momento em que os Tudor legavam a coroa inglesa aos Stuart, a situação permanecia essencialmente a mesma: aproximadamente 90% do total das exportações deixava o reino na forma de produtos têxteis (Supple, 1964, p. 6).

Assim, para utilizar as palavras de Lawrence Stone, a Inglaterra de então exportava tecidos, materiais têxteis, e nada além disto (1949, p. 38). Estes dados agregados escondem, no entanto, todas as flutuações e recomposições internas que constituem a própria história do comércio exportador inglês durante o período. A primeira metade do século XVI foi um momento de expansão generalizada[14], que se insere dentro do contexto mais amplo de transferência do centro gravitacional do comércio europeu, abandonando a região do Mediterrâneo em direção ao Atlântico Norte (Rabb, 1975, pp. 88-9). A dinamização do comércio exportador da Inglaterra esteve diretamente relacionada com o estabelecimento de Antuérpia como principal centro de distribuição de mercadorias da Europa Ocidental, devido aos óbvios benefícios geográficos assim obtidos. Outros fatores, porém, também estiveram em ação, dentre os quais merecem destaque os grandes *debasements* promovidos por Henry VIII. Dado que os reajustes inflacionários domésticos apenas acompanhavam as reduções no conteúdo metálico da moeda à distância, com significativa defasagem, o que se verificou foi uma distorção dos termos de troca internacionais em favor do setor exportador inglês, cujos produtos subitamente passaram a ser oferecidos em condições mais competitivas nos mercados europeus. Este novo impulso de demanda externa se fez sentir desde a década de 1520, induzindo crescimento acelerado do setor têxtil por meio do deslocamento de recursos de outros ramos da atividade econômica. A meados do século, sob o efeito deste contínuo impulso artificial, a economia inglesa já se encontrava excessivamente viesada em direção à produção de tecidos, introduzindo um componente de transformação estrutural e instabilidade social que

---

[14] F. J. Fisher estima que as exportações da Inglaterra cresceram por volta de 150% no período (1940, p. 96).

viria em breve a ser temido e abominado[15] (Fisher, 1940, pp. 97-101, Supple, 1957, pp. 247-8).

O comércio de exportação da Inglaterra durante este período possui uma série de características que merecem destaque. O artigo mais importante da pauta eram então as *broadcloths*, tecidos finos de pura lã adequados para uso em regiões frias. Em razão disto, os principais mercados consumidores destes produtos encontravam-se no norte da Europa, em particular nos Países Baixos e na região do Báltico. Embora fossem exportadas em diversas modalidades, a depender de cada região produtora e consumidora, a parcela mais significativa das *broadcloths* era remetida em estado não-acabado, antes de ser submetida aos processos de tingimento e suavização de textura – e isto não obstante as tentativas de restrição à exportação de tecidos não-acabados ocorridas desde o reinado de Henry VII, sobre as quais mais será dito adiante. Os tecidos ingleses nestas condições eram exportados para os centros manufatureiros dos Países Baixos, que conseguiam operar os processos de acabamento de forma mais eficiente que seus pares britânicos, sendo a partir dali exportados para os mercados consumidores finais. Por outro lado, a parcela da produção que já deixava a Inglaterra em estado acabado era em geral enviada diretamente às regiões onde seria consumida (Hinton, 1959, p. 24; Tawney, 1958, pp. 43-5; Unwin, 1966b, pp. 277-8).

O florescimento do mercado de Antuérpia também induziu semelhante concentração espacial dentro da Inglaterra. Devido às facilidades geográficas e políticas oferecidas ao comércio marítimo com os Países Baixos, as atividades exportadoras inglesas terminaram por se concentrar majoritariamente em Londres, às expensas das demais províncias portuárias do reino. Iniciada durante o reinado de Henry VIII, esta tendência se tornaria ainda mais acentuada ao longo dos próximos cem anos. Já durante o reinado de

---

[15] Algumas das consequências do crescimento acelerado do comércio exportador foram a conversão de grande extensão de terras aráveis em pastagens, o aumento da penetração da indústria doméstica nas zonas rurais, e também o significativo crescimento da classe mercantil (Fisher, 1940, p. 98)

Elizabeth, Londres gerenciava aproximadamente 90% do total do comércio exterior da Inglaterra. Durante o início do século XVII, a participação relativa da capital se reduz, porém ainda permanecendo próxima a três quartos do total transacionado (Coleman, 1977, pp. 52-3; Fisher, 1950, p. 152; Friis, 1927, pp. 19-21; Stone, 1949, pp. 40-1). Mas embora concentrado em Londres, o comércio exterior inglês ainda não se encontrava, durante a primeira metade do século XVI, predominantemente nas mãos de cidadãos ingleses – pelo contrário, cabia a mercadores estrangeiros ali residentes, em particular representantes dos Países Baixos e da Liga Hanseática, a condução a bom termo das relações comerciais com o resto da Europa, incluídas aí as exportações de tecidos (Coleman, 1977, pp. 57-8).

O comércio exportador da Inglaterra era, portanto, pouquíssimo diversificado, tanto no que tange aos produtos transacionados quanto aos mercados que os absorviam. Recorrendo mais uma vez às palavras de Lawrence Stone, a prosperidade comercial da Inglaterra dependia inteiramente da capacidade da Europa de absorver a produção têxtil que o reino ofertava em quantidade virtualmente ilimitada (1949, p. 39). Esta dependência excessiva face a uma classe bastante restrita de artigos de exportação introduziu um componente de instabilidade na estrutura econômica inglesa, tornando-a suscetível a flutuações drásticas em decorrência das condições encontradas nos mercados do norte da Europa – algo que se tornaria evidente quando as décadas de prosperidade ocorridas ao início do século deram lugar ao cenário recessivo que se instaurou a partir da década de 1550.

Antes de mais nada, é necessário ressaltar que, embora a prosperidade do início do século já pertencesse ao passado, a Inglaterra se encontrava, à época da sucessão de Henry VIII, entre as nações privilegiadas dentro da esfera do comércio internacional europeu. Os prolongados conflitos dinásticos e religiosos que assolaram a Europa mediterrânea durante a primeira metade do século – culminando no tratado de Cateau-Cambrésis – transformaram Inglaterra, Flandres e França nos principais centros mercantis da Europa Ocidental (Coleman, 1977, pp. 59-60). Embora estagnado, o comércio exterior da

Inglaterra elizabetana manteve-se ativo, e assim teve a chance, negada a outros competidores, de adaptar-se às novas circunstâncias.

Mesmo assim, a adaptação não seria nada suave. O período elizabetano foi um momento de profundas transformações na organização econômica da Inglaterra, cujas manifestações mais evidentes se davam sempre na esfera do comércio exterior. Um dia tão celebrada, a grande expansão comercial elizabetana foi pouco mais do que uma cortina de fumaça, conforme parece consensual na historiografia já há algum tempo[16]. Ao final da década de 1550, quando Elizabeth sobe ao trono, o comércio de exportação de tecidos do reino encontrava-se 30% abaixo dos níveis mais altos alcançados durante a primeira metade do século, e permaneceria oscilando em torno deste patamar até o início do XVII. Como afirma F.J. Fisher, a grande expansão comercial havia terminado (1940, p. 104). A razão mais óbvia por trás desta reversão de tendência foi a própria saturação dos mercados consumidores de têxteis do norte da Europa. A fragilidade estrutural da economia inglesa, aliada ao baixo dinamismo econômico da Europa em geral, minou as bases sobre as quais se sustentara até então a prosperidade mercantil (Brenner, 2003, pp. 33-40).

No que tange ao setor têxtil, o que as novas condições internacionais definiram foi um contexto de competição intensa por mercados basicamente estáticos. Embora o momento fosse delicado para a Inglaterra, os verdadeiros perdedores foram os centros manufatureiros tradicionais de Flandres e do norte da Itália, prejudicados como foram pelos desenvolvimentos na cena política européia. A partir de então, a Inglaterra e as Províncias Unidas passariam a dividir entre si o mercado europeu de têxteis, cada qual buscando ampliar sua própria participação em detrimento da outra. As próprias características da indústria têxtil inglesa determinavam que este esforço competitivo se daria não por meio de preços mais baixos, mas sim desenvolvendo novos produtos e buscando novos mercados. A longo prazo, isto teria efeitos drásticos sobre os padrões comerciais do reino. A médio

---

[16] Entre os destacados historiadores que subscrevem esta interpretação, encontram-se Robert Brenner (2003), F.J. Fisher (1940), Lawrence Stone (1949), Barry Supple (1964) e George Unwin (1966c).

prazo, as consagradas *broadcloths* seguiram sendo seu principal artigo de exportação, mas com a significativa diferença de que, a partir de agora, a expansão comercial nesta direção era virtualmente impossível (Fisher, 1950, p. 152).

Embora a estagnação se provaria definitiva, o terceiro quartel do século foi um período de maiores dificuldades para a economia inglesa do que os anos que se seguiram, pois foi então que os custos do ajustamento se fizeram sentir de forma mais aguda. Embora altamente benéfica a longo prazo, a reforma monetária promovida por Elizabeth no início de seu reinado teve o efeito imediato de corrigir a distorção dos termos de troca entre a Inglaterra e o restante da Europa, tornando os produtos ingleses menos competitivos no exterior – o que apenas agravou o estado do já combalido setor têxtil (Fisher, 1940, pp. 104-5). Alguns anos mais tarde, dificuldades ainda maiores acompanhariam o fechamento do mercado de Antuérpia por conta da invasão espanhola. As íntimas relações comerciais entre Londres e Antuérpia já se encontravam há muito firmemente estabelecidas – durante a década de 1560, aproximadamente dois terços do comércio internacional inglês tinha sua contrapartida na cidade flamenga (Stone, 1949, pp. 40-1). O colapso deste centro mercantil fundamental deu lugar a um período de desorganização na estutura do comércio intra-europeu, tirando as diversas nações de suas zonas de conforto e as forçando a buscar alternativas para substituir os serviços e conveniências antes comodamente encontrados em Antuérpia.

As consequências deste episódio sobre o comércio exportador inglês, embora importantes, foram limitadas. O principal destino dos têxteis não-acabados continuaram sendo os Países Baixos (não mais os territórios espanhóis, mas sim as Províncias Unidas), onde se encontravam os principais centros encarregados da sua manufatura final. Já com relação aos têxteis que eram exportados em estado final, foi necessário estabelecer ligações comerciais mais diretas com as regiões onde eram demandados. Tais produtos nunca deixaram, entretanto, de ocupar uma posição bastante modesta dentro do comércio internacional do reino ao longo do período elizabetano – mesmo após a queda de Antuérpia, as Províncias Unidas, juntamente com alguns territórios germânicos ocidentais, ainda eram

o destino de mais de 70% das exportações inglesas (Stone, 1949, pp. 50-1). A mudança mais importante a afetar o setor exportador foi, sem dúvida, o despertar de um espírito nacionalista em meio a este novo contexto de acirrada competição internacional, e a substituição, assim engendrada, dos mercadores estrangeiros por seus equivalentes britânicos como principais agentes do comércio internacional da Inglaterra. Verifica-se neste período uma reversão drástica dos padrões prevalecentes durante o início do século, ocorrendo rápida e quase completa erradicação da participação de estrangeiros no comércio de têxteis (Friis, 1927, p. 62). O ônus do ajuste coube especialmente aos mercadores hanseáticos, que viram seus tradicionais privilégios instituicionais em Londres abolidos um após o outro, em favor da companhia dos Merchant Adventurers (Fisher, 1940, pp. 108-9; Lingelbach, 1904, p. 268; Unwin, 1966c, pp. 146-7).

Porém à parte as profundas mudanças organizacionais e institucionais que serão discutidas mais adiante, as consequências mais significativas da crise do terceiro quartel do século não afetaram a Inglaterra em seu papel como ofertante internacional de bens, mas sim como consumidora. A expansão comercial do início do século aumentou o poder de compra internacional da sociedade inglesa, o que se traduziu durante algum tempo em aumento nas importações e concomitante melhora nos padrões de consumo domésticos. Mas as depreciações monetárias ocorridas a partir da década de 1520, ao mesmo tempo em que aumentaram a competitividade dos produtos ingleses no exterior, desestimularam a entrada de mercadorias no reino (Fisher, 1940, pp. 98-101). A situação seria novamente revertida com a reforma monetária elizabetana, que proveu novo estímulo ao setor importador inglês precisamente no momento em que os fluxos comerciais europeus entravam em desarranjo. Se Antuérpia desempenhava um papel importante no escoamento da produção têxtil da Inglaterra, ela também funcionava como uma grande feira em estado permanente, onde se podia encontrar, reunidas em um mesmo local, todas as mercadorias que circulavam pelos canais mercantis europeus. Com o fechamento do mercado de Antuérpia, tornou-se necessário ir buscar cada mercadoria em seu próprio local de origem,

algo que os súditos de Elizabeth pouco tinham feito até então (Friis, 1927, pp. 54-8; Stone, 1949, pp. 43-4).

Assim, a história do comércio exterior ao final do período Tudor pode ser redefinida não como a continuação da grande expansão ocorrida sob Henry VII e seu filho, mas sim como o desbravamento das rotas comerciais intra- e extra-européias por parte da crescente classe mercantil inglesa, que buscava estabelecer seus próprios nexos em substituição àqueles que haviam sido bruscamente rompidos. Neste processo, parece seguro afirmar – indo de encontro pela primeira vez à interpretação de F.J. Fisher (1940) – que o impulso fundamental proveio não do setor exportador, mas sim da renovada demanda interna por artigos importados cuja disponibilidade fora drasticamente reduzida (Brenner, 2003, 3-45). A pauta de importações inglesa, claro, era muito mais diversificada do que sua base exportadora; entre os itens mais relevantes estavam os vinhos, o cânhamo e seus derivados, diversas matérias-primas utilizadas no acabamento de têxteis, produtos alimentícios de origem oriental ou sub-tropical, e também artigos têxteis de luxo (Stone, 1949, pp. 38-9). Consequentemente, o esforço de reconstrução dos fluxos comerciais teve que se estender em várias direções ao mesmo tempo.

A França e a Península Ibérica já eram parceiras comerciais da Inglaterra desde antes da queda de Antuérpia. Esta última funcionava como um mercado secundário para os têxteis ingleses, oferecendo em troca vinhos e azeite. As relações com a França, porém, eram de uma natureza completamente diversa. A Inglaterra era essencialmente uma consumidora de produtos franceses (em particular vinhos, sal, linho e corantes), ao passo que a penetração de seus produtos na França era bastante limitada, resultando em um saldo comercial amplamente deficitário para a Inglaterra. Este desequilíbrio era coberto, até meados do século, pelos excedentes obtidos no comércio com os Países Baixos e com a Península Ibérica. Juntas, estas três regiões encerravam a quase totalidade da rede mercantil inglesa – um arranjo que, justamente por ser limitado e auto-contido, mostava-se satisfatoriamente estável (Stone, 1949, p. 40). Com o fechamento do mercado de Antuérpia, essa rede foi forçosamente expandida em meio à busca por novas fontes que pudessem

suprir a demanda inglesa por artigos importados. As relações da Inglaterra com seus novos parceiros comerciais assemelhavam-se, assim, muito mais àquelas mantidas com a França do que com os Países Baixos – a Inglaterra desempenhava, antes de mais nada, o papel de importadora de bens, buscando, quando possível, utilizar sua própria produção para cobrir parte do déficit comercial. À medida que aumentava o número destes ramos deficitários, tornava-se progressivamente mais difícil administrar a cobertura dos saldos negativos com os excedentes obtidos nos mercados tradicionais de exportação.

A expansão da rede mercantil inglesa se deu basicamente em duas direções, leste e sul. Durante o período elizabetano, as duas regiões mais significativas que viram a consolidação de seus laços comerciais com a Inglaterra foram o Báltico e o Levante. O estreitamento dos vínculos mercantis com o Báltico ocorreu como consequência direta da deterioração das relações entre a Inglaterra e a Hansa, que até então se encarregava de levar até o reino os artigos oriundos da região. Do Báltico vinham produtos absolutamente essenciais para toda a Europa, não menos para a Inglaterra, de forma que se tornou indispensável o estabelecimento de relações mais diretas. Não por acaso, o comércio com o Báltico foi talvez o mais próspero ramo mercantil inglês durante a segunda metade do século XVI. Em troca dos suprimentos de cereais e matérias-primas para a indústria naval que atravessavam o estreito de Öresund em direção ao Canal da Mancha, a Inglaterra enviava seus têxteis acabados – *kerseys*, *worsteds*, *broadcloths* tingidas na lã, entre outros – que encontravam mercado nas regiões frias e pobres da Polônia e do leste da Alemanha (Hinton, 1959, pp. 1-2). O caso do comércio com o Levante é similar, em linhas gerais. Os produtos dali trazidos não eram tão cruciais quanto os do Báltico; além da seda crua, a pauta de importações era composta majoritariamente por artigos supérfluos, tais como frutas exóticas (em especial os *currants*) e especiarias. Não obstante, tais produtos encontravam um ávido mercado junto à crescente classe média inglesa. Além disto, por razões óbvias, os têxteis ingleses possuíam muito menor penetração no Levante do que no Báltico, de forma que também aqui a Inglaterra desempenhava o papel de importadora líquida (Brenner, 2003, pp. 3-23; Epstein, 1908, pp. 20-4).

Assim, os dois principais canais mercantis criados sob Elizabeth ofereciam à Inglaterra problemas de balança comercial. O Báltico era quase um exemplo canônico de comércio cronicamente deficitário: a demanda inglesa pelos produtos da região era praticamente inelástica, ao passo que sua posição como exportadora era bastante frágil (Wilson, 1949, pp. 338-40). Mas isto não impediu o florescimento das novas rotas comerciais. Os negócios com o Báltico atingiram seu ápice ao final do reinado de Elizabeth, porém entrando em decadência a partir do início do século XVII devido ao acirramento da competição marítima holandesa na região (Hinton, 1959, pp. 7-11). O comércio levantino seria mais importante a longo prazo, tornando-se um dos pilares da expansão mercantil britânica na região do Mediterrâneo durante a primeira metade do século XVII (Davis, 1961, pp. 119-22). Outras possibilidades também foram exploradas, com resultados imediatos menos expressivos: Moscóvia, Berbéria, África Ocidental, Índias Orientais. Seria, porém, um equívoco assumir que a Inglaterra já havia, à época de Elizabeth, transcendido os limites da Europa em direção a uma atuação verdadeiramente global. A rigor, o comércio exterior do reino continuava estreitamente vinculado à economia da Europa Ocidental.

Apesar de sua inegável importância para a reestruturação organizacional do setor mercantil, os novos ramos comerciais estabelecidos durante a segunda metade do XVI ainda ocupavam uma posição marginal dentro do quadro mais amplo do comércio exterior inglês. O Báltico, de longe o mais importante deles, respondia por apenas aproximadamente 10% do total das transações internacionais da Inglaterra (Heckscher, 1950, p. 227; Stone, 1949, pp. 50-1). Ao final do século XVI, os padrões comerciais do reino não apresentavam, em linhas gerais, grandes mudanças em relação à situação que prevalecera à época da ascensão de Elizabeth. As sementes da mudança, porém, haviam sido lançadas, dentre as quais a mais importante sem dúvida foi o desenvolvimento inicial do comércio das *new draperies*. A abertura de tantas novas rotas comerciais quantas fosse possível não poderia eliminar o fato de que o setor exportador tradicional da Inglaterra passava por uma recessão secular, que terminou por determinar o estado de estagnação econômica permanente característico do período elizabetano. A chave para a solução desta crise já vinha à tona

durante o último quartel do século, quando as remessas de *new draperies* começavam lentamente a surgir nas estatísticas de exportação. Os novos têxteis nunca deixariam de ocupar uma posição marginal na economia da Inglaterra tudoriana, mas é ali que se encontram as bases da prodigiosa prosperidade que viriam a experimentar ao longo do XVII (Coleman, 1977, pp. 64-6; Stone, 1949, pp. 45-50).

A crise no setor exportador tradicional estava relacionada, basicamente, à saturação dos mercados consumidores do norte da Europa e à incapacidade da Inglaterra de competir eficientemente por eles com seus rivais internacionais (Supple, 1964, pp. 19-20, 136-42). Dado que a manufatura têxtil ainda era o pilar fundamental do comércio exportador, uma reação natural seria buscar novos mercados em que a produção inglesa pudesse competir de forma mais vantajosa. A ascensão das *new draperies* esteve desde o início ligada à expansão comercial da Inglaterra rumo ao sul e ao leste, iniciada sob Elizabeth, porém amadurecida e consolidada durante o período Stuart (Ashton, 1979, p. 15; Brenner, 2003, pp. 3-33). Mais leves e baratas, as *new draperies* eram muito mais adequadas do que as *broadcloths* para as populações do sul da Europa e da região do Levante, e foram assim gradualmente inseridas nestes mercados como moeda de troca pelos artigos demandados por consumidores ingleses. Este novo padrão comercial se estabelece de forma clara durante a primeira metade do século XVII: enquanto 80% das remessas de *broadcloths* tem como destino o norte da Europa, mais da metade das demais exportações deixam o reino rumo ao sul; dentre estas últimas, aproximadamente 75% são artigos têxteis – *new draperies*, em sua maioria. À época das guerras civis, o valor total exportado sob cada uma das duas grandes rubricas já era o mesmo (Fisher, 1950, pp. 153-8; Supple, 1964, p. 153).

Devido a seu desenvolvimento recente, a produção das *new draperies* era frouxamente regulada, resultando em maior flexibilidade produtiva. O que os produtores dos Países Baixos e territórios germânicos fizeram com a manufatura inglesa nos mercados do norte, a Inglaterra também o fez com a Itália nos mercados meridionais. Produzindo artigos leves e versáteis de forma mais eficiente, a Inglaterra conquistou o Mediterrâneo e decretou o fim da tradicional indústria têxtil italiana, reduzindo a região à condição de fornecedora de

matérias-primas e consumidora de manufaturas (Davis, 1961, pp. 126-37; Supple, 1964, pp. 157-62). Este ambiente de relativa liberdade também resultou em uma pequena desconcentração espacial do comércio exportador, uma vez que vários dos portos provinciais passaram a se envolver com os novos têxteis (Coleman, 1977, pp. 64-6; Friis, 1927, pp. 62-8). A consolidação das *new draperies* abriu o caminho para a emergência de um novo cenário, no qual Holanda – produzindo artigos mais pesados e de qualidade superior – e Inglaterra – especializada em tecidos leves e baratos – dividiam os mercados europeus de têxteis exclusivamente entre si (Wilson, 1969a, passim).

Mudara a composição da pauta, porém o comércio exportador inglês ainda permanecia, durante a primeira metade do XVII, dependente ao extremo dos derivados da lã. À parte estes, os únicos itens quantitativamente relevantes eram as re-exportações de produtos obtidos por meio das novas rotas mercantis (Fisher, 1950, p. 159). O comércio com o Báltico, conforme já mencionado, atravessava uma fase recessiva; as explorações coloniais na América apenas começariam a se tornar economicamente relevantes a partir do interregno (Wilson, 1965, p. 57). O período testemunhou, entretanto, um acontecimento pleno de implicações: a construção de laços comerciais diretos entre a Inglaterra e o Extremo Oriente, em particular a partir da criação da *East India Company* em 1600. O comércio com o Oriente possuía características semelhantes às das transações com o Báltico e o Levante, porém ainda mais acentuadas. Uma grande variedade de artigos era importada, porém a penetração das exportações inglesas era ainda mais restrita. Mais do que isto, a cotação da prata era significativamente mais alta no Oriente do que na Europa, tornando mais vantajosa a utilização da própria moeda para a condução dos negócios. As importações eram pagas, desta forma, com lucros obtidos no comércio realizado entre os diversos portos das Índias, com créditos de curto prazo obtidos na região e, principalmente, com exportações de metais preciosos – as mercadorias inglesas eram exportadas apenas em quantidades bastante modestas (Chaudhuri, 1963, pp. 24-7).

Em compensação, a demanda doméstica pelos produtos trazidos do Oriente ainda era reduzida, de forma que grande parcela das importações era por sua vez re-exportada

para outros destinos dentro da Europa. As atividades da *East India Company* eram pan-européias por excelência (Chaudhuri, 1963, p. 26, 31). O desenvolvimento da companhia resultou na erradicação de uma parcela significativa do comércio com o Levante, onde as mercadorias do Oriente – que ali chegavam por via terrestre – eram até então obtidas. Dali em diante, as atividades importadoras na região passaram a girar quase exclusivamente em torno dos *currants* e da seda crua (Epstein, 1908, pp. 40-67; Davis, 1961,p. 125). É também por conta da expansão do comércio no Extremo Oriente que a Inglaterra começa a se ver envolvida em conflitos militares de motivação econômica – embora isto apenas ocorra a partir da década de 1620, fazendo parte, mais propriamente, de uma história posterior (Rabb, 1975, pp. 88-9).

É necessário, por fim, colocar todo este quadro em perspectiva. A despeito de todo o desenvolvimento ocorrido ao longo do período em questão, a atividade mercantil na Inglaterra do início do século XVII ainda se sustentava sobre bases frágeis. Ocasionalmente, um ou outro empreendimento resultava, sim, em lucros fabulosos; os riscos assumidos, entretanto, eram altíssimos, e o nível de retorno dos investimentos no setor como um todo era baixo. As grandes fortunas não se faziam no comércio internacional, mas sim na esfera das finanças – em especial as finanças públicas – e nos círculos fechados da corte. A atividade mercantil do reino apenas se expandiu da forma como o fez porque a sociedade inglesa dispunha, à época, de significativo excedente de capital; os espaços restritos do serviço público e do mercado fundiário não eram capazes de absover esses recursos em sua totalidade (Grassby, 1969, pp. 724-47). Ainda assim, as condições delicadas sob as quais o comércio exterior era conduzido incutiam em seus agentes o desejo de sempre buscar o máximo possível de salvaguardas, de forma a operar em condições menos erráticas – o que ilumina várias das idiossincrasias tão características da economia inglesa de então.

1.2 ARRANJOS INSTITUCIONAIS

As construções intelectuais de uma época guardam relação não apenas com a maneira particular em que os processos econômicos se manifestaram naquele determinado momento histórico, mas também com a estrutura institucional que os balizou, restringiu e impulsionou. Nesta seção, pretende-se esboçar em traços largos o quadro de referência sócio-político que moldou a evolução dos fenômenos econômicos na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, e que portanto esteve presente, mesmo que de forma silenciosa, por trás das reflexões contemporâneas sobre o tema. Em um primeiro momento, a atenção estará voltada para o tratamento de um tópico que, embora abordado com pouca frequência, é de fundamental importância para os propósitos deste estudo: a estrutura dos sistemas monetário e financeiro europeus ao início do período moderno. Feito isto, procede-se então à discussão dos seguintes temas, cada um a sua vez: formas de organização da atividade econômica na Inglaterra, em particular na esfera do comércio internacional; relações político-institucionais dentro das quais eram tomadas as decisões concernentes à vida econômica do reino; finanças públicas, seu estado e os instrumentos fiscais à disposição da coroa; e por fim, uma breve análise dos principais temas e tendências que marcaram a política pública inglesa durante o período.

Moeda e finanças internacionais

Não existe armadilha historiográfica potencialmente mais nociva do que o encanto do analista com seu próprio patrimônio intelectual. Do alto da sabedoria conferida pelo estado contemporâneo da teoria monetária, historiadores das idéias econômicas tendem a tratar os problemas relacionados à moeda surgidos em qualquer época como questões que naturalmente se reduziriam aos princípios analíticos hoje prevalecentes, se apenas as ferramentas adequadas estivessem então disponíveis. No caso dos estudos sobre a “era mercantilista”, isto resultou em graves deficiências interpretativas. Supor que as condições monetárias em vigor durante o início do período moderno se assemelham mais do que

espuriamente aos arranjos de nosso próprio tempo, ou que podem de alguma forma ser a eles reduzidas, é garantir *a priori* a incompreensão dos problemas em questão – e, consequentemente, também das reflexões acerca dos mesmos. As leis e processos que governavam a moeda na Europa dos séculos XVI e XVII eram tão distintos de qualquer equivalente hoje em operação que se torna imprescindível proceder a uma exposição detalhada do tema antes de proferir qualquer julgamento sobre as idéias contemporâneas que o tentaram racionalizar.

Antes de mais nada, é preciso lembrar, conforme já mencionado anteriormente, que mesmo nos países economicamente mais avançados de então, seja na Europa ou no Oriente, a moeda não havia penetrado por completo o tecido das relações materiais. Pelo contrário, a norma era a coexistência, dentro de uma mesma sociedade, de dois setores, um altamente monetizado e outro onde as trocas ainda ocorriam em sua forma "natural" – configurando aquilo que se convencionou chamar, na terminologia contemporânea, de economias duais (Blitz, 1967, pp. 47-8; Heckscher, 1953, passim). A própria existência deste dualismo e o gradual avanço da moeda sobre áreas até então intocadas já eram, em si, suficientes para criar um elemento de instabilidade crônica, com resultados potencialmente traumáticos[17]. Mas é no setor monetizado, aquele onde se materializam os impulsos da vanguarda econômica, que podemos encontrar as raízes dos tremores que sistematicamente atingiram as sociedades européias da época.

A Europa de então operava com base em um sistema monetário metálico. Isto significa não apenas que as moedas correntes eram cunhadas a partir de metais preciosos, mas também que havia, idealmente, uma relação direta entre a quantidade de metal contido em uma determinada moeda e o seu valor de face. Embora cada unidade política cunhasse suas próprias moedas, todas elas circulavam mais ou menos livremente na esfera do

---

[17] Em uma de suas mais célebres teses, Heckscher (1943, pp. 550, 585) argumenta que a obsessão mercantilista pelos metais preciosos tinha origem justamente em uma espécie de ilusão monetária criada pelo processo de monetização das economias européias ocorrido durante o início do período moderno.

comércio internacional, não obstante as tentativas de restrição à sua exportação. Algumas moedas, entretanto, ocupavam lugar de destaque no mundo das finanças internacionais devido à maior confiança nelas depositada pelos agentes econômicos – confiança, isto é, na pureza e exatidão de seu conteúdo metálico. Estas moedas de referência internacionais naturalmente passam a ser mais valorizadas que as demais, pois conferem maior fluidez e segurança aos negócios. Após um longo período em que predominaram moedas de origem bizantina e islâmica nas transações internacionais da Europa, as moedas de ouro italianas passaram a substituí-las nesta função durante a baixa Idade Média – primeiramente o *fiorino* de Florença, mais tarde o *ducato* de Veneza (Cipolla, 1967, pp. 20-21). Porém, com o início das entradas massivas de metais preciosos vindos da América, a Espanha se tornou a principal responsável pelas emissões monetárias européias; os *reales de a ocho* ali cunhados transformaram-se, assim, na nova moeda internacional por excelência, em particular nas transações comerciais com o Oriente (Chaudhuri, 1963, pp. 30-3).

A substituição das moedas italianas pelos *reales* também simboliza uma transformação mais profunda na estrutura do sistema monetário europeu. Enquanto os *fiorini* e *ducati* eram cunhados utilizando o ouro, os *reales* eram moedas de prata. Após um período de abundância relativa de ouro entre os séculos XIII e XV, o equilíbrio entre os dois metais novamente se alterou a partir do século XVI com as importações maciças de prata da América. A prata, a partir de então abundante em termos relativos, passa a ser o metal em torno do qual a economia européia se organiza (Braudel, 1997, v. 1, p. 421; Brenner, 1962, p. 266; Supple, 1957, p. 241). Mas embora predomine a prata, a Europa como um todo, incluída aí a Inglaterra, segue operando um sistema bimetálico. Tanto o ouro quanto a prata são cunhados e têm curso no sistema econômico, além, é claro, de possuírem relações de troca recíprocas enquanto metais preciosos. São as relações entre estes dois metais que determinam as oscilações mais amplas ocorridas no sistema monetário da região.

Apesar de circularem lado a lado, ouro e prata desempenhavam funções diferentes. O ouro, devido a seu valor elevado, mostrava-se deficiente como meio de troca, funcionando então, na maior parte do tempo, como reserva de valor (Blitz, 1967, p. 63). A

prata, por sua vez, era o meio de troca europeu por excelência. Instrumento de trabalho fundamental dos agentes mercantis, a moeda de prata era a engrenagem que colocava em movimento os setores mais dinâmicos da economia ocidental. Neste contexto de estreita correlação entre estoques de metais preciosos e circulação monetária, associada à quase completa inexistência de instrumentos creditícios suplementares, deficiências na oferta do metal branco traduziam-se inevitavelmente em letargia econômica (Braudel, 1997, v. 2, p.489; Supple, 1957, p. 244-6; Supple, 1964, p. 171). Por fim, visando permitir a realização a contento das operações de troca cotidianas, as autoridades políticas frequentemente recorriam à emissão de moedas de pequena denominação, confeccionadas utilizando materiais de valor mais baixo, como o cobre e o latão. O valor de face destas moedas (*petty coins* ou *tokens*) podia até mesmo guardar relação com seu conteúdo metálico; porém, dado seu tamanho reduzido, tornava-se pouco proveitoso proceder a uma avaliação do mesmo, de forma que, na prática, elas tinham curso segundo seu valor de face, seja qual fosse sua composição. As moedas de baixa denominação tiveram ampla circulação por toda a Europa até o final da Idade Média, porém perderam espaço a partir do século XVI devido à elevação do nível de geral de preços, que tornou a prata gradativamente mais adequada para a condução de negócios de pequena monta. Mesmo assim, seguiram cumprindo papel importante, ainda que mais restrito, durante todo o período em questão (Cipolla, 1967, pp. 34-7; Unwin, 1966a, pp. 334-5).

Na Inglaterra, os primeiros passos em direção à introdução de um sistema monetário bimetálico foram dados na década de 1340, durante o reinado de Edward III. Desde a conquista normanda, o reino vinha cunhando apenas peças de prata, porém a necessidade de recorrer aos *fiorini* de ouro nas transações internacionais resultara em um posicionamento pouco favorável no mercado europeu de câmbio. Visando reverter esta situação, a Inglaterra começou então a cunhar também moedas de ouro, colocando-se assim ao alcance dos fluxos de arbitragem que percorriam todo o continente. A atividade de cunhagem inglesa, realizada até meados do XVI em uma série de instituições espalhadas pelo reino, passou exclusivamente à jurisdição da *Tower Mint* a partir da reforma monetária

elizabetana. Mas mesmo após esta transição institucional, a oferta monetária doméstica ainda apresentava deficiências, especialmente no que tange às unidades de menor denominação. Isto porque a casa da moeda era operada por servidores da coroa remunerados de acordo com um sistema de *fee-payment* – ou seja, em proporção direta ao volume de metais preciosos cunhado. Este sistema introduzia um claro viés em favor das peças de elevado valor, capazes de absorver uma determinada quantidade de metal com menor esforço de cunhagem. A escassez de moedas pequenas foi, de fato, um problema constante durante todo o período em questão, induzindo a criação de uma série de arranjos experimentais, tais como a concessão dos direitos de cunhagem de *petty coins* a agentes privados (Craig, 1953, pp. 59-65, 116-23; Unwin, 1966a, pp. 334-5).

Uma característica fundamental dos sistemas monetários metálicos é que, neles, a moeda sofre de uma modalidade bastante peculiar de esquizofrenia. Desempenha não apenas a função de meio monetário, mas também se insere na economia na qualidade de uma mercadoria como qualquer outra, cujo preço relativo é determinado por sua própria oferta e demanda. Enquanto mercadoria, é claro, não é moeda, mas sim metal precioso. Mesmo assim, esse duplo caráter coloca uma série de dificuldades para o bom funcionamento do sistema. A massa monetária em circulação encontra-se sob constante ameaça de redução devido ao estímulo, sempre presente, à utilização dos metais para outros propósitos, sejam eles processos industriais, ornamentação, ou mesmo simples entesouramento. Muito embora o problema do entesouramento afete não apenas os sistemas metálicos, ele se apresenta de forma particularmente intensa sob estas condições, quando a moeda possui um valor intrínseco que independe de sua função como meio de pagamento. Some-se a isto os custos incorridos na forma de senhoriagem, que desincentivam a utilização dos meios oficiais de cunhagem, e se pode facilmente chegar a uma situação de escassez crônica de liquidez – em particular em um contexto de crescente monetização da economia, como era o caso na Europa do início do período moderno (Braudel, 1997, v. 1, pp. 423-5; Blitz, 1967, pp. 53-5).

Em um sistema monetário bimetálico, estes problemas são ainda mais graves, isto porque ouro e prata, enquanto mercadorias, mantém um forte vínculo entre si. Embora o valor de face das moedas cunhadas utilizando cada um dos metais seja rígido a curto e médio prazo, a cotação relativa entre ouro e prata no mercado oscila o tempo todo, colocando assim em movimento uma das várias formas de atuação da lei de Gresham. Se a prata se valoriza em termos do ouro, sem alterações correspondentes no valor de face das moedas com ela cunhadas, torna-se desinteressante utilizar moedas de prata em sua função de meio monetário; há ganhos financeiros a serem obtidos trocando prata por ouro na condição de mercadoria, cunhando este último e o colocando, então, em circulação. No limite, haverá apenas ouro circulando como meio monetário. O oposto ocorreria, é claro, no caso de uma oscilação inversa nos preços relativos. Assim, salvo a situação em que há coincidência exata entre a cotação ouro/prata no mercado e a estrutura relativa dos valores de face das diversas moedas em circulação, o sistema bimetálico converte-se, na verdade, em um sistema monometálico alternado, onde ouro e prata se revezam continuamente na função de meio circulante, ao sabor das flutuações do mercado (Einaudi, 1953, pp. 238-9).

Diante da impossibilidade de controlar as flutuações de mercado da cotação ouro/prata, o funcionamento adequado do sistema requer a criação de um mecanismo de ajuste que permita corrigir a relação entre as diversas moedas circulantes sempre que os preços relativos dos metais preciosos se alterem. Na Europa do início do período moderno, esta função foi desempenhada pelas chamadas moedas de conta – alternativamente conhecidas como moedas imaginárias. Trata-se de um caso típico de inovação surgida espontaneamente em meio ao processo de evolução institucional, sem ter sido fruto de qualquer esforço consciente de organização, e que, mais do que isto, manifestou-se nas mais diversas partes da Europa – na Inglaterra, mas também na França, nas repúblicas italianas, nos Países Baixos, nos principados germânicos, na Península Ibérica. Em linhas gerais, as moedas de conta podem ser definidas como escalas fixas – frequentemente, porém não necessariamente, baseadas em unidades que um dia, de fato, existiram – que são utilizadas como um indexador do sistema monetário em sua totalidade. Por meio da

utilização deste índice, tornava-se então possível corrigir de forma razoavelmente célere a relação ouro/prata em vigor junto à circulação doméstica de moedas (Braudel, 1997, v.1, pp. 425-7).

Vejamos em mais detalhes como funcionava este mecanismo de ajustamento. Em um país qualquer da Europa de então haveria, em determinado momento, uma miríade de moedas em circulação, cunhadas ali mesmo ou em outros países, cada qual com seu valor de face. As relações de valor entre as diversas moedas, feitas de diferentes ligas metálicas, estabelecem uma cotação entre ouro e prata que é válida dentro do sistema monetário específico do país em questão, e que pode ou não corresponder à cotação prevalecente no mercado. Nestas condições, a única forma de alterar a cotação, digamos, oficial entre os dois metais é corrigindo o valor de face ou das moedas de ouro, ou das moedas de prata, ou mesmo de ambas. Este processo é inadequado porque ambos os tipos de moeda funcionam como unidade de conta, e portanto mudanças em seus valores de face requerem contrapartidas equivalentes nos preços de todas as mercadorias em circulação, com complicações evidentes – defasagens no ajuste dos preços poderiam, por exemplo, dar origem a fenômenos como a existência simultânea de dois preços diferentes para a mesma mercadoria. As moedas de conta solucionam este problema introduzindo no sistema uma escala de valoração que é fixa por definição e pode, desta forma, estruturar o sistema de preços independentemente da cotação ouro/prata. Em outras palavras, a função unidade de conta é transferida das moedas reais para a moeda de conta. Os preços das mercadorias passam a ser expressos em moeda de conta, incluídos aí os preços do ouro e da prata. No caso de flutuações na cotação de mercado, os preços do sistema permanecem então os mesmos, bastando corrigir o poder de compra das moedas circulantes – que seguem desempenhando a função meio de pagamento – em termos da moeda de conta para que o equilíbrio do sistema seja restabelecido (Cipolla, 1967, pp. 45-51; Einaudi, 1953, pp. 229-45; Supple, 1957, pp. 239-40).

No caso específico da Inglaterra, este processo se deu da seguinte forma. Após uma reforma monetária levada a cabo durante o período carolíngeo, moedas de prata de

pequeno valor passaram a ser cunhadas e entraram em circulação. Estas moedas, denominadas *pennies*, eram inspiradas no modelo do *denarius* romano. Sua especificação técnica previa que 240 *pennies* deveriam ser cunhados a partir de uma libra (*pound*) de prata pura. Neste contexto, o *pound* funcionava estritamente como uma medida de peso, determinando a quantidade de prata contida em cada *penny*. De forma a facilitar a expressão de valores monetários mais elevados, foram então introduzidas duas unidades de conta superiores: o *shilling*, equivalente a doze *pennies*, e o próprio *pound*, que representava vinte *shillings*. A relação de 1/240 entre o *penny* e o *pound* permanecia, assim, inalterada, porém este último deixava de ser apenas uma medida de peso para tornar-se uma unidade monetária. É importante ressaltar, no entanto, que tanto o *shilling* quanto o *pound* não foram, neste momento, efetivamente cunhados; eles eram apenas unidades de referência que visavam facilitar o cálculo e a expressão de valores monetários. Após a entrada em circulação do *penny*, sucessivas desvalorizações reduziram seu conteúdo metálico, de forma que ele deixou de ter qualquer relação estável com a libra de prata enquanto unidade de peso. As três unidades de conta, porém, permaneceram em uso de forma inalterada, ocasionando o descolamento definitivo entre as duas funções da libra. O *pound* enquanto unidade monetária continuou representando o equivalente a 240 *pennies*, independentemente da quantidade de prata ali contida. Criava-se, assim, a moeda de conta que organizaria o sistema monetário da Inglaterra ao longo de vários séculos (Cipolla, 1967, pp. 39-42).

Embora o princípio operacional das moedas de conta seja conceitualmente simples, o seu uso coloca uma série de problemas para a análise dos registros históricos. Em primeiro lugar, os documentos da época não costumam distinguir entre unidades reais e unidades de conta, refererindo-se às diversas moedas simplesmente por sua denominação. Nada mais natural, posto que, para todos os atores imersos naquele contexto, esta seria uma distinção trivial. Porém, a distinção não é nada trivial para aqueles que, hoje, tentam olhar para trás e entender o sentido das observações e apontamentos da época. O pesquisador interessado nestas questões precisa, antes de mais nada, absorver estas

estruturas institucionais, que constituem um filtro indispensável para a decodificação da evidência documental então produzida. O problema torna-se ainda mais grave devido às relações existentes entre as moedas de conta e outras unidades monetárias que efetivamente tiveram curso em algum momento histórico. Em geral, moedas que gozavam de boa reputação por conta de um prolongado período de estabilidade acabavam sendo perpetuadas como referência de valor, na forma de moedas de conta, quando da ocorrência de alterações no sistema. Assim, as moedas de conta normalmente remetiam a uma unidade que, embora gravada de maneira firme na memória dos agentes, não mais circulava como meio de pagamento. Entretanto, este não era sempre o caso. Em determinadas ocasiões, como ocorreu com os *fiorini* e os *ducati*, as relações de valor tradicionalmente estabelecidas por uma unidade monetária continuaram sendo utilizadas como referência dentro do sistema após a alteração do conteúdo metálico desta mesma unidade, que no entanto permaneceu funcionando como meio de pagamento de acordo com seu novo valor de face. Na situação que assim emerge, uma mesma denominação – *ducato*, por exemplo – é utilizada dentro do sistema com duas funções diferentes: como unidade de conta, de acordo com as relações de valor tradicionalmente consagradas; e como meio de pagamento, seguindo os novos valores circunstancialmente estabelecidos. Obviamente, um cenário como este coloca algumas armadilhas no caminho da investigação histórica (Cipolla, 1967, pp. 46-9).

Outra fonte de possíveis mal-entendidos encontra-se nos meandros do processo de ajustamento das cotações monetárias. Com a separação das funções unidade de conta e meio de pagamento, torna-se possível manipular a base monetária por caminhos diferentes. A forma tradicional de depreciação monetária, o *debasement*, consiste em simplesmente diminuir o conteúdo metálico das moedas sem alterar o seu valor de face. O que se altera, neste caso, são os meios de pagamento, que devem ser trazidos até a casa de cunhagem e então novamente confeccionados com uma liga metálica diferente. Esta opção oferece vantagens evidentes ao soberano na forma de receitas de senhoriagem, porém é excessivamente lenta e trabalhosa para ser utilizada regularmente como meio de gerenciar

o sistema. Como os preços das unidades circulantes são expressos em termos da moeda de conta, uma alternativa infinitamente mais prática e célere seria, ao invés de diminuir seu conteúdo metálico, simplesmente aumentar seu valor nominal sem qualquer alteração correspondente no valor intrínseco. O resultado final deste processo, conhecido como *enhancement* ou *crying up*, é rigorosamente o mesmo de um *debasement*: determinada quantidade de prata tem seu valor elevado em moeda de conta. Porém, esta "valorização" dos meios de pagamento corresponde a uma depreciação equivalente da unidade de conta. Caso ela não tenha como contrapartida uma mudança real no valor de mercado da prata, a tendência é que os demais preços do sistema gradualmente se ajustem em busca da manutenção de sua própria relação de troca com o metal, resultando em elevação do nível geral de preços – ou, em outras palavras, redução do poder de compra da moeda de conta (Einaudi, 1953, pp. 245-9; Gould, 1952, p. 245; Supple, 1957, pp. 240-1).

Mas à parte estes obstáculos técnicos e conceituais impostos pelo abismo que nos separa do período em questão, o sistema bimetálico ancorado em moedas de conta, quando assim descrito, soa como algo perfeitamente estável, gerenciável e racional. Nada poderia estar mais longe da realidade. Rudolph Blitz em certa ocasião afirmou que o sistema bimetálico em vigor durante a era mercantilista não tinha absolutamente nada de sistemático, podendo apenas ser descrito como um sistema de caos (1967, p. 51). O mais superficial contato com os fenômenos a que este arranjo deu origem e com as questões que impôs aos analistas contemporâneos demonstra que há muito de verdadeiro neste veredito. O bimetalismo, conforme já mencionado, não fora deliberadamente adotado por nenhuma sociedade, apresentando-se, antes, como uma herança desajeitada. Mesmo domesticamente, inúmeras dificuldades cerceavam seu bom funcionamento. Custos de senhoriagem, aliados aos constantes esforços visando restringir a exportação de metais preciosos, ofereciam forte desestímulo à própria utilização dos meios oficiais de cunhagem. As moedas em circulação, além de serem fabricadas utilizando ligas metálicas diferentes,

estavam sujeitas a uma série de modificações em seu valor intrínseco devido ao desgaste, adulteração, *clipping*[18] e outras práticas; para determinar seu valor de mercado, era assim necessária a intervenção de um *assayer* que analisasse cada caso individualmente. Ainda mais importante, embora a utilização de moedas de conta facilitasse o ajustamento do sistema em função de flutuações na cotação ouro/prata vigente no mercado, era ainda necessário que as autoridades monetárias fossem capazes não apenas de identificar corretamente estas flutuações, mas também de corrigir a paridade oficial de forma rápida e eficiente – condições que as instituições públicas da época frequentemente não eram capazes de cumprir (Blitz, 1967, pp. 53-5; Einaudi, 1953, pp. 238-44)

Porém, as verdadeiras complicações apenas surgem quando sistemas desta natureza se inserem nos fluxos monetários internacionais. Enquanto estiverem fechados ao exterior, a lei de Gresham pode apenas atuar da forma descrita acima, por meio de entesouramento da moeda sub-valorizada; o meio circulante se deteriora, porém os metais preciosos continuam dentro das fronteiras nacionais. Quando o sistema se abre, surgem novas possibilidades de arbitragem. Caso a cotação oficial da prata em relação ao ouro esteja abaixo da cotação de mercado, os limites ao processo de substituição das moedas de prata por moedas de ouro não são mais impostos pelo estoque doméstico de ouro; passa a ser possível fundir a prata e exportá-la em troca de ouro, que virá, por sua vez, a ser cunhado domesticamente. Em um caso extremo, o país onde tal desequilíbrio ocorre se verá privado de todos os seus estoques de prata, contando apenas com o ouro na função de meio circulante.

Além da arbitragem ocasionada por desequilíbrios na paridade bimetálica, a sub-valorização doméstica de um dos metais correntes ainda abria outros caminhos para a

---

[18] Por *clipping* se designa a prática de remover gradualmente pequenos fragmentos de metal das extremidades de moedas cujas bordas não são marcadas, visando fundir o metal precioso assim obtido para outros usos. Inicialmente invisível a olho nu, este processo poderia, a médio prazo, reduzir significativamente o conteúdo metálico das unidades sobre as quais fosse aplicado.

movimentação internacional da moeda. Mantendo o exemplo anterior, a sub-valorização da cotação oficial da prata em relação ao ouro significa, ao mesmo tempo, sua sub-valorização em relação a todos os demais preços do sistema. Em outras palavras, o poder de compra da prata na economia doméstica é inferior ao seu poder de compra no exterior. Logo, torna-se mais vantajoso, nas transações comerciais internacionais, pagar as importações com prata, ao invés de ouro ou mesmo mercadorias domésticas. O que se cria é, de fato, uma situação de déficit comercial com o resto do mundo, posto que a prata é o meio circulante por excelência; trata-se, porém, de um déficit puramente artificial, que só ocorre devido à negociação da prata enquanto mercadoria nas transações internacionais. Seria absurdo dizer que um país produtor de prata incorre em déficit comercial ao utilizar sua prata para adquirir mercadorias no exterior; para este país, antes de ser moeda, a prata é mercadoria. O mesmo ocorre em uma economia como a descrita acima, em que a cotação oficial da prata é inferior àquela vigente nos mercados internacionais. Esta economia cobrirá seus saldos comerciais com o resto do mundo utilizando a prata, porém não porque seja incapaz de produzir competitivamente mercadorias demandadas no exterior, mas sim porque a prata, enquanto mercadoria, é um produto de exportação mais lucrativo do que qualquer outro. E o mesmo fenômeno se manifesta também em meio aos fluxos comerciais em sentido oposto. Para os agentes envolvidos no comércio exportador, torna-se desinteressante repatriar suas receitas em forma de prata devido à baixa valorização do metal na economica doméstica; é antes preferível converter estes saldos em importações de outras mercadorias (entre elas o ouro), que poderão ser negociadas domesticamente por um valor superior ao seu equivalente em prata no exterior.

Assim, é possível que uma nação se depare com uma situação de déficit crônico em sua balança comercial unicamente em decorrência de um desvio em sua própria paridade bimetálica – ou seja, sem qualquer relação com sua estrutura produtiva e comercial. Na Europa do início do período moderno havia, além do mais, outros fatores em operação que agravavam estas tendências inerentes ao sistema. A circulação monetária no continente não se encontrava contida em si, possuindo, pelo contrário, duas extremidades

abertas. Uma delas era a América, de onde chegavam regularmente novos suprimentos de prata; a outra era o Oriente, este escoadouro insaciável que constantemente dissipava os estoques metálicos europeus. Estas relações globais eram, na verdade, uma reprodução em escala ampliada das condições vigentes para cada unidade política dentro da Europa, porém com um agravante. Dentro do continente europeu, a prata atuava, mais e mais, como meio circulante; ao longo do período em questão, parece ter ocorrido desentesouramento líquido, ou seja, a quantidade de prata que deixou de ser utilizada como mercadoria para entrar em circulação como moeda foi superior àquela que percorreu o caminho inverso. Nos casos da América e do Oriente, pelo contrário, a prata continuava existindo essencialmente como mercadoria. Na América, o metal era o principal artigo local de exportação. No Oriente, a prata era em sua maior parte entesourada, ou utilizada para fins suntuários – e mesmo quando convertida em moeda, circulava dentro de um sistema com o qual a Europa não conseguia se comunicar por vias financeiras (Blitz, 1967, pp. 40-7; Braudel, 1997, v. 1, pp. 413-8; Brenner, 1962, pp. 278-9).

A paridade ouro/prata que prevalecia no Oriente era bastante inferior àquela em vigor na Europa – enquanto nesta última área a relação de valor entre os dois metais oscilava entre 1:12 e 1:14, na China e na Índia ela se encontrava em torno de 1:6 e 1:8, respectivamente. Estando em tão alta estima no Oriente, a prata continuamente abandonava a Europa em direção àquela região, de onde jamais retornava à circulação internacional. É claro que a baixa elasticidade da demanda européia por produtos orientais, associada à baixa penetração dos artigos europeus na região, contribuíam para agravar o problema. Porém, o fator fundamental por trás do déficit comercial crônico da Europa com o Oriente eram as próprias vantagens inerentes à exportação da prata para uma região onde era tão valorizada. Aqui, novamente, a prata deixava de ser moeda e se tornava um simples artigo de exportação em altíssima demanda – conforme atesta, no caso da Inglaterra, a preocupação constante da *East India Company* com a obtenção de estoques adequados de *reales* (Chaudhuri, 1963, pp. 27-30; Riemersma, 1952, pp. 67-71).

Dentro da Europa, grande parte das movimentações financeiras não se dava por meio de transferências de metais preciosos, mas sim utilizando letras de câmbio. Este instrumento, de origem remota, foi difundido pela Europa durante a Baixa Idade Média por obra dos banqueiros italianos, que detinham então as mais avançadas técnicas comerciais e financeiras do continente. À Inglaterra, as letras de câmbio chegaram no século XIV, sendo porém operadas apenas por representantes de casas financeiras estrangeiras – os súditos da coroa apenas começariam a emiti-las eles próprios durante o período Tudor (Richards, 1929, p. 2; Roover, 1953, p. 82). Durante os séculos XVI e XVII, a penetração deste instrumento no sistema monetário europeu cresceu continuamente. Ao início do XVII, as letras de câmbio na Inglaterra já eram, na prática, negociáveis (i.e, pagáveis ao portador)[19], engrossando assim o meio circulante (Richards, 1917, pp. 383-6; Roover, 1974, pp. 219-21). Não obstante, ainda no século XVII, havia limites claros impostos à condução dos negócios intra-europeus utilizando papéis comerciais desta natureza. Em algumas importantes regiões, tais como o Báltico, a Moscóvia e parte da Escandinávia, as letras de câmbio praticamente inexistiam – nas palavras de Charles Wilson, poderiam não valer o papel em que estavam escritas (1951, p. 234). Dada a impossibilidade de utilizar instrumentos de câmbio para a liquidação dos negócios com alguns dos centros vitais do comércio intra-europeu, não havia condições adequadas para o criação de um sistema de pagamentos verdadeiramente multilateral no continente. Em alguns ramos, as relações comerciais ainda se estabeleciam de forma estritamente bilateral – ou seja, utilizando remessas de moeda para a liquidação dos saldos. As mesmas condições prevaleciam, claro, nas transações que transcendiam os limites da Cristandade em direção a regiões como o Levante e o Extremo Oriente[20] (Braudel, 1997, v. 3, pp. 54-5; Hinton, 1959, pp. 41-6; Wilson, 1951, passim).

---

[19] O reconhecimento formal das letras de câmbio como instrumentos negociáveis ocorreria ao final do século XVII, quando a questão foi julgada pela Common Law (Richards, 1917, pp. 383-6)

[20] Eli Heckscher e Charles Wilson envolveram-se em um célebre debate acerca das possibilidades de existência de um sistema de pagamentos multilateral na Europa do início do período moderno. Vide Heckscher (1950), Wilson (1949; 1951) e Sperling (1962, pp. 446-9).

O princípio operacional das letras de câmbio consistia em minimizar os fluxos monetários internacionais por meio da utilização dos saldos positivos em um sentido na cobertura dos saldos negativos em sentido oposto. Um exportador do país A, ao obter saldos monetários no país B por conta de suas mercadorias ali negociadas, eventualmente desejaria remeter suas receitas ao seu país de origem. Caso um exportador do país B obtivesse saldos da mesma exata magnitude no país A, e também optasse por remetê-los em forma de moeda, teríamos como resultado duas movimentações finaceiras em sentido oposto, porém sem qualquer alteração no estoque monetário de cada um dos países. Com a utilização de letras de câmbio, é possível alcançar o resultado final sem a necessidade de realizar as movimentações intermediárias. O exportador do país A, ao invés de remeter seus saldos em moeda, compraria uma letra de câmbio do exportador do país B, que lhe daria direito a receber, dentro de um prazo determinado, uma quantia equivalente na praça comercial do país A. Assim, ambos os exportadores obtém suas receitas no local onde desejam, sem a necessidade de qualquer remessa internacional de moeda.

Vejamos em mais detalhes os aspectos técnicos de uma operação com letras de câmbio. A rigor, uma única transação envolvia quatro partes distintas. Os portadores de saldos em moeda estrangeira em cada uma das praças comerciais entravam em uma relação mútua de crédito, realizada por meio de seus representantes no exterior. Um deles, o tomador de crédito (*drawer* ou *taker*), emitia uma letra de câmbio em favor do outro, o favorecido (*payee*), a ser saldada por seu representante na praça deste último, em nome de quem a letra era emitida (*drawee*). O favorecido, por sua vez, adquiria a letra por intermédio de seu próprio representante na praça do tomador, conhecido como remissor (*deliverer* ou *remitter*), que pagava ao tomador a quantia especificada na transação. A nota se tornava resgatável após um período previamente especificado de acordo com a distância entre as praças comerciais envolvidas, denominado *usance* – termo que indica seu caráter de convenção. Após conceder o crédito ao tomador, e assim entrar em posse da letra de câmbio, o remissor enviava então o documento ao favorecido, que poderia resgatá-lo junto

ao sacado após o decurso da *usance*. Completava-se assim a transferência dos saldos monetários entre as partes envolvidas, sem a necessidade de remessas internacionais.

Embora as letras de câmbio respondam, em essência, aos problemas ocasionados por trocas bilaterais, é fácil perceber como o instrumento também poderia ser utilizado para liquidar as transferências entre múltiplas praças comerciais. Elaborando o exemplo anterior, suponhamos agora a existência de três economias envolvidas mutuamente em operações comerciais, os países A, B e C. Suponhamos ainda que um exportador do país A possui saldos positivos no país B, um exportador deste último possui saldos no país C e, por fim, um exportador do país C possui saldos no país A. Se cada país pretendesse liquidar suas transações de forma bilateral, não seria possível fazê-lo por meio de letras de câmbio, pois não há saldos equivalentes contrários em cada uma das combinações possíveis. Entretanto, a situação pode ser solucionada caso os três exportadores decidam liquidar seus saldos conjuntamente. Neste caso, o exportador A emitiria uma letra de câmbio em favor do exportador B, porém não a enviaria ao país B, vendendo-a, ao invés disto, ao exportador C, que possui em A o saldo suficiente para comprá-la. De posse da letra, o exportador C a venderia novamente, desta vez ao exportador B, que a adquire em troca de seus saldos em C. Por fim, o exportador B pode então resgatar a letra emitida originalmente por A em seu favor. Como resultado, A, B e C se apropriam localmente de seus saldos comerciais e a letra de câmbio é liquidada, sem que nenhuma transferência internacional de moeda tenha lugar.

O exemplo acima pode ser expandido para tantos quantos forem os países, desde que as letras de câmbio por um deles emitidas tenham curso em todos os demais. Além disto, à medida que a utilização das letras se difunde, torna-se desnecessário que haja coincidência exata nos valores das transações, posto que letras dos mais diversos valores, entre as mais diversas praças, estariam a todo momento em circulação. Foi precisamente isto o que ocorreu na Europa ao longo do século XVI, com a consolidação de um arranjo para transferências multilaterais (embora de alcance limitado) entre as principais praças financeiras do continente. O eixo em torno do qual estas transferência se organizavam eram

as célebres feiras de câmbio, que ocorriam periodicamente em locais pré-determinados. De origem medieval, estas feiras eram os verdadeiros centros nervosos das finanças ocidentais; ali não se transacionavam mercadorias, apenas liquidavam-se créditos. As feiras de Champagne e Lyon, no epicentro da Europa, foram durante a Baixa Idade Média os principais pontos de encontro dos agentes financeiros da região. No entanto, conflitos políticos com as autoridades francesas ao início do século XVI induziram os banqueiros italianos – à época o grupo de maior relevância no circuito financeiro europeu – a criar uma nova feira de câmbio na cidade imperial de Besançon. Mesmo após mudar várias vezes de sede antes de finalmente se estabelecerem em Piacenza no terceiro quartel do século, continuaram sendo chamadas de feiras de Besançon, e nesta condição determinaram os rumos das finanças européias até o início do século XVII – quando foram substituídas em sua função reguladora pelo recém-fundado Banco de Amsterdam (Braudel, 1997, v. 2, pp. 73-4, 347; Kindleberger, 1993, p. 39; Roover, 1974, pp. 205, 221-2).

Nas feiras de Besançon, a cada trimestre, colocavam-se lado a lado todas as transações financeiras realizadas desde o último encontro, e procedia-se então à liquidação dos valores ali representados. Créditos entre as praças comerciais eram mutuamente liquidados, até que restasse apenas o saldo global das operações realizadas no período – saldo este que, apenas ele, era então honrado com moeda. As feiras de câmbio desempenhavam, assim, um papel fundamental ao dinamizar a circulação monetária dentro da Europa. Para os mercadores, a opção de utilizar letras de câmbio na condução de seus negócios era muito atraente, pois permitia evitar os obstáculos impostos à livre circulação internacional da moeda na forma de restrições à exportação e taxas de senhoriagem. Na verdade, a existência de entraves desta natureza fazia com que os agentes demandantes de moeda internacional se dispusessem até mesmo a comprar com algum ágio letras de câmbio que satisfizessem suas necessidades. Assim, a liquidação periódica dos créditos nas feiras de câmbio também servia outro propósito: determinar, a partir da demanda e oferta relativas das diversas moedas internacionais, o chamado câmbio mercantil (Braudel, 1997, v. 2, p. 73).

É importante ressaltar que, na Inglaterra do início do período moderno, a troca de moedas de acordo com seu conteúdo metálico era denominada *petty exchange* ou *money changing*. A expressão *foreign exchange*, por si só, dizia respeito ao câmbio mercantil (*merchant's exchange*), aquele realizado por meio de letras de câmbio. O câmbio mercantil não guardava nenhuma relação necessária com o conteúdo metálico das moedas em questão, sendo antes determinado pela oferta e demanda relativas de cada uma delas no mercado de letras de câmbio. Mas é claro que havia limites à variação das taxas de câmbio. Caso o ágio a ser pago por determinada moeda se tornasse muito alto, passava a ser vantajoso exportar metais preciosos em espécie, evitando o mercado de câmbio. O espectro de variação das taxas de câmbio era, dessa forma, determinado pelo rigor das restrições à exportação de metais e pelos custos de senhoriagem necessários para recolocá-los em circulação no exterior; no período em questão, tais entraves costumavam ser bastante rígidos, tornando significativa a amplitude deste espectro (Roover, 1944, pp. 250-5).

A existência de cotações determinadas no mercado de letras de câmbio representa mais uma dificuldade no caminho do investigador contemporâneo, pois ainda outras avenidas se abrem, assim, à circulação dos fluxos monetários internacionais. Estas taxas de câmbio eram determinadas em função das moedas de conta de cada país – apropriadamente, já que eram elas as escalas de referência de seus sistemas de preços. Assim, se a demanda relativa (i.e, ponderada pela oferta) de *guldens* e de *pounds sterling* no mercado de câmbio fosse idêntica, a taxa de câmbio entre as duas moedas seria equivalente à relação entre seus valores oficiais – ou seja, de acordo com a quantidade de prata comandada por cada uma delas. Esta relação era denominada paridade de cunhagem, ou *mint par*, em alusão à equivalência metálica obtida quando duas moedas eram trocadas nesta exata proporção. No entanto, caso a demanda internacional por *guldens* seja superior à demanda por *pounds sterling*, a taxa de câmbio entre as duas moedas seria superior ao *mint par* – um *sterling* compraria menos prata na forma de *guldens* do que o seu próprio valor metálico. Quando da ocorrência de uma situação como esta, dizia-se que a taxa de câmbio se encontrava desfavorável ao *sterling* e favorável ao *gulden*.

Em uma situação inversa, obviamente, era o *sterling* a moeda favorecida pelo câmbio (Unwin, 1966c, p. 156).

A rigor, a determinação das taxas de câmbio se dava pelas próprias condições do comércio internacional. Se a Inglaterra importasse mais artigos da Holanda do que para lá exportava, sua demanda por *guldens* seria maior que a demanda holandesa por *sterlings*, tornando a taxa de câmbio desfavorável à moeda inglesa. Entretanto, em um mercado dominado por agentes de grande porte, havia muito espaço para manipulação financeira, o que tornava possível que a taxa de câmbio em vigor em determinado momento tivesse raízes puramente especulativas, sem qualquer vínculo com as relações comerciais entre as economias em questão. Caso um banqueiro necessitasse transferir fundos da Inglaterra para a Holanda, seria de seu interesse que a taxa de câmbio estivesse favorável à Inglaterra no momento da transferência. Estratégias desta natureza eram comumente perseguidas, seja por agentes públicos ou privados. A médio prazo, o próprio impacto exercido sobre os fluxos do comércio internacional pelos desvios cambiais atuava no sentido de reverter as condições de mercado de volta à normalidade. Com a taxa de câmbio favorável, tornava-se mais lucrativo para os exportadores ingleses retornarem suas receitas na forma de mercadorias, ao passo que para os importadores seria mais vantajoso liquidar seus saldos com letras de câmbio; aumentaria assim a demanda por moeda estrangeira, forçando a redução da taxa de câmbio. A curto prazo, porém, havia sempre a possibilidade de desvios nos fluxos monetários em razão unicamente de manobras financeiras por parte de agentes privilegiados.

A existência de um mercado cambial ainda afetava os fluxos comerciais intra-europeus de uma outra maneira. Quando algum soberano decidia alterar a cotação doméstica de sua própria moeda, promovendo por exemplo um *enhancement*, esta medida era imediatamente captada no mercado de câmbio, onde ocorriam, então, os ajustes adequados – no caso de um *enhancement* promovido pela coroa inglesa, as taxas de câmbio do *pound* em função das demais moedas seriam proporcionalmente elevadas, visando restabelecer a relação que prevalecera anteriormente. Entretanto, a deterioração do

valor da moeda de conta tinha efeitos muito mais lentos sobre o nível de preços doméstico, devido a todas as fricções que inevitavelmente cercam os processos inflacionários. A longo prazo, a tendência era que todos os preços fossem reajustados de forma proporcional à magnitude do *enhancement* realizado. A curto e médio prazo, porém, os preços domésticos eram reajustados apenas parcialmente, dando origem a uma defasagem inflacionária que alterava artificialmente os termos de troca internacionais em favor das mercadorias domésticas. O país que promovia o *enhancement* podia, desta forma, experimentar uma melhora temporária em sua balança comercial com o resto do mundo, resultado exclusivo de uma espécie de ilusão monetária – e obviamente com reflexos contrários nas contas externas de seus parceiros comerciais (Supple, 1957, pp. 240, 247-50).

As variáveis simultaneamente em jogo dentro do sistema monetário europeu eram, pois, inúmeras, o que tornava fúteis as tentativas de controle por parte das autoridades políticas da época. Senhoriagem e restrições à exportação de metais eram medidas perfeitamente válidas como tentativas de restringir a movimentação internacional da moeda – sem elas, as economias européias teriam se tornado reféns da arbitragem resultante dos mais insignificantes desequilíbrios bimetálicos (Kindleberger, 1993, p. 33). Porém, sua adoção conduzia diretamente à abertura de toda uma nova gama de modalidades especulativas no mercado de câmbio, todas elas imunes aos instrumentos de política ao alcance dos soberanos. Por outro lado, a função auto-equilibrante do *specie-flow mechanism* se encontrava severamente limitada: em um contexto marcado por constante ameaça de desmonetização, em que a prata ainda era vista por muitos primordialmente como mercadoria, os reajustes de preços necessários ocorriam unicamente na área monetizada – o déficit comercial crônico com o Oriente nunca seria assim sanado, perpetuando o escoamento da prata naquela direção. Além disto, a ação descoordenada dos diversos países, cada qual promovendo reformas unilaterais na tentativa de eliminar desequilíbrios ou mesmo atrair moeda em detrimento dos demais, apenas agravava a instabilidade global do sistema (Blitz, 1967, pp. 40-1, 52). Como já afirmava W. A. Shaw mais de um século atrás, no sistema monetário de então sempre havia a possibilidade de

transacionar moeda em uma ou outra direção; e quando uma destas avenidas era fechada, abriam-se simultaneamente inúmeras outras (1895, pp. 191-2). Diante destas condições, domesticar os circuitos financeiros do continente, fazendo com que operassem de acordo com normas claras e administráveis, era uma tarefa muito além da competência mesmo do mais avançado dos governos de então (Heckscher, 1950, p. 222).

Por fim, vejamos brevemente qual era o estado do crédito na Europa dos séculos XVI e XVII. As instituições creditícias encontravam-se ainda em estado incipiente de desenvolvimento, por diversos motivos. Dentre eles, a instabilidade política típica da época certamente não era o menos importante. O absolutismo, em particular, em muito inibiu o desenvolvimento de instituições bancárias de escopo mais amplo, devido à constante ameaça de que uma insolvente coroa pudesse confiscar os recursos financeiros à disposição (Ashton, 1960, p. 190; Wilson, 1976, p. 84). Outro impecilho eram as restrições morais e teológicas à cobrança de juros. Muito embora sua força viesse diminuindo gradualmente, as leis contra a usura atuaram no sentido de restringir, ou no mínimo redirecionar, o desenvolvimento do crédito na Europa durante todo o período em questão. Em consequência direta dos constrangimentos assim impostos, a atividade creditícia organizou-se fundamentalmente em torno das operações com letras de câmbio. Uma vez que a obtenção de rendimentos pela simples concessão de empréstimos era vista com maus olhos pelas autoridades eclesiásticas, a solução encontrada nos círculos financeiros foi camuflar o crédito em meio a negociações cambiais. O termo *banking*, na verdade, era utilizado durante este período para designar operações de câmbio, e não de crédito. O desenvolvimento acelerado do sistema de pagamentos internacional durante os séculos XVI e XVII, com a criação de instituições financeiras supranacionais tais como as feiras de câmbio, está intimamente ligado à necessidade de burlar as restrições impostas à cobrança de juros (Kindleberger, 1993, p. 37; Roover, 1974, pp. 221, 229, 236-7; 1944, pp. 250-1; Unwin, 1966c, pp. 160-1).

A concessão de crédito por meio de letras de câmbio funcionava da seguinte maneira. Em primeiro lugar, o próprio mecanismo do instrumento já implicava crédito de

curto prazo; conforme mencionado acima, as letras não eram resgatáveis imediatamente, contando com um período de maturação relacionado ao tempo necessário para que chegassem até a praça comercial onde seriam honradas, de forma que, no decorrer deste período, o tomador (daí seu nome) entrava em posse de um adiantamento concedido pelo remissor. Além disto, as operações com letras de câmbio continham um elemento de risco, devido à possibilidade de variação cambial entre o momento em que eram emitidas e depois resgatadas. A obtenção de retornos financeiros por conta de operações com letras de câmbio era, assim, justificado pelo risco incorrido por parte do remissor. A maneira utilizada para incorporar estas recompensas nas transações cambiais consistia em emitir as letras de acordo com uma taxa de câmbio um pouco superior ao *mint par*. Se um agente inglês detentor de saldos na Holanda desejasse entrar em posse de seus recursos na Inglaterra por meio de uma operação cambial, e a paridade de câmbio em vigor fosse de 18s. 8d. *sterling* por *gulden*, ele emitiria então uma letra de câmbio a ser resgatada na Holanda, a uma taxa de, digamos, 18s. 6d. *sterling* por *gulden*, e a venderia a um remissor. Esta taxa de câmbio favorável à moeda inglesa garantiria um retorno superior ao remissor quando do resgate da letra em moeda holandesa, assegurando-o parcialmente contra riscos de flutuação na taxa de câmbio.

A rigor, esta ainda era uma operação cambial com apenas um elemento de crédito subjacente. Para transformá-la em crédito puro, é necessário que o remissor não apenas compre a letra originalmente emitida pelo tomador, mas que também realize uma operação de recâmbio (*re-exchange*) após o seu resgate. O recâmbio nada mais era do que a utilização dos saldos obtidos no exterior para a compra de uma nova letra emitida contra a praça do remissor original; desta forma, após transcorridas duas *usances*, o remissor tinha de volta em mãos, em seu próprio local de origem, os recursos de que dispunha originalmente. É aqui que a cobrança camuflada de juros pela concessão de crédito se torna clara. No recâmbio, assim como no câmbio original, a letra era emitida de acordo com uma taxa superior ao *mint par*, apenas agora em sentido inverso. Retomemos o exemplo anterior. Se a letra originalmente emitida pelo tomador inglês fosse de £100 *sterling*, o remissor

obteria, segundo a taxa de 18s. 6d. *st.* por *gulden*, um saldo na Holanda equivalente a £108 2s. 2d. *gulden*. Suponhamos agora que o remissor compre, com este saldo, uma letra de câmbio a ser resgatada na Inglaterra a uma taxa de câmbio, desta vez, favorável à moeda holandesa, 18s. 10d. *sterling* por *gulden*. De posse desta letra e transcorrida a *usance*, o remissor original obteria £101 16s. *sterling* novamente em sua própria praça – ou seja, £1 16s. a mais do que ele havia originalmente cedido como crédito (Roover, 1944, pp. 254-8).

Assim, ao incorporar margens de segurança cambiais, a operação cambial na verdade encobria a concessão devidamente remunerada de crédito. É verdade que o rendimento final da operação permanecia incerto até que o recâmbio fosse efetuado, pois a taxa de câmbio poderia flutuar ao longo da duração da primeira *usance* – em outras palavras, o risco cambial continuava presente. Mas isto não modifica a natureza essencial da transação. O diferencial entre as taxas cambiais em um determinado momento guardava relação direta com a taxa de juros envolvida no negócio. Caso a demanda por crédito na Inglaterra aumentasse, os tomadores ingleses estariam dispostos a oferecer mais *gulden* por cada *sterling* no mercado de câmbio, tornando a taxa ainda mais favorável à moeda inglesa – o inverso ocorrendo, obviamente, no sentido oposto. Além disto, estas operações eram frequentemente realizadas por remissores que atuavam simultaneamente em ambas as praças financeiras, em benefício de indivíduos que, embora necessitassem de crédito em uma delas, não contavam com representantes no exterior por meio dos quais pudessem levar a cabo uma transação cambial. Nesta modalidade, conhecida como *dry exchange* ou *cambio sicco*, o remissor era também, por meio de seus representantes, o favorecido e o sacado da letra original, e posteriormente tomador, remissor e favorecido da letra de recâmbio; o devedor, por sua vez, era tomador da letra original e sacado da letra de recâmbio. Torna-se claro, assim, que o *dry exchange* nada mais é do que um empréstimo local disfarçado como operação de câmbio, como diria Raymond de Roover (1944, p. 261). Este empréstimo poderia ser prorrogado por tanto tempo quanto fosse conveniente a ambas as partes, por meio de simples emissão de novas letras. Porém, convém ressaltar mais uma vez que tanto o *dry exchange* quanto seu congênere *fictitious exchange* – operação

financeira similar ao *dry exchange*, porém na qual as letras sequer eram enviadas ao exterior, utilizando apenas as taxas de câmbio como referência para os pagamentos – estavam ainda sujeitos à flutuação cambial; o rendimento do credor, assim como o saldo a ser pago pelo devedor, apenas eram conhecidos após a realização da operação de recâmbio (Roover, 1944, pp. 261-5).

A principal forma de obtenção de crédito na Europa dos séculos XVI e XVII eram, pois, as operações com letras de câmbio. Outros canais existiam, porém ainda em estado incipiente. Na Inglaterra, a atividade creditícia esteve dominada durante grande parte do século XVI por financistas italianos, que detinham os recursos e as conexões internacionais necessárias (Richards, 1929, p. 2; Roover, 1974, p. 230). Aqui, como em diversos outros casos, foi aquela mais fundamental de todas as rupturas, a queda de Antuérpia, que ofereceu ao mercado de crédito inglês seu impulso inicial. Baixo a tutela de Gresham, fontes domésticas de recursos líquidos passaram a ser absorvidas em benefício da coroa, que necessitava com urgência encontrar substitutos para seus banqueiros continentais. No mundo das finanças públicas, porém, ainda prevaleceriam impulsos erráticos durante muito tempo; mais do que isto, tratava-se de um círculo ao alcance de poucos (Grassby, 1969, pp. 742-3; Richards, 1929, pp. 5-8).

O crédito privado, por outro lado, começou a se desenvolver de forma rápida durante o século XVII, tendo a Inglaterra à frente do processo. Mercadores, agentes notariais, corretores e ourives, cada qual a sua maneira, aceitavam depósitos, emitiam certificados e descontavam títulos. As práticas de desconto e endosso, em particular, foram inovações importantes que se disseminaram pela Europa ao longo do XVII (Richards, 1929, pp. 2, 14-8; Roover, 1974, pp. 221, 230). Porém, apesar destes avanços, as condições gerais de crédito ainda eram bastante precárias. Embora empreendimentos seguros pudessem obter financiamento em condições favoráveis, aqueles incapazes de oferecer garantias sólidas tinham que se sujeitar a taxas de juros muito acima do máximo estatutário (Grassby, 1969, pp. 740-2). As principais instituições financeiras internacionais da época, tal como o Banco de Amsterdam, tinham por função coordenar o sistema internacional de

pagamentos, não estimular o crédito (Roover, 1974, p. 227; Shaw, 1895, pp. 193-8). Apesar dos inúmeros projetos para criação de instituições bancárias surgidos durante os reinados de Elizabeth e dos primeiros Stuart, que ao menos demonstravam consciência das graves restrições presentes no sistema creditício do reino, este é um problema para o qual soluções satisfatórias apenas seriam encontradas em um contexto posterior (Richards, 1929, pp. 92-5).

Em poucas palavras: durante todo os séculos XVI e XVII, a Europa em geral e a Inglaterra em particular estiveram às voltas com um sistema monetário extremamente volátil e com uma infra-estrutura creditícia cronicamente inadequada. Tais condições certamente exerceriam enorme impacto sobre as reflexões econômicas contemporâneas.

Instituições políticas

O pensamento econômico inglês durante o período em análise possui um caráter eminentemente pragmático: por trás do raciocínio abstrato encontra-se sempre, de forma mais ou menos explícita, o desejo de racionalizar problemas concretos com os quais a economia do reino se deparava e também divisar políticas públicas que os pudessem mitigar. Com isto em mente, torna-se necessário conhecer os espaços públicos de debate que poderiam canalizar a discussão dos problemas relevantes – conhecer, isto é, a estrutura destes espaços instuticionais, suas dinâmicas e inter-relações. Na Inglaterra do início do período moderno, os círculos político-institucionais abertos ao debate das questões econômicas, em linhas gerais, eram três: a coroa, tendo à sua frente a figura do soberano, e no seu entorno o *Privy Council* e as facções nobiliárquicas; o parlamento, local de encontro das elites fundiárias inglesas; e finalmente a *City*, congregando a imensa maioria dos interesses empresariais e financeiros do reino.

A coroa, primeiro e mais relevante destes espaços, possuía, ela própria, uma dinâmica interna intrincada, com frequentes alterações no equilíbrio de forças entre suas partes constituintes. Muito dependia, é claro, da própria filosofia e prática políticas do soberano em exercício – enquanto Elizabeth depositava grande confiança em seus

principais ministros e no *Privy Council*, James I sempre preferiu contar com um favorito ao seu lado para a tomada rotineira de decisões, valendo-se do jogo das facções cortesãs para seu próprio aconselhamento (Cramsie, 2002, p. 7). Por sua vez, os nobres engajados ativamente na vida da corte desempenhavam uma dupla função: influenciar os rumos da política do reino da forma que mais bem servia a seus propósitos, frequentemente de acordo com sua posição nas intrigas faccionais; e estabelecer um canal de comunicação entre indivíduos menos influentes e o soberano, criando assim uma densa e ampla rede de patronagem e clientelismo que cobria todo o reino. Em um ambiente político ainda bastante fragmentado e instável, os nobres ofereciam ao soberano sua própria lealdade e também a de seus clientes, buscando obter em contrapartida concessões e benefícios reais dos quais pudessem usufruir pessoalmente ou então repassar a terceiros.

Porém, apesar das flutuações em seu poder e influência ao longo do tempo, o *Privy Council* foi durante todo o período a principal instituição encarregada da formulação das políticas públicas da coroa inglesa, e também de grande parte da sua execução. Dentro dos limites do possível, o *Privy Council* era um órgão meritocrático. Não havia significativas recompensas financeiras a serem obtidas pela participação no conselho, o que reduzia seu uso para fins de patronagem. Seus membros costumavam ser figuras proeminentes que demonstravam genuíno interesse pelos assuntos do reino, dispostas a dedicar uma parcela nada desprezível de seu tempo à rotina administrativa. Por conta disto, o *Council* não era, em linhas gerais, um foco de mobilização política – embora não estivesse completamente livre dos conflitos faccionais em curso na corte. Além disto, o conselho representava um dos principais meios de acesso ao alto escalão do governo para indivíduos alijados dos círculos nobres e eclesiásticos: embora os *privy councillors*, em sua grande maioria, fossem também pares ou autoridades espirituais, alguns dos mais destacados membros durante o período em questão nunca alcançaram esta condição – casos de Sir Francis Walsingham e Sir Edward Coke – ou então apenas ascenderam à nobreza após o seu ingresso no conselho – tal como ocorreu com William Cecil, Sir Francis Bacon e Sir Lionel Cranfield, entre outros (Supple, 1964, pp. 230-1; Wilson, 1976, p. 54).

A política econômica inglesa encontrava-se, assim, nas mãos do *Privy Council*; a própria irregularidade das sessões parlamentares requeria que as decisões cotidianas da administração pública estivessem nas mãos de uma instituição mais regular e confiável. A rigor, a perspectiva adotada pelo conselho consistia em buscar a solução mais benéfica para o conjunto do reino, aquela que protegesse toda a *commonwealth* – a meio caminho entre as histerias tanto do parlamento quanto do soberano. Na análise dos problemas surgidos, recorria-se à opinião de autoridades nas diversas competências, e também ao testemunho daqueles potencialmente envolvidos. Em estreita relação com estas minuciosas avaliações, consolidou-se uma tradição de comitês investigativos do *Privy Council*, pequenos e seletos grupos encarregados da coleta e análise das mais variadas informações pertinentes a um determinado ramo da política pública. Mais do que isto, o *Privy Council* também desempenhava importante papel ao promover a agenda política da coroa junto à Câmara dos Comuns; a eleição para a câmara inferior dos membros que não sentariam junto aos lordes era ativamente perseguida, normalmente com sucesso, e os conselheiros assim eleitos costumavam ocupar lugar de destaque nos procedimentos dos comuns. Contudo, esta situação se alteraria, como tantas outras coisas, com o advento dos Stuart. A esfera de competência do *Privy Council* havia crescido continuamente sob Elizabeth; James I e Charles I, por outro lado, tinham muito menor propensão a seguir rigorosamente suas recomendações. Em consequência deste desprestígio, a composição do conselho deteriorou-se bastante durante as décadas que antecederam as guerras civis. A representação da corte junto aos comuns, assim, também se enfraqueceu, prejudicando o controle exercido pela coroa sobre a instituição (Cramsie, 2002, pp. 40-50; Friis, 1927, pp. 133-4, 172, 363; Kindleberger, 1993, pp. 34-5; Supple, 1964, pp. 230-1; Willson, 1940, pp. 3-23).

O parlamento era o complemento institucional da corte na esfera política. Formalmente, desempenhava duas grandes funções: propor, debater e instituir, com a sanção do monarca, a legislação do reino; e conceder à coroa o direito de coletar recursos fiscais extraordinários, normalmente associados a contingências de natureza bélica.

Adicionalmente, o parlamento também funcionava como corte judicial em casos específicos – tais como julgamentos de nobres e *impeachments* de oficiais da coroa – e como corte suprema de apelação do reino, muito embora esta última função tenha caído em quase completo desuso baixo os Tudor. Na prática, a independência legislativa do parlamento antes das guerras civis era bastante limitada. Em primeiro lugar, o soberano era capaz de promulgar leis por conta própria utilizando proclamações reais – muito embora este expediente, bastante impopular, fosse utilizado com parcimônia. Mas mesmo dentro do processo parlamentar, a influência da coroa era normalmente grande o suficiente para induzir a formulação de leis que servissem a seus próprios desígnios. A Câmara dos Lordes, composta majoritariamente por elementos associados à corte, exercia forte tutelagem sobre os comuns, forçando os procedimentos parlamentares na direção que mais bem lhe aprouvesse. Além disto, conforme já mencionado anteriormente, a coroa contava com a presença de figuras destacadas também na câmara inferior, o que lhe possibilitava controlar de perto as suas atividades. Ao longo do período Tudor, a gradual redução da importância do parlamento enquanto órgão legislativo encontra reflexo no aumento dos intervalos entre as sessões parlamentares. Lordes e comuns eram apenas convocados quando as condições exigiam a concessão de receitas extraordinárias (Lambert, 1990, passim; Willson, 1940, pp. 5-12).

Muito embora os comuns obtivessem assentos por meio de eleições em seus respectivos condados e burgos, a estrutura do parlamento inglês antes das guerras civis não pode ser descrita como democrática em nenhum sentido amplo. Pelo contrário, o acesso à instituição era bastante limitado, essencialmente restrito às elites fundiárias e alguns poucos magnatas mercantis. A Câmara dos Lordes era composta unicamente por nobres e autoridades eclesiásticas, elementos estreitamente vinculados à terra. Já o acesso à Câmara dos Comuns era reservado a representantes eleitos por cada uma das circunscrições da Inglaterra. Os representantes dos condados deveriam obrigatoriamente ser cavaleiros do reino, ou então, na ausência destes, destacados representantes da *gentry*. O direito ao sufrágio, por outro lado, era facultado apenas aos detentores de propriedades

em *freehold* no valor mínimo de 40 *shillings* anuais. Assim, os representantes dos condados eram membros da *gentry* eleitos pela *gentry*, muito embora o aumento no nível geral de preços tenha ocasionado a gradual extensão do sufrágio ao longo do período até a inclusão de parte dos *yeomen* – não alterando, todavia, o vínculo estreito entre os membros eleitos pelos condados e as classes fundiárias do reino.

As eleições dos burgos, por sua vez, eram ainda menos inclusivas, estando apenas nas mãos das elites administrativas locais – os *aldermen* e o *Common Council*. Embora os burgos viabilizassem o acesso de elementos não-fundiários ao parlamento, a elite mercantil assim eleita mantinha, em geral, ligações muito mais próximas com a corte do que os representantes da *gentry*. As eleições dos burgos eram também mais facilmente manipuláveis por parte dos representantes da nobreza influentes na localidade, o que as tornava, na prática, a principal margem de manobra à disposição da coroa em suas relações com o parlamento. Desta forma, se havia um grupo independente em meio aos comuns, estes eram os representantes dos condados, escolhidos diretamente por seus pares para representá-los e portando, assim, um senso de fidelidade local mais agudo. A participação paritária dos condados na Câmara dos Comuns também garantia uma representação mais efetiva dos interesses provinciais no parlamento, em contraste com o que ocorria em meio à rotina política e administrativa, onde a voz de Londres figurava de forma proeminente. De fato, talvez seja esta a contribuição de maior relevância do parlamento para a história da Inglaterra neste período: a transformação periódica do Palácio de Westminster em um espaço de interação entre os representantes das mais diversas partes do reino que, ao tomar ciência dos problemas uns dos outros, amadureciam uma consciência política voltada para a nação em seu todo (Ashton, 1969, passim; Friis, 1927, p. 172).

Embora não estivesse no mesmo patamar institucional da corte e do parlamento, a *City*[21] foi capaz de influenciar os rumos da política inglesa devido à sua proximidade – espacial, mas também social – com Westminster e, principalmente, à sua capacidade de mobilizar uma enorme parcela da riqueza líquida da nação. Em particular após a queda de Antuérpia, os laços entre a coroa e a *City* estreitaram-se continuamente, à medida que a primeira recorria cada vez mais aos serviços financeiros da elite mercantil londrina. Ao socorrer a coroa, os magnatas da *City* eram frequentemente coagidos a aceitar termos bastante desfavoráveis a si próprios; a contrapartida natural seria a obtenção de concessões e privilégios junto ao soberano. Conforme mencionado há pouco, a posição ocupada por Londres no parlamento era bastante frágil, de forma que as energias políticas da *City* voltavam-se à ação direta em Whitehall – seja por intermédio de seus patronos na corte, ou então recorrendo diretamente ao *Privy Council*.

A estrutura política da *City* era essencialmente oligárquica. Os *aldermen*, reunidos em sua corte sob a liderança do *Lord Mayor*, não apenas eram os responsáveis últimos por todos os procedimentos legislativos e executivos da Corporação, mas também controlavam diretamente o acesso de terceiros ao seu próprio estrato. Este seleto grupo era composto majoritariamente pelos líderes das companhias mercantis, indivíduos normalmente associados de forma muito próxima com a coroa. O *Common Council*, embora contasse com uma base mais ampla e variada, tinha seus poderes severamente limitados, na prática, por sua subordinação estrita às decisões da *Court of Aldermen*. A concentração do prestígio político nas mãos de tão poucos obviamente favorecia o casamento de conveniência entre a corte e a *City*, pois a patronagem real dispensada aos mercadores podia, assim, ser levada a cabo de forma mais precisa e eficiente – os *aldermen* londrinos eram beneficiários

---

[21] Por *City*, designa-se não apenas o conjunto de instituições políticas encarregadas da administração municipal de Londres, mas também os grupos de interesse consolidados em torno de determinados segmentos da atividade econômica, tais como as corporações de ofício e as companhias mercantis.

recorrentes dos favores do soberano, não apenas na forma de licenças mercantis, mas também de lucrativas concessões domésticas (Ashton, 1979, pp. 5-28).

A dinâmica das relações entre estes três espaços institucionais foi objeto de muito zelo e atenção na historiografia da Inglaterra pré-revolucionária. Na verdade, é muito comum ver os reinados de Elizabeth e dos primeiros Stuart retratados como o palco dos conflitos crescentes entre, de um lado, um parlamento cada vez mais insurgente e obstinado na defesa de seus direitos e privilégios, e de outro, uma corte que procurava consolidar, com o auxílio das elites mercantis e financeiras, sua capacidade de controle autônomo sobre os processos decisórios do reino. A crise do século XVII transforma-se, assim, em um conflito entre as ambições políticas e extravagâncias da corte e o tradicionalismo regionalista das classes fundiárias, como pretende Hugh Trevor-Roper (1959); ou então, de acordo com Theodore Rabb (1975), em uma disputa quanto às formas apropriadas de exercício da autoridade, ocasionada pela necessidade de centralização política face a condições bélicas internacionais cada vez mais rigorosas e exigentes.

Embora certamente haja muito de útil nestas interpretações, é fácil se deixar levar e exagerar sua importância como descrição das condições em vigor na Inglaterra. De fato, a Câmara dos Comuns passou a adotar uma postura cada vez mais confrontadora ao longo dos cem anos que antecederam as guerras civis. Sob Elizabeth, a casa viu sua exposição e relevância públicas crescerem continuamente, de forma que ao final do reinado as táticas de gerência parlamentar da coroa já não se mostravam tão eficientes (Willson, 1940, pp. 5-12). O parlamento de 1566, em particular, representa uma mudança importante nas relações entre a coroa e o parlamento, pois ali, pela primeira vez, o soberano buscou obter subsídios extraordinários na ausência de compromissos militares que os justificassem; tal manobra não obteve sucesso, induzindo os comuns a vincularem, também pela primeira vez, a concessão do subsídio à reparação de determinadas mazelas do reino (Dietz, 1931, pp. 23-4). Mas embora as atitudes de seus membros gradualmente se modificassem, o restrospecto do parlamento em termos de ações concretas é menos digno de nota. Elizabeth, com toda sua deferência formal e retórica frente à instituição, a rigor sempre

obteve dela tudo que pretendeu. Mesmo depois que as ambições absolutistas dos Stuart intensificaram o zelo do parlamento por seus próprios privilégios constitucionais, sua resistência nunca chegou, antes das guerras civis, a bloquear de forma decisiva os desígnios políticos da coroa. Por um lado, James I e Charles I conseguiram, ao longo de seus reinados, obter por outros meios os recursos financeiros a eles negados pelo parlamento; por outro, os representantes do reino em Westminster sempre se mostraram dispostos a cooperar com a coroa em quase todas as questões, desde que tratados com a devida afabilidade e reverência. O parlamento ainda era, acima de tudo, o guardião dos valores mais tradicionais da Inglaterra. Seria necessário mais de uma década de vexações econômicas, políticas e religiosas para que a instituição abandonasse definitivamente suas esperanças conciliatórias e optasse por medidas firmes e drásticas.

Organização econômica

À parte seus contornos ideológicos, o juízo proferido por George Unwin há quase um século atrás permanece essencialmente válido: a Inglaterra do início do período moderno era, acima de tudo, uma sociedade concessionária. Quando se encontra, em documentos da época, discussões sobre *free trade*, esta expressão deve ser entendida com várias ressalvas, pois pouquíssimos ramos da atividade econômica eram, então, verdadeiramente livres, abertos à iniciativa individual. Em regra, os agentes econômicos desempenhavam suas funções baixo permissões especiais concedidas pela coroa, cujo *modus operandi* consistia em proibir para então conceder licenças a alguns favorecidos. A economia do reino encontrava-se, assim, organicamente inserida nas redes de patronagem e clientelismo da vida cortesã.

Na realidade, o início do século XVI parece ter sido um momento excepcional em termos de liberdade à iniciativa econômica na Inglaterra (Fisher, 1940, pp. 101-3). Entretanto, quando a prosperidade deu lugar à estagnação da segunda metade do século, o fervor da regulação ressurgiu triunfante. A instabilidade social ocasionada pela rápida expansão econômica despertou o desejo de controlar e restringir, de forma a prevenir contra

um novo surto de transformação social acelerada. Foi durante este período que floresceram em toda sua plenitude os dois instrumentos favoritos da coroa elizabetana para controle da atividade econômica: a incorporação de companhias comerciais e a concessão de patentes de monopólio. Juntos, estes dois dispositivos modelavam a economia do reino em todos os seus aspectos – comércio, indústria, agricultura (Fisher, 1940, pp. 107-10; Unwin, 1966c, pp. 172-216; Wilson, 1965, pp. 100-1).

Conforme já mencionado anteriormente, o início do período moderno testemunhou a gradual dominação das corporações de ofício por parte de grupos ligados ao comércio internacional, às custas daqueles envolvidos diretamente na atividade manufatureira. Este processo culminou na emergência das companhias mercantis como as mais importantes estruturas institucionais da economia inglesa durante os reinados de Elizabeth e dos primeiros Stuart. O princípio das companhias mercantis certamente não era novo, e algumas delas já existiam desde tempos medievais. Porém, após o fechamento do mercado de Antuérpia, a necessidade de expandir os contatos comerciais diretos da Inglaterra com o resto do mundo levou a coroa elizabetana a recorrer cada vez mais a este expediente, visando estimular o desenvolvimento do comércio exterior do reino. Data deste período a criação de grande parte das companhias mercantis de maior relevância: *Eastland*, *Muscovy*, *Turkey* e *Venice* (que mais tarde viriam a ser fundidas na *Levant Company*), *East India*, além das menos bem-sucedidas *Morocco e Spanish Company* (Friis, 1927, pp. 54-8; Unwin, 1963, pp. 70-125).

Dentre estas, apenas a *Muscovy Company* e a *East India Company* eram organizadas como empreendimentos de capital aberto (*joint stock*). Todas as outras eram licenciadas na forma de companhias regulamentadas (*regulated companies*), ou seja, grupos de mercadores regidos por normas em comum, porém cada qual atuando comercialmente por conta própria, de acordo com seu capital individual. Esta distinção tinha consequências importantes. As companhias regulamentadas constituíam, na prática, grupos altamente privativos, nos quais a participação era facultada apenas aos *mere merchants* – indivíduos treinados, licenciados e dedicados exclusivamente ao comércio internacional, em

oposição aos varejistas e demais comerciantes domésticos. Assim, ao mesmo tempo em que funcionavam como entidades de classe, as companhias regulamentadas efetivamente restringiam a participação nas atividades comerciais sob seu domínio a um número reduzido de agentes. Por outro lado, dentro dos limites deste grupo, preservava-se a iniciativa individual e os princípios da concorrência econômica, embora frequentemente de forma não mais do que tênue. As companhias de capital aberto, por sua vez, viabilizavam o ingresso na esfera mercantil a qualquer um que dispusesse de capital líquido, independentemente de sua ocupação formal e posição social. Membros prósperos da *gentry*, e mesmo da aristocracia, eram comumente atraídos por investimentos desta natureza, aproximando-se, assim, do mundo dos negócios. A chegada destes novos atores obviamente desagradava aos *mere merchants*, ciosos de seus tradicionais privilégios, que não hesitavam em culpar a inexperiência e a falta de conhecimento destes comerciantes amadores sempre que dificuldades afligiam o comércio exterior da Inglaterra. Mas embora as companhias de capital aberto ampliassem, por um lado, o acesso às atividades mercantis, a concessão de licenças a instituições desta natureza representava a concentração formal de todo um ramo de comércio nas mãos de um único agente econômico, tornando as *joint stock companies* alvos fáceis para acusações de práticas monopolistas – acusações que as companhias regulamentadas conseguiam evitar com mais facilidade (Ashton, 1967, pp 43-9; Brenner, 2003, pp. 74-91; Unwin, 1966a, p. 329).

As companhias mercantis inglesas obtinham da coroa concessões que lhes davam direitos exclusivos de comércio com uma determinada região. A companhia dos *Merchant Adventurers* era a única autorizada a realizar transações comercias com os Países Baixos e os territórios germânicos ocidentais; a *Eastland Company* detinha o privilégio do comércio com a região do Báltico; à *Muscovy Company* reservava-se o direito de negociar em território russo, e a *Levant Company* organizava as relações da Inglaterra com os domínios turco-otomanos e com o leste da Itália. Qualquer indivíduo que se envolvesse em atividades comerciais em uma determinada região não sendo membro da companhia que ali detinha direitos exclusivos era qualificado como *interloper* e estava sujeito a sanções judiciais. Desta

forma, os privilégios das companhias causavam irritação em todos aqueles que desejavam participar do comércio mas não conseguiam ser admitidos, seja por falta de qualificações formais ou por não disporem dos recursos necessários para arcar com as substanciais taxas de admissão (Ashton, 1967, p. 53).

A atuação das companhias também causava fricções devido a outros motivos. Na qualidade de concessões extraordinárias, a incorporação de uma rota comercial era algo desejado por muitos, porém obtido por poucos. O sucesso neste pleito dependia fundamentalmente de boas relações junto à corte, onde o destino destes privilégios era barganhado e decidido. Assim, os grupos mercantis incorporados mantinham, naturalmente, relações muito próximas com a corte, com a qual reciprocavam favores. A animosidade dos excluídos face aos direitos exclusivos das companhias foi então absorvida como mais um capítulo do conflito entre a corte e as elites fundiárias locais, que repudiavam a manipulação da atividade econômica do reino como instrumento de patronagem. Outro fator inflamava ainda mais as disputas. A estrutura administrativa das companhias mercantis normalmente localizava-se em Londres, de forma que suas operações comerciais também tendiam a se concentrar na capital. Desta maneira, seus direitos de exclusividade representavam, na prática, a virtual exclusão dos portos provinciais dos ramos mais significativos do comércio exterior da Inglaterra. As elites fundiárias locais, como representantes das cidades portuárias no parlamento, saíram em sua defesa, convertendo assim seu próprio desdém e irritação frente às prevaricações da corte em uma causa maior: o zelo pela prosperidade econômica das províncias (Ashton, 1967, p. 48; 1979, p. 12; Coleman, 1977, pp. 60-4).

Mas há razões mais complexas por trás da criação das companhias mercantis. Em primeiro lugar, há que se notar que, aqui como em todos os demais setores da atividade econômica, ainda prevalecia a convicção de que apenas agentes devidamente treinados e formalmente habilitados deveriam se envolver com a profissão. A condução adequada do comércio exterior dependia do conhecimento e experiência dos *mere merchants*, algo que nem mesmo os mais ardorosos defensores da liberdade comercial cogitariam questionaram. O que se encontra por trás destas campanhas não é o desejo de colocar ao alcance de

todos o acesso ao comércio internacional, mas sim apenas afrouxar as normas de admissão excessivamente rígidas adotadas pelas companhias estabelecidas. Exemplo claro disto ocorreu ao início do reinado de James I, quando foi revogada a licença da *Levant Company*: uma intensa campanha contra as práticas excessivamente restritivas da companhia levou não à abertura institucional do comércio com o Levante, mas sim à eventual renovação da licença pela primeira vez em caráter perpétuo, porém agora sob condições significativamente mais inclusivas (Epstein, 1908, pp. 40-67). As companhias mercantis funcionavam, antes de mais nada, como tradicionais corporações de ofício, organismos de classe cuja principal função era preservar os direitos exclusivos – e consagrados – de seus membros sobre um determinado ramo da atividade econômica (Ashton, 1967, pp. 42-3).

Em relação direta com seu caráter corporativo e tradicionalista, as companhias mercantis funcionavam como órgãos de regulação e restrição da atividade comercial. Sua disseminação durante o período elizabetano se deve às dificuldades econômicas da segunda metade do XVI, e à consequente necessidade de transformar canais mercantis estagnados em negócios prósperos para alguns poucos. Neste contexto, ganhou força a idéia de que seria preferível transacionar volumes baixos com lucros elevados ao invés de expandir a atuação comercial em determinada área – noção que exerceria grande influência sobre a opinião pública inglesa durante muito tempo. A atitude das companhias mercantis era, assim, balizada pelo desejo de conferir maior estabilidade a atividades comerciais inerentemente arriscadas e caóticas em face de um cenário internacional adverso. A própria especialização por áreas de atuação é reflexo disto, permitindo a diluição do risco por meio da diversificação das bases de exportação e importação. Para além de seus notáveis privilégios e prováveis deficiências, as companhias mercantis desempenharam um papel fundamental enquanto reorganizadoras da estrutura do comércio exterior inglês (Fisher, 1940, pp. 113-4; Grassby, 1969, pp. 735-8; Hinton, 1959, pp. 53-65; Stone, 1949, p. 55; Unwin, 1966c, pp. 172-86).

A coroa também possuía outros motivos, além da simples patronagem, para promover a criação de companhias mercantis. Trata-se de um momento em que as

atribuições do estado se tornavam cada vez mais amplas e complexas, correndo muito à frete de sua efetiva capacidade administrativa e fiscal. As companhias mercantis contribuíam para sanar, ou ao menos amenizar, ambas estas deficiências. Por um lado, a institucionalização das relações comerciais com determinada região nas mãos de um grupo sólido e coeso significava, na prática, o estabelecimento de alguma espécie de representação diplomática junto às autoridades políticas daquela área. Quase todas as companhias mercantis criadas à época desempenharam, em algum momento, funções diplomáticas. A *Turkey Company*, precursora da *Levant Company*, estabeleceu seus contatos iniciais nos domínios do Sultão com o firme apoio de Elizabeth (Epstein, 1908, pp. 1-15); quando de sua incorporação, a *Eastland Company* foi expressamente encarregada de manter um embaixador junto ao rei da Dinamarca (Hinton, 1959, pp. 5-6); a determinação do local onde os *Merchant Adventurers* manteriam seu *staple* era sempre objeto de intensa deliberação política, pois se tratava de uma variável fundamental nas relações da Inglaterra com os Países Baixos e os territórios germânicos (Friis, 1927, pp. 379-81; Unwin, 1966c, pp. 139-40). À parte a diplomacia, as companhias mercantis também prestavam serviços muito úteis à coroa ao garantir sua solvência fiscal. Na qualidade de concessionários do mais alto escalão, estes grupos eram naturalmente os principais alvos dos soberanos ingleses quando buscavam complementar os recursos, cronicamente insuficientes, ao seu dispor – uma questão que será discutida em maior detalhe na seção seguinte.

Dentre as companhias mercantis da época, o lugar de maior destaque certamente pertence aos *Merchant Adventurers* – já descritos como a mais importante organização comercial do início do período moderno (Friis, 1927, pp. 69-70). Diferentemente das outras companhias, os *Adventurers* não são produtos da segunda metade do XVI, tendo suas raízes na Inglaterra medieval. Encarregados da administração do *staple* para exportação de tecidos ingleses na região dos Países Baixos, substituíram os *Merchants of the Staple* como a mais importante instituição do comércio exterior do reino na passagem entre os séculos XV e XVI, quando os tecidos deslocaram a lã pura – artigo administrado pelos *Staplers* – como principal item da pauta de exportações inglesa. Durante o reinado de Henry VII, os

Merchant Adventurers tiveram seus privilégios confirmados por meio de incorporação[22], passando então a deter os direitos exlcusivos de comércio com os Países Baixos e os territórios germânicos. Nesta condição, a companhia efetivamente controlava o canal mais relevante e lucrativo do comércio exterior da Inglaterra: a exportação de tecidos para o mercado de Antuérpia (Hotchkiss, 1931, pp. 14-45; Unwin, 1966c, pp. 133-45).

A posição competitiva dos *Merchant Adventurers* foi aprimorada ainda mais durante o curto reinado de Edward VI, e mais tarde sob Elizabeth, por obra de Sir Thomas Gresham, o agente financeiro da coroa que havia servido, no passado, como aprendiz da companhia. Durante este período, os privilégios dos mercadores hanseáticos na Inglaterra foram removidos um a um, deixando os *Adventurers* em posição de virtual monopólio neste fundamental ramo mercantil. Mais do que isto, a exportação de tecidos não-acabados vinha há muito sendo objeto de restrições oficiais, e durante a segunda metade do XVI a companhia era a única organização mercantil autorizada a negociar estes artigos, cuja demanda no exterior era maior que a de qualquer outro[23]. Ao início do século XVII, os *Adventurers* respondiam por mais da metade do total das exportações embarcadas em Londres – a *Levant Company* e a *Eastland Company*, em comparação, exportavam menos

---

[22] A incorporação dos *Merchant Adventurers* em 1505 foi a primeira licença real concedida a uma companhia mercantil na Inglaterra, e marca assim o início do processo de transferência da administração do comércio exterior de sob a jurisdição das autoridades municipais para as mãos da coroa (Hotchkiss, 1931, pp. 30-1).

[23] A companhia detinha uma licença permanente que lhe permitia exportar trinta mil peças não-acabadas anualmente, com a condição de que, para cada nove delas, uma peça acabada fosse também remetida ao exterior. Entretanto, as exportações de tecidos não-acabados superavam em muito este volume, de forma que a coroa elizabetana costumava conceder licenças especiais a favoritos como forma de patronagem, licenças estas que os *Adventurers* subsequentemente adquiriam junto ao beneficiário original. Ao início do século XVII, a concessão de uma licença ilimitada – algo sem precedentes – ao Conde de Cumberland, um favorito da rainha, estremeceu as relações da companhia com a coroa, devido à possibilidade de abertura do mercado de tecidos não-acabados que a licença criava. Os *Adventurers* acabaram obtendo um acordo junto a Cumberland pelo qual se comprometiam a pagar uma quantia fixa por cada peça não-acabada que exportassem para além de sua própria cota. Encontram-se aí as origens da polêmica imposição sobre tecidos que viria a ser objeto de muita controvérsia durante os reinados dos primeiros Stuart (Dietz, 1931, pp. 89-90; Hotchkiss, 1931, pp. 54-9).

de dez por cento deste total cada (Friis, 1927, pp. 69-70). Mas todos estes benefícios obviamente foram obtidos por um preço. O objetivo de Gresham era estreitar os laços entre a companhia e a coroa de forma a utilizar a primeira como um versátil instrumento fiscal e financeiro: administrando a coleta das tarifas de exportação sobre tecidos, manipulando o mercado de câmbio nos Países Baixos e, além disto, fornecendo crédito à cora. Com frequência coagidos e a contragosto, os *Merchant Adventurers* não obstante cumpriram durante todo o reinado de Elizabeth o papel que lhes fora assim designado (Brenner, 2003, pp. 51-74; Friis, 1927, pp. 51-61; Unwin, 1966c, pp. 145-52).

Durante o início do século XVII, as transformações ocorridas na estrutura do comércio exterior da Inglaterra também induziram mudanças no equilíbrio de forças prevalencente entre as companhias mercantis. Enquanto a decadência secular das *old draperies* minava as bases do prestígio e influência dos *Merchant Adventurers*, a consolidação dos canais comerciais com a região do Mediterrâneo e com o Oriente permitia a emergência de novos grupos. Embora os *Adventurers* ainda ocupassem uma posição importante, a *Levant Company* e a *East India Company* gradualmente se tornaram, durante o início do período Stuart, as principais instituições do gênero na Inglaterra. Contando com excelentes relações junto à corte, estas duas companhias possuíam, na verdade, interesses muito próximos. A *East India Company* havia sido inicialmente criada como uma espécie de extensão da *Levant Company*, de forma que havia forte coincidência entre os mais destacados membros de cada uma delas – um grupo mercantil extremamente próximo, unido não apenas por interesses econômicos, mas também frequentemente por laços familiares (Brenner, 2003, pp. 51-91; Fisher, 1950, p. 155; Wood, 1935, p. 31).

A ascensão da *East India Company* trouxe consigo, além do mais, uma série de inovações em relação às consagradas estruturas organizacionais do comércio exterior inglês. Em primeiro lugar, a *East India Company* não era uma companhia regulamentada, mas sim uma *joint stock*, e embora ela não fosse a primeira de seu gênero, sua proeminência certamente não tinha precedentes. A companhia era, sim, controlada por um grupo de tradicionais mercadores da *City*, mas nem por isto funcionava como um órgão de

classe, à maneira das tradicionais companhias regulamentadas. Seus recursos materiais eram captados junto a um público muito mais amplo, que incluía oficiais públicos, membros da aristocracia e das elites fundiárias – elementos que, embora não participassem diretamente da rotina administrativa, tinham influência sobre os processos decisórios por meio de sua participação na *General Court*. A estrutura administrativa da companhia era igualmente distintiva, pois suas operações eram definidas, em sua totalidade, por um conselho diretor centralizado, composto de um governador, seu representante e mais 24 diretores, que juntos formavam a *Court of Committees*. Além disto, os próprios fluxos comerciais gerenciados pela companhia possuíam características únicas, pois se tratava de um ramo importador ostensivamente unilateral – não havia sequer a pretensão de alcançar um equilíbrio na balança com o Oriente, e a necessidade de exportar metais preciosos estava inserida na própria constituição formal da organização. Mas as importações da companhia não se destinavam, como era o caso em outros lugares, a suprir essencialmente a demanda doméstica; pelo contrário, a Inglaterra absorvia uma parcela muito pequena de suas remessas, de forma que a *East India Company* esteve dedicada, desde o começo, a operar dentro de limites espaciais muito mais amplos. Seja com o comércio inter-portuário no Oriente, seja com as re-exportações para toda a Europa e, mais tarde, também para a região do Levante, a companhia consolidou-se, em termos econômicos, como uma entidade verdadeiramente supra-nacional (Chaudhuri, 1965, pp. 3-37).

Se as companhias mercantis eram as responsáveis pela gerência do comércio exterior da Inglaterra, o instrumento favorito utilizado para controlar as atividades econômicas domésticas eram as patentes de monopólio. Seja na agricultura, na indústria ou no comércio, raros eram os setores das economias elizabetana e jacobeana onde uma restrição real não havia ainda sido imposta – devidamente sucedida, é claro, por uma concessão dos direitos de exploração a um ou mais felizardos. A obtenção de patentes de monopólio dependia, mais ainda do que no caso da incorporação mercantil, de bons relacionamentos junto à corte; o mapa destes benefícios representa, de fato, uma manifestação concreta das redes de clientelismo de então. Muito embora estivessem

inicialmente vinculadas à cultura dos projetos, sendo assim utilizadas para recompensar aqueles indivíduos capazes de criar e desenvolver novas atividades dentro do reino, as patentes rapidamente viram suas funções fiscal e política eclipsarem qualquer preocupação com a prosperidade material da Inglaterra. Sob Elizabeth e James, elas se tornaram verdadeiras moedas de troca da vida cortesã, sendo concedidas a favoritos que detinham o poder necessário para garantir a execução de seus termos por todo o reino, mas que não pretendiam explorá-las por conta própria, entrando para tanto em lucrativos acordos com representates da elite empresarial. Tais práticas estreitaram ainda mais os laços entre a corte e o alto escalão da *City*, porém com um efeito colateral: intensificar a animosidade dos excluídos frente àqueles que obtinham livre acesso às cobiçadas benesses do soberano. As patentes de monopólio, mais do que qualquer outro instrumento, foram irritadores públicos de primeira grandeza, ocasionando uma série de polêmicas e controvérsias que marcaram os últimos anos de Elizabeth e todo o reinado de seu sucessor, e que contribuíram muito para a deterioração das relações entre a coroa e o parlamento, consolidando também a imagem da elite londrina como cliente preferencial da corte (Thirsk, 1978, pp. 51-105; Unwin, 1966c, p. 216).

Entretanto, apesar de sua determinação em controlar de perto a atividade econômica, o aparato administrativo da coroa inglesa ainda não se encontrava à altura da tarefa. Desta forma, embora a imensa maioria dos setores fosse afetada, direta ou indiretamente, pela ação das autoridades públicas, alguns deles eram capazes de seguir seu próprio curso mais ou menos livres de intervenção devido à própria incapacidade da coroa para colocar em vigor suas diretrizes administrativas. Os interesses comerciais domésticos eram certamente muito menos alinhados às políticas da corte do que o comércio exterior, tornando-se assim mais suscetíveis a apoiar as ações do parlamento. Porém, mesmo em meio aos negócios com o exterior, havia áreas específicas, como por exemplo a exportação das *new draperies*, onde o controle exercido pela coroa era bastante limitado, em grande medida por se tratar de ramos de desenvolvimento recente, enquadrados apenas de forma precária nas tradicionais estruturas institucionais do reino (Ashton, 1979, p. 15;

Fisher, 1950, p. 159). Os próprios conflitos crescentes entre a coroa e o parlamento, ao criar impasses insolúveis no processo de formulação das políticas públicas, contribuíram para afrouxar as regulamentações impostas sobre a atividade econômica (Ramsay, 1942, pp. 482-3). Por fim, a supervisão sobre as zonas rurais deixava muito a desejar, e à medida que a indústria se espalhava pelo campo, grande parte do setor escapava, assim, ao controle estatal (Thirsk, 1978, pp. 78-132). Mas nem mesmo todas estas imperfeições regulativas juntas são capazes de modificar o quadro geral. Na Inglaterra do início do período moderno, a ingerência do estado na organização econômica era a regra, não a exceção; e mesmo naqueles reduzidos espaços temporariamente fora do alcance do soberano, sua presença era uma constante iminência.

Finanças públicas

"No que se refere às finanças governamentais, o início do período Stuart é medieval, e não moderno". As palavras são de Robert Ashton (1957, p. 15), uma das grandes autoridades contemporâneas no tema das estruturas fiscais inglesas ao início do período moderno, e carregam consigo todo o peso da evidência histórica. Os Tudor foram responsáveis, é verdade, por alterações significativas nas bases institucionais da fiscalidade inglesa. Henry VII e seu filho haviam trazido a administração dos recursos materiais da coroa para mais perto de seu próprio controle pessoal, retirando-a da jusrisdição das instituições medievais que até então dela se ocupavam. Mais tarde, por obra das reformas introduzidas pelo Marquês de Winchester durante os reinados de Edward VI, Mary e Elizabeth, o controle sobre estes procedimentos foi mais uma vez retirado da supervisão imediata do soberano e colocado sob os cuidados de um *Exchequer* agora modernizado, contando à sua frente com a figura do todo-poderoso *Lord Treasurer* – que se tornava, a partir de então, um dos oficiais públicos de maior influência junto à corte (Dietz, 1931, pp. 3-7). Mas apesar de todas estas modificações, as fontes de receita da coroa continuavam as mesmas, vinculadas essencialmente ao papel do soberano como senhor feudal supremo. Ao início do século XVII, aproximadamente metade das rendas públicas ainda tinha como

origem o patrimônio fundiário real (Wilson, 1965, p. 90). Não há como negar: a característica mais marcante da estrutura fiscal inglesa antes das guerras civis era o seu arcaísmo.

Antes de mais nada, é preciso distinguir com clareza entre as idéias de orçamento ordinário e extraordinário, duas categorias conceituais que permeiam a administração fiscal inglesa do período. A distinção é simples, porém instrutiva. O orçamento ordinário compreendia as fontes de receita tradicionalmente associadas ao soberano, que deveriam ser utilizadas para viabilizar financeiramente as atividades cotidianas da coroa – incluídos aí o sustento da família real e de seus empregados diretos, as benesses do soberano e os custos operacionais da administração pública. Já o orçamento extraordinário entrava em jogo quando da ocorrência de situações que fugiam à normalidade, ameaçando o bem-estar geral do reino – conflitos militares, domésticos ou internacionais, sendo as ocorrências mais comuns. Em casos desta natureza, entendia-se que o soberano tinha o direito de solicitar uma contribuição financeira adicional por parte de seus súditos, de forma a fazer face às despesas extraordinárias assim surgidas. A concessão destes subsídios estava a cargo do parlamento, que era convocado sempre que as condições políticas o requeriam, tendo então a oportunidade de exercer suas funções legislativas. Por trás desta separação entre as duas modalidades orçamentárias está a noção tipicamente medieval de que o soberano deveria ser capaz de viver, em condições normais, às custas de seu próprio patrimônio, daquilo que era tradicionalmente seu. Em caso de necessidades fiscais excepcionais, a concessão de subsídios extraordinários, por dizer respeito a todo o reino, deveria estar sujeita ao escrutínio do parlamento.

O principal componente das receitas ordinárias era a renda fundiária da coroa, um item que se mostrava bastante inflexível no curto prazo porque o valor das rendas apenas podia ser reajustado após o vencimento das concessões de posse – o que, no caso de contratos feudais tais como o *copyhold*, apenas ocorria com o falecimento do arrendatário. Outra fonte importante de receita eram os direitos feudais (taxas de ocupação, *wardships*, *forfeitures*, etc.), igualmente rígidos devido à sua natureza legal tradicionalmente estabelecida. O mesmo ocorria com as taxas processuais e demais ingressos relacionados

com a administração da justiça. As taxas de senhoriagem também contribuíam para cobrir as despesas ordinárias, posto que a cunhagem de moeda era parte da prerrogativa real; todavia, o volume arrecadado pela *Mint*, embora normalmente superior a seus custos operacionais, não representava mais do que uma quantia marginal frente ao orçamento total da coroa (Gould, 1952, pp. 244-6). A rigor, o único componente relevante das receitas ordinárias passível de reajuste a curto prazo eram as taxas alfandegárias – que foram, apropriadamente, objeto de constante atenção e deliberação durante o período.

A coleta de tributos sobre a atividade portuária da Inglaterra era um direito do soberano com sólidas raízes no período medieval. É importante ressaltar que a tributação do comércio exterior respondia, então, a estímulos essencialmente fiscais; seu uso como instrumento de política comercial era pouco usual antes do século XVII. Até o século XV, a lã crua era o principal artigo de exportação do reino, estando assim sujeita a um tratamento alfandegário diferenciado. A arrecadação sobre a lã era a parcela mais significativa das receitas alfandegárias não apenas devido ao elevado volume anualmente exportado, mas também porque a fiscalização das movimentações portuárias era facilitada pela concentração dos negócios em apenas um *staple*. Quanto às demais mercadorias que a Inglaterra negociava com o exterior, estas eram, em sua maioria, tributadas *ad valorem* de acordo com cotações estabelecidas no *Book of Rates* – um subsídio conhecido como *tonnage and poundage*, tradicionalmente concedido pelo parlamento a cada soberano por toda a duração de seu reinado. Durante o início do XVI, à medida que os tecidos manufaturados substituíam a lã na pauta de exportações, esta estrutura tributária se tornava defasada. A cobrança de *poundage* sobre os tecidos exportados era proporcionalmente inferior às taxas tradicionais aplicadas sobre a lã, progressivamente deteriorando, assim, a arrecadação da coroa. Durante o reinado de Mary, esta situação foi finalmente corrigida por meio da revisão das taxas impostas sobre a exportação de tecidos, e também com a consolidação do *staple* nas mãos dos *Merchant Adventurers*. Sobre estas novas bases, as receitas alfandegárias novamente se consolidavam, à época da ascensão de Elizabeth,

como um elemento indispensável no orçamento da coroa (Dietz, 1931, pp. 3-7; Unwin, 1966c, pp. 133-8).

Em uma época de preços ascendentes, faziam-se necessárias revisões periódicas no *Book of Rates*, de forma a manter a tributação em níveis adequados. Mais do que isto, havia constante preocupação com a administração eficiente do sistema de coletas alfandegárias. A precária capacidade burocrática e o limitado poder de supervisão da coroa induziram uma série de experimentos com a idéia de conceder a terceiros os direitos de coleta dos tributos sobre o comércio exterior. Já durante início do reinado de Elizabeth, o sistema de *customs farming* deu seus primeiros passos por obra da iniciativa de Sir William Cecil, futuro Lorde Burghley, à época ainda ocupando apenas o cargo de secretário de estado da coroa. Cecil pretendia não apenas que as receitas alfandegárias fossem coletadas de maneira eficiente, mas também que o volume de recursos assim captado fosse constante, conferindo maior estabilidade ao orçamento real. Durante as décadas de 1570 e 1580, as coletas de diferentes tributos foram cedidas a agentes privados – entre eles, Sir Francis Walsingham – em troca de pagamentos anuais fixos. Na última década do século, após o vencimento dos principais destes contratos, a coroa se viu novamente com os direitos de arrecadação em seu poder, e decidiu então explorá-los por conta própria. Não obstante, as velhas deficiências logo se fizeram sentir, convencendo o *Privy Council* de que o sistema de *customs farming* oferecia inegáveis vantagens enquanto instrumento fiscal. Assim, durante os últimos anos de Elizabeth, após a ascensão do Conde de Dorset ao cargo de *Lord Treasurer*, começaram as preparações para a concessão, em um único contrato, dos direitos de arrecadação sobre todos os tributos alfandegários do reino – uma operação sem precedentes quanto ao seu escopo. A *great farm of the customs* só viria finalmente a leilão em 1604, após a ascensão de James I, em um novo contexto de paz nas relações internacionais da Inglaterra; a partir de então, firmou-se como o sistema padrão de administração alfandegária durante o início do período Stuart, sendo utilizado, com maior ou menor eficácia, durante todo os reinados de James e Charles (Dietz, 1931, pp. 21, 118-21, 305-37; Newton, 1918, passim; Wilson, 1965, pp. 97-8).

À parte as receitas ordinárias, a tradicional fonte de recursos da coroa inglesa, em caso de necessidades excepcionais, eram os subsídios parlamentares. Os subsídios eram uma espécie de tributação direta: cada súdito era avaliado de acordo com seu patrimônio material, e tinha sua parcela de contribuição assim determinada. Entretanto, a obtenção de concessões financeiras junto ao parlamento estava vinculada à ocorrência de situações extraordinárias que onerassem o orçamento da coroa. Em 1566, quando Elizabeth procurou obter recursos junto ao parlamento na ausência de conflitos militares, apenas visando saldar dívidas de guerra incorridas em anos anteriores, o resultado não foi nada encorajador; além de ser obrigada a fazer importantes concessões quanto ao valor e à forma de coleta do subsídio, a rainha teve que enfrentar uma estratégia sem precedentes dos Comuns, que buscaram vincular a concessão dos recursos ao bom encaminhamento de outras questões de seu interesse – neste caso específico, a declaração de sucessão de Elizabeth (Dietz, 1931, pp. 21-4). Este expediente seria utilizado de maneira recorrente a partir de então, criando um impasse político cujas raízes eram, a rigor, fiscais. Para a coroa, recorrer ao parlamento para sanar suas despesas equivalia a reforçar o poder de barganha desta última instituição, colocando-a em condições de impor acordos com os quais a coroa não tinha nada a ganhar. O tema da austeridade fiscal, tão típico do período elizabetano e, embora de maneira diversa, também do início do período Stuart, guarda relação direta com este dilema. Caso fosse possível acumular excedentes ordinários durante a paz, a necessidade de recorrer ao parlamento em tempos de guerra seria, no mínimo, amenizada (Ashton, 1957, pp. 17-8).

Todavia, alcançar esta auto-suficiência fiscal na prática era uma tarefa difícil; diversos fatores contribuíam para que os soberanos ingleses de então se deparassem constantemente com um orçamento deficitário. A elevação contínua do nível geral de preços implicava em defasagem crônica das rígidas receitas ordinárias. Além disto, trata-se de um período em que o estado e suas funções administrativas cresciam rapidamente, de forma que, mesmo na ausência de quaisquer outras variáveis perturbadoras, seria necessário um volume cada vez maior de recursos para fazer frente às atribuições do setor público (Dietz,

1931, pp. 108-13). Finalmente, os conflitos militares também entravam em uma nova fase, passando a requerer o comprometimento financeiro direto do estado em larga escala – alguns poucos meses de operações bélicas eram facilmente capazes de consumir o saldo acumulado durante vários anos de frugalidade na administração das contas públicas (Anderson, 1998, pp. 15-7). Por tudo isto, o dilema fiscal enfrentado pelos soberanos ingleses de então era ainda mais premente. A coroa precisava de recursos, e a única forma de consegui-los evitando conflitos políticos com o parlamento era divisando novas formas de arrecadação. O alto escalão da administração pública esteve, durante todo este período, empenhado nesta inglória busca.

A maneira mais óbvia de complementar o orçamento real era recorrendo ao crédito, e esta alternativa foi, de fato, extensivamente utilizada por Elizabeth e pelos primeiros Stuart. Mas mesmo esta solução esbarrava na inadequação dos mercados financeiros europeus de então para suprir a demanda por crédito público, de forma que os arranjos creditícios precisavam ser continuamente reinventados (Kindleberger, 1991, p. 158). Até as primeiras décadas do período elizabetano, as principais fontes de crédito da coroa inglesa encontravam-se no mercado de Antuérpia, porém após a invasão espanhola esta captação de recursos passou a ser feita preferencialmente junto a credores domésticos, em particular de Londres (Dietz, 1931, p. 27). Diante deste ávido cliente, as finanças públicas transformaram-se, na Inglaterra, em uma atividade altamente elitizada, porém que conferia àqueles que a ela tinham acesso a possibilidade de ganhos de outra forma inatingíveis – muito embora os riscos associados também fossem elevadíssimos (Grassby, 1969, pp. 742-3). Mais do que isto, para indivíduos afluentes, porém desprovidos de origens aristocráticas, oferecer crédito ao soberano representava a possibilidade de ingressar nas redes de patronagem da corte e colocar-se, assim, ao alcance da magnanimidade real (Ashton, 1960, pp. 1-30).

A forma mais direta de obtenção de crédito junto aos agentes domésticos era a emissão das chamadas *Privy Seal demand notes*, títulos públicos que davam ao seu portador o direito de receber uma quantia determinada junto ao *Exchequer* após o seu

vencimento. O fato de que, à época de Elizabeth, estas notas já eram transferíveis mediante endosso – mais de um século antes das letras de câmbio, portanto – denota a importância e ampla disseminação do instrumento (Richards, 1929, pp. 5-8). Sua eficácia, entretanto, deixava a desejar, de forma que a coroa preferia contar com os serviços de alguns poucos magnatas financeiros para suprir sua necessidade de crédito. Além dos cortesãos mais afluentes, as companhias mercantis foram alvos costumeiros, especialmente durante o período elizabetano. Conforme mencionado acima, o preço pago pelos *Merchant Adventurers* em troca de seus privilégios comerciais era este: atuar como instrumento fiscal da coroa, não apenas coletando os tributos alfandegários sobre a exportação de tecidos, mas também oferecendo crédito direto sempre que necessário, e também utilizando suas próprias remessas comerciais para os Países Baixos como forma de manipular a cotação da libra esterlina naquele mercado, permitindo aos agentes financeiros do soberano que liquidassem a dívida externa do reino em condições mais favoráveis (Unwin, 1966c, pp. 133, 146-52, 165-7). Os préstimos financeiros das demais companhias eram também convocados, embora em menor escala, quando a situação o exigia.

O lugar ocupado por interesses empresariais em meio às finanças públicas da Inglaterra cresceu em importância ao longo de todo o período, tornando possível a proeminência de indivíduos como Sir Horatio Palavicino e Philip Burlamachi. A coroa estreitava, assim, seus laços com a *City*, à qual passava a recorrer cada vez com mais frequência em sua busca incessante por crédito. Em determinadas ocasiões, o soberano engarregava a própria *Corporation of London* de levantar o crédito necessário, buscando assim alcançar reservas materiais que lhe seriam inacessíveis diretamente; em outras, a *Corporation* atuava como fiadora dos empréstimos reais. Durante o início do século XVII, à medida que a obtenção de subsídios parlamentares se tornava mais problemática, crescia também a importância de expedientes desta natureza. Os sindicatos de *customs farmers* – grupos de mercadores extremamente afluentes que haviam arrendado os direitos de arrecadação de tributos alfandegários – tornaram-se uma das principais fontes de crédito da coroa durante os reinados de James I e Charles I, oferecendo-lhe adiantamentos lastreados

em receitas futuras. A persistência do politicamente controverso sistema de *customs farming* sem dúvida se deve menos aos seus méritos em termos de eficiência e estabilidade das receitas do que aos indispensáveis serviços financeiros prestados à coroa pelos magnatas mercantis que o administravam (Ashton, 1960, pp. 79-85).

Mas apesar da inventividade e do poder de coerção da burocracia estatal, a administração da dívida pública se tornaria impossível, a médio e longo prazos, na ausência de reformas que aumentassem a base fiscal à disposição do monarca. A história das finanças públicas durante o início do período Stuart é a história da deterioração contínua do crédito real, devido aos constantes atrasos, à inadimplência e às renovadas demandas financeiras da coroa. Muito embora fornecer crédito ao soberano fosse, em teoria, uma atividade bastante lucrativa, na prática havia muitos riscos envolvidos, entre eles a possibilidade de que a liquidação fosse atrasada por anos, talvez décadas (Ashton, 1960, pp. 154-84). Quando defronte a condições adversas nos mercados financeiros do reino, a reação da coroa era sempre a mesma: questionar a boa vontade e a afeição dos súditos que se recusavam a auxiliar Sua Majestade em um momento de dificuldades. A adoção de medidas obtusas tais como os frequentes empréstimos forçados pode ser atribuída a esta desconfiança, muitas vezes bem fundada, quanto ao entusiasmo dos cidadãos ingleses por se tornarem credores do soberano. Mas à medida que secavam, uma após a outra, todas as fontes de crédito, até mesmo os mais obstinados críticos da mesquinhez da comunidade empresarial eram forçados a reconhecer: o bom funcionamento do estado dependia de mudanças profundas em suas estruturas fiscais.

O caminho da reforma dos gastos públicos, é claro, estava sempre aberto, porém este não é o lugar para recontar esta estória de alguns sucessos e inúmeros fracassos; as desventuras de James I com o princípio da austeridade fiscal serão abordadas em mais detalhe no capítulo seguinte. Uma outra possibilidade, mais atraente, era encontrar novas fontes de receita. Uma série de inovações fiscais foram, de fato, idealizadas e implementadas durante o período em questão, com maior ou menor sucesso. A concessão de patentes de monopólio para exploração de projetos em troca de uma retribuição

financeira ao soberano tornou-se um expediente cada vez mais popular, muito embora sua relevância fiscal à época de Elizabeth ainda fosse bastante reduzida (Cramsie, 2002, pp. 28-39, 80-9; Dietz, 1931, p. 39; Thirsk, 1978, pp. 51-77; Wilson, 1965, p. 100-1). As *impositions* – tributos extra-parlamentares, altamente controversos, aplicados sobre o comércio exterior – também passaram a receber muita atenção, em particular após a decisão favorável ao soberano alcançada pela *Court of the Exchequer* no célebre Caso Bates (Friis, 1927, pp. 193-8). Alternativas ainda menos nobres eram a contínua imposição de multas e outras extorsões sobre os não-conformistas, a exploração mais intensa de direitos feudais tais como *wardships* e, em casos extremos, a liquidação do patrimônio fundiário real (Ashton, 1960; pp. 132-53; Dietz, 1931, pp. 49-66). Muito embora a eficiência fiscal destas medidas fosse variada, elas todas tinham algo em comum: exasperavam exemplarmente, um após o outro, os mais diversos segmentos da sociedade inglesa de então (Dietz, 1931, pp. 114-7; Wilson, 1965, p. 106).

Grande parte dos problemas políticos enfrentados pelos primeiros Stuart gravitava, em última instância, em torno da insuficiência crônica da base fiscal ao alcance da coroa inglesa. A notória e celebrada experiência de Elizabeth com a constituição de um fundo de reserva em tempos de paz pode até mesmo servir como um belo exemplo de seriedade administrativa, porém mascara, ao mesmo tempo, a realidade crua das condições históricas então vigentes. Durante a primeira década do período de Burghley como *Lord Treasurer* foi possível, é verdade, acumular vultosas quantias nos cofres públicos; mas assim que os conflitos com a Espanha foram deflagrados em 1585, estas reservas foram rapidamente consumidas, forçando a busca por novos meios de arrecadação paralelamente à contração de uma enorme dívida pública. Tais condições prevaleceram durante todo o restante do reinado, agravadas ainda pela revolta na Irlanda ao final do século, de forma que, à época da morte da rainha, havia grande ressentimento público quanto às constantes exações fiscais a que os súditos vinham sendo sujeitados. A herança de James I incluía, assim, dívidas públicas muito superiores às reservas do tesouro, além de um reino finaceiramente exaurido. A despeito da liberalidade do novo rei e dos elevados níveis de ostentação

adotados pela corte, as despesas totais da coroa durante os primeiros anos de seu reinado foram inferiores àquelas registradas durantes os últimos anos de Elizabeth, por conta da cessação das hostilidades internacionais (Dietz, 1931, pp. 30-113). É claro que James e seu filho foram parcialmente responsáveis pelas frequentes crises de insolvência que marcaram seu tempo, porém a fiscalidade inglesa do início do período moderno pregava peças até mesmo nos mais previdentes – um pesadelo recorrente que afetou de maneira profunda a sociedade inglesa de então.

Políticas públicas

Em conclusão a este panorama histórico, vejamos agora, em linhas gerais, qual era a atitude oficial das autoridades públicas no que tange ao controle dos processos socio-econômicos, até onde esta atitude se materializou na forma de medidas concretas. Os temas de política pública que interessam aos propósitos deste estudo podem ser classificados em três grandes grupos, de acordo com seu objetivo: regulação comercial e industrial, controle monetário e estabilidade social. Tal agrupamento, evidentemente, não passa de uma imposição arbitrária sobre a evidência histórica disponível; determinadas medidas incorporavam, simultaneamente, todos estes três objetivos, e ainda outros. Um caso típico desta pluralidade funcional, e portanto espécime exemplar das modalidades de política características da Inglaterra durante o período que antecede as guerras civis, são os *Statutes of Employment*. Esta série de medidas legislativas tem sua origem primeira no estatuto 14 Richard II, c. 1, sancionado pelo parlamento em 1390 e subsequentemente reformulado em diversas ocasiões ao longo do século XV. Seu princípio operacional consistia em forçar os mercadores que traziam produtos do exterior para dentro da Inglaterra a adquirir mercadorias domésticas com as receitas assim obtidas, remetendo-as por sua vez ao exterior (Beer, 1938, p. 67; Braudel, 1998, v. 2, p. 484; Craig, 1953, pp. 82-3; Tawney & Power, 1924, v. 1, pp. 308-10, 325-30). Funcionava, pois, como uma política de regulação comercial e industrial, visando estimular as atividades produtivas domésticas, além de restringir a importação de artigos supérfluos; como medida de controle monetário,

pois suavizava desequilíbrios na balança comercial do reino; e finalmente como promotora da estabilidade social ao colocar mais empregos à disposição da população inglesa.

Os *Statutes of Employment* eram uma das respostas padrão adotadas pela Inglaterra em momentos de crise. Obviamente, a implementação da legislação na prática era bastante complicada, de forma que, sempre que as condições econômicas se deterioravam, surgiam propostas oficiais e exortações públicas para que os estatutos fossem aplicados com mais vigor. Esta, aliás, era uma característica comum a grande parte das políticas públicas de então. Ao longo de todo o século XVI, e também durante a primeira metade do XVII, há uma forte correlação entre os distúrbios verificados no comércio exterior da Inglaterra e a preocupação demonstrada pelo estado com o controle das variáveis econômicas (Fisher, 1940, p. 96). Por um lado, cabe aqui a célebre advertência de George Unwin contra a "tendência universal a superestimar a importância que deliberações sensatas e a adoção de idéias claras tiveram sobre a história econômica das nações" (1966c, p. 158); por outro, porém, a identificação dos traços recorrentes da política pública inglesa durante o início do período moderno pode ajudar a iluminar as atitudes peculiares daquela sociedade frente a questões econômicas.

As regulações comerciais e industrias oscilaram em prestígio ao longo do período em análise. Baixo Henry VII e Henry VIII, a Inglaterra viveu o que F.J. Fisher descreve como "um dos grandes períodos de liberdade comercial de sua história moderna" (1940, p. 101). Em meio às condições prósperas que então prevaleciam, grande parte dos tradicionais mecanismos de restrição à atividade econômica da época – tais como os privilégios do *Merchant Adventurers* e os conflitos com a Hansa – se encontravam inoperantes, ao menos temporariamente (Fisher, 1940, pp.101-3). Porém, a recessão que marcou os reinados de Edward VI e Mary, assim como as primeiras décadas de Elizabeth, reacendeu no reino o espírito do controle econômico. Conforme já mencionado, o período elizabetano foi marcado por tentativas, em geral bem-sucedidas, de restringir a participação no comércio exterior e na indústria doméstica. O direito do estado de intervir nestes setores era algo implicitamente aceito por todos; a administração pública elizabetana apenas capitalizou sobre essa

premissa, utilizando-se de instrumentos como as patentes de monopólio e as cartas de incorporação para manter a gerência dos assuntos econômicos dentro da estrita jurisdição da prerrogativa real. A coroa evitava, desta maneira, a participação direta do parlamento nestes processos decisórios, o que lhe garantia muito maior flexibilidade operacional. O *Privy Council* firmava-se, assim, como a principal instituição responsável pela formulação da política econômica inglesa, e o cuidado dos oficiais públicos da época com a coleta e organização de estatísticas comerciais detalhadas e confiáveis presta contundente testemunho quanto à seriedade de seus esforços (Fisher, 1940, pp. 107-10; Hinton, 1959, pp. 71-2; Stone, 1949, pp. 30-5, 43-4; Supple, 1964, pp. 72, 230-5, ; Unwin, 1966a, p. 307; 1966c, pp. 172-4, 201-16; Wilson, 1976, 55-6).

A regulação econômica praticada à época pela Inglaterra tinha como um de seus princípios fundamentais o estímulo à manufatura doméstica. Esta orientação teve origem ainda na Idade Média, quando políticas de estímulo à manufatura lanígera foram adotadas após o período de decadência que atingiu o setor durante o século XIII e perseguidas de forma razoavelmente consistente durante os séculos XIV e XV (Friis, 1927, pp. 4-12) . Após o florescimento definitivo do setor têxtil, o foco dos esforços regulativos foi deslocado. A execução dentro do próprio reino dos processos de acabamento sobre os têxteis exportados era um objetivo perseguido desde pelo menos meados do século XV, porém que passou a ocupar o centro dos debates públicos a partir do reinado de Henry VII. Vários estatutos foram criados durante os reinados dos dois primeiros Tudors visando restringir a exportação de tecidos não-acabados, culminando no estatuto de 1566 que viria a orientar o tratamento da questão durante todo o período elizabetano[24] (Friis, 1927, pp. 37-43; Unwin, 1963, pp.

---

[24] Este estatuto definia que mesmo os mercadores envolvidos na administração do *staple*, detentores de uma licença de exportação de tecidos não-acabados, deveriam enviar uma peça acabada em cada dez exportadas. Além disto, o estatuto determinava que todos os tecidos de Kent e Suffolk deveriam ser exportados apenas após receberem acabamento. Um dos principais resultados desta legislação foi a polarização das exportações têxteis da Inglaterra entre dois grupos: de um lado, os *Merchant Adventurers*, controladores do *staple*, exportando

88-90; 1966b, pp. 277-8). Apesar das dificuldades encontradas na execução desta legislação e das licenças especiais frequentemente concedidas em seu detrimento, a idéia de que os tecidos ingleses deveriam receber acabamento pelas mãos de artífices do próprio reino constitui um dos temas constantes do período em questão, sendo imediatamente resgatado sempre que as condições do setor têxtil se mostravam suficientemente prósperas para instigar a intervenção. Durante o início do XVII, outras medidas de política voltadas para a manufatura têxtil também foram periodicamente cogitadas (controles de qualidade, administração da oferta de matérias-primas, etc.), porém sua implementação em escala verdadeiramente nacional se tornara inviável devido aos constantes conflitos entre a coroa e o parlamento. Desta forma, a regulação econômica do setor, quando presente, em geral assumia um caráter localista e pragmático, divisada e aplicada pelos próprios juízes de paz encarregados da administração de cada condado (Ramsay, 1942, pp. 482-3). Estas deficiências regulativas favoreciam o desenvolvimento da produção de novos artigos, tais como as *new draperies*, que contavam assim com condições mais flexíveis para sua própria expansão (Cooper, 1970, passim; Supple, 1964, pp. 154-8).

À parte o setor têxtil, a Inglaterra já vinha também há algum tempo adotando medidas de estímulo ao desenvolvimento de outras atividades manufatureiras em solo doméstico. Esta prática ganhou contornos sólidos durante os reinados de Henry VIII e Edward VI por meio da influência dos chamados *Commonwealthmen*, um grupo de pensadores vinculados à corte responsáveis por propostas de reforma política, social e econômica que buscavam promover o bem-estar do corpo político – a "*commonweal*" – em sua totalidade. As idéias destes reformistas inspiraram várias figuras públicas proeminentes do período elizabetano, entre elas Burghley e Sir Thomas Smith[25], que as traduziram em

---

majoritariamente peças inacabas; por outro, todos os demais mercadores do reino, incluídos aí os representantes dos portos provinciais, exportando apenas tecidos devidamente acabados (Friis, 1927, pp. 58-61)

[25] Acadêmico de Cambridge e membro da administração pública sob Edward VI, Mary e Elizabeth, Sir Thomas Smith é, de acordo com especialistas, o autor presumido do seminal tratado econômico *A Discourse of the*

medidas concretas de estímulo à atividade econômica do reino. Foi neste contexto que floresceu o interesse público pelos “projetos”, um termo em si mesmo significativo, de acordo com Joan Thirsk, por representar “um esquema prático para exploração de coisas materiais, capaz de ser realizado por meio de trabalho e engenhosidade”, em oposição ao ideal abstrato da *commonweal* (1978, pp. 1-2). A disposição da coroa em oferecer condições favoráveis para a execução dos projetos propostos pelos súditos certamente contribuiu com o desenvolvimento de uma série de novas atividades econômicas dentro da Inglaterra, porém também ocasionou delicados conflitos políticos – em particular durante as últimas décadas do XVI, à medida que se disseminava a prática de associar patentes de monopólio à exploração destes projetos. Conforme já mencionado na seção anterior, tais patentes funcionavam simultaneamente tanto como instrumentos de política industrial quanto fiscal, além de serem utilizadas para fins de patronagem; para obtê-las, era necessário possuir recursos materiais suficientes e bons contatos junto à corte. A execução rigorosa dos privilégios ali contidos impedia, portanto, que uma enorme parcela da população se dedicasse por conta própria à exploração dos novos ramos da atividade econômica, o que obviamente causava grande descontentamento popular. Elizabeth já se deparara com intensa confrontação parlamentar acerca desta questão nos últimos anos de seu reinado; a disseminação ainda maior das patentes promovida por James I culminou, finalmente, na abolição oficial do instrumento por meio de uma das mais célebres medidas legislativas surgidas durante o início do perído Stuart: o *Statute of Monopolies*, promulgado durante a sessão parlamentar de 1624 (Thirsk, 1978, pp. 24-105; Unwin, 1966c, p. 216; Wilson, 1965, pp. 58, 100-1).

No que se refere à administração de assuntos monetários, a atenção dispensada pela coroa era ainda maior. A partir do que foi dito acima acerca do funcionamento do sistema monetário europeu da época, torna-se fácil compreender a preocupação constante

---

Commonweal of this Realm of England, escrito em 1549, porém publicado pela primeira vez apenas em 1581 (Dewar, 1969, pp. v-xiv).

demonstrada pelas autoridades públicas com o controle dos rumos da moeda. Garantir a presença de um volume adequado de moeda dentro do reino era o objetivo fundamental, e as políticas perseguidas pela Inglaterra com esta finalidade possuem algumas características bastante peculiares. Um traço que permeia todas as discussões sobre o tema é a aversão crônica às depreciações monetárias demonstrada pela sociedade inglesa de forma geral. As origens desta repulsa podem ser encontradas nas grandes depreciações promovidas por Henry VIII, que causaram uma impressão profunda e duradoura sobre seus contemporâneos e gerações subsequentes. A partir de então, a qualidade do padrão monetário inglês – em particular a prata – passaria a ser vista como algo virtualmente intocável, por conta das implicações inflacionárias que eventuais manipulações, ao que se temia, pudessem desencadear (Craig, 1953, pp. 105-11, 137; Supple, 1957, pp. 243-4; 1964, pp. 164-94).

Uma vez que o caminho da depreciação estava bloqueado, era necessário encontrar outras formas de controlar os fluxos monetários entre a Inglaterra e o resto do mundo. Proibições estritas à exportação de moeda e metais preciosos estiveram em vigor durante todo o período em questão – muito embora sua eficiência fosse geralmente bastante limitada, para dizer o mínimo. Outra estratégia predileta então adotada na tentativa de domar os mecanismos monetários era o controle direto do mercado de câmbio por parte da coroa. A lógica por trás de medidas desta natureza era tentar neutralizar a utilização das operações de câmbio para fins de arbitragem monetária, forçando com que a troca entre as moedas fosse realizada apenas de acordo com seu conteúdo metálico, sem levar em consideração diferenças entre a oferta e a demanda internacionais. Já desde fins do século XIV vinham ocorrendo tentativas de restrição à utilização de letras de câmbio, com o intuito de limitar os canais abertos ao escoamento da moeda (Craig, 1953, pp. 82-3). Durante o reinado de Henry VIII, o controle exercido pelo soberano sobre os fenômenos monetários foi afrouxado, em particular após a revogação do monopólio real sobre as atividades de câmbio em 1539 (Craig, 1953, p. 105). Não obstante, o projeto de esterilização do mercado de

câmbio voltaria à tona dali em diante sempre que o reino se deparasse com crises de liquidez.

Como já disse F.J. Fisher, “a demanda por controles de câmbio surgia, a cada recessão, com a regularidade automática de uma ação reflexa” (1940, p. 105). Em 1551, as operações cambiais da Inglaterra foram sumariamente suspensas, e então novamente em 1559. Dali em diante, a coroa passaria a optar por métodos menos truculentos, em particular buscando administrar as taxas de câmbio de modo a fazer com que a cotação das moedas correspondesse ao “*true par”*. Em 1576, o posto de *royal exchanger* foi finalmente restabelecido, tendo o onipresente Burghley como seu incumbente (Buckley, 1924, pp. 592-3). No entanto, estas políticas cambiais ilustram, talvez mais do que quaisquer outras, a enorme discrepância entre o desejo de controlar demonstrado pelo estado inglês durante o início do período moderno e a sua capacidade para tanto. Vez após outra, a coroa insistia em colocar o mercado de câmbio sob sua supervisão, e vez após outra ela fracassava categoricamente em seus esforços, seja por conta das dificuldades práticas envolvidas ou da oposição de importantes grupos de interesse. As medidas de 1551, 1559 e 1576 tiveram vida curtíssima, assim como várias outras divisadas ao longo das turbulentas décadas de 1550 e 1560. Mas nem por isto seus entusiastas perderam o ânimo: ainda em 1627, esta verdadeira fênix das políticas públicas do início do período moderno ressurgia com todo o vigor, em meio ao contexto de reafirmação da prerrogativa real que marcou os primeiros anos do reinado de Charles I (Craig, 1953, p. 139; Heckscher, 1950, p. 224; Kindleberger, 1993, pp. 34-5; Supple, 1964, pp. 191-2).

Os séculos XVI e XVII também foram palco de transformações no tratamento oficial dispensado ao problema da usura. Condenada tanto pela Igreja quanto pelo Estado durante o período medieval, a cobrança de juros em operações de crédito continuou sendo objeto de reprovação moral durante todo o período aqui em análise, e até muito mais tarde. Entretanto, o célebre ato promulgado por Henry VIII em 1545 fez com que a usura deixasse de ser um crime na Inglaterra, desde que não excedesse o limite estatutário inicialmente estabelecido em 10% ao ano. Esta inovação legal, que havia sido facilitada pela ruptura de

Henry com Roma, foi revertida por Edward VI e depois novamente instaurada pelo parlamento de 1571, desta vez em definitivo (Kindleberger, 1993, pp. 43-4; Unwin, 1966a, p. 322). Porém é importante ressaltar que a cobrança de juros dentro do reino não era tornada perfeitamente legal por obra destas medidas legislativas. Pelo contrário, a usura continuava indo de encontro às doutrinas eclesiásticas, um fator cuja importância à época não deve ser subestimada (Roover, 1974, p. 185); além disto, contratos de crédito envolvendo pagamento de juros, mesmo que dentro do limite estatutário, continuavam legalmente inválidos, de forma que os devedores podiam contestá-los em uma corte de *common law* e ser assim absolvidos do compromisso de realizar qualquer pagamento que excedesse o principal cedido em empréstimo (Tawney, 1925, pp. 165-80). Mesmo assim, a definição de um limite abaixo do qual a cobrança de juros não era mais vista como um crime sinaliza uma mudança inequívoca na atitude oficial frente ao problema da usura (Richards, 1929, pp. 19-20). Os empréstimos a juros passavam a ser tolerados como algo próprio de uma sociedade mercantil, e a redução para 8% do limite estatutário ao final do reinado de James I indica não apenas a consolidação desta nova atitude, como também a percepção pública acerca da possibilidade de se manipular as taxas de juros como instrumento de política – recurso que viria a ser utilizado com maior frequência após a Restauração.

Finalmente, as políticas destinadas a promover a estabilidade social podem ser agrupadas de acordo com duas fases bastante distintas. A estagnação imperante durante o período elizabetano fez com que a principal preocupação da administração pública à época fosse restringir a expansão e a diversificação econômicas em curso acelerado desde o início do século XVI (Fisher, 1940, pp. 99-101; Supple, 1964, pp. 234-5). Após o aumento massivo da ocupação na manufatura têxtil então verificado, a crise que o setor exportador atravessou durante o terceiro quartel do século resultou em desemprego, privação e miséria por todo o reino. Diante deste cenário pouco promissor, a reação da coroa elizabetana foi tentar reverter as transformações que, a seu ver, eram responsáveis pela vulnerabilidade socio-econômica do reino. Buscou-se, assim, cercear a expansão industrial e reforçar os vínculos da população com a terra, com suas raízes sociais e espaciais. A manifestação concreta

mais contundente deste espírito reacionário foi o estatuto 5 Elizabeth I, c. 4, o *Statute of Artificers*, talvez o mais célebre ato legislativo promulgado na Inglaterra durante todo o início do período moderno.

Em linhas gerais, o estatuto determinava maior rigor na execução das normas de *apprenticeship*, impedindo o exercício de um ofício por indivíduos que não houvessem ali servido como aprendizes durante um período mínimo de sete anos; e também fixava tetos salariais específicos para cada setor produtivo, visando coibir a migração de trabalhadores em busca de melhores remunerações. Com isto, esperava-se limitar significativamente a mobilidade das classes mais baixas do reino, em particular aquelas tradicionalmente envolvidas no setor agrícola, a respeito das quais o estatuto era especialmente rigoroso (Fisher, 1940, pp. 112-3; Lis & Soly, 1984, p. 171). A pressão para reconversão de pastagens em terras aráveis foi outra manifestação desta mesma tendência. Na verdade, o próprio desenvolvimento de um sistema compreensivo de auxílio aos pobres, tal como ocorreu, constitui um reconhecimento implícito de que a estagnação econômica era um fato permanente, e que portanto o máximo que se poderia almejar era a restituição do *status quo ante* por meio da intervenção direta do estado, a quem cabia preencher as lacunas e suprir as deficiências do fragilizado tecido social (Fisher, 1940, p. 116).

Durante o início do período Stuart, as condições eram outras. Após décadas de virtual estagnação, a economia inglesa voltava a apresentar sinais de vitalidade e dinamismo, fazendo com que o aparato regulativo montado ao longo do reinado de Elizabeth passasse a ser ressentido por uma parcela crescente da população, ávida por explorar novas oportunidades. O projeto de restrição da expansão econômica, acolhido nas últimas décadas do XVI como um antídoto para a instabilidade social característica da época, perdera grande parte de seu apelo em face do novo ciclo expansivo que se instaurava (Fisher, 1940, p 117). A reorientação das políticas públicas refletia claramente esta mudança. Durante a primeira metade do XVII, a vocação industrial da economia inglesa passou a ser implicitamente aceita; em resposta às crises, não mais se buscava frear o crescimento e preservar as estruturas tradicionais, mas sim intensificar e diversificar ainda

mais a produção e o comércio domésticos (Supple, 1964, pp. 246-53). Se para a coroa elizabetana a receita da estabilidade social envolvia restrição e controle, a palavra de ordem à época de James I era prosperidade, e a questão crucial de política era garantir emprego à população (Supple, 1964, pp. 72, 250-1).

2 OS ANOS DE CRISE, 1614-24

Uma vez apresentadas as condições econômicas e institucionais que nortearam a evolução histórica da Inglaterra durante o início do período moderno, cabe agora entender o contexto específico no qual surgiram as idéias e debates dos quais este estudo se ocupa. Estas contribuições intelectuais foram produto direto da reflexão sobre a conjuntura difícil da última década do reinado de James I, um período marcado por distúrbios econômicos agudos e generalizados. Cabe lembrar, entretanto, que crises e depressões não eram fenômenos novos; condições semelhantes permearam toda a segunda metade do século XVI, e muito embora tenham então surgido importantes esforços de compreensão dos processos econômicos, em nenhum momento houve interesse público tão amplo pelo tema quanto o demonstrado durante o início da década de 1620. Grande parte do estímulo à investigação econômica durante aqueles anos se deveu não tanto à severidade da crise em curso, mas sim ao contraste estabelecido com a década de prosperidade que a precedera. Se durante o período elizabetano a opinião pública inglesa se mostrava conformada e resignada com as adversidades, as condições depressivas instauradas por volta de 1614 tornaram-se ainda mais inaceitáveis justamente por virem à tona no momento em que, pela primeira vez em um longo tempo, a Inglaterra tinha novamente motivos para acreditar em um futuro economicamente promissor.

Em especial quando comparada à situação que prevalecera ao longo do período elizabetano, a economia inglesa durante a primeira metade do XVII aparece sob uma luz bastante favorável. Dificuldades existiram, é claro, não apenas durante o turbulento período 1614-24, mas também mais tarde, ao fim da década de 1620, em razão dos conflitos com a França e com a Espanha, e depois novamente à época da convocação do Parlamento Longo. Porém, apesar dessas crises periódicas, as quatro décadas que antecedem as guerras civis surgem, em perspectiva, como um período de crescimento e desenvolvimento, ao longo do qual a Inglaterra saiu de uma posição periférica para se tornar uma das principais potências econômicas européias, talvez até mesmo a principal. Logo após a

ascensão de James I, a restauração da paz com a Espanha após quase duas décadas de conflitos que haviam prostrado o reino deu início a um período de expansão comercial acelerada, do qual se beneficiaram todos os setores exportadores da economia inglesa (Fisher, 1950, pp. 153-5). A atividade industrial doméstica também cresceu de forma vigorosa, transformando os primeiros dez anos da dinastia Stuart em um momento de inequívoca prosperidade (Nef, 1953, p. 297; Supple, 1964, pp. 28-9; Tawney, 1958, pp. 13-8; Wilson, 1965, p. 52). Apesar de todas as dificuldades políticas que cercaram os anos do reinado pessoal de Charles I, a década de 1630 testemunhou significativos avanços na penetração econômica da Inglaterra no continente, em especial na região do Mediterrâneo. As crises, quando ocorriam, estavam sempre relacionadas a fatores circunstanciais, tais como rupturas diplomáticas e instabilidade política, em contraste com as raízes crônicas da estagnação elizabetana. Prova disto é o fato de que o primeiro dos desastres econômicos do período Stuart foi causado pelo excesso de confiança pública no poder competitivo do setor têxtil inglês – o *Cockayne project* seria totalmente inconcebível em meio às condições econômicas adversas da segunda metade do século XVI.

Tudo isto, é claro, não diminui a gravidade das crises que, afinal, ocorreram. A primeira metade do XVII foi um período de transições e mudanças para a economia inglesa, trazendo consigo inevitáveis custos de adaptação. O setor têxtil tradicional, que atingira seu pico histórico de exportações em 1614, entraria em declínio secular e irreversível a partir de então; as *new draperies*, em sentido oposto, cresceriam continuamente na pauta de exportações até igualar em importância os artigos tradicionais a meados do século (Fisher, 1950, pp. 153-5). A re-exportação dos produtos trazidos de longe pelas companhias mercantis também ganhava relevância, tornando mais densas as redes comerciais da Inglaterra com o restante do mundo. Os padrões espaciais do comércio exterior inglês também sofriam alterações, em particular o crescimento marcante da importância da região mediterrânea e o declínio relativo dos mercados do norte da Europa (Brenner, 2003, pp. 23-33; Davis, 1961, pp. 119-32; Fisher, 1950, pp. 153-5, 159-60). Além disto, embora o momento fosse favorável à Inglaterra, ele era ainda mais favorável a seu mais poderoso

competidor nos mercados internacionais, as Províncias Unidas, que se aproveitaram da trégua com a Espanha durante a década de 1610 para impor definitivamente sua superioridade marítima por toda a Europa – a *Eastland Company* e a *East India Company* sofreram de forma particularmente intensa com o acirramento da concorrência holandesa (Friis, 1927, pp. 178-93; Wilson, 1965, p. 56). Finalmente, a Inglaterra ainda se viu às voltas, durante momentos cruciais, com desequilíbrios monetários crônicos ocasionados por discrepâncias entre as paridades bimetálicas praticadas ali e no restante da Europa. Em 1611, a cotação prata/ouro oficial na Inglaterra foi elevada de 12:1 para 13:1, visando prevenir fugas de ouro que vinham ocorrendo até então. Como resultado, o ouro de fato voltou a ingressar no reino, porém em contrapartida a prata passou a ser continuamente exportada. Como a manipulação do padrão monetário da prata era um assunto delicado, a situação permaneceu inalterada, agravada ainda mais pela redução da cotação oficial holandesa de 1615 a 1622. Durante este período, as cunhagens de prata na Inglaterra foram praticamente insignificantes, nunca mais do 0,5% do total da produção da *Mint* (Brenner, 1962, p. 278; Gould, 1952, pp. 241-2; Kindleberger, 1991, p. 160; Supple, 1957, pp. 241-2; 1964, p. 31). Desta forma, mesmo na ausência de quaisquer distúrbios comerciais, a economia inglesa ainda assim se encontrava constantemente ameaçada por problemas de liquidez.

O objetivo deste capítulo é apresentar em detalhes o contexto de crise que envolveu a Inglaterra de forma praticamente ininterrupta desde 1614 até meados da década seguinte. Os estudos sobre o tema tendem a se concentrar apenas na segunda fase deste período, na grande crise ocorrida de 1619 a 1623 por conta de problemas nos mercados do Báltico relacionados com a eclosão da Guerra dos Trinta Anos. Embora reconheça-se aqui a ferocidade sem precedentes desta segunda crise, e também o impacto direto dos problemas por ela levantados sobre as idéias econômicas esboçadas naquele momento, parece provável que esta reação intelectual não teria alcançado as proporções que alcançou caso a crise de 1620 não tivesse ocorrido nos calcanhares de uma outra crise, menos intensa, porém igualmente inquietante. Após uma década de otimismo e prosperidade, a persistência

de um cenário recessivo durante seis, sete, oito anos certamente exacerbou muito a ansiedade pública. Vejamos então, primeiramente, quais foram os desenvolvimentos históricos que, durante o reinado de James I, definiram o palco para a deflagração destes distúrbios econômicos, para depois tentar entender os mecanismos em ação por trás do *Cockayne project* e da grande crise do início da década de 1620.

2.1 ANTECEDENTES

A questão fiscal ocupa um lugar tão proeminente na história da Inglaterra durante o início do período moderno que se torna difícil imaginar qual teria sido o destino do reino na ausência dos constrangimentos que o orçamento real rotineiramente lhe impunha. Desta forma, parece adequado adotar as idas e vindas da fiscalidade jacobeana como fio condutor desta narrativa sobre os contornos socio-políticos da Inglaterra ao início do século XVII – uma escolha que, espera-se, justificará a si própria. Antes de mais nada, é necessário destacar algumas características próprias da administração pública de então que podem causar estranhamento aos nossos olhos, e portanto prejudicar a compreensão das questões em jogo. Sir Lionel Cranfield, detentor de um sólido retrospecto empresarial e futuro paladino da reforma fiscal, defendia em 1616 os gastos públicos como uma forma legítima de transferir riqueza do soberano para aqueles que o apoiavam e, por extensão, para todo o restante do reino (Ashton, 1957, pp. 15-6). Os gastos suntuários e a generosidade material eram entendidos como algo próprio da condição social do monarca, e portanto inevitável, desejável até mesmo. No caso específico de James I, a questão era ainda mais crucial devido à sua própria posição política: como rei estrangeiro, fundador de uma dinastia e filho de uma mulher odiada por seus novos súditos, era-lhe imprescindível construir uma base de sustentação em meio às elites locais que lhe permitisse governar (Cramsie, 2002, pp. 22-8). Some-se a isto uma espécie de otimismo fiscal crônico por parte de James, que acreditava que a riqueza de seus novos domínios sempre lhe permitiria sanar as contas públicas a médio prazo, seja por meio de arranjos parlamentares ou excedentes no orçamento

ordinário, e podemos então começar a entender melhor as dificuldades políticas que marcaram seu reinado (Ashton, 1957, pp. 28-9).

O legado fiscal de Elizabeth, ao contrário do que se supunha popularmente, não era nada encorajador. O longo período de conflitos com a Espanha exaurira o reino, e o tesouro acumulado nos cofres públicos não era sequer suficiente para cobrir as dívidas acumuladas pela coroa (Cramsie, 2002, pp. 67-75; Dietz, 1931, p. 113). Embora a cessação das hostilidades internacionais tenha aliviado significativamente a pressão sobre o orçamento, James trouxe consigo uma nova atitude quanto à administração pública. Com ele, os processos políticos do reino se tornaram muito mais fluidos do que tinham sido sob Elizabeth; as relações pessoais do soberano com os membros mais proeminentes da corte se tornaram um elemento crucial na construção de uma base ampla para seu próprio aconselhamento, reduzindo consequentemente a esfera de influência de instituições formais tais como o *Privy Council*. James, assim como grande parte de seus oficiais do alto escalão, possuía uma formação intelectual humanista, de forma que a diversidade de opiniões em meio aos processos decisórios era algo muito valorizado durante seu governo, assim como a criação de laços sólidos entre o rei e seus conselheiros (Cramsie, 2002, pp. 7-21). A notória liberalidade material que marcou seu reinado era mais uma manifestação desta mesma atitude[26]. Imediatamente após sua chegada a Whitehall, James começou a prodigamente distribuir recompensas materiais não apenas a seus novos cortesãos, mas também àqueles que vieram da Escócia o acompanhando. As despesas cotidianas da coroa também cresceram, não apenas por conta do maior tamanho da família real, mas principalmente dos novos padrões suntuários introduzidos na corte. O resultado foi a emergência de um substancial déficit no orçamento ordinário que, embora mais do que

---

[26] John Cramsie atribui à influência de Xenofonte, em particular, as idéias de James acerca da administração do tesouro público, seguindo o exemplo de Ciro como o soberano que preferia dispor de sua própria riqueza em benefício de seus favoritos, certo de que estes, por sua vez, viriam em seu auxílio quando necessário (2002, pp. 22-8).

compensado a curto prazo pela drástica redução nas despesas militares do reino, era visto com muito menos simpatia pela opinião pública (Ashton, 1957, pp. 18-9; 1960, pp 37-46; Dietz, 1931, pp. 100-13; Wilson, 1965, p. 91).

Assim, com o advento dos Stuart o dilema político subjacente à estrutura constitucional da Inglaterra agravou-se ainda mais. As idéias de James a respeito da boa prática governamental implicavam um volume de despesas correntes que o orçamento ordinário da coroa jamais seria capaz de comportar. Entretanto, recorrer ao auxílio do parlamento para arcar com estes custos significava submeter as ações da coroa ao julgamento e aprovação daquela instituição – algo inconcebível dadas as inclinações absolutistas de James. Este impasse insolúvel, que o atormentaria durante todo o seu reinado, cristalizou-se já durante sua primeira e turbulenta reunião parlamentar, iniciada em 1604, porém apenas concluída – de forma insatisfatória – em 1610. Para o rei, a união entre os reinos da Inglaterra e da Escócia era uma questão primordial, e a recusa definitiva do parlamento em promulgá-la naturalmente o enfureceu; já os Comuns sentiram-se traídos quando, em 1606, após consentirem em conceder auxílio financeiro em troca da retificação de certas mazelas, James os tratou como apenas mais uma fonte de aconselhamento: ouviu-os, porém entendeu que suas queixas eram exageradas e decidiu não atendê-los (Cramsie, 2002, pp. 75-9). A solicitude do início do reinado rapidamente se transformava, assim, em desconfiança mútua, corroendo as relações entre o rei e o parlamento a partir de então.

Um dos eventos mais notórios da sessão parlamentar de 1604 foi o movimento que ficou conhecido como *Free Trade Campaign*, cujas diretrizes – conforme consubstanciadas no relatório do comitê parlamentar encarregado de investigar o mérito da causa, de autoria de Sir Edwin Sandys (Thirsk & Cooper, 1972, pp. 436-44) – iluminam várias das questões e atitudes que à época cercavam a análise dos processos econômicos. Antes de mais nada, é preciso notar que, ao advogar a expansão da liberdade comercial (*free trade*), os promotores do movimento junto aos Comuns não pretendiam derrubar a estrutura institucional do comércio inglês, organizada em torno das companhias mercantis. A

importância e adequação das companhias para a gerência do comércio exterior era tacitamente aceita, e o que se pretendia era apenas facultar a um número maior de indivíduos a possibilidade de se tornar membros destas respeitáveis instituições. E mesmo esta pretendida universalização do acesso estava sujeita a limites muito claros: não se tratava de permitir que todo e qualquer súdito tivesse o direito de negociar dentro da estrutura das companhias estabelecidas, mas sim que todo e qualquer súdito *devidamente apto* pudesse fazê-lo – em outras palavras, que todos os *mere merchants* pudessem ingressar no seio das companhias em termos razoáveis (Ashton, 1967, pp. 42-3)

Havia uma dupla motivação por trás deste desejo de quebrar as restrições excessivas à participação no comércio exterior do reino: por um lado, o surgimento de uma conjuntura econômica próspera e expansiva despertou o descontentamento público com práticas restritivas que haviam sido aceitas em meio à estagnação; por outro, o fim dos conflitos com a Espanha, ao mesmo tempo em que permitira a reversão do ciclo econômico na Inglaterra, subitamente deixou sem ocupação um grande contingente populacional, em particular nas províncias, que ganhara a vida durante as últimas décadas do XVI participando de expedições marítimas e de pirataria oficial (Friis, 1927, pp. 149-51; Supple, 1964, p. 30). Estes mercadores e marinheiros provinciais tinham agora que competir em condições extremamente desvantajosas com seus concorrentes sediados em Londres, onde se concentravam as atividades econômicas e administrativas das companhias mercantis. Assim, a *Free Trade Campaign* foi parte de um conflito mais amplo entre os interesses econômicos da metrópole e das províncias. Sua principal linha de ação consistia em contestar o caráter *nacional* das companhias mercantis, concentradas na capital; e seu objetivo final era garantir aos mercadores provinciais a possibilidade de participar ativamente do comércio exterior da Inglaterra, e assim usufruir das oportunidades abertas pela nova conjuntura expansiva. Dado que o parlamento era a instituição política onde as províncias se encontravam mais bem representadas, era natural que o movimento pró-liberdade comercial ali viesse à tona (Ashton, 1967, pp. 40-6; Friis, 1927, p. 172).

Por fim, a campanha também colocou em evidência um dos temas de política econômica mais polêmicos do período: a questão dos monopólios. A aversão dos Comuns à prática de concessão de patentes já se manifestara em 1601, durante o último parlamento de Elizabeth, quando os monópolios legitimados pela coroa foram duramente contestados (Ashton, 1979, pp. 83-4; Dietz, 1931, pp. 96-7). Os defensores da liberdade comercial em 1604 colocaram sua causa sob esta mesma bandeira, classificando como monopólios de fato as restrições excessivas impostas pelas companhias mercantis (Thirsk & Cooper, 1972, pp. 438-40). A concessão de patentes para exploração de projetos econômicos supostamente benéficos para o reino era um tópico delicado justamente por conta da combinação entre bem-estar público e interesses privados que se encontrava em sua essência; à medida que a prática se disseminava sob Elizabeth, e mais tarde sob James I, era natural que o escrutínio público fosse instigado, como de fato foi (Cramsie, 2002, p. 66; Thirsk, 1978, pp. 78-105; Wilson, 1965, pp. 100-1). Porém, a oposição parlamentar aos monopólios envolvia outras nuances; também aqui, a própria configuração política da instituição era parcialmente responsável pelo ardor das críticas. Os beneficiários das concessões da coroa eram, cada vez mais, indivíduos com sólidas conexões junto à corte, de forma que, para os membros do parlamento, estes interesses concessionários surgiam como integrantes de um círculo privilegiado ao qual eles próprios, assim como aqueles a quem representavam, não tinham acesso, e que portanto desejavam liquidar. O parlamento de 1604 cristalizou, assim, um alinhamento político que prevaleceria durante todo o reinado de James, colocando de um lado a *gentry* e os interesses mercantis provinciais – convencidos momentaneamente da comunidade de seus interesses econômicos – e de outro a corte e a elite empresarial londrina – sócios de ocasião que se viram obrigados a reforçar sua aliança de forma a fazer frente à ofensiva parlamentar (Ashton, 1967, pp. 43-4; 1969, passim; 1979, p. 98; Brenner, 2003, pp. 199-218; Rabb, 1968, pp. 169-70).

Diante da impossibilidade de obter o auxílio financeiro necessário junto ao parlamento, e na ausência de quaisquer esforços sérios de contenção dos gastos públicos, o crescente déficit ordinário transformou os anos 1604-10 em um período de acelerado

acúmulo de dívidas (Ashton, 1957, p. 20; Dietz, 1931, pp. 122-6). As medidas mais efetivas então implementadas visando corrigir este desequílibrio giraram em torno da tarifação alfandegária. A própria dinamização do comércio exterior resultava em acréscimo nas receitas desta natureza, e o *Book of Rates* foi devidamente revisado em 1604 visando tirar o máximo de proveito da nova conjuntura. A concessão da *great farm of the customs*, além de estabilizar os fluxos de receita alfandegária, colocou à disposição da coroa uma nova e eficiente fonte de crédito, que viria a ser utilizada de forma cada vez mais frequente a partir de então[27]. Outra célebre inovação do período foi a cobrança sistemática das controversas *impositions*. Ao início do XVII, o direito à taxação sobre o comércio internacional possuía contornos constitucionais ainda pouco nítidos. Para além das modalidades tradicionalmente consagradas, a idéia de que o controle sobre a movimentação portuária era parte da prerrogativa real contava com muitos adeptos. As *impositions*, na qualidade de tarifas criadas pela coroa visando influenciar o curso do comércio exterior do reino, haviam sido utilizadas ao longo do período Tudor, porém sempre com parcimônia e cautela. Durante os anos da transição entre Elizabeth e James I, a renovação da licença da *Levant Company* trouxe à tona acusações de violação da prerrogativa devido a uma taxa que a companhia cobrava de todos os não-membros que desejassem exportar *currants* de suas áreas privilegiadas com destino à Inglaterra. A coroa entendeu que isto equivalia, na prática, à cobrança de uma *imposition* sobre a mercadoria, e determinou que, como condição para a manutenção de sua licença, a companhia deveria lhe transferir o direito de cobrança deste tributo, passando a estar ela própria sujeita ao pagamento (Cramsie, 2002, pp. 80-8; Epstein, 1908, pp. 40-67; Wood, 1935, pp. 38-9).

John Bates, um dos membros da *Levant Company* à época, recusou-se a pagar o tributo, e seu caso foi então levado a julgamento junto à *Court of the Exchequer*. O veredito

---

[27] Os sindicatos de arrendatários consolidados em torno desta atividade, vinculados de maneira próxima à *Levant Company* e à *East India Company*, simbolizam a ascensão de novos grupos empresariais a uma posição proeminente dentro da *City* (Ashton, 1960, pp. 87-105; Brenner, 2003, pp. 51-91).

proferido pela corte em novembro de 1606 foi amplamente favorável ao rei, decidindo pela legalidade da cobrança das *impositions* com base na preponderância da prerrogativa sobre tudo o que dizia respeito às relações internacionais do reino, das quais a cobrança de tarifas alfandegárias era apenas um efeito secundário. Estabeleceu-se, assim, um precedente que a coroa jacobeana se apressou em explorar, tendo em vista as oportunidades oferecidas pela expansão do comércio exterior. A implementação de um programa amplo de cobrança de *impositions* foi também a primeira medida de impacto adotada pelo Conde de Salisbury na esfera das finanças públicas. Filho de Burghley e Secretário de Estado desde a morte de Walsingham, Salisbury foi um dos principais agentes políticos por trás da ascensão Stuart, transformando-se logo após a chegada de James no mais destacado conselheiro e oficial da coroa. Dando continuidade ao processo de concentração de poder e funções públicas em suas próprias mãos, Salisbury se tornou *Lord Treasurer* após a morte de Dorset em 1608 – cargo que ocuparia até seu próprio falecimento em 1612. Salisbury imediatamente percebeu o potencial impacto sobre o orçamento real da decisão dos barões do *Exchequer* no Caso Bates, e tomou para si a tarefa de negociar um acordo junto à comunidade mercantil do reino que permitisse à coroa se apropriar de uma parcela maior da prosperidade econômica. A elite londrina ofereceu pouca resistência, ciente da pertinência das demandas da coroa; entre os mercadores provinciais, entretanto, a questão das *impositions* era motivo permanente de irritação, ainda mais quando transformada, em meio a debates parlamentares, em símbolo do absolutismo e da erosão constitucional (Cramsie, 2002, pp. 80-8; Dietz, 1931, pp. 118-21; Friis, 1927, pp. 193-8; Prestwich, 1966, p. 18).

Os ganhos obtidos com a cobrança de tarifas alfandegárias não foram, porém, suficientes para cobrir o déficit no orçamento ordinário. A coroa prosseguiu absorvendo crédito na praça londrina em quantidades crescentes, utilizando alternanadamente os *customs farmers* e a própria *Corporation of London* como intermediários destas operações (Ashton, 1960, pp. 79-85, 113-31). Diante do acúmulo de dívidas, Salisbury se viu obrigado inclusive a colocar no mercado grandes lotes de propriedades fundiárias reais (Dietz, 1931, pp. 122-6). As dívidas acumuladas foram significativamente reduzidas, porém sem

neutralizar suas causas subjacentes. Tornava-se cada vez mais claro que seria necessário algum tipo de consolidação financeira envolvendo o parlamento para que as contas reais fossem reequilibradas. A solução arquitetada por Salisbury encontrou sua expressão concreta no célebre *Great Contract*, submetido à aprovação dos Comuns durante a sessão parlamentar de 1610. O princípio subjacente ao contrato era essencialmente o de uma barganha financeira entre rei e parlamento, motivada pela noção de que as fontes de renda tradicionais da coroa não eram mais compatíveis com suas despesas ordinárias, de forma que cabia à nação, por meio do parlamento, oferecer suporte financeiro adequado às novas condições fiscais. De acordo com seus termos, James abriria mão de uma série de direitos feudais e outros itens da prerrogativa que causavam incômodo à população – entre eles as *impositions* – e os Comuns, em troca, votariam a concessão de um auxílio financeiro a ser recolhido anualmente junto aos súditos do reino (Dietz, 1931, pp.126, 133-43; Wilson, 1965, pp. 91-2).

Assim, as negociações lideradas por Salisbury em 1610 giraram em torno de dois pontos: os direitos dos quais o rei viria a abdicar e o valor do subsídio permanente a ser aprovado pelo parlamento. Após avanços iniciais, as discussões alcançaram um impasse devido à própria inexistência de laços firmes de confiança entre James e os Comuns, em decorrência dos eventos dos anos anteriores. O rei se recusava a aceitar que as decisões do parlamento o forçassem a seguir determinado curso de ação, entendendo a atividade da instituição como apenas mais um elemento em meio a seus próprios processos deliberativos. Os membros do parlamento, por sua vez, além de nutrirem profunda repulsa pelos novos padrões de extravagância da corte, receavam que a experiência de 1606 pudesse se repetir e o rei deixasse de cumprir sua parte do acordo uma vez votado o auxílio financeiro. O endurecimento de ambas as partes, que passaram a fazer exigências cada vez menos razoáveis como condição para seu consentimento, inviabilizou politicamente o projeto, que foi logo em seguida abandonado de forma definitiva. O fracasso do *Great Contract* marca uma transição política importante, pois a partir de então a via parlamentar deixou de ser uma alternativa cogitada pela coroa em seus projetos de estabilização

orçamentária. Estava claro que, em condições normais, os Comuns apenas atenderiam as necessidades da coroa se contemplados com reformas políticas e fiscais de seu interesse. Já o exasperado rei abandonou definitivamente seus esforços conciliatórios; dali em diante, mesmo quando forçado pelas circunstâncias a lidar com o parlamento, James recomendaria expressamente a seus oficiais que não se envolvessem em barganhas com os representantes do reino em Westminster, pois esta não era postura digna de um soberano (Ashton, 1957, pp. 22-3; Cramsie, 2002, pp. 89-116; Prestwich, 1966, pp. 34-45).

Apenas perto do fim de seu reinado James I viria novamente a obter um subsídio parlamentar. Durante toda a década de 1610, a coroa pôde contar apenas com sua própria criatividade administrativa para tentar solucionar o insolúvel. Não houve qualquer redução significativa a médio prazo nos gastos públicos, de forma que o déficit ordinário persistiu inalterado e a dívida pública, tão custosamente reduzida durante o período 1606-10, rapidamente retornou a níveis alarmantes. A coroa se via obrigada a recorrer cada vez com mais frequência ao mercado de crédito, e à medida que os débitos se acumulavam, as crises de solvência tornavam-se recorrentes. Em face dos constantes atrasos e prorrogações indefinidas no pagamento dos empréstimos, a confiança dos credores se deteriorava, forçando o recurso a medidas radicais. Algumas eram velhas conhecidas, tais como empréstimos forçados e vendas de propriedades fundiárias; outras eram inovadoras, em particular a exploração de projetos cada vez mais extravagantes, acompanhados das devidas patentes; todas, sem exceção, intensificavam a indignação pública frente ao que se percebia como clamorosa imprevidência fiscal (Ashton, 1957, p. 23; 1960, pp. 37-40, 113-31, 154-84; Dietz, 1931, p. 150).

À época da morte de Salisbury, em 1612, a situação financeira já não era nada animadora. O próprio prestígio pessoal do secretário e tesoureiro – sem dúvida a principal figura pública da primeira década do reinado de James – se encontrava severamente abalado (Prestwich, 1966, pp. 46-8). A saída de cena de Salisbury também representa um momento importante na história política do período, pois James se aproveitou da ocasião para colocar em prática uma idéia que, muito provavelmente, ele já vinha amadurecendo há

algum tempo. Em linha com suas próprias noções de soberania e exercício do poder político, o rei buscou trazer o controle das questões administrativas do reino para mais perto de suas mãos. Assim, os principais cargos deixados vagos por Salisbury – Secretário e *Lord Treasurer* – não foram preenchidos por nenhum novo ocupante a curto prazo. James pretendia se encarregar ele próprio das tarefas do secretariado, com o auxílio do Conde de Northampton e de Robert Carr, seu favorito à época. Já as finanças públicas o rei preferiu deixar à cargo de uma Comissão do Tesouro, cujas atividades ele igualmente poderia controlar mais de perto. Uma consequência direta destas inovações foi o enfraquecimento ainda maior da posição do *Privy Council* enquanto órgão administrativo. Foi também neste momento que teve início a fase mais aguda dos conflitos faccionais em meio à corte jacobeana. Com a morte de Salisbury, teve fim o período de mais de meio século durante o qual o clã dos Cecil dominou a vida política inglesa – primeiramente com Burghley, depois com seu filho. Os Howard aproveitaram esta oportunidade para, associando-se a Carr, estabelecer sua proeminência junto à corte. Liderados por Northampton e adotando um programa político de inclinações pró-católicas, favorável a uma aliança diplomática com a Espanha, foram os Howard que estiveram inicialmente por trás dos trabalhos da Comissão do Tesouro. Cientes de sua frágil posição frente à opinião pública inglesa, os líderes do clã sabiam que seria necessário encontrar soluções para a questão orçamentária que não envolvessem a convocação de outra sessão parlamentar – estando, neste sentido, em perfeita sintonia com a atitude do rei (Cramsie, 2002, pp. 117-27; Friis, 1927, pp. 221-2; Prestwich, 1966, p. 105; Willson, 1940, pp. 17-8).

Foi neste contexto que se deu a aparição na arena política de uma figura destinada a exercer enorme influência sobre a administração pública inglesa alguns anos mais tarde. A história da ascensão e queda de Lionel Cranfield possui contornos épicos, e já foi por isto contada em detalhes não apenas uma, mas duas vezes – primeiramente por R.H. Tawney (1958), e então por Menna Prestwich (1966). Sua atuação pública durante o período jacobeano é ilustrativa em vários sentidos. Cranfield não era um cortesão, nem possuía origens aristocráticas; pelo contrário, tratava-se de um típico representante do mundo

empresarial londrino. Durante os últimos anos de Elizabeth e os primeiros anos de James I, sua principal ocupação foi o comércio exterior com alguns territórios germânicos e com a região do Báltico, dedicando-se em particular à exportação de têxteis lanígeros. Ao longo da primeira década do XVII, Cranfield começou a diversificar suas atividades na *City*, envolvendo-se em diversas operações concessionárias, entre elas a administração da arrecadação alfandegária. Foram seus vastos conhecimentos práticos sobre comércio internacional e as práticas dos *customs farmers* que lhe renderam uma oportunidade de ingressar na corte, auxiliando a Comissão do Tesouro em seus trabalhos. Cranfield agarrou esta chance e conquistou, por seus próprios méritos administrativos, uma ascensão meteórica: foi condecorado cavaleiro do reino, ocupou sucessivamente diversos cargos públicos de importância até chegar ao posto de *Lord Treasurer* e, finalmente, ascendeu à nobreza ao se tornar o Primeiro Conde de Middlesex. Desde meados da década de 1610 até sua queda política ao final do reinado de James, Cranfield foi o mais respeitado e influente conselheiro da coroa para assuntos econômicos e financeiros (Prestwich, 1966, pp. 49-106; Tawney, 1958, pp. 57-120).

Sob a patronagem de Northampton, o primeiro sucesso de Cranfield veio em meio às negociações para renovação dos contratos de *customs farming*, quando ele, para grande irritação daqueles com os quais até recentemente estivera associado, desvelou as práticas fraudulentas de registro das movimentações alfandegárias, possibilitando à coroa obter valores muito superiores com os novos contratos (Prestwich, 1966, pp. 107-32). Entretanto, os resultados alcançados pela Comissão do Tesouro foram, no geral, bastante modestos, de maneira que o orçamento real continuava em estado precário. A influência de Northampton, já próximo de sua morte, declinava rapidamente, induzindo a reorganização da facção Howard em torno de Carr e do Conde de Suffolk, que oportunisticamente se associaram aos conselheiros protestantes visando convencer James da necessidade de convocar o parlamento. Assim, em 1614, os representantes do reino reuniram-se mais uma vez em Westminster durante uma curta sessão que passaria a ser conhecida como *Addled Parliament*. Na ocasião, nenhum dos problemas da coroa foi resolvido, ao passo que a

mútua indisposição entre o rei e os Comuns tornou-se ainda mais grave. Suspeitas de manipulação eleitoral fomentadas pela própria dissidência pró-Espanha dos Howard tomaram conta da câmara inferior, causando grande indignação e agitação política. Porém o fator decisivo no fracasso da sessão foi, mais uma vez, a questão das *impositions*, que rapidamente voltaram à tona após terem submergido juntamente com o *Great Contract*. Desta vez, a polêmica em torno da legalidade das *impositions* assumiu contornos mais claramente constitucionais, com os Comuns contestando abertamente o direito do rei de taxar os súditos sem o consentimento parlamentar. Em consequência deste impasse, a assembléia foi prontamente dissolvida sem a concessão de subsídios (Cramsie, 2002, pp. 128-37).

Os eventos que cercaram o *Addled Parliament* reforçaram a convicção de James de que a via parlamentar não era uma opção. O domínio dos Howard se fortaleceu a curto prazo, e Suffolk foi nomeado *Lord Treasurer* ainda em 1614. Durante seu período no cargo – tradicionalmente visto como o ápice da corrupção e da irresponsabilidade administrativa do período jacobeano – predominou a mesma combinação de velhas medidas emergenciais com novos e audaciosos projetos, mais uma vez alcançando pouquíssimo sucesso (Cramsie, 2002, pp. 137-40). Cranfield continuava, durante estes anos, participando ativamente das discussões do alto escalão acerca do saneamento fiscal da coroa. Juntamente com John Wolstenholme, outro oficial alfandegário, compilou em 1615 uma estimativa da balança comercial do reino com o objetivo de demonstrar os efeitos adversos que algumas modificações conjunturais teriam sobre o comércio exterior do reino, segundo acreditava. Também nesta época começou a desenvolver um projeto de reforma fiscal que buscava resolver o problema das *impositions* por meio de sua fusão com as tarifas alfandegárias tradicionais e posterior revisão do *Book of Rates* de acordo com uma estrutura ostensivamente protecionista e discriminatória. Este último projeto foi muito bem recebido em meio aos círculos administrativos, porém nunca implementado em função da ausência de convocações parlamentares, o que impossibilitava sua promulgação (Tawney, 1958, pp. 128-134; Prestwich, 1966, pp. 158-98).

A supremacia Howard estava, porém, com os dias contados. A meados da década, outra transição política crucial tomava forma, com a queda de Carr após o escândalo do caso Overbury e sua substituição por George Villiers, futuro Duque de Buckingham, como favorito do rei. A facção puritana do *Privy Council* aproveitou esta oportunidade para derrubar definitivamente seus opositores pró-Espanha, promovendo a ascensão meteórica do novo favorito ao qual haviam se associado. A situação financeira da coroa chegara a um ponto insustentável após a expedição de James à Escócia em 1617, convencendo o grupo em ascensão de que qualquer nova aliança política apenas se tornaria estável caso alcançasse uma solução para o problema fiscal. Durante seus primeiros anos à frente da corte, Buckingham demonstrou constante preocupação com a eficiência administrativa, promovendo um extenso programa de reformas. Ocorreu, assim, uma renovação no alto escalão da administração pública. Novos nomes, tais como os de Sir Fulke Greville e Sir Francis Bacon, surgiram com muita força. Cranfield, cujas propostas de reforma financeira haviam recentemente causado grande impacto, foi recrutado pela facção de Buckingham, prontamente desertando a patronagem dos Howard. A partir de então, ele e Bacon passariam a trabalhar de maneira muito próxima, como os dois principais idealizadores e executores das políticas da coroa – muito embora a presença de Cranfield na corte ainda fosse bastante controversa, como o demonstra a atitude do próprio Bacon ao dizer que o projeto de reforma tarifária por ele desenvolvido era “muito mais do que se poderia esperar de um homem da sua estirpe” (Cramsie, 2002, pp. 137-40, 159-66; Prestwich, 1966, pp. 158-98; Spedding, 1869, p. 187).

Após mais de uma década de experimentos fracassados, a administração jacobeana havia finalmente se convencido de que, com ou sem a ajuda do parlamento, o resgate do equilíbrio nas contas públicas passaria, necessariamente, por reduções significativas nos gastos. A austeridade fiscal foi, assim, uma das principais bandeiras políticas dos primeiros anos do regime de Buckingham, ficando a cargo da dupla Bacon/Cranfield a implementação do programa de reforma financeira. Ávido por centralizar o máximo de poder em suas mãos, o duque pressionou pela criação de uma estrutura de sub-

comitês encarregados da reforma de cada um dos departamentos públicos. Estes grupos eram compostos por indivíduos associados a ele e a seus dois homens de confiança, diminuindo assim a influência do *Privy Council* sobre os procedimentos. O principal encarregado da tarefa era Cranfield, claro, e foi então que sua vigorosa capacidade administrativa foi posta em evidência pela primeira vez. Um após o outro, os mais problemáticos departamentos públicos foram investigados por Cranfield e seus assessores, sempre com o mesmo resultado: reduções drásticas nas depesas e estabilização do orçamento. Pela primeira vez no reinado de James I, o projeto da austeridade fiscal era levado a sério, e os frutos foram colhidos já em 1619, quando o orçamento ordinário da coroa ficou muito próximo do equilíbrio. Entretanto, a sustentação política da coroa Stuart dependia, em grande medida, da liberalidade real. A redução da ineficiência e da corrupção nos departamentos públicos tornou possível minimizar o déficit orçamentário, porém muitas das velhas práticas fiscais continuavam em operação. Apesar de seu papel proeminente em meio ao projeto da reforma, Buckingham era, ironicamente, um adepto fervoroso do sistema de patronagem tão caro ao rei. Embora as gratificações financeiras explícitas tenham sido controladas a curto prazo, a coroa continuou, como sempre, a recompensar seus adeptos; seu principal instrumento para tanto passou a ser, ainda mais do que antes, a concessão de patentes de monopólio (Ashton, 1957, p. 20; Cramsie, 2002, pp. 159-69; Prestwich, 1966, pp. 199-211).

As investigações de Cranfield junto ao *Exchequer* precipitaram a queda de Suffolk e sua posterior condenação pela *Court of Star Chamber* – derradeiro golpe sobre o prestígio dos Howard e confirmação da supremacia conquistada por Buckingham. James optou por deixar vago mais uma vez o cargo de *Lord Treasurer* e instaurar uma segunda Comissão do Tesouro, que esteve encarregada das finanças do reino de 1618 até 1620. Esta comissão reuniu os mais talentosos oficiais públicos da época, e seu envolvimento ativo com os eventos que antecederam a deflagração da grande crise de 1620 certamente justifica um olhar mais atento sobre o perfil de seus membros. George Abbot, Arcebispo de Canterbury desde 1611 até sua morte em 1633, era um dos mais tradicionais líderes da facção

protestante do *Privy Council*, e possuía conexões diretas com a elite empresarial londrina por meio de seu irmão, Sir Maurice Abbot, um dos fundadores e eventual governador da *East India Company*, e também membro do sindicato encarregado da administração da *great farm of the customs* de 1621 até 1625. Sir Fulke Greville ocupava desde 1614 o cargo de *Chancellor of the Exchequer*, sucessor hierárquico imediato do *Lord Treasurer*, e portanto conhecia em detalhes as condições financeiras do reino. Um dos mais experientes e prolíficos burocratas da época, Sir Julius Caesar, jurista, precedera Greville como *Chancellor of the Exchequer* durante a primeira década do reinado de James, e esteve diretamente envolvido na elaboração dos programas financeiros de Salisbury e Northampton. Sir Robert Naunton, cliente de Buckingham, havia sido recentemente nomeado Secretário de Estado e se transformou em um dos mais fervorosos defensores da causa protestante junto à corte, conquistando por isto a simpatia dos Comuns. Bacon já ocupava à época o cargo de *Lord Chancellor* – o posto mais alto do sistema judiciário inglês – e surgia, conforme já mencionado, como a figura mais influente da corte depois de Buckingham. Por fim, Sir Edward Coke, que voltara à corte por intermédio do favorito após ter entrado em atrito com James alguns anos antes, já era então reconhecido como a maior autoridade legal de seu tempo, contando além disto com larga experiência administrativa que incluía a avaliação de algumas das mais relevantes questões de política econômica do período. Cranfield veio se juntar a este rol de notoriedades apenas mais tarde, em 1619, após o sucesso estrondoso de seu programa de reforma fiscal (Dietz, 1931, pp. 171-2; Prestwich, 1966, pp. 212-52; Tawney, 1958, pp. 165-73; White, 1979, pp. 88-9, 284-90).

Em comparação com o trabalho recentemente desenvolvido pelos sub-comitês de reforma, os resultados alcançados pela segunda Comissão do Tesouro foram modestos. Mesmo assim, o orçamento ordinário foi mantido em equilíbrio durante os anos seguintes, o que garantia à coroa condições políticas mais favoráveis no caso de uma eventual convocação parlamentar. Entretanto, alguns do velhos catalisadores da indignação pública continuavam em ação. A disseminação desenfreada das patentes de monopólio, tão característica de toda a década de 1610, prosseguiu seu curso inalterada, talvez até mesmo

intensificada, baixo o regime da segunda Comissão do Tesouro. Novas *impositions* foram criadas, entre elas uma tarifa cobrada sobre a importação de tabaco da Virgínia e outra sobre a exportação de tecidos de lã, conhecida como *pretermitted customs*, cujo princípio operacional consistia em compensar a diferença de arrecadação que ocorreria caso a lã utilizada para fabricação dos tecidos fosse exportada em estado bruto. Cranfield, envolvido diretamente na criação de ambas, pagaria um preço político alto por conta disto no futuro (Dietz, 1931, pp. 171-81; Prestwich, 1966, pp. 226-52).

Após quase duas décadas livres de compromissos militares internacionais, a crise diplomática engendrada em 1620 pela invasão espanhola do Palatinado colocou mais uma vez pressão sobre o orçamento extraordinário da Inglaterra, tornando necessária uma reunião do parlamento. Bacon foi o responsável pelas preparações da coroa para a sessão parlamentar de 1621, que teve início em excelentes termos por conta da apresentação dos resultados expressivos alcançados pela reforma fiscal, e também pela percepção unânime de que a crise internacional era de fato grave e precisava ser enfrentada com urgência. Entretanto, o encontro coincidiu com o momento em que os sintomas da crise comercial começavam a se fazer sentir com maior intensidade. A última sessão parlamentar havia ocorrido em 1614, ano em que o ciclo de prosperidade do início do século atingira seu ápice. Desde então, a Inglaterra sofria continuamente com um cenário recessivo, primeiramente por conta do *Cockayne project*, depois em função da crise nos mercados do Báltico. Ao se encontrar em Westminster pela primeira vez depois de sete anos, os representantes das mais diversas partes do reino puderam tomar ciência dos problemas uns dos outros e assim constatar as verdadeiras dimensões da crise em vigor. As mazelas econômicas do reino imediatamente tomaram conta da Câmara dos Comuns, e a pauta principal era a mesma que já havia surgido durante as sessões de 1601 e 1604: as patentes de monopólio e a questão da liberdade comercial (Cramsie, 2002, pp. 170-9; Friis, 1927, p. 395; Tawney, 1958, pp. 184-7).

O parlamento de 1621 também foi palco de importantes mudanças nas alianças da corte. Bacon e Coke eram adversários políticos de longa data. Coke mantivera relações

muito próximas com os Cecil, o que lhe garantiu prestígio e influência junto à corte enquanto o clã esteve no poder. Após a morte de Salisbury, Coke entrou em conflito com James ao defender a autonomia das cortes de *common law* frente à ingerência do soberano e das cortes prerrogativas – o que culminou com sua remoção do serviço público em 1616. Já Bacon, que era primo de Salisbury, teve sua ascensão na corte barrada durante muito tempo justamente devido ao desfavor deste último. Ao contrário do que ocorrera com Coke, o fim do regime dos Cecil representou, para Bacon, a oportunidade de alcançar a proeminência pública que almejava, e que finalmente obteve após associar-se a Buckingham[28]. Coke havia retornado ao círculo da corte também por meio de sua relação com o duque, porém sem o mesmo prestígio e influência de antes. Uma vez que seu desafeto ocupava, desde 1617, o cargo de *Lord Chancellor*, posto mais elevado do sistema judiciário inglês, Coke naturalmente entendia que o resgate de seu *status* passava necessariamente pela neutralização política de Bacon. Cranfield, por sua vez, se tornara ainda mais ambicioso em razão de sua rápida ascensão, passando a ver Bacon – que frequentemente colhia todos os louros do sucesso administrativo – como um obstáculo em seu caminho. O advento da sessão parlamentar ofereceu a estes dois formidáveis adversários a oportunidade de investir simultaneamente, e de maneira violenta, contra o todo-poderoso *Lord Chancellor* (Prestwich, 1966, pp. 286-98).

O debate sobre as patentes de monopólio foi o estopim dos procedimentos que culminaram no *impeachment* de Bacon apenas três meses após a abertura oficial do parlamento. Na qualidade de *Lord Chancellor*, Bacon fora responsável pela aprovação prévia de todos os projetos sancionados pela coroa durante os últimos anos. A estratégia adotada por Coke e Cranfield, que buscavam derrubar seu adversário sem contudo confrontar diretamente o rei, consistiu em denunciar não a criação dos monopólios em si,

---

[28] Além de sua filiação a diferentes facções da corte, a rivalidade entre Coke e Bacon também se manifestou de maneira mais explícita em diversas ocasiões, entre elas as disputas pelo cargo de *Attorney-General* em 1594 e pelo amor de Lady Elizabeth Hatton alguns anos mais tarde – ambas vencidas por Coke.

mas sim o julgamento daqueles que decidiram por sua validade legal e compatibilidade com o bem-estar do reino. A ira dos Comuns recaiu assim sobre Bacon, acusado de corrupção e irresponsabilidade administrativa e eventualmente deposto de seu cargo. A partir de então, Coke e Cranfield passaram a disputar entre si a liderança da Câmara dos Comuns; Coke, advogando a causa da reforma judiciária, rapidamente tomou a dianteira, não apenas pelo grande respeito público que à época já comandava, mas também por conta da impopularidade de seu rival frente a diversos setores do reino. Cranfield canalizou suas energias para os debates sobre a crise econômica, mas também ali, apesar de exercer grande influência, encontrou um adversário de peso. Sir Edwin Sandys, um dos líderes da oposição parlamentar em 1621, era também um dos membros fundadores da *Virginia Company*, e portanto desafeto de Cranfield desde a introdução da *imposition* sobre tabaco. Sandys, que contava com grande experiência parlamentar, teve poucas dificuldades para colocar os Comuns a seu lado em meio aos debates econômicos. Incapaz de fazer-se ouvir e avançar sua própria agenda política, Cranfield passou a adotar uma postura cada vez mais irascível e arrogante, prejudicando ainda mais sua imagem perante a opinião pública (Cramsie, 2002, pp. 70-9; Prestwich, 1966, pp. 286-329).

Porém, se não contava com a simpatia dos Comuns, Cranfield estava mais prestigiado do que nunca perante o rei. Durante o recesso parlamentar de verão, ele foi finalmente agraciado com o cargo de *Lord Treasurer*, e logo em seguida elevado à nobreza. Durante os últimos meses do parlamento de 1621, Cranfield sentou-se, assim, juntos aos Lordes, e não mais aos Comuns. Coke, que contava ser nomeado *Lord Chancellor* ou *Lord Treasurer*, foi frustrado em ambas as pretensões, abandonando de vez suas esperanças de retornar ao alto escalão do governo e convertendo-se no principal líder da oposição parlamentar ao regime dos Stuart – uma linha de ação que culminaria em seu envolvimento na elaboração da *Petition of Right* em 1628. O parlamento de 1621, que havia começado em tom de otimismo político, foi dissolvido por James envolto em uma atmosfera sombria: o conflito constitucional entre o rei e os Comuns se tornara explícito, e nenhuma das partes se preocupava em esconder sua indignação. Mais do que isto, a coroa não tivera sucesso em

obter o auxílio financeiro necessário para fazer frente a seus compromissos diplomáticos e militares no Continente – um problema que caberia ao novo *Lord Treasurer* solucionar.

O período de Cranfield à frente do *Exchequer* empalidece em comparação com os resultados por ele alcançados previamente na administração financeira do reino. As condições políticas haviam se alterado de maneira drástica, tanto doméstica quanto internacionalmente. Embora o orçamento ordinário tenha sido mantido perto do equilíbrio, as despesas extraordinárias foram de tal magnitude que, na ausência de subsídios parlamentares, rapidamente alçaram a dívida pública mais uma vez a níveis insustentáveis (Ashton, 1957, p. 24; 1960, pp. 37-40). A posição de Buckingham se tornara sólida o suficiente para que ele não mais se dedicasse à defesa da austeridade fiscal, usufruindo, na companhia do príncipe, de todas as regalias de sua posição. Sem contar com o apoio de outras figuras influentes como Bacon e Coke, Cranfield se viu lutando sozinho por uma causa perdida. A expedição de Charles e Buckingham à Espanha com o objetivo de promover o casamento do príncipe com a *Infanta* pôs fim não apenas ao projeto jacobeano da reforma financeira, mas também, de forma indireta, à própria carreira pública de Cranfield. Enquanto este aguardava em vão o prometido dote que nunca viria, as contas da comitiva de Charles continuavam a se acumular em Whitehall. Quando o fracasso da expedição despertou a súbita fúria do duque e do príncipe contra a Espanha, Cranfield, ciente da impossibilidade financeira de conduzir uma guerra àquela altura, foi o único a se juntar ao rei e opor-se à vontade de Buckingham. A improvável aliança formada em 1624 entre o favorito e os Comuns – e coordenada por Coke e Sandys – canalizou todo o seu zelo protestante contra o *Lord Treasurer*, que foi sumariamente deposto para desgosto de James e júbilo do restante do reino (Cramsie, 2002, pp. 180-204; Prestwich, 1966, pp. 330-74, 423-68). Entre as acusações, a de onerar indevidamente o comércio exterior do reino por meio de tarifas extra-parlamentares e contribuir assim para intensificar a depressão econômica – derradeira ironia com o antigo mercador de Londres obcecado pela balança comercial.

2.2 O *COCKAYNE PROJECT*

O experimento de política econômica conhecido como *Cockayne project* é um exemplo característico dos rumos tomados pela administração pública inglesa logo após a morte de Salisbury, quando James buscou trazer o controle das coisas para mais perto de si próprio. Em certo sentido, o *Cockayne project* era exatamente aquilo que seu nome indica: um projeto, como tantos outros surgidos à época, cujo principal atrativo, do ponto de vista da coroa, eram os retornos fiscais a que supostamente daria ensejo. Mas este não era um projeto qualquer; antes de mais nada, era o projeto do rei. Precisamente no momento em que a corte passava a tomar conta dos rumos da iniciativa econômica, o *Cockayne project* contava com o apoio entusiástico da mais decisiva das vozes. Motivado pela perspectiva de garantir um lugar ao lado de Henry VII na história da indústria têxtil inglesa, James adotou o projeto por entendê-lo como algo à altura de sua grandeza enquanto soberano, defendendo-o até o fim mesmo diante de opinião generalizada em contrário – sem, contudo, conseguir evitar seu completo fracasso (Dietz, 1931, p. 159; Friis, 1927, p. 239; Supple, 1964, p. 35).

É claro que o projeto provavelmente nunca teria vindo à tona caso as condições econômicas na Inglaterra não fossem tão favoráveis como de fato eram ao início da década de 1610. O setor têxtil tradicional passava por um ciclo expansivo que já durava quase uma década, alcançando em 1614 um pico histórico de exportações que não seria jamais superado (Fisher, 1950, pp. 153-5; Supple, 1964, pp. 28-35). O momento favorável certamente reforçou velhas idéias acerca da competitividade internacional dos tecidos ingleses, que muitos acreditavam insubstituíveis e inigualáveis em sua excelência. Neste terreno fértil, ressurgiu o interesse público por uma política que, embora certamente não fosse nova, nunca havia sido promovida de maneira tão sistemática. Conforme já dito, uma enorme parcela dos tecidos produzidos pela Inglaterra eram exportados em estado não-acabado para a região dos Países Baixos, onde então passavam pelas etapas de manufatura que os deixariam prontos para consumo. Estes processos de acabamento – ou *dyeing and dressing*, como eram comumente designados – agregavam mais valor ao produto final do que toda a atividade produtiva acumulada até a tecelagem, de forma que

sempre houvera certa hostilidade na Inglaterra em relação a esta divisão internacional do trabalho, em particular por parte de grupos que se dedicavam profissionalmente ao acabamento de têxteis – um sentimento, conforme se dizia, de que os produtos tradicionais do reino deveriam ser aperfeiçoados pelas mãos dos súditos do reino. O objetivo explicitamente professado pelos proponentes do *Cockayne project* consistia em corrigir esta grave falha ao garantir que todos os tecidos produzidos pela Inglaterra apenas deixassem o reino, dali em diante, em estado plenamente acabado (Braudel, 1997, v. 3, pp. 161-2).

Os envolvidos no esquema valiam-se, assim, da noção bastante comum de que a Europa continental não seria capaz de viver sem os tecidos ingleses, e que portanto a Inglaterra era capaz de manipular o mercado internacional destes produtos da forma que bem entendesse caso apenas agisse de forma organizada. As verdadeiras motivações por trás da promoção do projeto, porém, eram mais complexas. A iniciativa provinha de um grupo de membros da *Eastland Company* organizados em torno de William Cockayne. Filho de um dos mais abastados mercadores em atividade durante o período áureo da companhia, Cockayne era, ele próprio, um membro proeminente que alcançara, além disto, uma posição influente na *City* – onde foi *sheriff* em 1609 e *alderman* em 1610 – e boas relações junto à corte – entre outras coisas, fornecendo crédito ao rei. Apesar do bom momento vivido pelo comércio exportador durante a primeira década do reinado de James, a *Eastland Company* já vira dias melhores. A competição holandesa nos mares do norte durante as primeiras décadas do XVII minou as bases econômicas de sua prosperidade, deixando-a em posição extremamente frágil. Por um lado, os produtos do Báltico chegavam à Inglaterra em condições mais favoráveis quando trazidos por mercadores holandeses, que contavam com uma marinha mercante mais eficiente; por outro, as exportações da companhia, compostas essencialmente por tecidos prontos para consumo, perdiam rapidamente espaço justamente para os artigos ingleses que recebiam acabamento nos Países Baixos e eram então re-exportados para a região do Báltico. O grande atrativo do projeto para aqueles envolvidos com a *Eastland Company* residia, pois, na possibilidade de eliminar a concorrência holandesa na exportação de tecidos para suas áreas privilegiadas e

assim concentrar em suas próprias mãos o fornecimento destes produtos, acabados ou não (Friis, 1927, pp. 224-35; Hinton, 1959, pp. 7-11).

Mas os mercadores do Báltico não eram os únicos interessados em limitar a exportação de tecidos não-acabados. Pelo contrário, eles contavam com o apoio de outros grupos mercantis – tais como a *Muscovy Company* e a *Levant Company* – que, embora não passassem pelas mesmas dificuldades, compartilhavam do desejo de se apropriar de uma parcela maior das exportações têxteis consumidas em seus próprios mercados, além de nutrirem uma animosidade comum face à condição privilegiada dos *Merchant Adventurers*. Mais importante do ponto de vista de seu apelo público, o projeto foi obviamente adotado pela classe dos manufatores têxteis de Londres, principais encarregados dos processos de acabamento em território doméstico, que há muito entendiam que as licenças dos *Adventurers* para exportação de peças não-acabadas causavam a ruína de sua profissão. O apoio deste grupo, que pertencia a um estrato sócio-econômico distinto dos mercadores, ampliava significativamente a base de sustentação da proposta, tornando-a menos elitizada. Cientes da importância desta vantagem, os idealizadores do projeto optaram por introduzi-lo originalmente na forma de uma petição dos manufatores têxteis, que chegou às ávidas mãos do rei em 1613. Nem mesmo todo o poder econômico e influência política dos *Merchant Adventurers* seria capaz de fazer frente a esta formidável coalizão (Friis, 1927, pp. 238-40; Supple, 1964, pp. 36-7).

Na corte, o *Privy Council* chegou até mesmo a expressar algumas reservas com relação à planejada intervenção no setor têxtil, porém sua posição bastante enfraquecida à época impediu que uma oposição firme ali se consolidasse. Além do rei, os principais patrocinadores políticos do projeto foram os Howard – que buscavam forjar novas alianças para fortalecer sua posição de domínio recém-conquistada – e Sir Edward Coke, que atuou essencialmente como porta-voz de James em meio aos procedimentos administrativos, defendendo com veêmencia a iniciativa e oferecendo todo o embasamento legal necessário para garantir sua aprovação. Inicialmente, ao receber a proposta das mãos do rei, o *Privy Council* instituiu um comitê encarregado de avaliar seus méritos, contando com Bacon e

Coke entre seus membros. Uma vez que os resultados preliminares da investigação conduzida pelo comitê não eram nada encorajadores, James interveio pessoalmente e o extinguiu, logo em seguida criando outro em seu lugar. Coke foi um dos poucos membros do comitê original escolhidos também para esta segunda versão, que também contava com a participação Sir Stephen Soame, um mercador da *Eastland Company*, e de ninguém menos do que o próprio William Cockayne. De maneira nada surpreendente, o veredito alcançado pelo segundo comitê foi inteiramente favorável ao projeto. James pôde então oferecer sua aprovação pessoal ainda ao final de 1613, instruindo os membros do comitê a elaborar medidas práticas para a implementação do projeto (Friis, 1927, pp. 223, 240-9; Prestwich, 1966, pp. 158-65; White, 1979, pp. 284-90).

A versão definitiva do plano de ação foi sancionada em julho de 1614, prevendo a criação de uma nova companhia, os *King's Merchant Adventurers*, que substituiria os *Merchant Adventurers* no comércio com a região dos Países Baixos e territórios germânicos ocidentais, porém exportando apenas tecidos de lã prontos para o consumo final – ou seja, já devidamente acabados. A velha companhia ainda poderia negociar de acordo com os termos de sua incorporação durante um período de transição que se estenderia até novembro, e seus membros foram encorajados, neste ínterim, a se juntar à nova corporação. Diversos mercadores de pequena expressão de fato aderiram, porém a elite mercantil responsável pelo enorme poderio econômico dos velhos *Adventurers* recusou-se terminantemente a fazê-lo, insultada como se sentia por conta do descaso demonstrado pela corte durante o episódio. Para agravar ainda mais a situação, os *King's Merchant Adventurers* foram imediatamente agraciados com uma licença para exportação anual de trinta mil peças não-acabadas até que seu negócio se encontrasse estabelecido sobre bases sólidas – concessão que enfureceu, por motivos óbvios, os magnatas da velha companhia, endurecendo ainda mais sua postura recalcitrante (Friis, 1927, pp. 265-71; Supple, 1964, p. 34).

Assim, o *Cockayne project* apenas entrou de fato em vigor durante os últimos meses de 1614. Já a meados de 1615, seus efeitos deletérios sobre a indústria têxtil inglesa

se faziam sentir com muita força. Produtores de tecidos de todo o reino, e até mesmo os próprios manufatores londrinos, queixavam-se insistentemente da estagnação de seus negócios junto ao *Privy Council*. Providências foram tomadas para investigar a situação, e descobriu-se que, durante o primeiro quarto de 1615, as exportações totais de têxteis haviam sido quase 50% inferiores ao volume registrado no mesmo período do ano anterior. Mais grave ainda, esta redução não ocorrera apenas na exportação de peças não-acabadas, mas também com os tecidos prontos para consumo. Até mesmo as peças tingidas na lã produzidas em Suffolk, um dos artigos tradicionalmente exportados pela *Eastland Company* para a região do Báltico, sofreram com a queda, demonstrando claramente que os mercadores da nova companhia não eram economicamente capazes de operar ambos os ramos mercantis ao mesmo tempo. Novas investigações foram conduzidas ao início de 1616, quando o conselho passou finalmente a confrontar de maneira explícita os responsáveis pelo projeto. O entusiasmo do rei, entretanto, permanecia inabalado. Diante da oposição do conselho, James novamente tomou as rédeas da situação e concedeu mais uma série de privilégios reivindicados pela nova companhia – além de elevar Cockayne, em junho, à condição de cavaleiro do reino (Friis, 1927, pp. 273-303).

Lionel Cranfield, que à época fazia suas primeiras incursões pelo universo da administração pública, participou ativamente dos trabalhos do *Privy Council* naquela ocasião. As estimativas da balança comercial inglesa compiladas por ele e Wolstenholme em 1615 fizeram parte de um esforço de avaliação das condições gerais do comércio exterior do reino, por ocasião dos primeiros sinais de crise. Ao longo de 1616, Cranfield seguiu contribuindo com o conselho por meio da coleta e organização de detalhada evidência empírica que depunha contra as práticas da nova companhia, ressaltando ao mesmo tempo os méritos dos tradicionais *Merchant Adventurers*. Seu envolvimento com a questão lhe garantiu à época bastante notoriedade junto à corte, permitindo inclusive que ele apresentasse seu velho projeto de reforma tarifária para uma audiência bastante receptiva (Friis, 1927, pp. 274, 284-7; Prestwich, 1966, pp. 158-80). A curto prazo, todo este esforço não surtiu efeito. A meados de 1616, os *King's Merchant Adventurers* anunciaram

que a cota de exportação de tecidos acabados estabelecida para o primeiro ano de suas operações havia sido alcançada. Muito embora o total das exportações têxteis fosse muito inferior ao registrado em 1614, James continuou a apoiar incondicionalmente o projeto. A segunda metade do ano, porém, trouxe novas e insuperáveis complicações. Após exaurirem suas reservas de capital nas remessas do verão buscando alcançar a cota mínima, os mercadores da nova companhia congelaram completamente suas atividades logo em seguida, intensificando ainda mais o cenário depressivo que já se instaurara na economia do reino. As condições se deterioraram de maneira tão violenta que até mesmo a obstinação do rei foi prontamente vencida: ao início de 1617 as negociações da coroa com a velha companhia já se encontravam bastante avançadas, e em nove de janeiro os *King's Merchant Adventurers* renunciavam formalmente à sua incorporação (Friis, 1927, pp. 303-62).

O fracasso deste célebre experimento de política econômica foi ocasionado por uma série de fatores. Em primeiro lugar, a verdadeira pretensão daqueles que o promoveram não era desenvolver a indústria de acabamento doméstica, mas sim usurpar de um grupo mercantil rival o controle sobre o setor têxtil exportador, então o mais lucrativo ramo do comércio exterior inglês. No limite, o estado em que os tecidos eram remetidos ao exterior era, para eles, uma questão não mais do que secundária, e portanto seu esforço em promover o desenvolvimento dos processos de acabamento em território doméstico certamente foi bastante limitado. Além disto, conforme os eventos demonstraram, este grupo mercantil não detinha poder econômico suficiente para substituir seus rivais de forma adequada nem mesmo caso o comércio têxtil prosseguisse nos moldes tradicionalmente consagrados – daí o empenho dos diretores da nova companhia em fazer com que os velhos *Adventurers* se juntassem a eles. Da forma como as coisas ocorreram, os negociantes capazes de salvar o empreendimento foram irrevogavelmente alienados, preferindo investir seu capital no mercado do crédito ou nas subscrições da *East India Company*. Mas acima de tudo, e embora a causa imediata da crise no setor têxtil tenha sido a deficiência da demanda dos próprios mercadores ingleses, este episódio colocou em

evidência uma amarga verdade: a Inglaterra não desfrutava da posição de virtual monopolista da produção lanígera européia. O Continente, ao que tudo indicava, era perfeitamente capaz de suprir sua demanda por outros caminhos (Friis, 1927, pp. 238-9; Supple, 1964, pp. 35-8, 49).

Em agosto de 1617, os *Merchant Adventurers* foram publicamente restaurados à sua condição prévia. Formalmente, a companhia se comprometera a continuar empenhada em promover a exportação de tecidos acabados, porém esta determinação, na prática, logo se tornou letra morta. Dali em diante, os *Adventurers* puderam contar com o apoio firme e constante do *Privy Council* – muito embora suas operações seriam novamente abaladas, em breve, por conta da hostilidade parlamentar. Logo após o abandono definitivo do *Cockayne project*, o conselho criou um comitê permanente engarregado de acompanhar o setor têxtil, mantendo assim a avaliação das condições econômicas da Inglaterra na pauta da coroa (Friis, 1927, pp. 363-78; Supple, 1964, p. 49). A curto prazo, o projeto e sua derrocada precipitaram uma crise severa que, além de aumentar a irritação popular com as políticas da coroa, fragilizou a estrutura econômica do reino às vésperas de um período de profunda instabilidade. Suas consequências de longo prazo, porém, foram ainda mais significativas. Embora não se possa dizer que o *Cockayne project* tenha sido a razão por trás da decadência do setor têxtil tradicional, seu fracasso certamente acelerou uma transição secular que assumiu a partir dali contornos violentos. As tradicionais regiões produtoras de *East Anglia*, por exemplo, nunca se recuperaram do choque, que de fato impulsionou um movimento migratório da produção de *broadcloths* rumo ao oeste. Acirrada competição internacional, rigidez nas estruturas produtivas domésticas, desemprego – estes eram alguns dos desafios que a indústria têxtil inglesa teria que enfrentar dali por diante, conforme demonstrado de forma contundente pelos eventos do início da década seguinte (Supple, 1964, pp. 33, 46; Unwin, 1966a, p. 286; Wilson, 1969, p. 105).

2.3 A CRISE COMERCIAL DO INÍCIO DA DÉCADA DE 1620

Os problemas causados pelo *Cockayne project*, embora responsáveis por muita agitação pública a meados da década de 1610, viriam a parecer perfeitamente toleráveis em contraste com o verdadeiro colapso econômico que assolou a Inglaterra pouco tempo depois. De 1620 a 1623, uma intensa depressão tomou conta das mais diversas partes do reino, ocasionando desemprego, escassez de moeda e angústia popular generalizadas. As regiões envolvidas na manufatura dos tradicionais tecidos de pura lã sentiram a queda mais cedo e de forma mais intensa, porém todos os setores da sociedade inglesa acabaram eventualmente afetados, direta ou indiretamente. A situação se tornou ainda mais grave por conta das péssimas colheitas em 1621-2, que introduziram um elemento a mais no quadro recessivo: a ameaça da inanição. Um dos efeitos desta lamentável conjuntura foi a genuína consternação da coroa durante aqueles anos, constantemente empenhada em encontrar soluções para os problemas econômicos do reino e estimulando, assim, o desenvolvimento de um extenso debate em meio às mais diversas arenas públicas de então (Brenner, 1962, p. 280; Nef, 1953, p. 298; Supple, 1964, pp. 15, 52; Wilson, 1965, p. 53).

Os distúrbios econômicos do início da década de 1620 são comumente descritos, de forma correta, como uma crise comercial. No entanto, embora o mecanismo de transmissão fundamental desta crise, no caso específico da Inglaterra, tenha sido uma ruptura no setor têxtil exportador, suas raízes últimas não se encontram na esfera do comércio internacional, mas sim em um fenômeno essencialmente monetário que vinha se desenvolvendo em meio aos domínios imperiais desde fins do século XVI: o *Kipper- und Wipperzeit*. O termo – uma expressão coloquial da época – remete às práticas de adulteração e comércio fraudulento de moedas, e ingressou no vocabulário historiográfico visando designar o estado de confusão generalizada em que se encontravam os padrões monetários dos territórios germânicos durante o primeiro quartel do XVII. O problema teve origem com as mudanças dos preços relativos de metais preciosos e semi-preciosos ocasionadas pela descoberta de novas fontes internacionais de abastecimento. Perturbada a estabilidade das relações de mercado entre os metais que compunham o meio circulante,

introduziu-se no sistema monetário europeu um elemento de incerteza crônica quanto ao verdadeiro valor da moeda, o que abria espaço para especulação e arbitragem, além de sujeitar o público em geral à má-fé dos operadores do mercado monetário. A dificuldade, como bem observa Charles Kindleberger (1991, pp. 151-4), não reside na utilização das moedas puras de ouro e prata – cujo conteúdo metálico era normalmente auferido a cada transação – mas sim na circulação, a seu lado, de moedas de baixa denominação, cunhadas a partir de ligas metálicas para servir às necessidades cotidianas. Por conta de seu tamanho reduzido, estas moedas eram comumente negociadas pelo valor de face sem aferição da pureza, possibilitando assim que adulterações em seu conteúdo metálico passassem despercebidas.

Em geral, o incentivo inicial à depreciação metálica envolve ganhos de senhoriagem que a autoridade monetária em questão pretende absorver. Esta, entretanto, é a questão menos relevante. Moedas depreciadas certamente vinham já há algum tempo engrossando a circulação monetária dos territórios imperiais, vindas de Amsterdam, Franfkfurt, Gênova e demais centros financeiros da Europa de então. Mesmo em locais onde a administração monetária era razoavelmente sólida e centralizada – caso da Inglaterra – era impossível impedir, na prática, que moedas de origem estrangeira entrassem em circulação lado a lado com aquelas cunhadas domesticamente. O mosaico político do Império permitia, entre outras coisas, que cada uma de suas partes constituintes exercesse a prerrogativa da cunhagem em seus próprios domínios. Mais do que isto, era bastante comum entre as autoridades da região a prática de arrendar o direito de cunhagem a terceiros, que obviamente o exerciam de acordo com seus próprios interesses materiais. Este quadro de completa descentralização da administração monetária, além de inviabilizar a adoção das medidas necessárias para manter a estabilidade em face das novas condições financeiras internacionais, tornava impossível restringir a entrada em circulação de moedas das mais diversas origens e qualidades (Kindleberger, 1993, p. 158-60; Shaw, 1895, p. 202).

A partir do momento em que moedas depreciadas passam a circular pelo seu valor de face, a lei de Gresham entra em ação. Na ausência de controles rígidos, financistas e operadores de câmbio atuarão junto ao público leigo buscando continuamente trocar moedas depreciadas por equivalentes de elevado valor intrínseco, recunhá-las com uma liga metálica inferior e se apropriar, assim, do valor diferencial. Este processo tende a continuar até que todas as moedas de boa qualidade sejam finalmente retiradas de circulação. As unidades depreciadas em uso serão então remetidas para os locais que mantém relações comerciais com a economia em questão, reiniciando-se ali todo o ciclo. Assim, a circulação de moedas depreciadas em uma determinada localidade representa, para todos os seus vizinhos e parceiros comerciais, uma constante ameaça de deterioração de seu próprio meio circulante. A forma mais eficaz de impedir esta fuga de metais preciosos consiste em agir preventivamente e depreciar o conteúdo metálico de suas próprias moedas antes que elas sejam exportadas em troca de unidades de baixa qualidade. Este incentivo se fez sentir junto às autoridades monetárias dos territórios imperiais desde fins do século XVI, sendo apenas precariamente reprimido até meados da década de 1610. A eclosão da Guerra dos Trinta Anos, ao demandar enorme comprometimento financeiro de unidades políticas que contavam com estruturas fiscais não mais do que rudimentares, desencadeou um processo vertiginoso de manipulação monetária que rapidamente contagiou todo o leste da Europa e instaurou o caos nas relações econômicas do continente (Fisher, 1950, p. 155; Hinton, 1955, pp. 14-5; Shaw, 1895, pp. 202-7).

Esta fase mais intensa de descontrole monetário teve início em 1619, e seus efeitos deletérios sobre a economia européia se fizeram sentir de forma particularmente aguda durante os anos 1621-2. A partir de 1623, o sistema monetário da região começou a ser reformado por meio de ação conjunta instigada pelas autoridades imperiais. A tormenta se dissipava, porém seu impacto havia sido devastador. No caso da Inglaterra, conforme já mencionado, o contágio não se deu pela infiltração de moedas depreciadas no reino, mas sim devido ao efeito depressivo que os distúrbios continentais exerceram sobre o setor têxtil exportador. A região do Báltico e os territórios germânicos ocidentais eram os principais

consumidores das *broadcloths*, de forma que a ruptura deste fluxo comercial – que embora estagnante, ainda era sem dúvida a principal atividade mercantil do reino – abalou as bases da vida econômica inglesa. Vale aqui lembrar que grande parte da estrutura mercantil organizada em torno da exportação de tecidos encontrava-se bastante fragilizada após o fracasso do *Cockayne project*. Mesmo com a restauração dos *Merchant Adventurers*, o setor continuou a ser adversamente afetado por uma série de fatores, entre eles o aumento da concorrência internacional e a dispersão do capital comercial ocorrida à época da implementação do projeto. O brusco declínio da demanda nos mercados do norte da Europa potencializou esta instabilidade estrutural, deflagrando uma crise geral na indústria têxtil inglesa (Kindleberger, 1993, pp. 158-68; Supple, 1964, pp. 52-3).

A *Eastland Company*, naturalmente uma das primeiras a sofrer com as dificuldades, em 1620 já informava o *Privy Council* acerca do cenário recessivo que tomara conta de seus negócios. De fato, as exportações de tecidos para o leste da Europa declinaram marcadamente naquele ano, e o desemprego no setor têxtil e na marinha mercante já era grande o suficiente para causar agitação pública. Durante os anos seguintes, o quadro só viria a se deteriorar ainda mais. Igualmente incapazes de escoar sua oferta nos mercados consumidores, os Países Baixos interromperam bruscamente sua demanda por tecidos ingleses a partir de 1622, reduzindo a indústria do reino a um estado de virtual paralisia. Estas condições extremas permaneceriam em vigor ao longo de 1623, mesmo apesar da restauração parcial da ordem monetária no continente. Embora os mercadores do Báltico já começassem a perceber sinais de recuperação naquele mesmo ano, indício claro de que o ciclo se revertera, o fundamental mercado holandês ainda permaneceria deprimido durante algum tempo, prolongando assim os efeitos da crise sobre a economia inglesa. Ao longo de 1624, enfim, os sintomas começaram gradualmente a se amenizar, de forma que no ano seguinte já era possível falar em recuperação econômica na Inglaterra (Hinton, 1955, pp. 13, 33; Supple, 1964, pp. 53-8, 75-6).

A explicação oferecida por Barry Supple (1957; 1964) acerca dos mecanismos responsáveis pela transmissão da crise à Inglaterra permanece essencialmente adequada à

luz de pesquisas mais recentes sobre o tema. De acordo com ele, o contágio se deu por meio de uma modificação nos termos de troca entre os exportadores ingleses e seus consumidores do leste europeu, ocasionada pela depreciação monetária nesta última região. A adulteração metálica do meio circulante na Polônia e nos territórios germânicos induziu desvalorização equivalente destas moedas nos mercados de câmbio, onde sua qualidade inferior era corretamente percebida. Assim, a cotação das demais moedas – inclusive o *pound sterling* – em termos destas unidades depreciadas foi imediatamente elevada, tornando as exportações para a região mais caras em moeda local de forma a manter seus preços em prata inalterados. Os preços domésticos, porém, não se reajustaram com a mesma prontidão. A defasagem natural do processo inflacionário criou uma situação em que os produtos domésticos se tornaram artificialmente mais baratos, em termos relativos, do que seus substitutos vindos do exterior. Os tecidos ingleses sofreram precisamente com um deterioração desta natureza em sua posição competitiva nos principais mercados consumidores da Europa. Artigos produzidos localmente se tornaram economicamente mais atrativos durante um breve período, deslocando quase por completo a demanda pela produção inglesa na região. Para os mercadores do reino que ali atuavam, não apenas se tornara impossível escoar suas próprias exportações; os baixos preços dos produtos disponíveis naqueles mercados os tornavam atrativos também para eles, e ampliar a pauta de importações era uma alternativa óbvia para aqueles que desejavam minimizar suas perdas. Assim, os distúrbios monetários do continente foram responsáveis não apenas pela depressão no setor têxtil, mas também por uma brusca reversão na balança comercial da Inglaterra com a região do Báltico – onde os pagamentos multilaterais, conforme já dito, não eram a regra, e os déficits comerciais frequentemente precisavam ser saldados com remessas de moeda (Hinton, 1955, p. 18; Supple, 1957, p. 147; 1964, pp. 73-6; Wilson, 1949, pp. 338-44; 1951, pp. 231-4).

A cronologia dos eventos certamente corrobora a importância decisiva do processo descrito por Supple para a deflagração da crise na Inglaterra, porém cabe notar que o quadro foi agravado ainda mais devido à ocorrência simultânea de problemas de outra

natureza. O desequilíbrio entre a paridade bimetálica da Inglaterra e do restante da Europa, existente desde o início da década de 1610, tornou-se ainda mais agudo a partir de 1615, virtualmente bloqueando a entrada de prata no reino. Em conjunto com a deterioração da balança comercial, esta situação resultou em problemas crônicos de liquidez que causaram enorme ansiedade pública quando somados aos demais efeitos nocivos da depressão. Em uma economia essencialmente mercantil, a escassez de capital líquido tende obviamente a potencializar toda e qualquer fricção surgida em meio aos circuitos comerciais. A infeliz conjunção, durante o início da década de 1620, destes dois fenômenos distintos – a crise no setor exportador e o desequilíbrio dos fluxos bimetálicos – produziu uma situação-limite que forçou a Inglaterra de então a confrontar abertamente suas próprias idéias a respeito da natureza dos processos econômicos (Gould, 1952, pp. 241-3; Supple, 1957, p. 245; 1964, pp. 166-85).

A reação pública perante os problemas assumiu contornos bastante claros desde cedo. Além da *Eastland Company*, os produtores de Wiltshire – uma das principais regiões manufatureiras do oeste – também trouxeram suas queixas até o *Privy Council* já no início de 1620. Após tomar conhecimento das condições relatadas pelos juízes de paz do condado, o conselho decidiu instituir um comitê encarregado de investigar a questão mais a fundo. Para tanto, foram ouvidos representantes dos produtores provinciais e também dos *Merchant Adventurers*, cujos testemunhos confirmavam a gravidade da situação. Assim, o comitê foi logo em seguida transformado em corpo permanente de investigação acerca das condições do setor têxtil, contando entre seus membros com vários dos principais homens públicos da época, entre eles Cranfield, Coke, Bacon, Greville e Naunton. Este padrão viria a se repetir ao longo dos próximos anos. À medida que a crise se agravava, a coroa solicitava de maneira recorrente o auxílio de indivíduos de reconhecida experiência e conhecimento, não apenas entre as elites politicas, mas também empresariais; estes especialistas eram então reunidos em comitês e encarregados de encontrar soluções para os problemas econômicos do reino – tendência que culminou na criação da *Standing Commission on Trade* em 1623 (Friis, 1927, pp. 384-6; Supple, 1964, pp. 53, 66).

Mas apesar do reconhecimento das dificuldades e da ação governamental já em 1620, a verdadeira dimensão da crise apenas se tornaria clara com o advento da sessão parlamentar de 1621. O inverno de 1620/1 foi particularmente severo, refletindo mais adiante nas deficiências agrícolas enfrentadas pelo reino. A reunião dos Comuns em Westminster teve início em meio a estas condições hostis, o que certamente agravou ainda mais o clima geral de pessimismo que tomou conta da câmara inferior. Até então cientes apenas dos problemas em curso em suas regiões de origem, os representantes do reino puderam perceber, ao se encontrar no parlamento, que a depressão era um fenômeno verdadeiramente generalizado. Poucos eram os condados e municipalidades que ainda não haviam sido afetados de alguma maneira, e as mais diversas classes socio-econômicas – proprietários fundiários, agricultores, produtores têxteis, mercadores – possuíam motivos legítimos para protestar. Esta percepção unânime quanto à urgência da questão criou até mesmo uma inédita, embora temporária, comunhão entre as agendas da coroa e do parlamento – de acordo com John Phillips Cooper, este foi o único momento durante todo o século XVII em que os diversos grupos políticos do reino deixaram suficientemente de lado suas divergências a ponto de viabilizar um acordo a respeito das diretrizes gerais de política econômica (1975, p. 75). Instigado pela coroa, o parlamento tomou para si a tarefa de encontrar os caminhos que poderiam conduzir o reino de volta à prosperidade; comitês parlamentares especializados foram criados, alguns deles posteriormente incorporados à estrutra institucional permanente da casa. Do começo ao fim, o parlamento de 1621 foi um palco privilegiado do debate sobre a crise (Dietz, 1931, p. 187; Friis, 1927, p. 395; Hinton, 1955, p. 13; Lambert, 1990, pp. 61-3; Tawney, 1958, pp. 184-7).

Não obstante, a capacidade de alcançar conclusões práticas demonstrada pelo parlamento era ainda extremamente limitada, de maneira que o processo de formulação e implementação da política econômica continuava, em essência, nas mãos do *Privy Council*. Durante o recesso de verão do parlamento, o conselho, já sob a liderança de Cranfield, assumiu a responsabilidade pela reforma econômica, buscando dar forma concreta a uma série de medidas propostas em Westminster durante os meses anteriores. A exportação de

new draperies para as áreas de privilégio dos *Merchant Adventurers* foi tornada livre para todos os agentes mercantis do reino – concessão bastante significativa em face dos tradicionais padrões de organização do comércio exterior inglês. A busca das razões por trás da crise também foi levada adiante pelo conselho, que solicitou aos portos provinciais e às companhias mercantis que enviassem representantes a Londres para relatar o estado de seus negócios. Um comitê de conselheiros foi então designado para organizar e avaliar estas informações, sendo porém logo em seguida substituído por um grupo de composição mais abrangente que contava com vários parlamentares entre seus membros – uma clara tentativa de obter a cooperação dos interesses fundiários e mercantis do reino quando o parlamento tornasse a se reunir (Cooper, 1970, pp. 77-8; Friis, 1927, pp. 410-3; Hinton, 1955, p. 26; Lambert, 1990, p. 64).

Este último comitê seguiu atuando junto ao *Privy Council* mesmo após a dissolução da sessão parlamentar, indicando de forma clara que, ao menos na área econômica, a coroa pretendia dar sequência ao trabalho iniciado pelos Comuns em 1621. Durante os primeiros meses do ano seguinte, o conselho se dedicou a negociar um acordo com os *Merchant Adventurers* por meio do qual estes se comprometessem a continuar operando nos mesmos níveis de antes da crise. A companhia, entretanto, mostrou-se irredutível, tornando necessárias outras alternativas. Um novo comitê foi criado em abril, encarregado de colher e avaliar o testemunho de representantes das companhias mercantis e também das regiões envolvidas na manufatura têxtil. Este grupo era composto por conselheiros da coroa e membros proeminente da comunidade mercantil – entre eles, Thomas Mun. Em seu relatório final, apresentado ao conselho em junho, o comitê não apenas expunha sua própria avaliação da crise, mas também recomendava, sob a influência de Cranfield, a criação de uma comissão permanente de comércio, por meio da qual as condições econômicas do reino pudessem ser monitoradas mais de perto. A sugestão foi acatada, e em novembro daquele mesmo ano tiveram início as atividades da *Standing Commission on Trade*. A partir de então, questões de política econômica seriam ali tratadas antes mesmo de passar pelo conselho, uma mudança importante em relação às tendências centralizadoras deste último.

Muito embora a comissão viria a cair em desuso durante o reinado de Charles I, a ela frequentemente se atribui a condição de precursora institucional do *Board of Trade* (Cooper, 1970, pp. 77-9; Friis, 1927, pp. 416-24; Hinton, 1955, p. 26; Supple, 1964, pp. 57, 66-7, 187-8, 233).

Durante o início de 1622, além de instituir o comitê de investigação sobre o comércio, a coroa também solicitou a um grupo de especialistas em questões financeiras que produzisse um relatório acerca dos problemas cambiais que afligiam a Inglaterra. Um destes especialistas era Gerard de Malynes, cujas opiniões encontram-se refletidas de forma clara no documento elaborado pelo grupo. Seu parecer, porém, veio a ser submetido em seguida à avaliação de um segundo grupo de especialistas, encabeçado por ninguém menos do que Thomas Mun. Suas conclusões foram diametralmente opostas àquelas endossadas por Malynes e seus adeptos, dando início assim a uma acirrada disputa intelectual junto às instâncias públicas responsáveis pela formulação da política econômica. Alguns meses mais tarde, este debate seria transferido para os domínios da recém-criada *Standing Commission*, perante a qual Malynes e Mun, respaldados por seus seguidores, viriam a apresentar uma série de memorandos que detalhavam suas respectivas interpretações da crise (Gould, 1955, p. 122; Supple, 1964, pp. 186-8). Estes documentos compreendem a essência da controvérsia intelectual surgida na década de 1620. Refletem as divergências puramente abstratas que separavam estes dois grandes adversários, porém igualmente demonstram, de maneira clara, que suas idéias pertenciam a um debate mais amplo que então permeava a sociedade inglesa. Os anos de crise do início do século XVII moldaram e estruturaram o discurso econômico de Mun, Malynes e tantos outros de seus contemporâneos.

3 REFLETINDO SOBRE A CRISE

Diante de tudo o que foi dito até o momento a respeito das condições socio-econômicas inglesas durante as primeiras décadas do século XVII, não causa surpresa constatar que as questões então percebidas como as mais relevantes tenham sido objeto de atenta reflexão. Ainda assim, a intensidade do debate público acerca das dificuldades econômicas impressiona. A mobilização dos mais variados setores da sociedade deu origem a um clamor generalizado que foi, originalmente, responsável por atrair a atenção dos historiadores para a verdadeira magnitude da crise então em curso. Durante aqueles turbulentos anos, o debate assumiu, a rigor, três formas: 1) consultas públicas organizadas em torno das instâncias executivas da coroa, entre elas o *Privy Council*; 2) deliberações no âmbito parlamentar; e 3) circulação de panfletos e tratados impressos abordando as questões relevantes. Os mesmos temas permeiam a discussão nestas três esferas, avançando e retrocedendo, mesclando-se com uma série de outras questões e interesses e configurando, neste processo, o discurso econômico que passaria a caracterizar a época.

Por mais intensa que tenha sido a grande crise comercial do início da década de 1620, sua ocorrência não explica, por si só, o surto de interesse pela investigação econômica que tomou conta da Inglaterra naquele período. Tal fenômeno resultou, antes, da confluência de diversos fatores. Alguns deles já foram mencionados: a justaposição da crise comercial ao fracasso do *Cockayne project*, resultando em um período prolongado de instabilidade, e também a súbita quebra do ciclo expansivo que se desenvolvera desde 1604 até 1614. Outras condições, porém, também exerceram seu impacto. A crescente tensão entre os círculos privilegiados da coroa e os demais segmentos politicamente influentes do reino – encapsulada no dilema fiscal – criou um ambiente no qual a oposição ao rei e seus conselheiros, sob os mais diversos pretextos, era estimulada. Em meio a este confronto velado, a arregimentação de grupos de interesse comumente envolvia disputas de caráter eminentemente econômico; assim, idéias eram torcidas e retorcidas ao sabor das flutuações na arena política. Embora isto implique na necessidade de muito cuidado ao avaliar

argumentos e proposições, também ilustra, por outro lado, a relevância e a disseminação, naquele contexto, do debate aqui em análise.

Outro elemento importante neste quadro foi a própria disseminação da "cultura de imprensa" (*print culture*) no seio da sociedade inglesa de então – tema amplamente debatido por historiadores do período[29], cuja impacto sobre a história das idéias econômicas foi devidamente reconhecido por Joyce Appleby (1978, pp. 4-5). Desde fins do século XVI, Londres vinha rapidamente se transformando em um dos principais centros de imprensa da Europa, e à medida que as condições técnicas subjacentes à produção e circulação de materiais impressos eram aprimoradas, o hábito de publicar e o interesse público pelas obras disponíveis também se disseminavam, alimentado-se mutuamente. Entre outras consequências, este fenômeno permitiu que determinados segmentos da sociedade civil, cujo acesso às instituições políticas do reino era restrito, pudessem veicular suas perspectivas a respeito de tópicos de seu interesse; e em sentido oposto, que as deliberações da elite política chegassem ao alcance de uma parcela mais ampla da população. A proliferação do meio impresso ofereceu, desta forma, um complemento fundamental ao debate público organizado em torno da coroa e do parlamento, dinamizando o intercâmbio de idéias e ampliando sua penetração.

Neste capítulo, buscaremos reconstruir este grande debate público em suas mais variadas formas e nuances, de forma a compreender quais foram as idéias econômicas efetivamente articuladas durante o período em questão e como elas se inseriram na sociedade inglesa da época. Inicialmente, veremos de que maneira os principais temas econômicos em discussão surgiram na arena pública ao longo do reinado de James I, até o momento em que a gravidade da crise comercial é finalmente percebida em toda sua

---

[29] Inspirado na obra de Jürgen Habermas (1962), o estudo do desenvolvimento da cultura de imprensa é atualmente uma das mais férteis linhas de pesquisa em meio à historiografia das idéias na Inglaterra do século XVII – muito embora os trabalhos na área ocupem-se, em geral, das idéias políticas e religiosas. Entre as obras que exploram este tema, destaque para Bellany (2002), Raymond (2003), Peacey (2004), Hughes (2004) e Lake & Pincus (2007).

extensão. Em seguida, a reação massiva do parlamento de 1621 em face da crise será analisada em detalhes, conduzindo diretamente ao esforço investigativo comandado pelo *Privy Council* a partir de 1622. Por fim, discutiremos a literatura econômica surgida durante a década de 1620, buscando identificar não apenas suas relações com o debate público em curso, mas também aquilo que a distingue e lhe é peculiar.

3.1 1604-20: QUESTÕES ECONÔMICAS NA ESFERA PÚBLICA

Ao longo do primeiro quartel do século XVII, as atenções estiveram voltadas para um domínio específico da atividade econômica. Desde a *Free Trade Campaign* de 1604 até os tratados publicados por Malynes e Misselden em 1622-23, passando pelo *Cockayne project* e pelos debates acerca da crise de 1620, o interesse público sempre girou em torno de um grande tópico: "*trade*", e tudo aquilo que lhe dizia respeito. Em seu discurso inaugural à frente de sua primeira sessão parlamentar, James I ressaltou as consequências econômicas da paz, lembrando que "[...] by Peace abroad with their Neighbours the Townes florish, the Merchants become rich, the Trade doeth encrease..."[30]. É importante ressaltar, entretanto, que o conceito de *trade* é normalmente utilizado em um sentido mais amplo do que simples atividade comercial. Ele engloba, na verdade, tanto o comércio internacional quanto o doméstico, em pequena ou larga escala, e também a indústria em geral. Em sua forma mais abrangente, designa toda atividade econômica em que o trabalho humano é percebido como o elemento essencial – e parece, desta forma, aproximar-se bastante da distinção aristotélica entre riquezas naturais e artificiais, já resgatada por Malynes em *A treatise of the canker of England's common wealth*, de 1601 (p. 5). Naquele mesmo ano, John Wheeler, então secretário dos *Merchants Adventurers*, publicou *A treatise of commerce*, uma obra explicitamente destinada a defender as atividades da companhia. Em

---

[30] *The Kings Maiesties Speech as it was delivered by him in the upper house of the Parliament, to the Lords Spirituall and Temporall, and to the Knights, Citizens and Burgesses there assembled, on Munday the 19. of March 1603. &c.* (London, 1604, p. 4).

suas páginas iniciais, o autor defende longamente a estreita ligação existente entre a atividade comercial e a natureza humana, e também a importância fundamental do comércio para a sociedade:

> […] [M]y purpose is […] to intreate […] of that other point, namely, the Government of things convenient and fit for the maintenance of Humane Society: whereunto mens actions and affections are chieflie directed, and whereabouts they bestow, and employ not onely the quickenes and industrie of their spirites, but also the labour and travaile of their handes, and sides: that so they may drawe from thence either commoditie or pleasure, or at leastwise therby supplie, and furnish their several wants, and necessities. From hence, as from a root or fountain first proceedeth the estate of *Marchandise*, and then consequentlie in a row, so manie, diverse, and sundrie Artes, as we see in the worlde. At which it should seeme, that men beginneth the train, or course of his life, and therein first of all discovereth not onlie the dexterity & sharpenes of his wit, but withal that naughtines & corruption which is naturallie in him: for there is nothing in the world so ordinarie, and naturall unto men, as to contract, truck, merchandise, and traffike one with another, so that it is almost umpossible for three persons to converse together two hours, but they wil fal into talk of one bargaine or another, chopping, changing, or some other kind of contract. Children, assoone as even in their tongues are at libertie, doe season their sportes with some merchandise, or other: and when they goe to schoole, nothing is so common among them as to change, and rechange, buy and sell of that, which they bring from home with them. The Prince with his subiects, the Maister with his servants, one friend and acquaintance with another, the Captaine with his souldiers, the Husband with his wife, Women with and among themselves, and in a word, all the world choppeth and changeth, runneth and raveth after Marts, Markets and Merchandising, so that all thinges come into Commerce, and passe into traffique (in a maner) in all times, and in all places […]. To conclude, all that a man worketh with his hand, or discourseth in his spirit, is nothing els but merchandise… (Wheeler, 1601, pp. 5-7).

Vindo de Wheeler, este elogio do comércio deve ser lido com alguma cautela, porém a noção ao mesmo tempo ampla e urgente do tema por ele apresentada certamente encontra eco junto à sociedade inglesa da época. Na verdade, a ênfase sobre o “comércio”, em seu sentido mais geral, seria mais bem descrita como um descaso relativo face às atividades agrícolas. Alguns manuais voltados para a administração fundiária, panfletos discutindo empreendimentos coloniais e, em meio aos registros do *Privy Council* e do parlamento, menções ocasionais ao problema dos cercamentos, à deficiência das colheitas e ao cultivo da lã, enquanto elemento subsidiário da manufatura têxtil – à parte estas poucas ocorrências, raros foram os momentos em que o domínio da agricultura emergiu à superfície do discurso público durante aquelas décadas. O que não significa, é claro, que a importância da agricultura para o bem-estar e prosperidade do reino fosse negligenciada, mas apenas que a interferência do estado no setor não era entendida como algo potencialmente eficaz. Conforme já mencionado anteriormente, a agricultura ainda constituía, àquela época, um universo que se movia lentamente, de maneira quase

imperceptível, no subterrâneo da vida material. O mundo do comércio, em contraste, era dinâmico, acelerado – e portanto objeto privilegiado da deliberação e da intervenção.

As virtudes que se atribuía à prosperidade comercial eram inúmeras. Em uma carta de junho de 1616 destinada ao *Lord Deputy* da Irlanda a propósito de um projeto para desenvolvimento da indústria têxtil naquele reino, o *Privy Council* afirmava: "there is nothinge more behoofull for the mayntenance [of peace and quietness] thereof, then the imployment of the natives in trades and manufactures"[31]. Ainda em conexão com a economia irlandesa, um projeto que propunha a criação, ali, de uma casa de cunhagem – apresentado por um certo Peter French e arquivado em meio aos papéis de Sir Julius Caesar – descrevia o comércio e a indústria como verdadeiros instrumentos do processo civilizatório:

> [N]o edict of polliticke instituc[i]on that the invenc[i]on of man can devise will so soone reclaim[m]e, an uncivill, barbarous, and rude people, as riches, whence all com[m]erce, and famous industries proceede, w[hic]h course in time w[it]hout further instigac[i]on will banish idlenes the bane of that common wealth.[32]

Uma ordem emitida pelo *Privy Council* em setembro de 1618, visando promover a introdução da indústria de tapeçaria no reino, tem início nos seguintes termos:

> His Majestie, knowing in his greate wisedome that artes and manufactures do add both ornament and wealth to those countries and commonwealthes where they most flourishe, and being therefore desirous to encourage industry in that kinde by all meanes possible within these his owne realmes and dominions, and to entertaine all such laudable projectes and invencions as may tend any way to that end…[33]

Em tom semelhante ao de Wheeler, o panfleto *The merchants avizo*, originalmente publicado em 1607, conta com um prefácio ao leitor na forma de um poema que fora composto, de acordo com uma nota presente no próprio panfleto, em 1587 – "when was a long stay of the Merchants trade, to the great decay of many a one". Apesar de suas questionáveis virtudes literárias, estas estrofes descrevem detalhadamente os efeitos benéficos resultantes do florescimento comercial de uma nação:

---

[31] APC, vol. 2, p. 637.

[32] Add. MSS. 12.496, f. 111.

[33] APC, vol. 4, p. 264.

When Merchants trade proceeds in peace / And labours prosper well
Then Common-weales in wealth increase / As now good proofe can tell
For when the Merchants trade was free / His ventures for to make
Then everie Arte in his degree / Some gaines thereof did take
The Merchant made the Clothier rich / By venting of his cloth
The Clothier then sets many at worke / And helpeth every craft
For first the Spinster hereby live / The Weaver and the Dier
By cloath, the Shearmen also thrive / When Merchant is the buyer
The Landlord and the Tenant sell / By this means all their woole
Their Biefe, their Corne, they sell the more / When Merchants purse grow full
The Grocer with the Vintner / And Mercer profit reape
When Spices, Silks, and Wines come store / By Merchants ventures great
The Vitler and the Husbandmen / And handicrafts each one
Makes gaines, when Merchants ships & goods / Doe merilie come home
The Sailers herehence gets their skill / To rule the Stately Ship
And so become right worthie men / For Sea and Land most fit
Yea divers more the Merchants trade / Doth succour and relieve
As Bargeman, Craneman, Porter eke / To him that Cart doth drive
Let no man then grudge Merchants state / Nor wish him any ill
But pray to God our King to save / And Merchants state to help still.[34]

Aqui, como no trecho de Wheeler citado acima, a ênfase se encontra sobre o comércio internacional – o "*merchandise*", ou "*merchants trade*". Trata-se de um viés característico de todo o período. Em meio às medidas de política divisadas para combater os efeitos nocivos do *Cockayne project* sobre a indústria têxtil inglesa, uma delas ordenava que se estimulasse o consumo doméstico de tecidos[35]. Esta determinação não encontra paralelo em outros contextos, e soa, assim, absolutamente inusitada. Muito menos estranheza causa a seguinte afirmação, proferida pelo próprio *Privy Council* alguns meses antes, em momento de rara franqueza: "[…] the merchant, in respect of the maintenance of shipping and navigacion and other reasons of State, is alwaies favored and preferred before

---

[34] *The merchants avizo. Very necessary for their sonnes and seruants, when they first send them beyond the sea, as to Spaine and Portingale, or ...* (London, 1616, pp. v-vi).

[35] APC, vol. 3, pp 26-7.

the retaylers, which otherwise are of good use in the Comonwealth"[36]. De fato, o comércio doméstico era então sempre relegado a segundo plano, tratado de forma diligente e responsável, porém sem grande entusiasmo. O bom funcionamento do comércio internacional, por outro lado, representava uma questão da mais crucial e absoluta importância, constantemente abordada a partir de diversas perspectivas.

Em nome da prosperidade nas transações com o exterior, propunha-se desde medidas simples e atrativas, tais como a redução da morosidade judicial em disputas comerciais, até verdadeiras extravagâncias como o projeto de constituição de uma sociedade de capital supra-nacional destinada a realizar operações de câmbio, crédito, e compra e venda de mercadorias, contando com os soberanos de cada nação como seus acionistas perpétuos[37]. A difundida noção de que o controle sobre a movimentação portuária era parte inalienável da prerrogativa real (conforme exposto no capítulo anterior) enfatizava ainda mais o caráter privilegiado do comércio internacional enquanto objeto de políticas públicas. Na Inglaterra de James I, a organização adequada das atividades comerciais com o exterior constituía um assunto de altíssima prioridade. E é justamente este problema – o da ordem – que se encontra refletido naquele que provavelmente seja o principal tema de natureza econômica do período: o debate sobre a liberdade comercial.

Antes de mais nada, é preciso ressaltar que as discussões a respeito da liberdade comercial nada têm a ver com a questão do controle das transações comerciais entre as nações, em sentido estrito. Do ponto de vista da tarifação e das restrições portuárias, havia

---

[36] APC, vol. 2, pp. 503-4.

[37] Na verdade, Malynes esteve por trás de ambas estas propostas, apresentadas no decorrer de 1608. A primeira delas fazia parte de um projeto mais amplo por ele endereçado ao *Privy Council* em março daquele ano. Com relação à segunda, as indicações de seu envolvimento são apenas indiretas. O projeto foi apresentado ao conselho em agosto, acompanhado de uma carta introdutória assinada por "Henry Anthonison Wissell and associates", que se auto-descrevem como "some honest merchants and other persons, of all qualities & divers nac[i]ons". Entretanto, no sumário elaborado por Sir Julius Caesar para esta coleção de documentos, o projeto é atribuído a Malynes, o que parece indicar que ele ao menos fazia parte do grupo responsável pela sua elaboração (Add. MSS. 10.038, ff. 13-4, 43-5, 47-9).

pouco espaço para desacordo. Em geral, admitia-se que o comércio entre as nações era algo natural, um elemento constituinte da estrutura socio-política do mundo, ou ao menos da Cristandade. É comum encontrar referências ao "*ius gentium*", ou à "*law of nations*", visando legitimar as trocas internacionais de mercadorias[38] – o próprio projeto da sociedade mercantil entre soberanos, há pouco mencionado, utilizava-se deste argumento. Medidas explícitas de restrição ao comércio internacional eram, assim, vistas com suspeita, e portanto evitadas. Parte do apelo dos *Statutes of Employment* enquanto instrumento de política econômica tem aí sua origem: ofereciam eles uma maneira de preservar o equilíbrio nas transações com o resto do mundo sem obstruir diretamente a liberdade comercial entre as nações. A ameaça de retaliação atuava como um mecanismo de controle, garantindo a manutenção de um grau razoável de abertura aduaneira, e esta predisposição tácita era ainda reforçada, com frequência, por meio da assinatura de tratados comerciais bilaterais. A tributação alfandegária não era percebida, em linhas gerais, como um instrumento de protecionismo, mas sim como outra das fontes de receita da coroa; até mesmo as *impositions*, originalmente utilizadas como forma de controlar os fluxos de importação, passaram a desempenhar, ao longo do reinado de James, uma função essencialmente fiscal. O projeto de reforma tarifária apresentado ao *Privy Council* por Cranfield, a meados da década de 1610, impressionou profundamente os membros do conselho ao propor uma abrangente reformulação do *Book of Rates* segundo critérios francamente discriminatórios: sobretaxando a importação de artigos supérfluos, seria possível, ao mesmo tempo,

---

[38] Douglas Irwin associa idéias como estas acerca do direito internacional àquilo que ele chama de "doutrina da economia universal", segundo a qual a providência divina havia espalhado os materiais necessários à existência humana por toda a extensão do globo, com o objetivo de induzir os povos a se relacionar pacificamente uns com os outros. Irwin traça as origens desta doutrina aos primórdios da era cristã, e afirma que ela fora retomada e elaborada por filósofos do direito natural – em particular Grotius – durante o início do período moderno. Em sua nova roupagem, que circulou pela Europa do início do XVII, a doutrina previa, entretanto, que uma nação poderia evitar trocas internacionais que fossem prejudiciais a si própria, oferecendo assim uma válvula de escape para medidas protecionistas (1996, pp. 15-25).

aumentar a arrecadação total e desonerar a exportação de manufaturas e a importação de artigos essenciais. Tratava-se claramente de uma proposta inovadora, se não em princípio, ao menos em seu escopo – e que não foi, ademais, colocada em prática naquele momento.

Desta forma, ao menos no que concerne à Inglaterra do início do XVII, a caracterização da "era mercantilista" como um período de desenfreado protecionismo e obstrução do comércio internacional se revela bastante imprecisa. Porém havia, é claro, diversas excessões a esta orientação geral em favor do livre comércio entre as nações. A proibição estrita ao fluxo de mercadorias era entendida como adequada em determinados casos: importação de artigos considerados eminentemente nocivos ao bem-estar doméstico, como o tabaco; ou então a exportação de produtos essenciais à prosperidade do reino, caso da lã. Esta última, aliás, que fora durante tanto tempo o principal item da pauta de exportações inglesa, foi objeto de constante regulamentação durante as primeiras décadas do século, em particular a partir dos preparativos iniciais para a implantação do *Cockayne project*, com o propósito explícito de impedir que outros centros industriais da Europa tivessem acesso à principal matéria-prima da manufatura têxtil[39]. Ocasionalmente, reduções tarifárias eram reconhecidas como medidas circunstanciais legítimas de estímulo aos setores exportadores; após o colapso do *Cockayne project*, o *Privy Council* buscou encorajar a exportação de tecidos em alguns portos provinciais do reino por meio de concessões desta natureza[40]. Outra ordem do conselho, emitida ao final de 1614, buscava estimular a indústria inglesa de refino de açúcar por meio de redução nas tarifas de importação sobre açúcar bruto, e aumento das mesmas tarifas sobre o açúcar já refinado[41]. Tais instâncias, porém, estavam longe de constituir uma política protecionista sistemática, sendo frequentemente deixadas de lado em nome de outras motivações políticas. Exemplo disto se encontra na resposta oferecida pelo *Privy Council* a uma petição de outubro de

---

[39] APC, vol. 1, p. 546; vol. 2, pp. 68-9.

[40] APC, vol. 4, pp. 87-8.

[41] APC, vol. 1, pp. 627-8.

1613 que protestava contra a importação de rendas de seda e de cetim – indústria que as autoridades inglesas vinham tentando promover dentro do reino desde os tempos de Henry VII:

> [H]is Majestie hath lately graunted unto the Farmors of his Customes under the Greate Seale of England, with an *non obstante* of the said statute [que proibia a importação dos artigos em questão], that for the advauncement of the customes all manufactures may freely and without impeac[h]ment be brought into the kingdome.[42]

Também é possível identificar, em determinadas situações, o desejo de estimular o desenvolvimento econômico doméstico por meio de interferência nas transações mercantis com o exterior, muito embora essas tentativas respondessem, via de regra, a uma série de outros fatores. O próprio *Cockayne project* é o exemplo mais óbvio desta tendência, resultado da ação conjunta de articulações faccionais, pressão de grupos de interesse e genuína ideologia político-econômica. Um grande número de patentes de monopólio concedidas no período, voltadas à implantação de novas atividades econômicas em território inglês, apresentavam características semelhantes: explicitamente, visavam promover a prosperidade do reino, porém ao mesmo tempo cumpriam, como todas as suas congêneres, uma importante função política em meio às redes de patronagem da coroa[43]. Mesmo em casos desta natureza, entretanto, o ardor protecionista tinha limites bastante claros. O *Cockayne project*, levado às últimas consequências em função da importância incomum que se lhe atribuíra, resultou em fracasso retumbante devido, em grande parte, às medidas retaliatórias adotadas nos mercados holandeses – fato reconhecido por todos os interessados[44]. No caso de projetos de menor relevância, uma simples manifestação diplomática já era suficiente para causar a suspensão das restrições alfandegárias. Uma patente que proibia a importação de alfinetes foi imediatamente revogada, em agosto de 1619, após protestos de representantes das Províncias Unidas em Londres "touchinge the

---

[42] APC, vol. 1, pp. 234-5.

[43] APC, vol. 1, pp. 401-2, 536-7.

[44] APC, vol. 2, pp. 217-22; vol. 3, p. 28.

interruption of free trade, [...] contrary to the tenour of divers treaties made betweene this kingdome and those Provinces”[45].

Assim, no que diz respeito ao controle do comércio com o exterior, parece ter prevalecido, à época, uma atitude razoavelmente consensual, que favorecia a utilização ocasional de medidas protecionistas desde que estas não colocassem em risco a atividade econômica do reino – seja reduzindo a disponibilidade doméstica dos bens por meio de restrições inadequadas à importação, ou então prejudicando o desempenho dos setores exportadores em razão de retaliações internacionais. O verdadeiro debate sobre a liberdade comercial girava em torno de uma outra questão: a organização instuticional da atividade mercantil. Não se trata, porém, de decidir se o estado deveria ou não zelar pela ordem nas relações econômicas. Poucos se atreveriam a questionar as virtudes inerentes ao controle e organização adequados da iniciativa comercial – “an orderly trade”, segundo a expressão corrente. É verdade que alguns setores, caso das *new draperies*, operavam em meio a estruturas institucionais bastante frouxas; esta, porém, era uma situação excepcional, um produto das circunstâncias, conforme reconheceria mais tarde a *Standing Commission on Trade* ao debater a reorganização do setor têxtil no imediato pós-crise: “[T]he new manufactures shalbe free, [...] for if a government shoulde be erected for these lesser commodityes the charge woulde eate up the gaine and thereby hinder tradeing”[46]. Em condições normais, a organização da atividade comercial era a norma, e qualquer desvio era visto com extrema desconfiança.

Ao final de 1616, quando os problemas decorrentes do *Cockayne project* atingiam seu ápice, os membros da nova companhia solicitaram ao *Privy Council* autorização para exportar tecidos acabados para as áreas privilegiadas às quais cada um deles tinha acesso por meio de sua participação em outras companhias mercantis. Porém, deixavam claro: “[I]t was not intended [...] that every brother of the companie might carry his cloath to all places of

---

[45] APC, vol. 5, pp. 26-7.

[46] APC, vol. 7, pp. 268-9.

vent promiscuously"[47]. Esta associação entre leniência nas transações comerciais e promiscuidade ilustra uma atitude típica da época. Wheeler, declarado defensor dos *Merchants Adventurers*, fala de maneira quase casual acerca dos benefícios oriundos do "bom governo" do comércio, como se estivessem acima de qualquer dúvida (1601, pp. 24-6). Já Robert Kayll ocupava uma posição diametralmente oposta, um duro crítico das companhias mercantis que chegou a ser publicamente censurado pelo conselho após a publicação de *The trades increase*, em 1615[48]. Suas objeções, entretanto, diziam respeito unicamente às instituições então em atividade na Inglaterra, não ao princípio do comércio ordenado:

> [M]y Proposition is not any way so tumultuous, as that thereby I would exclude all order and forme of government, in Trades: or otherwise to intend a promiscuous kind of calling, or rather confusion of all sorts; who knoweth not that the Commonweatlh consisteth, *Non ex medico, & medico sed ex medico, & Agricola*; as also that there must be an Oeconomicall and discreete partition and proportion among the members, Divers Trades to maintaine the generall body Commerce (Kayll, 1615, pp. 55-6).

John May, um dos oficiais responsáveis pelo controle de qualidade da produção têxtil do reino, tinha opinião semelhante: "It was never knowne that true government did at any time decay any trade, but rather caused it to increase and flourish" (1613, p. 50). Tão díspares entre si, estes três personagens estavam de acordo quanto à importância da ordem enquanto valor a ser respeitado no âmbito da atividade mercantil; suas divergências diziam respeito aos métodos utilizados para alcançar este nobre objetivo.

Esta era uma questão que dizia respeito tanto ao comércio doméstico quanto internacional. A interação entre os diversos ofícios formava uma complexa teia de relações econômicas por todo o reino, que o *Privy Council* constantemente se esforçava por manter em equilíbrio. As dificuldades surgidas em meio a estes arranjos, assim como os sinceros esforços da coroa para assegurar a preservação da ordem, encontram-se bem ilustrados pelo caso do mercado de tecidos de Oswestry. O problema inicialmente chegou ao conhecimento do conselho a meados de 1613, em razão de uma petição apresentada pelos

---

[47] APC, vol. 3, pp. 53-4.

[48] APC, vol. 2, p. 108.

varejistas de tecidos (*drapers*) residentes em Shrewsbury, Oswestry e Whitchurch, protestando contra a prática recente de membros da *French Company* que, segundo eles, vinham comprando tecidos não-acabados diretamente nas regiões produtoras do País de Gales, e de lá remetendo-as para fora do reino. Tradicionalmente, a produção têxtil de Gales era negociada em um mercado especializado que periodicamente se reunia em Oswestry, onde os varejistas do condado podiam adquirir os tecidos não-acabados, submetê-los à manufatura em oficinas locais, e então remetê-los a Londres, onde os artigos eram então vendidos, em Blackwell Hall, aos mercadores atacadistas do reino. Caso os mercadores pudessem seguir adquirindo os artigos diretamente em Gales, argumentavam os suplicantes, o resultado seria a ruína de suas localidades. De posse destas informações, o conselho solicitou então às autoridades do condado de Salopp que investigassem o verdadeiro estado da causa[49].

Algumas semanas mais tarde, o conselho recebeu um parecer de Salopp, o qual foi aprovado e imediatamente posto em execução. Em linhas gerais, a decisão foi pela manutenção das condições que haviam tradicionalmente prevalecido neste ramo da atividade econômica. Os varejistas deveriam seguir atuando como varejistas, e os mercadores deveriam seguir atuando como mercadores, sem que cada um dos grupos interferisse naquilo que pertencia, de direito, ao outro. A ordem que até então reinara neste negócio não deveria ser perturbada, e portanto os tecidos galeses deveriam voltar a ser negociados exclusivamente no mercado de Oswestry[50]. No entanto, em dezembro daquele mesmo ano o conselho recebeu nova petição, desta vez formulada pelos próprios produtores têxteis de Gales, argumentando que a restrição dos negócios àquele local lhes era extremamente prejudicial, por uma série de razões. Diante das novas evidências, os membros do conselho se viram forçados a buscar uma solução conciliatória, ponderando:

---

[49] APC, vol. 1, pp. 9-10.

[50] APC, vol. 1, pp. 34-40.

"[O]ur desire is to prevent on every syde all inconveniences that might ensue"[51]. Um comitê, liderado por Bacon e Yelverton, foi então designado para ouvir as partes envolvidas e avaliar os méritos da questão. Suas conclusões reforçavam algumas das idéias originalmente apresentadas pelas autoridades provinciais, em particular a restrição à interferência dos mercadores no comércio local. Porém, o comitê também recomendou que fosse permitido aos produtores galeses negociar seus tecidos no lugar que julgassem mais adequado, desde que não os vendessem diretamente a mercadores ou quaisquer outros que pretendessem remeter estes artigos diretamente ao exterior. Ao proibir o envio dos tecidos diretamente de Gales ao exterior, o conselho demonstrava claramente sua preocupação com a preservação dos nexos institucionais que asseguravam a organização do setor:

> [T]hat all transportinge of the said commodities from those parts of Wales bee inhibited, as that which breakes the whole trade which hath ben so longe and soe well continued and settled in uttering the said commodities, from the countrey to Oswestrie, and so from Oswestrie to Shrewsburie and other townes, which hath drawen to those partes a great number of cloathworkers, who must wante or seeke newe dwellings if the trade be diverted from thence to Blackwell Hall in London, and from thence transportation by the marchauntes of London to begine, and not before.[52]

O caso ainda teve outros capítulos. Alguns anos mais tarde, foi a vez do negociantes de tecidos finos (*mercers*) de Shrewsbury tentarem se apropriar de parte do negócio dos varejistas, sendo por isto duramente reprovados pelo conselho[53]. Por fim, a controvérsia seria mais uma vez resgatada durante o parlamento de 1621, ocasionando a reversão de todas as decisões favoráveis aos varejistas de Salopp que, segundo se apurara, haviam se utilizado de sua posição privilegiada no mercado de Oswestry para manipulá-lo em benefício próprio[54]. A regulação da atividade comercial doméstica estava, portanto, sujeita ao zelo contínuo das autoridades públicas, porém tais decisões de política normalmente interessavam apenas àqueles diretamente envolvidos nas disputas. Em virtude da importância que se atribuía ao comércio internacional para o bem-estar da nação, o

---

[51] APC, vol. 1, pp. 310-1.

[52] APC, vol. 1, pp. 353-4.

[53] APC, vol. 5, pp. 56-9.

[54] APC, vol. 5, pp. 396-7; CD 1621, vol. 3, pp. 415-6.

debate acerca da sua organização naturalmente ocupou muito mais espaço em meio às manifestações então surgidas na esfera pública.

Também aqui há um nível mínimo de ordem que todos, salvo os mais radicais, parecem aprovar. Assim como era o caso com os demais ofícios, a atuação na esfera do comércio internacional deveria ser reservada àqueles a quem pertencia por direito – ou seja, apenas os "*mere merchants*". Às vésperas do início da sessão parlamentar de 1621, os mercadores envolvidos no comércio com a Espanha escreveram ao conselho reclamando da deterioração de seus negócios, "occasioned by shoppkeepers, vinteners, and other retaylors unexperienced in that trade"[55]; de acordo com os mercadores, a interferência destes elementos estranhos ao comércio exterior resultava na redução dos preços das mercadorias domésticas exportadas e no aumento dos preços dos bens importados da Espanha, algo extremamente prejudicial ao bem-estar do reino. Os lordes do conselho então designaram um grupo de mercadores de sua confiança para que decidissem "what course they thinke fitt to be taken for the ordering and government of the said trade as may be to the advauntage of the realme and his Majesty's service". Alguns anos antes, em meio a uma disputa entre mercadores provinciais e londrinos pelo direito de atuar no comércio com a França, o conselho já fora claro: "[I]t is not meant to leave the trade loose, but that a government be still continued (which both parties have assented unto)"[56]. Se o caráter exclusivo do "*merchandising*", este prestigioso ofício, não era objeto de contestação, restava apenas decidir como o bolo seria dividido entre os membros do clube.

Os contornos deste debate estavam bem definidos já ao início do reinado de James I. No relatório elaborado por Sir Edwin Sandys acerca dos trabalhos do comitê parlamentar encarregado de avaliar os méritos da *Free Trade Bill*, submetida durante a sessão de 1604, são apresentadas as razões mais prementes para a expansão do acesso ao comércio exterior do reino. A primeira delas diz:

---

[55] APC, vol. 5, pp. 102-3.

[56] APC, vol. 1, pp. 247-8.

> All free subjects are born inheritable, as to their land, so also to the free exercise of their industry, *in those trades whereto they apply themselves, and whereby they are to live*. Merchandise, being the chief and richest of all other, and of greater extent and importance than all the rest, it is against the natural right and liberty of the subjects of England to restrain it into the hands of some few, as now it is [grifo adicionado] (Thirsk & Cooper, 1972, p. 437).

Fica claro que o que se pretende não é abrir o comércio exterior à participação de todos, mas sim apenas derrubar os privilégios usufruídos por alguns dos membros da profissão. O próprio título da proposta de lei confirma este intuito: "For all *merchants* to have free liberty of trade into all countries, as is used in all other nations" [grifo adicionado] (p. 436). Os defensores da liberdade comercial no início do século XVII pretendiam acabar com a *restrição*, porém nunca com a *organização*. O uso retórico que fizeram do conceito de monopólio ao promover sua agenda ilustra de maneira clara que suas críticas diziam respeito à restrição excessiva e indevida do acesso ao comércio exterior. Embora as companhias regulamentadas, ao contrário das *joint-stocks*, não fossem tradicionalmente entendidas como entidades monopolistas, tais sutilezas semânticas não eram suficientes para aplacar a ira de seus oponentes:

> The name of monopoly, though taken originally for personal unity, yet is fitly extended to all improportionable paucity of the sellers in regard of the ware which is sold. If ten men had the sale of all the horses in England, this were a monopoly; much more the Company of Merchant Adventurers, which, in effect not above two hundred, have the managing of the two third parts of the clothing of this realm, which might well maintain many thousands merchants more (Thirsk & Cooper, 1972, pp. 438-9).

Os promotores da liberdade comercial no parlamento pretendiam, assim, reduzir o controle exercido por determinados grupos mercantis sobre o comércio exterior do reino. Nisto, não estavam sozinhos. Em suas decisões em casos desta natureza, as cortes de *common law* normalmente adotavam atitude contrária à concessão de privilégios e demais formas de limitação do acesso à atividade econômica, ao mesmo tempo em que demonstravam apreço pelas estruturas institucionais consagradas. Em 1615, o célebre caso dos alfaiates de Ipswich culminou na revogação de uma ordem previamente concedida à referida corporação de ofício, segundo a qual apenas indivíduos devidamente aprovados por seus membros poderiam exercer a atividade naquela região. Ao relatar o caso em seus *Reports*, Sir Edward Coke afirma categoricamente: "the law abhors all monopolies, which

prohibit any from working in any lawful trade". Mais adiante, Coke descreve em mais detalhe as razões que embasaram esta decisão judicial:

> [F]or as much as the Statute has not restrained him who has served as an apprentice for seven years from exercising the trade of a tailor, the said ordinance can't prohibit him from exercising his trade till he has presented himself before them [os alfaiates da corporação de Ipswich], or till they allow him to be a workman; for these are against the liberty and freedom of the subject, and are a means of extortion in drawing money from them, either by delay or some other subtil device or by oppression of young Tradesmen by the old and rich of the same Trade, not permitting them to work in their trade freely; and all this is against the Common Law and the commonwealth. But ordinances for the good order and government of men of Trades and Mysteries are good, but not to restrain any one in his lawful mystery (Bland et al, 1914, pp. 305-7).

Portanto, o que fere a *common law* e o direito natural dos súditos é a restrição, o cerceamento da iniciativa de cada um em seu "*lawful mystery*"; a organização, por outro lado, se realizada de maneira adequada e em sintonia com os princípios tradicionalmente consagrados, torna-se perfeitamente legítima. Obviamente, a linha que separava restrições arbitrárias e medidas legítimas de organização do comércio era muito tênue – vale lembrar que, à época do julgamento do caso há pouco mencionado, Coke se encontrava diretamente envolvido na implementação do *Cockayne project*, sem nunca cogitar censurá-lo por violar a liberdade natural dos súditos ingleses. Embora todos concordassem que a organização da atividade comercial era algo desejável, não havia consenso quanto às formas corretas de colocá-la em prática, o que abria espaço para que as companhias mercantis, principais alvos dos paladinos da liberdade comercial, pudessem contra-argumentar.

Em fevereiro de 1617, o conselho recebeu uma petição dos *Merchants of the Staple* acerca de algumas leis então recentemente promulgadas, que proíbam a compra de lã em território doméstico por indivíduos que não estivessem diretamente envolvidos na transformação desta matéria-prima em artigos têxteis. A companhia entendia que estas leis não deveriam afetar suas próprias atividades, tratando-se ela de uma "auncient society of marchantes", mas sim apenas aqueles que se envolviam de maneira independente e não-

organizada no setor – "the loose and deceiptfull brougers of woll"[57]. Um tratado escrito por partidários dos *Merchant Adventurers* à época em que a *Free Trade campaign* tomara conta do parlamento argumentava que os privilégios da companhia possuíam raízes longínquas, e que a tradição e a honra da instituição eram responsáveis pela manutenção da ordem em suas atividades[58]. Wheeler já havia, alguns anos antes, argumentado em termos semelhantes. Dizia ele que, tendo em vista a necessidade de manter as transações com o exterior em equilíbrio, era preciso administrar de forma cuidadosa os fluxos comerciais do reino. A estrutura das companhias mercantis facilitava esta tarefa ao viabilizar a condução dos negócios em condições mais favoráveis ao vendedor do que ao comprador, forçando este último a se dirigir até as *mart towns* para adquirir os produtos que desejasse. Privilégios como aqueles usufruídos pelos *Adventurers*, conclui Wheeler, foram obtidos por meio de esforço e mérito; portanto, de forma correta, não estavam ao alcance de todos (1601, pp. 9-10, 51-5).

O argumento de que a estrutura das companhias aprimorava a organização comercial da Inglaterra certamente possuía apelo. Ao discutir, em 1615, uma ameaça de pirataria nos domínios da *East India Company*, o conselho afirmava que a principal razão por trás da incorporação daquela rota comercial fora "the avoyding of many disorders and inconveniences which otherwise must necessarily arise in the driving of that trade"[59]. Esta atitude encontra eco no relatório apresentado ao *Privy Council* dois anos mais tarde por Sir Henry Yelverton, que à época ocupava o cargo de *Solicitor-General*, a respeito de uma proposta de incorporação dos mercadores envolvidos no comércio com a Península Ibérica:

> I ame of opinion that by a new charter of incorporation for order and government to the said marchantes, to be made and graunted by his Majestie, differinge from the former, all or most of the disorders and inconveniences complayned of may be reformed and yet the mischeifes found in the former charter avoided, by not sufferinge the said trade to be used in any degree of monopolie, or to be appropriated to any citty, towne, or place, or any lymitted number of marchantes, and soe not abridging the freedome of the said trade […] but avoydinge only the confusion thereof. To which purpose the meere merchants tradinge

---

[57] APC, vol. 3, pp. 158-9.

[58] Add. MSS., 75.351, ff. 107-13.

[59] APC, vol. 2, pp. 162-3.

> to and from Spaine and Portugall from and to London and the river of Thames may be incorporated with privyledge to them to be graunted for order and government amongst themselves, excluding from such trade all artificers, shoppkeepers and retaylors and all others that have no skill in merchandizinge, but not excluding from the freedome of this company or corporacion any meere merchant skillfull in merchandizinge and conformeing himself to the good and necessary orders to [be] made for the same, […] and leaveing all men that dwell in the out portes and coast townes of this kingdome or elsewhere, as well marchantes as artificers, shoppkeepers, retaylors, comon marryners, fishermen and all others whatsoever freely to trade from and to the said places of their dwelling or any of the said out portes or coast townes to and from Spayne and Portugall, only restrayninge them from trading to and from London and the river of Thames, as the priviledge to be graunted to this intended company or corporacion.[60]

O parecer de Yelverton, aprovado pelo conselho, buscava alcançar uma solução de compromisso: promover a ordem no ramo comercial em questão por meio da criação de uma companhia mercantil, porém sem conferir a ela o poder de limitar o acesso dos membros da profissão à sua estrutura institucional. Além disto, tomava o cuidado de não interferir nos direitos dos portos provinciais, ciente da predisposição destes a questionar medidas de natureza semelhante. Todo este zelo, porém, foi em vão. Os representantes dos portos ocidentais protestaram, mesmo assim, contra a incorporação, levando o conselho a abandonar a proposta e sugerir aos mercadores de Londres que a submetessem à avaliação do próximo parlamento[61]. Algum tempo depois, após a avaliação do assunto por um novo comitê de investigação, o conselho novamente concluía que a opção mais adequada seria a incorporação, porém ponderava seus custos políticos, mencionando explicitamente as reações do parlamento em 1604 e dos mercadores provinciais mais recentemente; os magistrados da coroa foram então encarregados de buscar soluções alternativas para a organização do comércio com a Península Ibérica, que não envolvessem a criação de uma companhia mercantil[62]. Ao fim da década de 1610, a disputa pública em torno da questão da liberdade comercial ainda continuava muito viva, e qualquer investigação acerca do estado do comércio internacional da Inglaterra passaria necessariamente pela avaliação crítica de suas formas de organização.

---

[60] APC, vol. 3, pp. 291-2.

[61] APC, vol. 3, p. 353.

[62] APC, vol. 5, pp. 116-7

O setor têxtil, como seria de se esperar em função de sua participação massiva no comércio exterior inglês, foi objeto de muita atenção e cuidado durante o período em análise. A importância capital das exportações de tecidos para a prosperidade do reino era reconhecida de forma universal e explícita. John May escolheu iniciar seu panfleto de 1613 com um capítulo intitulado "The royaltie and benefit of Wooll and Woollen Cloth"; àquela altura, porém, as virtudes da manufatura têxtil já dispensavam apresentações. Após tomar conhecimento de um pedido de representantes do rei da Dinamarca que desejavam exportar certa quantidade de *fuller's earth* para seus domínios, o conselho lembrava James I de que ele próprio já havia anteriormente vetado uma solicitação semelhante,

> alleadging that clothing was the staple and prime commoditie of this kingdome, wherein the Englishe nation had for divers ages past, purchased greate wealthe and reputacion abroade, that therefore if your Majestie should in your tyme be a meanes to transferr this art and mysterie unto strangers, which your royall predecessors had for manie years carefullie cherrished and preserved as a peculiar to this realme, it would proove a greate discontentment to your subjects in generall, and consequentlye prejudice your owne estate.[63]

Quando os efeitos adversos do *Cockayne project* começaram a se fazer sentir, a preocupação da coroa com o setor têxtil manifestou-se de maneira ainda mais flagrante. Quando o conselho decidiu, no início de 1616, expressar perante o rei suas reservas quanto às exigências feitas pela nova companhia, argumentava que "for the safetie of the State and benefit of the realme, it is helde very expedient that soe great and rich a trade bee settled in a certaine course"[64]. Um ano mais tarde, diante do agravamento do quadro, criou-se uma comissão permanente – composta por membros do alto escalão, entre eles Bacon, Caesar, Greville e Lake – encarregada de acompanhar de perto as condições da manufatura têxtil inglesa, reportando periodicamente ao rei a este respeito[65]. Outra comissão de natureza semelhante a sucederia a partir de maio de 1620, quando as reclamações a respeito da

---

[63] APC, vol. 2, pp. 300-1.

[64] APC, vol. 2, pp. 416-7.

[65] APC, vol. 3, p. 123.

crise no setor exportador começavam a se avolumar. Ao instituí-la, o *Privy Council* ponderava:

> [F]orasmuch as the cloathing of the kingdome, wherein so many sortes of people are interessed as namely the woollgrower, cloathier, marchant, weavour, spinner, fuller and divers others, is of farr more generall consequence than any other mistery or trade whatsoever, and being therefore subject by alteracion of tyme and other accidentes to much varyetie and chainge deserveth a particular vigilancie and superintendence of some persons of authority and place, for the prevencion and remeadie of any inconvenience that may happen to the disturbance thereof, their Lordshipps did thinke fitt to appointe a standing comittee of the Board to that purpose.[66]

A indústria têxtil era, pois, percebida como algo especial, devendo ser preservada e encorajada sob quaisquer circunstâncias. Parte desta aura de distinção que cerca a atividade se deve à noção, bastante difundida à época, de que a produção lanígera era uma dádiva que havia sido conferida exclusivamente às ilhas britânicas, em detrimento de todas as demais regiões do mundo. Apenas a lã britânica era adequada à fabricação de tecidos de boa qualidade, e portanto cabia à Inglaterra zelar pelo bom desenvolvimento da produção deste riquíssimo artigo. A este respeito, May lamentava a ignorância e a negligência de seus ancestrais, que haviam permitido durante tanto tempo que a lã produzida no reino fosse exportada em estado bruto, para ser então convertida em tecidos no exterior (1613, pp. 2-3); preocupação semelhante se encontra por trás das ressalvas do conselho quanto à exportação de *fuller's earth* para a Dinamarca, conforme transcrito acima. A crença no monopólio inglês sobre a produção de matérias-primas para a indústria têxtil lanígera manteve seu apelo mesmo diante de evidências crescentes de acirramento da concorrência internacional a partir de meados da década de 1610, com o fracasso do *Cockayne project*. Se outras nações européias eram capazes de produzir tecidos de lã de boa qualidade, isto significava que, a despeito de todas as rígidas proibições, a lã britânica – "the jewell of the kingdom" – continuava sendo contrabandeada para fora da Inglaterra[67].

Como consequência direta desta atitude, várias vozes se ergueram durante as décadas iniciais do século XVII defendendo a manutenção de preços altos para a lã e seus

---

[66] APC, vol. 5, pp. 197-8.

[67] APC, vol. 3, p. 28; vol. 4, p. 17.

derivados. Para aqueles que aceitavam a tese da exclusividade, a produção lanígera inglesa era vista essencialmente como uma renda econômica. Se a Inglaterra era, por razões naturais, a única produtora de um artigo do qual todos necessitavam, ela logicamente deveria cobrar o máximo possível por ele. Este era um dos raros pontos em que estavam de acordo tanto Wheeler quanto os defensores da *Free Trade Bill* no parlamento de 1604 – muito embora, para Wheeler, a melhor maneira de manter os preços elevados fosse por meio do controle de oferta exercido pelas companhias mercantis, ao passo que seus antagonistas entendiam que o objetivo seria alcançado de maneira mais satisfatória quando houvesse maior número de mercadores demandando a produção doméstica (Wheeler, 1601, pp. 45-6, 51-2; Thirsk & Cooper, 1972, pp. 437-40). É claro que nem todos se deixavam levar pela idéia de que a lã inglesa era insubstituível. À medida que o tempo passava e as condições do setor se deterioravam, um número cada vez maior de observadores reconhecia o crescimento da produção de tecidos de lã no Continente. A própria companhia dos *King's Merchant Adventurers* reconheceu a importância de oferecer tecidos a preços competitivos nos mercados internacionais, em face da concorrência holandesa[68]; Richard Gore, saindo em defesa da velha companhia, fora ainda mais claro, afirmando que as Províncias Unidas e a Alemanha eram capazes de produzir tecidos de alta qualidade utilizando lãs da Espanha e da Turquia, e que portanto o preço de venda era um fator fundamental para o sucesso da indústria inglesa[69]. Mas esta percepção ainda estava restrita, em grande medida, àqueles que conheciam de perto os meandros do mercado internacional de tecidos. À época da grande crise, a idéia de que a manufatura lanígera era um patrimônio inalienável do reino ainda exercia grande apelo sobre a opinião pública inglesa em geral.

---

[68] APC, vol. 3, pp. 17-8.

[69] Add. MSS. 14.027, f. 287.

* * *

Se o comércio, em sentido amplo, foi o grande tema econômico da Inglaterra jacobeana, um outro tópico também ocupou com frequência as mentes dos observadores contemporâneos, por vezes até mesmo disputando a primazia das atenções públicas: a moeda. Ao contrário do que ocorria com os debates sobre o comércio, entretanto, o interesse pelos fenômenos monetários era essencialmente circunstancial. Não há evidências, neste período, da existência de um desejo de estimular a entrada de metais preciosos em território doméstico de maneira sistemática e indefinida – algo já estabelecido há muito por Barry Supple (1964, pp. 194, 212), porém nem sempre lembrado quando se discute as idéias da época. As reflexões sobre a moeda estiveram sempre relacionadas a um contexto de escassez de meio circulante, em face do qual se pretendia apenas estancar a fuga de metais preciosos, ou então reconstituir o volume doméstico de moeda em circulação. Ao longo da década de 1610, a preocupação com o tema se tornou mais intensa devido precisamente às dificuldades monetárias crescentes que afligiam a Inglaterra, em função tanto de desequilíbrios puramente bimetálicos quanto dos efeitos do novo cenário recessivo.

Em meio aos projetos fiscais organizados por Caesar em 1612, as propostas de intervenção monetária tratam unicamente do aumento das cunhagens de prata, metal que vinha deixando o reino desde a alteração da paridade bimetálica no ano anterior[70]. Os *Merchant Adventurers* admitiam explicitamente que a importação de mercadorias das Províncias Unidas representava uma parte vital de seu negócio, e que os retornos em moeda, consequentemente, eram de pouca relevância[71]. Da mesma forma, entre os benefícios que o *Cockayne project* supostamente traria, contava-se a "prevenção de exportações de moeda" – sem mencionar um possível aumento nos ingressos metálicos por

---

[70] Add. MSS. 10.038, f. 10.

[71] Evidências distintas disso podem ser encontradas em Wheeler (1601, pp. 23-5); APC, vol. 1, pp. 20-2; vol. 4, pp. 75-7; e vol. 5, pp. 200-1.

meio da exportação de tecidos acabados[72]. Quando o conselho decidiu, em 1615, reforçar mais uma vez a aplicação dos *Statutes of Employment*, os lordes assim justificaram sua decisão:

> [I]t appeareth that there is imported of latter tymes […] by marchant straingers into this realme of foraine comodities to an exceedinge greate value, more then is exported by them of the native commodities of this kingdome, by meanes whereof the money and coyne of this realme is exported, which, in short tyme, will wholy exhaust the treasure of this kingdome, and produce many other unsufferable inconveniences to the irreparable damage and dainger of the realme.[73]

Kayll culpava o consumo de peixes importados por contribuir com a exaustão do estoque doméstico de moeda, e acreditava que, quando a indústria da pesca estivesse suficientemente desenvolvida na Inglaterra, "we shall stay the unnaturall tyde of the departure and transportation of our gold" (1615, p. 41). No mesmo ano, um panfleto destinado a orientar o cultivo do tabaco em território inglês argumentava que a produção doméstica deste artigo seria uma forma eficaz de evitar as remessas de moeda inglesa para a Espanha[74]. Quando o *Privy Council* decidiu combater a escassez monetária ocasionada pela grande crise em 1620, havia o reconhecimento explícito de que esta ação era uma resposta às manipulações monetárias ocorridas na região do Báltico – de que estas eram, enfim, medidas circunstanciais[75].

Mas embora não se pretendesse acumular metais preciosos indefinadamente, ainda assim havia marcante preocupação com a manutenção de um nível adequado de moeda em circulação dentro do reino. Em parte, isto se deve à ligação íntima existente entre o soberano e o meio circulante nacional. A moeda era parte indisputável da prerrogativa real; quando o soberano delegava a terceiros o direito de cunhar *tokens*, ele o fazia "in derogacion of his Highnes' prerogative Royall"[76]. Uma vez que as condições monetárias do

---

[72] Add. MSS. 14.027, f. 271.

[73] APC, vol. 2, pp. 353-5.

[74] *An Advice how to plant tobacco in England, and how to bring it to colour and perfection, to whom it may be profitable, and to whom harmfull...* (London, 1615, pp. 1-3).

[75] APC, vol. 5, pp. 190-2.

[76] APC, vol. 2, p. 364.

reino diziam respeito tão de perto à honra do rei, nada mais natural do que o zelo das autoridades públicas pela sua boa administração. Porém há mais do que isto em jogo. Um comitê convocado em 1615 para investigar os distúrbios monetários que então afligiam a Inglaterra foi assim familiarizado com a inquietação de James acerca do problema:

> His Majesty, having out of his great wisedome a long time observed the manie inconveniences that do growe, and are likely to multiply upon this State for want of a due reglement in matter of moneys, and of his Mynt, and no resolucion yet given for remedy thereof, notwithstanding the sundry consultacions that have been had thereupon, hath not yet given over his princely care in that particular, since it doth so greatly concerne the generall good of this his realme, besides his owne privat interest therein included; and therefore hath commanded us to signify his pleasure unto yow, […] that […] yow will assemble yourselves together […] to consider what course is the fittest to be taken, both for keeping the money in the kingdome, bringing in greater quantity of bullyon to the Mynt, or for redresse of any other defect, that now is, or hereafter may be, a prejudice aswell to the commonwealth, as to his Majesty's profitt.[77]

O "lucro de sua Majestade" eram, claro, as receitas de senhoriagem. Mas há também o reconhecimento de que a oferta doméstica de moeda desempenhava um papel importante na promoção do bem-estar geral do reino, noção formulada de maneira ainda mais explícita por Peter French em sua proposta de criação de uma casa de cunhagem em território irlandês:

> If therefore his Ma[jes]tie shalbe pleased to have a mint established in that kingdome […] his Ma[jes]ties subiecttes shalbe by the meanes of the said mynt inriched, so that wh[ith]in a few years monie wilbe plentifull upon everie mans hands according to their severall callings, w[hi]ch will make them capeable of much happiness.[78]

Seria um equívoco, entretanto, atribuir aos ingleses da época um fetiche injustificado pelos metais preciosos em si próprios. French propõe a instituição de uma *mint*, e não uma política de acumulação de tesouro na Irlanda; o que importa não é o estoque de metais preciosos, mas sim a moeda em circulação. Malynes já argumentava, em uma petição de março de 1608, que os "grandes tesouros secretos" dos princípes não eram tão eficazes na administração dos assuntos de Estado quanto meios materiais mais modestos, desde que devidamente acompanhados de crédito e reputação[79]. Sem dúvida, o velho mito

---

[77] APC, vol. 2, pp. 272-3.

[78] Add. MSS. 12.496, f. 111.

[79] Add. MSS. 10.038, ff. 13-4.

da falácia de Midas deve ser enterrado de uma vez por todas. Embora suas virtudes raramente fossem descritas de maneira explícita, os debates públicos do início do XVII evidenciam claramente que a moeda era desejada não por ser entendida como a única forma legítima de riqueza, mas sim porque a ela se atribuíam propriedades importantes para o desempenho satisfatório das atividades econômicas. A prosperidade do reino dependia da circulação da moeda em condições adequadas.

A idéia de riqueza típica da época era certamente mais abrangente do que a simples acumulação de tesouro. Conforme mencionado há pouco, tal acumulação sequer constituía um objetivo de política, de forma que o impulso da prosperidade material deveria necessariamente passar por outros caminhos. O uso difundido do conceito de "*stock*" oferece algumas indicações a este respeito. Há inúmeras evidências de que o termo não era apenas empregado para designar um acúmulo qualquer, mas sim, em contextos mais específicos, para designar uma espécie de fundo material de circulação produtiva – um estoque abstrato de recursos em contínua movimentação, com o objetivo de incrementar a riqueza disponível. Provavelmente influenciados pela literatura contábil de origem italiana, os difusores do projeto de uma sociedade mercantil supra-nacional já falavam de um "generall stocke or Capitall"[80]; em face das condições adversas, alguns produtores de tecidos de Somerset cogitavam abandonar o negócio "and imploye their stockes some other way"[81]. E embora a magnitude de um "*stock*" fosse normalmente denominada em termos monetários, sua composição não se restringia a recursos líquidos. Ao delegar a Sir Richard Weston e Sir John Wolstenholme a avaliação das atividades comerciais da *East India Company*, o conselho solicitava:

> [T]hese shalbe to pray and require you to certifie us in writing […] what bulke of stocke, *as well in silver as in comodities*, hath ben yearely carryed out from hence thither for the space of foure yeares last past, and what hath ben retourned from thence as the proceede of that stocke [grifo adicionado].[82]

---

[80] Add. MSS. 10.038, ff. 47-8.

[81] APC, vol. 4, pp. 194-5.

[82] APC, vol. 5, p. 127.

Sir Dudley Digges, um dos porta-vozes públicos da companhia, já havia argumentado em termos semelhantes alguns anos antes, em um panfleto intitulado *The defence of trade*:

> So that by the East India Marchants happie charge and industrie […] there was alreadie in fifteene moneths, out of four sorts of Spice onely […] above two hundred thousand pounds sterling, added to the stocke of the Common-wealth, to proceede for the inriching of the Kingdome in the nature of Cloth, Lead, Tinne, or any of our owne Staple Merchandize (Digges, 1615, pp. 42-3).

O "*stock*", portanto, era algo composto igualmente por moeda e mercadorias, e que era capaz, além disto, de engendrar um retorno material. A própria expressão "*joint-stock company*" reforça esta idéia, ao designar um coletivo de recursos materiais cujo propósito era gerar dividendos para seus investidores através do desenvolvimento de uma determinada atividade produtiva. Ao propor, por volta de 1611, a criação de um fundo comum desta natureza, os fabricantes de chapéus de feltro ressaltavam: "the often return of the stock at 2s. in the pound cannot but give content to the stockers" (Bland et al, 1914, pp. 302-5). Ora, reside aí a distinção fundamental entre os conceitos de "*treasure*" e "*stock*": enquanto o primeiro designa algo eminentemente estático e estéril, o segundo transmite, antes de mais nada, uma idéia de dinamismo, de movimento. O que caracteriza o "*stock*" é a sua contínua utilização produtiva; e nesta circulação perpétua de recursos materiais, o termo encapsula a própria noção de riqueza que prevaleceu na Inglaterra do início do século XVII – a riqueza como algo mutável e fugaz, muito em linha com as atitudes de uma sociedade que tanto valorizava a atividade comercial.

A moeda, conforme já mencionado, era desejada por outros motivos, nem sempre explícitos. Após décadas de entradas maciças de prata na Europa, os efeitos potenciais da oferta monetária sobre os preços domésticos eram corretamente percebidos; entretanto, a ameaça da inflação não causava angústia entre os observadores contemporâneos, e isto por duas razões básicas. Em primeiro lugar, e conforme já dito, não se pretendia, em nenhum momento, estimular o ingresso indeterminado de metais preciosos no reino, mas antes atingir um nível considerado adequado de circulação monetária. Neste nível, naturalmente, pressões inflacionárias não seriam um fator relevante. Aliás, seria possível até mesmo inverter o sentido da argumentação: ao invés de perguntar por que a perspectiva de aumento da oferta monetária não gerava preocupações com a elevação do nível geral de

preços, postular, de forma semelhante a Barry Supple (1964, p. 194), que o próprio desejo de atrair moeda se devia ao medo da deflação, em um cenário de crise de liquidez.

A segunda razão era a atitude positiva que então prevalecia, em linha gerais, face à manutenção de preços elevados para as mercadorias domésticas. Wheeler oferece disto um exemplo quando diz: "[T]o advance anything, & to make it of price and estimation, is to bring it in request" (1601, p. 45). Se os preços das mercadorias domésticas encontravam-se elevados, este era um inequívoco sinal de prosperidade. A mentalidade mercantil que caracterizava a discussão de problemas desta natureza na Inglaterra da época alçava a prática de comprar barato e vender caro à condição de grande jóia da sabedoria econômica. Mas este não era, de forma alguma, um princípio de validade universal. Em setembro de 1615, os refinadores de açúcar de Londres tentaram impedir a construção de uma nova planta na cidade argumentando justamente que o aumento da oferta reduziria os preços obtidos pelo produto; o conselho, entretanto, não se sensibilizou com sua causa, ordenando ao *Lord Mayor* que permitisse a construção da nova refinaria, "a meanes to bringe refined sugars to a more reasonnable and indifferrent rate [...], which for point of conveniency, and as it hath relation to the publicke, is to bee furthered with all lawfull and due favour"[83]. Da mesma forma, a *East India Company* não possuía carta branca para comprar barato no Oriente e vender caro na Inglaterra, conforme reconheceu Digges ao enfatizar que as especiarias trazidas pela companhia chegavam ao reino com preços mais baixos do que quando adquiridas nos mercados dos Países Baixos (1615, pp. 43-5). Salvo raras excessões, o entusiasmo com os preços altos se restringia às mercadorias de exportação do reino – algo que a ênfase sobre o comércio internacional nos debates públicos do período facilmente obscurece. Uma vez que as entradas de moeda ocorriam devido exatamente à demanda por estes bens, seus efeitos inflacionários imediatos eram de pouca relevância. A reação pública era muito menos calorosa quando se tratava de aumentos generalizados no nível de preços, conforme será exposto logo adiante.

---

[83] APC, vol. 2, pp. 284-5.

Quais eram, então, as maneiras pelas quais a oferta monetária doméstica poderia ser mantida em um nível adequado? Uma solução óbvia, e talvez por isto recorrente, era o controle direto dos fluxos metálicos internacionais – medida que alguns descreveriam como tipicamente "bulionista". A exportação de prata esteve estritamente proibida durante todo o período em questão, e até mesmo a *East India Company*, que possuía uma licença especial para remessa de £30.000 em espécie anualmente para o exterior, precisava da autorização do conselho para adquirir *reales* junto a um grupo de especuladores que se havia apropriado dos frutos da pilhagem de um naufrágio espanhol – "for that the same is contrary in some sort to their accustomed course which hath alwayes beene to bring it in themselves, or to procure it to be brought in by some of the brethren of the Company"[84]. Pouco tempo depois, quando a *Eastland Company* solicitou autorização para remeter uma pequena quantidade de prata visando o pagamento dos tributos recolhidos pelo rei da Dinamarca sobre a passagem de embarcações pelo estreito de Öresund, a resposta do comitê encarregado de avaliar a questão foi a seguinte:

> [I]n their opinions […] the liberty to transport coyne […] which the Eastland Marchants now desired and had heretofore used, was in a very high degree prejudiciall unto the State, and not fitt to be continued or tolerated to what purpose soever, and that such a draine and exhaustion of money as the State had at all times a watchfull eye to stoppe and prevent, least the same should be practiced by fraude and stealth as oftentimes it doth, should now be countenanced in any measure by publique authority or license, was full of inconvenience and mischief. To which opinion their Lordshipps assenting, have this day ordered, that no toleration shall be graunted unto the sayd Eastland Company for transportation of any gold or silver coyne or bullion out of the realme of what sort soever, considering also that in a case of such necessity, as is pretended, for payment of tolles outward unto the King of Denmarke in the Sound, the marchants may have alwayes their moneys sufficyent and ready returned by exchange to serve their turne.[85]

Mas conforme o próprio comitê reconhecia, apesar de toda a rigidez das sanções impostas contra as remessas de metais preciosos para fora do reino, ainda assim a moeda inglesa era comumente exportada "by fraude and stealth". Muitos reconheciam, desta forma, a necessidade de encontrar outras maneiras para controlar os fluxos monetários entre a Inglaterra e o restante do mundo. Em 1610, Malynes já sugeria: "Reformac[i]on or

---

[84] APC, vol. 3, p. 282.

[85] APC, vol. 4, pp. 290-1.

direc[i]on[?] of the most important and unknown matters of exchang, w[hi]ch doth Comand and overrule the Course of moneys and Comodities of the Realme, to the incredible losse of the State"[86]. E à medida que as condições monetárias se deterioravam ao longo da década, outras idéias vinham à tona: redução das taxas de senhoriagem[87]; colocação das moedas de prata espanholas em circulação corrente dentro da Inglaterra[88]; reajuste da paridade bimetálica[89]; aplicação dos *Statutes of Employment*[90]; ou até mesmo negociação de um acordo internacional visando definir "one certain and constant rate for silver"[91]. Em novembro de 1618, após debater o problema da crescente escassez de moeda com diversas opiniões autorizadas, o *Privy Council* reduziu a questão a cinco tópicos:

1. Whether the proportion of gold and silver shall holde.
2. Whether the goldsmith[s] shall be permitted to buy gold and silver, as now they doe.
3. Whether the price of coynage shall be raised or fallen.
4. Whether forraigne coyne shall be currant.
5. Whether the monies shall be raised in valew, yea or noe.[92]

Embora todos estes pontos envolvessem a manipulação de mecanismos essencialmente monetários, o últimos deles já havia se tornado uma espécie de tabu. Ao questionar "whether the monies shall be raised in valew", o que se pretendia era aumentar o valor de face das moedas cunhadas sem qualquer alteração correspondente em seu conteúdo metálico – na terminologia da época, um "*enhancement*" ou "*crying up*". Havia durante aqueles anos uma noção bastante difundida de que as moedas de diversos países da Europa vinham sendo negociadas nos mercados de câmbio por valores superiores ao seu verdadeiro conteúdo metálico, fazendo com que a moeda inglesa – cujos valores intrínseco e de face guardavam correspondência muito próxima – fosse exportada em

---

[86] Add. MSS. 10.038, f. 36.

[87] Add. MSS. 10.038, f. 10; APC, vol. 4, pp. 486-7.

[88] Add. MSS. 10.038, f. 10.

[89] APC, vol. 4, pp. 302-3.

[90] *Ibid.*

[91] APC, vol. 5, pp. 181-2.

[92] APC, vol. 4, pp. 302-3.

operações de arbitragem. Caso o conteúdo metálico da moeda inglesa fosse reduzido em termos relativos, imaginava-se, este processo seria interrompido. Mas tal solução, é claro, apresentava um efeito colateral: elevação do nível geral de preços doméstico, em função da desvalorização nominal do meio circulante. Estas implicações eram corretamente percebidas pelos observadores da época, e em sua avaliação deste impasse é possível entrever algumas atitudes bastante reveladoras.

A investigação iniciada pelo conselho em fins de 1618 conduziu a uma série de consultas públicas com o objetivo de reunir mais informações sobre o tema. Ao reportar os resultados parciais alcançados, diziam os lordes ao rei:

> [T]here is no necessity […] nor occasion at this present to rayse your coyne, either in the one kind or the other, but rather that the same may drawe with it many inconveniences. And because the noise thereof through the citty of London, and from thence to other partes of the realme, as wee understand, hath allready done hurt, and in some measure interrupted and distracted the course of generall commerce, wee think it very requisite under your Majesty's gracious favour, that some significacion bee forthwith made from this Table, by calling hether some three or fowre aldermen or otherwise intimating, that your Majestie hath not purpose or intencion at this time to raise your coyness, but to continue them in the same value as now they bee, without any mutacion at all, which would no doubt give greate satisfaccion to your subjectes.[93]

A coroa demonstrava, naquele momento, preocupação não apenas com os efeitos deletérios da medida, mas também com os distúrbios que a simples expectativa de sua implementação já havia causado. Mesmo assim, diante de uma crise de liquidez cada vez mais severa, decidiu-se, um ano mais tarde, aumentar a taxa de cunhagem da prata[94] – reduzindo, na prática, o valor intrínseco da moeda de conta. Ao informar o rei de que a medida estava prestes a ser colocada em prática, o próprio conselho se mostrava temeroso quanto às potenciais consequências do ato:

> [A]s this alteracion [...] is like to prove no certaine reamedie to supplie the Minte with silver, soe the same will fall out to be a certaine losse and inconvenience to the whole kingdome in generall, and more specially to your Majestie as well in your revenew of lands and customes, which will fall short of the value formerly accrewing to your Majestie, as also in the emptions for your Houshold, your Navey, and other offices, which will growe and swell to such a proporcion above the rates now given as will much alter the balance and

---

[93] APC, vol. 4, pp. 318-20.

[94] APC, vol. 5, p. 106.

> assignementes made and established […] to the exceeding prejudice and hinderance of your Majesty's heigh service.[95]

Reconhecia-se, portanto, que a depreciação do meio circulante causaria, por meio de seus efeitos inflacionários, uma corrosão das rendas fixas da coroa face a suas despesas correntes. James, porém, se mostrou insensível a estas ressalvas, ordenando que a decisão original fosse implementada caso nenhuma solução mais adequada estivesse disponível[96]. Diante disto, o conselho então instituiu um novo comitê encarregado de buscar, juntamente com diversos grupos diretamente envolvidos na questão, soluções alternativas para o problema. Um dos grupos consultados era composto exclusivamente por mercadores, e em seu relatório percebe-se o reconhecimento claro do dilema em toda sua extensão:

> [A]lthough the abasing of the said standerd, thereby to rayse the prise of silver at his Majesty's Mint, is […] the onley way at this present to draw silver into this kingdome, yet we dare not advize to put it in practize in respect we see the same attended with many inconveniences and dangers, as, amongst others, the greate losse which his Majestie, the nobilitie and gentrie are like to sustaine in receving their rents and incomes in such abased mony, the inriching of the king of Spaine, which hath the chiefe silver mines, the losse of the coming in of gold and the exportation of that gold, which wee now have, the raising of the prizes of all forraine wares here and the likelyhood of the raysing the prises of silver in forraigne partes.[97]

Mesmo reconhecendo que a depreciação metálica era a única forma de sanar a crise de liquidez, os mercadores demonstravam verdadeira aversão à medida; seus custos, acreditavam, superavam em muito os potenciais benefícios. Logo em seguida, a coroa viria finalmente a abandonar em definitivo a idéia, demonstrando que, ao ínicio do século XVII, a manipulação do meio circulante já era algo inaceitável perante a opinião pública inglesa. A estabilidade do *pound sterling* transcendera a prerrogativa real, tornando-se um princípio intocável.

Dentre as idéias que prevaleceram no período acerca da moeda e seus mecanismos, um último ponto que merece ser mencionado é a questão da usura. Os empréstimos a juros ainda se encontravam sujeitos, eventualmente, a reprovações morais,

---

[95] APC, vol. 5, p. 134.

[96] APC, vol. 5, p. 141.

[97] APC, vol. 5, pp. 181-2.

porém a atitude mais comum parece ter sido de tolerância, e até mesmo de reconhecimento da importância de atividades financeiras desta natureza. Embora empréstimos que se mantivessem dentro do limite estatutário de juros ainda não fossem válidos perante uma corte de *common law*, poucos questionariam, na prática, sua legitimidade. As críticas eram quase sempre direcionadas a operações de crédito realizadas sob condições abusivas, seja por conta dos juros cobrados ou das exigências colaterais – "unconscionable usury, which fretteth like a canker, to the greate hurte of the publicke and the ruyne and overthrow of many of his Majestie's loving subjectes"[98]. Até mesmo manifestações veementemente contrárias a toda e qualquer atividade usurária prestavam testemunho indireto de sua própria condição atípica. Este era o caso de uma petição apresentada ao parlamento em 1621, que lamentava a leniência oficial face à usura ocasionada pelas políticas de fomento ao comércio:

> [U]pon the strange opinion of pollicie, [usurers] are everywhere suffered, tenderly nursed, and carefully provided for in the bosome of our Lawes, and between the very hands of Iustice and conscience, as most necessary members of the Common-wealth, and that in so high a rate, as if the Common-wealth must forthwith fall to ruins if Usurers were not.[99]

Era comum o reconhecimento de que o crédito a juros desempenhava um papel importante em meio às atividades econômicas do reino; Caesar, ao avaliar a questão em 1612, já dizia que "Trade & Merchandize [...] is principally mayntayned upon credit by the yonger sorte of Marchantes"[100]. Sir Thomas Culpeper não se opunha em princípio à cobrança de juros, porém acreditava que o limite estatutário da Inglaterra era excessivamente alto, obstruindo a prosperidade comercial do reino. Já nas linhas iniciais de seu *A Tract Against Usurie*, publicado originalmente em 1621 visando contribuir com os debates parlamentares, o autor deixava claro que seu objetivo não era condenar a usura em termos morais ou teológicos, mas sim por conta de suas implicações econômicas:

---

[98] APC, vol. 4, pp. 44-5.

[99] *A petition to the Kings most excellent maiestie, the Lords spirituall and temporall, and Commons of the Parliament now assembled* (London, 1622, p. 22).

[100] Add. MSS. 10.038, f. 11.

> To leave the proofes of the unlawfulnesse of Usurie to Divines, wherein a number, as well Protestants as Papists have learnedly written; heere is onely set downe some arguments to shew how great the hurt is it doth to this kingdome which hath no gold nor silver mines, but plenty of commodities, and many and great advantages of trade to which the high rate of Usury is a great preiudice and decay (Culpeper, 1621, p. 1).

Culpeper passa então a enumerar os efeitos deletérios que a cobrança de juros elevados supostamente teria sobre a atividade econômica do reino, e em meio a seu raciocínio é possível encontrar argumentos bastante elucidativos a respeito das relações entre a moeda e a prosperidade econômica, conforme então percebidas. Em determinado momento, diz ele:

> And as [other nations] out-trade [us], so they may afford to under-sell us in the fruits of the earth, which are equally naturall to our and their Lands, as to our great shame wee see our neighbours the Dutch doe, even in our owne Countrey: for in most commodities the earth brings forth, the stocke imployed in planting and managing of them, makes a great (in many the greatest) part of their price; and consequently, their stocke with them being rated at sixe in the hundred, they may with great gaine under-sell us, our stocke with us beign rated at ten (Culpeper, 1621, p. 3).

O crédito era, portanto, apenas uma forma de colocar os "*stocks*" do reino em circulação, deixá-los à disposição de quem deles pretendesse fazer bom uso. Para Culpeper, a oferta de crédito não era determinada pelo nível vigente da taxa de juros, mas sim pela disponibilidade de fundos para empréstimo (1621, p. 14). Para aqueles que não dispunham de recusos próprios em quantidade suficiente, juros baixos significavam, portanto, a possibilidade de conduzir seus negócios em condições mais vantajosas.

As críticas de Culpeper à usura eram motivadas pelo desejo de dinamizar a atividade econômica. Ao concluir um de seus argumentos, o autor dizia: "[I]f it quicken trade, that is the thing to bee desired; for that will enrich the Kingdome, and so make money plentifull" (1621, p. 15); encontra-se aqui expressa, em sua essência, a circularidade das relações entre a moeda e a riqueza, esta idéia fundamental que permeou a sociedade inglesa durante aquelas décadas.

* * *

Do ponto de vista do estado, as atividades econômicas eram relevantes por uma série de razões bastante específicas. A mais óbvia delas era sua capacidade de gerar receitas fiscais. Conforme já exposto anteriormente, as tarifas alfandegárias recolhidas

sobre o comércio exterior constituíam uma das poucas fontes de recursos financeiros à disposição da coroa que eram, ao mesmo tempo, flexíveis a curto prazo e relevantes em sua magnitude. Em um cenário de dificuldades fiscais crônicas, o desejo de incrementar as receitas alfandegárias era naturalmente uma das motivações por trás do fomento oficial à atividade mercantil – vale lembrar que a política de venda de patentes para produção de novos artigos teve origem na necessidade de compensar financeiramente a coroa por suas concomitantes perdas na tarifação das importações. Em abril de 1620, em um surto de rara franqueza, o conselho se manifestava favorável à concessão de uma patente de monopólio na importação de tabaco, "provided [...] that the valewe which shall arise to the King bee worth the alteration"[101]; e embora fosse pouco comum encontrar expressões tão contundentes acerca dos motivos fiscais da coroa, a importância do comércio internacional enquanto gerador de renda para o soberano foi um tema inescapável durante todo o período, seja na avaliação dos méritos do *Cockayne project*[102], na vindicação dos *Statutes of Employment*[103], no elogio das *new draperies*[104], ou então na defesa das atividades da *East India Company* (Digges, 1615, pp. 42-3).

O comércio de exportação, ademais, dizia respeito diretamente à "honra do estado", um ponto sempre lembrado em meio a petições, ordens e panfletos. Os artigos que uma nação exportava eram entendidos como uma forma de projeção internacional de sua grandeza, fator que certamente exerceu grande influência sobre a decisão de James I de patrocinar politicamente o *Cockayne project*[105]. Dentre as supostas virtudes do projeto, uma das mais frequentemente citadas era a possibilidade de impedir que os tecidos ingleses fossem submetidos a processos de acabamento inadequados, ou até mesmo fraudulentos, em centros manufatureiros do Continente, algo que, acreditava-se, prejudicaria a reputação

---

[101] APC, vol. 5, p. 175.

[102] Add. MSS. 14.027, f. 271.

[103] APC, vol. 2, pp. 353-5.

[104] APC, vol. 3, p. 49; Thirsk & Cooper (1972, p. 204).

[105] Add. MSS. 14.027, ff. 271-3; APC, vol. 3, pp. 108-10.

e a estima dos artigos do reino no exterior[106]. Pelo mesmo motivo, a qualidade da manufatura doméstica era objeto de constante preocupação, ainda que o acirramento da concorrência internacional tornasse estes esforços virtualmente estéreis – o panfleto de May (1613) nada mais era do que um catálogo das diversas práticas abusivas e desonestas que tomavam conta do setor têxtil devido à ausência de fiscalização, resultando em "indignitie to our king, whose seale is fixt on this cloth" (1613, p. 39).

O estímulo oferecido ao desenvolvimento da navegação era outra consequência benéfica, embora indireta, da prosperidade mercantil. Em função de seu enorme apelo perante os olhos das autoridades públicas, este argumento era rotineiramente empregado em meio a petições e projetos, ressaltando o número de embarcações e marinheiros que seriam colocados à disposição da coroa quando a ocasião exigisse. Digges (1615, p. 43) o fez ao defender a *East India Company*; a consolidação da indústria da pesca, um dos projetos cativos do período, também encontrava sua principal justificativa no aprimoramento da marinha mercante do reino, algo devidamente reconhecido por Kayll (1615, p. 2) e que encontra eco nas palavras do próprio conselho, quando este afirma: "[H]is Majestie, in his great wisdome, doth rather endeavor by all meanes possible to give incouragement unto his subjects to imploy themselves in fishinge (it being the nursery of mariners and seafaring men)"[107]. Entretanto, o desejo de promover a navegação doméstica era por vezes incompatível com os interesses imediatos dos próprios grupos envolvidos com o comércio exterior. Logo após a entrada em vigor de uma proclamação que proibia comerciantes ingleses de utilizar embarcações estrangeiras para suas importações, a *Eastland Company* confrontou a coroa com uma dura realidade: as embarcações inglesas eram inadequadas para o transporte de mercadorias volumosas, tornando o custo dos fretes proibitivamente elevado. Caso a medida fosse efetivamente implementada, diziam os representantes da companhia, não seria possível competir em condições de igualdade com os mercadores

---

[106] Add. MSS. 14.027, f. 271; APC, vol.1, pp. 303-4.

[107] APC, vol. 2, pp. 159-60.

estrangeiros, em particular os holandeses, que dispunham de uma frota mercante muito mais eficiente que a da Inglaterra. A solução encontrada, absolutamente típica, foi um compromisso entre os mercadores do Báltico e a *Trinity House* para contratação de fretes a taxas moderadas, permitindo proteger ao mesmo tempo navegação e comércio exterior[108] – muito embora, na prática, o problema viria a se mostrar mais complexo[109].

Entretanto, a principal razão que motivava o estado a estimular a atividade econômica era, sem dúvida, a ocupação produtiva das classes baixas do reino. "Setting the poor at worke", na expressão da época, deve necessariamente figurar como um dos grandes objetivos de política da Inglaterra jacobeana. Das plantações na Irlanda[110] à criação de fundos públicos visando combater o desemprego em meio à crise[111], passando obviamente pelo *Cockayne project*[112] e pelos *Statutes of Employment*[113], os exemplos podem ser multiplicados indefinidamente[114]. Por vezes, esta orientação recorrente entrava até mesmo em conflito com outras diretrizes de política pública, como no caso de uma petição apresentada pelos produtores londrinos de artigos de seda contra a importação de rendas feitas deste material; o dilema da coroa, aqui, consistia em optar pelo desenvolvimento da indústria doméstica e consequente expansão dos empregos, ou então pela arrecadação de receitas alfandegárias sobre a importação dos artigos já

---

[108] APC, vol. 2, pp. 142-3, 257-8.

[109] APC, vol. 2, p. 468.

[110] APC, vol. 1, pp. 107-8.

[111] APC, vol. 5, p. 206.

[112] Add. MSS. 14.027, f. 271; APC, vol. 1, pp. 303-4.

[113] APC, vol. 2, pp. 353-5.

[114] Eis algumas das instâncias em que o objetivo de criar empregos para a população inglesa foi expressamente declarado: um projeto de produção de artigos de couro folheados a ouro (APC, vol. 1, pp. 401-2); a controversa patente para manufatura de fios de ouro e prata (APC, vol. 1, pp. 536-7); políticas de estímulo às *new draperies* (APC, vol. 3, p. 49; vol. 5, p. 132); desenvolvimento da indústria da pesca (Kayll, 1615, p. 2); e crítica às práticas usurárias (*A petition*, 1622, p. 37).

manufaturados[115]. Mas embora a perspectiva de ganhos fiscais fosse ocasionalmente irresistível, a ocupação produtiva dos pobres tendia, em condições normais, a preponderar sobre os demais objetivos. Em outubro de 1618, em meio às tentativas de recuperação do setor têxtil após o fracasso do *Cockayne project*, foi permitido aos produtores de Somerset que exportassem suas peças tingidas na lã em estado inacabado, de forma a combater o desemprego e a pobreza na região[116]. Alguns meses antes, o conselho já interviera em um processo contra um produtor de tecidos acusado de negociar artigos defeituosos, solicitando que um acordo fosse rapidamente alcançado para pôr fim ao caso, "because their Lordshipps are informed that the said [clothier] is a great trader in cloathing, and settes many poore people on work who may receive prejudice by his too long absence out of the country"[117].

Ao abordar esta questão, Sir Dudley Digges fora ao mesmo tempo conciso e contundente: "Living bodies, unemploi'd, are nothing" (1615, p. 32). A mesma linha de raciocínio esteve presente na petição contra a usura apresentada ao parlamento em 1621, onde a detenção dos súditos por conta de suas dívidas comerciais era tratada como uma forma de privar o reino de seus serviços:

> [T]o take the body of the Kings subiect, and a member of the Common-wealth, and to cast him into prison for Debt, where he must lye rusting and rotting idely and unprofitably all the dayes of his life, and dye miserably, is no other than to strip and rob the King and Common-wealth of their limbes, and members, and consequently of the services and endevours of a great number of good Subiects yeerely.[118]

Em parte, esta atitude se deve à percepção, já presente em meio à *Free Trade Campaign*, de que o trabalho humano era um fator importante para o crescimento da riqueza nacional – "for natural commodities are more than trebled by access of art and industry" (Thirsk & Cooper, 1972, p. 440). No entanto, a principal motivação por trás do desejo de garantir emprego aos pobres era a preservação da ordem e da estabilidade social. Ao instruir os

---

[115] APC, vol. 1, pp. 307-8.

[116] APC, vol. 4, pp. 273-4.

[117] APC, vol. 4, pp. 67-8.

[118] *A petition* (1622, p. 40).

juízes de paz de Surrey acerca de medidas assistenciais, o *Privy Council* recomendava que os pobres fossem sempre mantidos nas proximidades de aglomerações urbanas, "to the end they may by that meanes be more subject unto the eye and government of those officers, who are to see them set on worcke, if they have able bodyes or otherwise be nearer unto the hand of charity for their releife"[119]. O desemprego, acreditava-se, tornava as pessoas indolentes e moralmente corruptas, algo exposto por Kayll com contornos dramáticos:

> [M]ay I write in the Mappe of employment, that out of it, without it, is nothing but sordide idlenesse, base condition, filling the minde with a hundred Chymeraes and grosse fantasies, and defiling both body and minde with dissolute courses and actions, like fat ground neglected, that bringeth forth a thousand sorts of weedes, or unprofitable hearbes; and with this disease is our land affected, our people infected (Kayll, 1615, p. 34).

Ao manter os pobres produtivamente ocupados, tornava-se possível não apenas zelar pelo bem-estar deles próprios, mas também reduzir os encargos assistenciais que incidiam sobre as classes superiores. Às vésperas da implementação do *Cockayne project*, a expectativa era de que "many thousands of poore and indigent people wilbe sett on worke to ther great comfort and preservation from perishing and a generall disburdening of such as not w[i]thout much repineing supply meanes to mayntayne them"[120]. Uma iniciativa conjunta entre a *City* e a *Virginia Company*, que pretendiam enviar crianças pobres de Londres para servirem como aprendizes nas colônias, refletia ao mesmo tempo todas estas motivações. Inicialmente, o conselho expressava tanto suas preocupações genuinamente assistencialistas quanto seu desejo de ver a população empregada de forma benéfica ao estado, afirmando: "[T]he citty deserveth thankes and comendacions for redeemeing so many poore soules from mysery and ruyne and putting them in a condicion of use and service to the State"; logo em seguida, porém, ao notar que "there are divers unwilling to be carryed thither", a preocupação primordial com a ordem vinha mais uma vez à tona:

> [W]ee have thought meete, for the better furtherance of so good a worke, hereby to authorize and require as well such of the citty as take charge of that service as the Virginia Company or any of them to deliver, receive, and transporte into Virginia all and every the foresaid children as shalbe most expedient; and if any of them shalbe found obstinate to

---

[119] APC, vol. 2, pp. 64-5.

[120] Add. MSS. 14.027, f. 271.

> resist or otherwise to disobey such direccions as shalbe given in this behalf, wee doe likewise hereby authorize such as shall have the charge of this service to imprison, punish, and dispose any of those children, upon any disorder by them or any of them comitted […] and so to shipp them out for Virginia with as much expedicion as may stand with conveniencie.[121]

Esta última transcrição parece indicar que a intervenção do estado na vida econômica, até mesmo de maneira truculenta, era algo corriqueiro na Inglaterra durante as primeiras décadas do século XVII. Trata-se, entretanto, de uma questão muito menos inequívoca do que poderia parecer à primeira vista. Houve, é claro, diversas instâncias em que a coroa demonstrou pouca sensibilidade em face da iniciativa dos agentes econômicos. Diante de uma petição dos *King's Merchants Adventurers*, que não pretendiam ser forçados a adquirir artigos têxteis nos mercados domésticos, o *Privy Council* foi claro: "Their Lordshipps' principall care is for the present, as also his Majesty in his Speeche did signifye that provision be had that no stand of clothes be in the markett; and they who have ingaged themselves unto the State, must have the care to looke unto it"[122]. De maneira semelhante, quando os mercadores da *Muscovy Company* solicitaram permissão para liquidar seu *joint-stock*, obtiveram a seguinte resposta: "[A] corporacion, strenghtenned with privilege from the State and ratefyed by an act of parlament, cannot dissolve themselves at their pleasure"[123]. Entretanto, para cada evidência, como estas, de controle irrestrito do estado sobre a atividade econômica, há outras que apontam no sentido contrário, indicando o reconhecimento de que determinados fenômenos não estavam sujeitos ao controle do soberano.

Na petição que deu origem à resposta transcrita acima, os *King's Merchants Adventurers* diziam que, para satisfação do rei, "they are content even to force nature, and as it were to laye violent handes upon the course of trade at this time"[124]. Embora nesta ocasião seu artifício retórico não tenha surtido efeito, eles não estavam completamente

---

[121] APC, vol. 5, p. 118.

[122] APC, vol. 3, pp. 18-20.

[123] APC, vol. 5, pp. 156-7.

[124] APC, vol. 3, pp. 17-8.

equivocados quanto à força do argumento; à época do surgimento dos primeiros sinais da grande crise, o conselho assim definia, estoicamente, o setor têxtil: "[A] busines that, havinge relacion to soe manie severall persons, trades and circumstances, cannot bee expected to proceede at all tymes after one and the same manner or with like benefitt to each partie interressed therein"[125]. O ciclo dos negócios era algo inevitável, e portanto a atividade deveria ser conduzida "accordinge to the chainge of tymes", cada uma das partes interessadas arcando com sua parcela das perdas. A coroa reconhecia, assim, que determinadas coisas estavam além do seu controle; a intervenção era, em geral, pontuada pelo desejo de promover uma ordem transcendente, fosse ela determinada pela vontade divina ou pela tradição civil. Nestas condições, predominava a equanimidade na condução da política econômica, ao menos quando mediada pelo *Privy Council*. Ao mesmo tempo em que a importância das companhias mercantis era reconhecida[126], não se ignorava que a excessiva concentração de poder nas mãos de pequenos grupos privados poderia ter consequências nefastas (Thirsk & Cooper, 1972, pp. 447-9). Da mesma forma, apesar de reprovar a incorporação dos alfaiates e trabalhadores da indústria de acabamento, o conselho alertava: "[W]e hold it not fitting that the whole making and dressing of cloath should passe through the clothier's hand alone, in respect of the abuse which may be committed therein"[127]. Por trás destas e tantas outras medidas, vislumbra-se um mesmo princípio – a manutenção do equilíbrio nas relações econômicas do reino.

* * *

Um último aspecto merece ser destacado em meio às idéias e atitudes econômicas que povoaram a Inglaterra de James I. Dentre os pontos que definiram, de acordo com Lars Magnusson, a emergência de um discurso britânico "mercantilista" no século XVII, está a

---

[125] APC, vol. 5, p. 206.

[126] APC, vol. 3, p. 191.

[127] APC, vol. 5, pp. 146-8.

adoção de um programa científico de orientação baconiana, caracterizado pela utilização de argumentos lógicos com adequada sustentação empírica. De fato, as manifestações públicas da época oferecem inúmeras evidências de preocupação com a coleta, organização e interpretação de dados relacionados à atividade econômica do reino. Várias decisões de política, aliás, tiveram origem em análises desta natureza.

Ao final de 1614, as tarifas alfandegárias recolhidas sobre a importação de açúcar bruto foram reajustadas "by a medium of a collection out of the Custome boookes of the particulers of all sortes of suger brought into this realme for three yeares past"[128]; pouco tempo depois, foi apresentado um documento que comparava *old draperies* e *new draperies* de acordo com três critérios: os rendimentos originados em cada etapa de seus processos produtivos, as tarifas recolhidas pela coroa e o número de trabalhadores que cada qual empregava (Thirsk & Cooper, 1972, p. 204). Logo após a implementação do *Cockayne project*, os representantes da nova companhia foram solicitados a comparecer perante o *Privy Council* trazendo com eles "an accompt what hitherto yow have done therin, and what numbers of white clothes yow have dyed, dressed and exported"[129]. Quando as condições do setor têxtil começaram a se deteriorar em função do fracasso do projeto, o conselho, buscando obter mais informações, tomou duas medidas: Sir John Wolstenholme e Sir Clement Edmondes foram instruídos a visitar pessoalmente o mercado de Blackwell Hall, "and there diligently enquire, as well by their personal view, as by other good and convenient meanes, what quantity of Gloucestershire, Worcestershire, and Wiltshire clothes shalbe there remayning unsold"[130]; ao mesmo tempo, cartas foram enviadas às autoridades locais de Somerset, distrito têxtil que ainda não havia reportado problemas, inquirindo:

> [W]hether there bee in that county any generall decay of clothing, and, if there bee, from what time the same hath beene observed to growe, what nomber of loomes have beene layd downe, within theese two yeares last past within the whole county, and how many

---

[128] APC, vol. 1, pp. 627-8.

[129] APC, vol. 2, p. 176.

[130] APC, vol. 3, pp. 12-3.

> workemen those loomes mayntayned, and finally in what state the clothing of that country some three, fower, or five yeares since.[131]

O comércio internacional, obviamente, foi um dos objetos submetidos com mais frequência à investigação empírica durante aqueles anos. A noção de que as transações comerciais com o resto do mundo deveriam ser mantidas em equilíbrio já estava presente em Wheeler, que a associara à necessidade de preservar a ordem na esfera mercantil (1601, pp. 9-10). Entretanto, o conceito abstrato de uma balança comercial ganhou muita força nos debates públicos ingleses durante a década de 1610, em grande medida por conta da crescente influência de Sir Lionel Cranfield. Conforme já dito, Cranfield e Wolstenholme foram responsáveis pela compilação, em 1615, de uma estimativa da balança comercial inglesa para os anos de 1613 e 1614 (Thirsk & Cooper, 1972, pp. 454-7). Seu levantamento foi apresentado perante o *Privy Council*, que então encarregou Greville e Lake de reunir um grupo de mercadores e demais vozes relevantes, com o intuito de ouvir e debater o que Cranfield e Wolstenholme tinham a dizer[132]. Alguns meses mais tarde, a coroa conferia sua aprovação ao projeto de reforma tarifária elaborado por Cranfield, "upon a due consideracion of the great prejudice which this kingdome hath long susteyned by an inequality of trade, and finding how necessary it is that the same should be more indifferently ballanced so as the ymportacion exceede not the exportacion"[133]. O vocabulário da balança comercial já se consolidara, a esta altura, no seio do discurso oficial.

Em meados de 1616, ao propor a reativação dos *Statutes of Employment*, o conselho complementava sua argumentação apresentando uma estimativa das transações comerciais realizadas pelos mercadores estrangeiros atuantes na Inglaterra; o documento, que resultara diretamente dos debates promovidos por Greville e Lake e seguia os mesmos moldes do trabalho original de Cranfield e Wolstenholme, demonstrava a existência de um enorme excedente de importações nos negócios em questão (Thirsk & Cooper, 1972, pp.

---

[131] APC, vol. 3, pp. 20-1.

[132] APC, vol. 2, pp. 188-9.

[133] APC, vol. 2, pp. 366-7.

459-61). Mais tarde, em fevereiro de 1620, Wolstenholme foi convidado a elaborar – juntamente com o futuro *Lord Treasurer* Weston – uma avaliação empírica das atividades da *East India Company*[134]. Dois anos antes, uma carta destinada aos oficiais alfandegários do reino já solicitava algo semelhante:

> [W]ee […] require yow to make us an exact certificate […] of the severall species and quantityes of all kinde of goods shipped out of England the last yeare into the United Provinces, as also on the other side the species and quantity of suche marchandizes as were the same yeare imported and brought from thence into this realme, and of what valew by estimation the same are, as well the exported as the imported, that upon view of both wee may be able to discerne the difference of the balance, and to deliver our opinions accordingly unto his Majesty.[135]

Com a proximidade do fim da década e a intensificação dos problemas de liquidez, os fenômenos monetários também passaram a ser objeto de atento escrutínio empírico. Logo após os debates preliminares sobre a escassez de moeda realizados ao final de 1618, o *Privy Council* ordenou que uma série de informações fossem recuperadas e organizadas: aos oficiais da *Mint* coube determinar, para fins de comparação, a quantidade de ouro e prata cunhados ao longo dos últimos sete anos do reinado de Elizabeth e também dos sete anos anteriores à data de então, além da evolução das taxas de senhoriagem durante ambos os períodos; o ourives real foi encarregado de avaliar a verdadeira proporção metálica existente entre as moedas inglesas e holandesas; já a *Goldsmith's Company* deveria informar a quantidade de prata utilizada para fins decorativos durante os reinados de Elizabeth e James I; por fim, Cranfield, Wolstenholme e alguns outros foram incumbidos de compilar uma nova estimativa da balança comercial inglesa, desta vez para o biênio 1616-17[136]. Tanto a *Mint* quanto a *Goldsmith's Company* entregaram prontamente seus relatórios[137], a partir dos quais o conselho pôde chegar a duas conclusões: 1) embora o valor total das cunhagens fosse então maior do que durante os últimos anos de Elizabeth, a imensa maior parte da produção da *Mint* consistia agora em moedas de ouro – ao contário

---

[134] APC, vol. 5, p. 127.

[135] APC, vol. 4, p. 250.

[136] APC, vol. 4, pp 305-7.

[137] APC, vol. 4, pp. 317-8.

do que ocorrera ao final do XVI, quando havia preponderância absoluta das moedas de prata; e 2) o consumo não-monetário de prata havia diminuído em relação aos últimos anos de Elizabeth, de forma que a escassez do metal não poderia ser assim explicada[138]. Ambas estas conclusões foram prontamente incorporadas nas discussões monetárias que vieram a seguir.

3.2 O PARLAMENTO DE 1621

Todos estes temas e idéias econômicas que flutuaram, inarticuladamente, pela esfera pública inglesa durante as primeiras décadas do século foram resgatados com um novo senso de urgência a partir do momento em que a verdadeira dimensão da grande crise comercial se tornou evidente. Conforme já argumentado anteriormente, o momento crucial neste processo ocorreu em 1621, quando os representantes do reino voltaram a se reunir em Westminster depois de sete anos. Ao se deparar com os problemas uns dos outros, eles rapidamente perceberam que as dificuldades econômicas da Inglaterra não eram simples fenômenos conjunturais localizados, mas sim um colapso geral de intensidade poucas vezes vista. Até aquele momento, apenas a coroa havia intuído a realidade da situação, e isto de forma não mais do que parcial. Quando os Comuns finalmente chegaram à mesma constatação, eles imediatamente se lançaram em um diligente esforço de interpretação dos fenômenos atípicos que os cercavam, buscando, como era seu dever, encontrar soluções para as mazelas do reino; para tanto, recorreram a todo o arsenal de idéias à sua disposição. O parlamento de 1621 funcionou, assim, como um verdadeiro catalizador das reflexões econômicas que a época tinha a oferecer.

Questões econômicas estiveram presentes em meio aos trabalhos da sessão parlamentar desde o primeiro momento. Prova disso são as palavras do próprio rei em seu discurso inaugural:

---

[138] APC, vol. 4, pp. 318-20.

> For the scarcitie of coine, it is strange that my Mint for silver hath not gone this nyne or ten years. Yea, so long it hath stood out of use that I and my council cannot think to see silver coined there againe in our time. How this may be redressed it concerneth you to consider now in Parliament and let your King have your best advice about it.[139]

Embora a preocupação de James com a moeda fosse absolutamente natural, causa certa surpresa vê-lo buscando a opinião do parlamento acerca da administração deste indisputável item da prerrogativa. Muito embora poucas medidas concretas viriam a ser aprovadas, a investigação de temas econômicos permeou toda a sessão. Quando os Comuns se preparavam para seu recesso de verão, decidiram pedir ao rei que considerasse três tópicos em particular durante o período de inatividade: liberdade comercial para os portos provinciais, escassez de moeda e exportações de material bélico[140]. Os dois primeiros tópicos encapsulavam, em linhas gerais, as principais frentes de debate econômico surgidas no parlamento durante os meses anteriores. Em relação à liberdade comercial para os portos provinciais, James respondeu, de maneira cautelosa, que este lhe parecia um assunto que cabia ao parlamento investigar[141]. Mesmo assim, prometeu consultar a opinião do *Privy Council* a respeito da questão, ao mesmo tempo em que Cranfield garantia aos demais membros que medidas adequadas seriam tomadas antes mesmo que eles pudessem chegar a seus condados. Quanto à escassez de moeda, a reação de James mais uma vez demonstra seu profundo envolvimento e preocupação com o tema:

> For the second, which is want of coine, he [the king] said he thought no free Prince ever had his mint standing as his hath don so idle and so long idle. For, save a few Angels and some other few great and small peeces of gold, he cold heare of no mony from it a long time. And he said he often had put this mater to his council to be considered of, but cold not yet learne the reasons of that want nor heare of the remedy. Nevertheles the conclusion was that he wold take it againe into consideration and treade in the houses steppes as farre as he thought them fit to be followed.[142]

---

[139] CD 1621, vol. VI, pp. 371-2.

[140] CD 1621, vol. II, p. 417; vol. III, p. 404; vol. IV, pp. 398-9.

[141] CD 1621, vol. IV, p. 414; vol. VI, p. 410.

[142] CD 1621, vol. VI, p. 410.

Estas não eram promessas políticas vazias. Quando o parlamento se reuniu novamente em novembro, o rei pôde reportar orgulhosamente que ambos os problemas haviam sido adequadamente tratados[143]. De fato, o *Privy Council* andara bastante ocupado com estas questões. Conforme Cranfield havia prometido, os *Merchant Adventurers* foram imediatamente forçados a permitir que os portos provinciais exportassem *new draperies* livremente para suas áreas privilegiadas[144]. Seguindo a recomendação pessoal do próprio soberano, o conselho também se dedicara a debater e solucionar as demais mazelas econômicas identificadas pelo parlamento. Com este objetivo, foram solicitadas as opiniões de companhias mercantis e representantes provinciais acerca da depressão comercial e da crise de liquidez, e um comitê foi nomeado em seguida para analisar as evidências assim obtidas[145]. Até mesmo quando, ao final da sessão, a deterioração das relações entre o rei o parlamento obliterou quaisquer outros assuntos, ainda era possível ouvir vozes que lamentavam que tão pouco tivesse sido feito pelo bem do comércio inglês. A reflexão econômica ocupou, portanto, um lugar de destaque em meio à agenda política do reino durante todo o ano de 1621.

Os debates econômicos que ocorreram no parlamento possuem uma característica marcante: durante boa parte do tempo, a depressão comercial e a crise de liquidez foram tratados, em linhas gerais, como problemas distintos. Em função da preocupação demonstrada por James ao início da sessão, a moeda foi o ponto de partida das investigações parlamentares. Quando o assunto foi abordado pela primeira vez, ao início de fevereiro, foram aventadas as seguintes razões para a escassez monetária: fuga de espécie em função de um desequilíbrio entre os valores das moedas domésticas e estrangeiras; utilização de metais preciosos para fins ornamentais; consumo excessivo de mercadorias

---

[143] CD 1621, vol. III, pp. 415-6.

[144] APC, vol. 5, pp. 391-2.

[145] APC, vol. 5, pp. 393, 400; vol. 6, pp. 40, 71.

importadas; e as exportações de prata realizadas pela *East India Company*[146]. Destas, apenas as duas últimas estavam relacionadas ao comércio exterior, e mesmo assim sem qualquer ligação aparente com as atividades do setor têxtil. Outros membros sugeriram que a patente para produção de fios de ouro e prata era a verdadeira responsável pelo problema, ao proibir a importação de metais preciosos para este fim e consequentemente forçar o consumo dos estoques domésticos[147] – argumentação já vinculada ao debate político mais amplo acerca da validade legal dos monopólios, e que culminaria com a condenação dos oficiais responsáveis pela aprovação das patentes, entre eles Bacon[148]. Ironicamente, o único neste momento a associar diretamente a escassez de moeda aos problemas do setor têxtil foi Sir Giles Mompesson, um dos principais envolvidos com a patente dos fios de ouro e prata e também a primeira vítima dos processos anti-monopólio. Certamente tentando desviar a atenção para longe das atividade com as quais estava envolvido, argumentou:

> [T]he Merchant Adventurers who trade into those parts whence gold and silver hath been brought may be examined whether the gold which they bring be not again transported. For it is a general opinion that any kingdom that is rich in staple commodities must needs be rich, and therefore that it be examined whether those the commodities do not want vent or hold not the price they were wont; if so, then there must needs be want of coin.[149]

Mompesson chamava atenção, assim, para a balança comercial inglesa, vinculando as deficiências monetárias do reino aos problemas em curso no seu principal setor exportador. Este último ponto entrou em debate uma semana mais tarde, por ocasião da leitura de um ato pela livre compra e venda de lã. Embora o objetivo da proposta fosse aumentar os preços da lã, os debates logo se voltaram para a questão mais ampla da crise geral que afligia o setor têxtil. Da mesma forma como ocorrera na semana anterior, o assunto foi debatido apenas com escassas referências à outra grande mazela econômica

---

[146] CD 1621, vol. II, pp. 29-30; vol. IV, p. 19; vol.V, pp. 3-4, 439-40.

[147] CD 1621, vol. II, p. 30; vol. IV, pp. 19-20; vol. V, p. 440.

[148] CD 1621, vol. IV, p. 127; CJ, vol. I, pp. 537-44.

[149] CD 1621, vol. II, p. 31.

em debate na câmara. Ao registrar as atividades daquele dia em seu diário, Sir Thomas Wentworth listou as principais razões por trás dos problemas no comércio de tecidos, conforme estabelecido em meio ao debate: um boicote de preços introduzido pelos *Merchant Adventurers*; mercadores fraudulentos que não saldavam suas dívidas com os produtores de tecidos; aumento no preço dos tecidos exportados por conta dos *prettermited customs*; a desorganização resultante do *Cockayne project*; privilégios dos *Merchants of the Staple* na compra de lã; e exportações de lã inglesa que viabilizavam a manufatura têxtil no exterior[150]. Já naquela ocasião, estas questões foram levadas muito a sério. Tomando a palavra, Sir Edward Coke declarou: "[T]his is one of the weightiest causes we can have"[151]; em linha com esta percepção, o tema foi prontamente colocado sob os cuidados de um comitê pleno, perante o qual deveriam comparecer tanto mercadores quanto produtores têxteis.

Inicialmente, os pontos que causaram maior comoção foram o desempenho inadequado dos *Merchant Adventurers* e os danos causados sobre a competitividade dos tecidos ingleses pelo excesso de tarifas. O fato de que os *prettermited customs* eram reprovados em função de seu efeito deletério sobre a demanda internacional demonstra que parte dos membros tinha consciência do acirramento da concorrência internacional no mercado de têxteis. O próprio Wentworth afirmou, em seu discurso naquele dia, que com a carga adicional dos *prettermited customs* "we cannot undersell other nations nowe as we were wont to doe"[152]. Ao utilizar a expressão "*undersell*", Wentworth indicava que o problema não residia em uma potencial interrupção absoluta da demanda internacional por tecidos lanígeros, mas sim na possibilidade de que competidores estrangeiros fossem capazes de ofertar artigos semelhantes em condições mais favoráveis do que a Inglaterra. Com relação a este tópico, mercadores e produtores de lã e tecidos encontravam-se em

---

[150] CD 1621, vol. V, pp. 456-8.

[151] CD 1621, vol. II, p. 76.

[152] CD 1621, vol. IV, p. 49.

lados opostos. Para estes últimos, a manutenção de preços altos para a lã e seus derivados ainda representava uma diretriz inquestionável de política pública. Dentre as muitas vozes que corroboraram esta noção, Coke foi capaz até mesmo de enquadrá-la como uma questão de precedentes, descrevendo como um princípio da *common law* a idéia de que "our own commodities should be kept at a great rate"[153]. O assunto veio à tona novamente durante a primeira reunião do comitê pleno, onde "it was laid as a ground, that when Woolls were dearest, then was this Kingdom the richest"[154]. A realização deste nobre objetivo envolvia, naturalmente, o resgate de um velho item da agenda política do parlamento: o relaxamento das restrições à atividade comercial impostas pelas companhias mercantis. Ponderar, nas palavras de um dos membros, "whether it be not fit to enlarge the number of those merchants or that it may be lawful to everyone to adventure his own cloth"[155].

Já próximo do fim de fevereiro, a depressão no setor têxtil foi pela primeira vez relacionada à escassez de moeda – uma menção breve, que passou quase despercebida. Representantes de diversos distritos têxteis compareceram perante os Comuns para expor suas opiniões acerca das dificuldades que os afligiam; Somerset reportou, juntamente com outras quatro razões, "the scarcitie of money, frequencie of Usurie"[156]. A esta altura, mesmo persistindo em sua atitude explícita de antagonismo aos *Merchant Adventurers*, os produtores de tecidos já aceitavam o argumento de que a tarifação excessiva vinha prejudicando a competitividade internacional dos artigos ingleses. As atenções se voltavam, desta forma, para as matérias-primas da indústria têxtil, sem as quais, dizia-se, seria impossível produzir artigos de qualidade no exterior. As principais queixas diziam respeito, por um lado, às práticas fraudulentas de preparação da lã, que prejudicavam a qualidade dos tecidos produzidos no reino; por outro, à exportação de *fuller's earth* e de lã em estado

---

[153] CD 1621, vol. II, pp. 76-7.

[154] CD 1621, vol. V, p. 468.

[155] CD 1621, vol. II, p. 78.

[156] CD 1621, vol. IV, pp. 97-8.

bruto, que alimentavam a indústria têxtil do continente[157]. Este último, em particular, viria a ser um tema recorrente durante toda a sessão.

Alguns dias mais tarde, a escassez de moeda voltou a ocupar o centro dos debates parlamentares. Sob a liderança de Sir Edwin Sandys, o assunto foi extensivamente discutido e então finalmente delegado a um comitê pleno, a exemplo do que já ocorrera com a depressão no setor têxtil[158]. Neste momento, comércio exterior e moeda começaram a ser tratados como questões relacionadas, tendência que se intensificaria ao longo de março até culminar na criação, após o recesso de Páscoa, de um único comitê encarregado da investigação de ambos os problemas. As consultas que antecederam esta decisão, entretanto, demonstram que muitos ainda acreditavam estar lidando com dois problemas distintos, embora interligados. Em 17 de abril, após algumas reclamações quanto à falta de resoluções nos comitês do comércio e da moeda, os futuros encaminhamentos foram discutidos: "Some are of opinion that, as the issues are varied, several sub-committees must be established; others, that the whole matter is one and the same issue, therefore more suitable to be debated in a committee of the whole house where everyone interested could speak"[159]. Já às vésperas do recesso de verão, Sir Thomas Roe dizia, de maneira semelhante: "Lett us doe sommwhat in matter of mony in this interim, but not in matter of trade. The one way for Bullion coming in, and prohibition of exportation; but trade depends on patents and Monopolies and askes long debate and it cannot now be determined"[160].

No que tange à investigação dos fenômenos econômicos, os esforços do parlamento foram marcados, assim, pela tentativa de reconciliar a escassez monetária e a depressão no setor têxtil enquanto problemas correlatos. Os resultados inicialmente alcançados, porém, foram pouco inspiradores. Um dos relatórios do comitê da moeda,

---

[157] CD 1621, vol. IV, pp. 95-8; vol. V, pp. 468-9.

[158] CD 1621, vol. II, p. 137; vol. IV, pp. 104-5; vol. V, pp. 261, 524-5; vol. VI, p. 16.

[159] CD 1621, vol. III, pp. 3-4.

[160] CD 1621, vol. III, p. 371.

apresentado por Cranfield a meados de março, listava mais de vinte razões subjacentes às dificuldades econômicas da nação[161]. Destas, aproximadamente metade dizia respeito a desequilíbrios comerciais – muito embora várias delas fossem apenas formulações específicas de uma reclamação geral contra excesso de importações e "unequal balancing of trade". Outras quatro se referiam a mecanismos monetários que supostamente inibiam a entrada e/ou estimulavam a saída de moeda, e o consumo de metais preciosos para fins ornamentais também era lembrado. Não existia, entretanto, nenhuma hierarquia claramente estabelecida entre estes diversos fatores, algo que caracterizaria avaliações semelhantes surgidas ao longo de toda a sessão.

* * *

Vejamos, pois, em mais detalhes o que os membros do parlamento tinham a dizer a respeito dos fenômenos monetários. As virtudes da moeda nunca foram explicitamente declaradas, porém é possível encontrar indicações indiretas a este respeito. Em um de seus discursos, Sandys sumarizou os efeitos nocivos ocasionados por uma oferta monetária inadequada, enfatizando a circulação doméstica da moeda e sua importância para a movimentação das engrenagens econômicas de uma nação – o bem-estar material de todas as classes, desde o trabalhador agrícola até o soberano, dependia de fluxos monetários abundantes:

> Let us begin with the poor man whose inheritance is his hands. He hath a pair of looms. Now every loom keeps 40 on work. If money want, his hands are tied up and so every one of them turned out of their inheritances. Look next to the yeoman and farmer. He breaks all covenants and bonds. What, for want of corn. No, but of money. His commodities will yield but a small price. And yet he cannot utter them at that low price neither. And if it be so, how can he possibly uphold himself. What then will be the case of the gentleman and nobleman. If their rents be not paid, how can they support themselves. What likewise shall become of the money to pay them [merchants and tradesmen]. Certainly there will be no means to supply his Majesty's weighty affairs.[162]

---

[161] CD 1621, vol. II, pp. 212-3; vol. IV, pp. 149-50.

[162] CD 1621, vol. II, p. 137.

Outro elaborado elogio das virtudes da profusão monetária foi proferido pelo *Serjeant* Davies:

> I heard a wise man compare the hammers of the Mint in the state unto the pulses in a natural body. For as if these beat strongly, it argues health; but if faintly, weakness in the body natural. So those others if they keep beating argue wealth, but if seldom, poverty and weakness in the body politic.[163]

Muitos ainda defendiam a importância da moeda a partir de uma perspectiva essencialmente inflacionista. A mais eminente destas vozes era Coke, que afirmava: "we cannot live in peace or war without money, which is the measure of all things. […] if it be scarce, all commodities go down"[164]. Os interesses agrícolas do reino, ciosos da manutenção de preços elevados para a lã e os cereais, adotavam atitude semelhante. William Noy entendia como "an undeniable thinge that it is best to provide for a great price of wooll"[165]. Calvert foi ainda mais longe, dizendo: "[I]t is better to live in a deare countrie then a cheape, where the dearness proceeds from the plenty of money not from the want of commoditie"[166]. Em meio à discussão de uma proposta que pretendia proibir a importação de gado irlandês, ouviu-se a seguinte declaração: "If it showld make a Dearth it would be noe preiudice as long as it causeth a plenty of money whereby wee may better indure a Dearth. The greate prizes of things amongst our selves hurts not the State, for it is but a transmutation of money from hand to hand"[167]. Para aqueles que pensavam desta maneira, preços elevados eram sinônimo de prosperidade – garantia de melhores termos de troca em uma nação obcecada pela atividade mercantil.

Já que havia consenso quanto à importância fundamental da moeda, as atenções naturalmente se voltavam para as maneiras de estancar sua fuga. Conforme já mencionado, a existência de vínculos próximos entre a escassez monetária e a crise do setor têxtil não

---

[163] CD 1621, vol. II, pp. 137-8.

[164] CD 1621, vol. II, p. 138; vol. V, p. 515.

[165] CD 1621, vol. VI, p. 6.

[166] CD 1621, vol. V, p. 157.

[167] CD 1621, vol. IV, pp. 322-3.

era aceita por todos; desta forma, vários entre os Comuns acreditavam que mecanismos estritamente monetários eram os responsáveis pela crise de liquidez. Quatro das razões listadas por Cranfield em seu relatório preliminar podem ser assim classificadas: desproporção entre ouro e prata; taxas demasiadamente altas praticadas pela *Mint*; proibição do curso de moedas estrangeiras em território doméstico; e baixo valor intrínseco das moedas estrangeiras[168]. Tais idéias já haviam surgido anteriormente em meio ao debate, e continuariam subsequentemente a aparecer. Em comum, elas tinham o argumento implícito de que os problemas monetários vinham sendo causados por desequilíbrios nos mercados internacionais de moeda, independentemente de quaisquer fluxos comerciais.

É claro que esta linha argumentativa era raramente apresentada de maneira tão inequívoca, normalmente aparecendo acompanhada por outras idéias complementares, ou até mesmo contraditórias. Um ótimo exemplo deste ecletismo foi oferecido, mais uma vez, por Coke, que reprovava o consumo ornamental de metais preciosos, a importação excessiva de mercadorias estrangeiras, e também as exportações de prata realizadas pela *East India Company* com a sanção da coroa, ao mesmo tempo em que notava não haver "due proportion between silver and gold, and if silver be undervalued the merchant will export it"[169]. O problema da paridade bimetálica foi levantado em diversas outras ocasiões, porém algumas vozes mostraram-se dispostas a conferir-lhe um papel de maior preponderância na explicação da crise de liquidez. Quando as companhias mercantis foram convocadas, em março, a comparecer perante o comitê do comércio, um representante da *East India Company* aproveitou-se da oportunidade para tentar afastar o foco das investigações para longe das atividades de sua companhia, cuja licença para exportação de metais vinha sendo duramente criticada. Seu discurso enfatizou, portanto, a operação de mecanismos monetários e a possibilidade de re-exportar as mercadorias trazidas do Oriente, informando

---

[168] CD 1621, vol. IV, pp. 149-50.

[169] CD 1621, vol. II, pp. 138-9.

aos Comuns que “Gold hath not a ratable price with silver in the Indies nor in Spain with the Royalls, our silver”[170].

Na verdade, os partidários da *East India Company* se tornariam os mais tenazes defensores da primazia dos mecanismos monetários na explicação da crise de liquidez. Sir Thomas Roe, por exemplo, ofereceu a seguinte receita para prevenir a exportação de metais preciosos: “to keepe a proporcion in the value of gold and silver”, pois do contrário “silver will goe out to bring in gold”[171]. A ênfase sobre o desequilíbrio bimetálico frequentemente aparecia lado a lado com outro argumento essencialmente monetário, que atribuía a dificuldade em atrair metais preciosos do exterior às reduzidas taxas de cunhagem praticadas pela *Mint*. O próprio Roe vinculou estas duas idéias ao citar como causas da escassez:

> The difference of the Standerd not only twixt England and Spayne. The disproporcion twixt gold and Silver ore. A disproporcion in Silver. Let a man looke wher he can find, Edward and Elysa[beth]. The piece of 8 worth at 5s., at Ligorne 4s.8d. The valuation in the Mynt under all these.[172]

Digges, outro integrante do círculo da *East India Company*, argumentou em termos semelhantes, afirmando que a escassez “begin with Spaine, because the Mint gives not valuation”[173]. O mecanismo pelo qual a Inglaterra era preterida nos fluxos monetários internacionais por conta das baixas taxas de cunhagem fora descrito de maneira clara já durante os debates iniciais de fevereiro, quando foi sugerida a seguinte causa para os problemas de liquidez:

> the Loss of the Exchange of Spanish Rials of Eight, not being of equal worth as they are in other places, and therefore the Low Valuation of Silver at the Mint, by reason our Standart was better than that of foreign parts, was the Reason silver was not imported so as it was in other places.[174]

---

[170] CD 1621, vol. III, p. 49.

[171] CD 1621, vol. V, p. 517.

[172] CD 1621, vol. V, pp. 526-7.

[173] CD 1621, vol. V, p. 517.

[174] CD 1621, vol. V, pp. 491-2.

Seguindo a mesma linha, os representantes da *French Company* começaram sua defesa declarando: "no pollycy can prevent the importation into Spain nor exportation oute of England while the standard is inequall"[175]. Os *Merchant Adventurers* ofereceram um relato ainda mais específico, culpando as manipulações monetárias ocorridas nos territórios imperiais pelo aumento da incerteza nos negócios com a região[176]. Uma explicação similar foi utilizada para justificar o aumento da importação de cereais provenientes da região do Báltico[177]. Finalmente, uma possível discrepância entre o conteúdo metálico das moedas inglesas e seu valor nos mercados de câmbio também foi cogitada:

> Inequality of exchange by undervaluynge of our sylver to others, And their over valuynge of their sylver to us. The Intrinsike value is the fineness. The extrinsike value is the rate it goeth at. 20s. sterling is 33s. Flemish, and *e contrario*; but in the finest ours is 36s. Remedy: to set the exchange right.[178]

Argumentos como estes exerceram grande impacto no seio parlamentar, conforme o demonstrou Greville ao tentar concluir da seguinte maneira os debates no comitê: "To bring all questions to an issu. The forreyne Coyne must be raysed in valuation"[179]. Solucionar o problema por meio da depreciação do meio circulante, entretanto, era uma alternativa reprovada também no parlamento – algo reconhecido por Roe ao propor "not to cry up silver, which were a malady instead of a remedy"[180]. Sir John Walter defendia a revogação de uma proclamação que proibia o uso corrente de moedas estrangeiras dentro da Inglaterra[181], porém Greville se mostrava cético a respeito: "[T]hough the pro[c]lamation be taken away, yet the undervalew of foraigne coyne here will restrain the bringing it In"[182]. Não havia consenso, portanto, sobre quais eram os mecanismos verdadeiramente responsáveis pela

---

[175] CD 1621, vol. III, pp. 48-9.

[176] CD 1621, vol. III, pp. 45-6.

[177] CD 1621, vol. IV, p. 358.

[178] CD 1621, vol. V, p. 314.

[179] CD 1621, vol. V, p. 526.

[180] CD 1621, vol. V, p. 517.

[181] CD 1621, vol. V, p. 526.

[182] CD 1621, vol. VI, p. 17.

crise de liquidez, nem sequer a respeito das soluções mais adequadas para o problema; ainda assim, diversos parlamentares de destaque e influência se mostravam cada vez mais convencidos de que a raiz das dificuldades deveria ser buscada nos processos subjacentes aos mercados internacionais de moeda.

* * *

Se as virtudes da moeda dispensavam apresentações, o mais importante ramo do comércio internacional inglês possuía méritos ainda mais óbvios. Durante uma conferência entre os Lordes e os Comuns logo antes do recesso de verão, Digges destacou a importância da atividade mercantil:

> Then he compared the state of the kingdom to the liver and heart in the body. The trade of it (he said) was as the liver, obstructed with Monopolies, which therfor is going into a consumption; but hoped that this Parliament wold open it. The Justice of the Land (he said) was as the heart, which throwgh the corruption of bribery was very sick, yet doubted not but there was balme for it in the Gilead of this Parliament-assembly.[183]

A ocupação produtiva dos pobres foi uma constante preocupação também para o parlamento, e os efeitos deletérios da crise em termos de desemprego foram imediatamente ressaltados quando os debates tiveram início. Para o onipresente Coke, "we must uphold the clothier for he keeps the poor on work"[184]; já Sandys, ao discutir uma proposta de redução das contribuições de auxílio aos pobres, explicava da seguinte maneira o grande número de indigentes que então povoavam a Inglaterra: "The cause of this I suppose is the Monopolies, wherby all haveinge not libertie of trade all the poore can not be imployed"[185]. Este desejo de dar emprego os pobres eventualmente ocasionou até mesmo o favorecimento de atividades intensivas em trabalho. Quando uma patente para produção de vidro estava sendo atacada, seus detentores defenderam-se argumentando: "[T]he proportion between the materials and mens labors shewes the good that comms to the

---

[183] CD 1621, vol. VI, p. 381.

[184] CD 1621, vol. II, p. 77.

[185] CD 1621, vol. V, pp. 113-4.

Common weale, for the materials are not worth 12d. that make a case worth 20s., all the rest goes into mens labors"[186].

Era necessário, portanto, colocar a atividade comercial de volta em seus trilhos. Embora inúmeras explicações para a crise tenham sido documentadas, a maior parte delas dizia respeito a um mesmo conjunto de questões: inadequação dos artigos têxteis manufaturados na Inglaterra, em função das práticas abusivas dos comerciantes de lã e da precariedade do trabalho dos artífices; exportação de matérias-primas, em particular lã bruta e *fuller's earth*; redução da demanda internacional por tecidos ingleses, devido ao acirramento da concorrência continental ou às próprias condições políticas adversas; excesso de tarifas alfandegárias; práticas restritivas das companhias mercantis; e finalmente, o impacto negativo exercido pelo *Cockayne project* sobre a indústria têxtil do reino. Além dos diagnósticos voltados especificamente para o setor têxtil, havia também frequentes queixas quanto ao consumo excessivo de mercadorias importadas, em particular aquelas percebidas como supérfluas. Uma característica comum unia todas estas idéias: entender o desequilíbrio da balança comercial como um presságio da desordem econômica.

O conceito de balanço comercial foi utilizado de maneira recorrente em meio aos debates parlamentares, mais um indício de sua ampla disseminação ao início da década de 1620. A *East India Company* o utilizou para justificar suas exportações de prata: "Yf the Balance of Trade be the Rule of Treasure, The Proceede of the India Trade, which is 360,000li. yearly (above the mony disbursed) owght to bee soe much treasure yf other trades did not withdrawe it"[187]. Todavia, é raro encontrar argumentações que, ao tentar explicar a crise, atribuíam à balança comercial uma posição inequivocamente primordial. Assim como ocorrera com os mecanismos monetários, os desequilíbrios no comércio internacional eram normalmente mencionados juntamente com toda uma gama de outras explicações. Mas também aqui havia excessões. Alguns, como o já citado Mompesson, enfatizavam a

---

[186] CD 1621, vol. III, p. 256.

[187] CD 1621, vol. IV, p. 230.

importância da balança comercial sobre a determinação dos fluxos monetários, em detrimento de quaisquer outros fatores. Dentre eles, Cranfield foi sem dúvida o mais obstinado, e ao mesmo tempo o mais influente. Fazendo uso de sua experiência tanto como mercador quanto como oficial da coroa, Cranfield nunca desperdiçava oportunidades de chamar a atenção dos Comuns para o desequilíbrio que, segundo ele, prevalecia no comércio internacional, reforçando seus argumentos com informações obtidas junto aos registros alfandegários – e demonstrando pleno reconhecimento da força retórica destas evidências empíricas. Já durante os debates preliminares no comitê da moeda, sugeriu "to see the customes Bookes, where you will see that which will greive you"[188]. Da mesma forma, sua explicação para a escassez de moeda era simples e contundente:

> [T]he unequal balance of Trade, the Goods imported exceeding those that were exported, which would appear, and means to satisfy the House, not by discourse but by Record, which was by examining the Custom Book, and to see what the Merchants carried out and what they brought in. If that which they bring in be of more value that what they carry out, then the balance must needs be unequal. Which would appear by Demonstration.[189]

Durante as preparações para o recesso de verão, Cranfield tentou argumentar que não havia uma depressão no comércio internacional da Inglaterra, uma vez que o volume dos negócios se encontrava mais elevado do que nunca; o problema estava na "qualidade" deste comércio, já que "by increase of Trade outward, the Kingdome thrives; but by Excess of Importacion it consumes"[190]. Toda vez que os debates se voltavam na direção de temas monetários, ele rapidamente intervinha, dizendo aos demais membros: "Wee are to assure ourselves that the want of money is because trade is sick, and as longe as trade is sick, wee shalbee in want of money"[191]. Dentre todos aqueles que se envolveram com os trabalhos do parlamento de 1621, Sir Lionel Cranfield – que em breve se tornaria *Lord Treasurer*, e também a mais influente figura pública do reino depois de Buckingham – foi sem dúvida

---

[188] CD 1621, vol. V, p. 517.

[189] CD 1621, vol. V, p. 492.

[190] CD 1621, vol. IV, p. 394.

[191] CD 1621, vol. VI, p. 296.

quem mais se aproximou do papel de advogado de uma doutrina da balança comercial favorável.

As investigações sobre a crise no setor têxtil também forçaram a opinião pública inglesa, conforme representada na Câmara dos Comuns, a reconsiderar sua posição acerca das condições de concorrência nos mercados internacionais de tecidos. Conforme já exposto, várias queixas foram ouvidas quanto ao encarecimento das mercadorias inglesas, porém esta atitude era incompatível com o desejo, ainda manifestado por muitos, de manter elevados os preços da lã. Este dilema veio à tona em consequência dos ataques à estrutura das companhias mercantis. Os *Merchant Adventurers* e a *East India Company* foram os alvos favoritos em 1621, e o primeiro deles encontrava-se diretamente envolvido nas investigações da crise comercial, contando com seus adeptos e representantes em Westminster para livrar-se da responsabilidade. Já ao final de novembro, em uma situação típica de confronto entre grupos de interesse, foi discutida uma petição dos *Merchants of the Staple*, que pretendiam exportar artigos lanígeros para as áreas privilegiadas dos *Adventurers*. Sir Thomas Lowe discursou em favor dos *Adventurers*, argumentando que sua estrutura organizacional lhes permitia manter elevados os preços de seus artigos mesmo quando diante de condições internacionais adversas – algo que ele apresentava como uma virtude inquestionável. Logo em seguida, porém, William Neale tomou a palavra e o contestou, dizendo: "I thinke that the keeping up of cloth abroade hinders our trade. For 480,000 cloathes sold for so much are better to the Kingdom then 60,000 for the same price"[192]. O mesmo problema surgiu por ocasião de uma proposta de lei que defendia a livre compra e venda de lã:

> In making of all lawer, wisdom looks to the eand, which is to rayse wooll, which will rayse cloth. Tis good both be at a good price, but not toe high, for that will undoe the Trade as well as the pretemitted Custom and imposition, etc., which makes the Hollanders refuse owr cloth for the high price.[193]

---

[192] CD 1621, vol. III, pp. 442-4.

[193] CD 1621, vol. III, p. 318.

Esta inepta tentativa de compromisso ilustra claramente as dificuldades envolvidas na avaliação do problema, para o qual o parlamento não foi capaz de encontrar solução satisfatória.

* * *

Ao exercer sua função legislativa em meio à deterioração generalizada das condições econômicas, os representantes do reino no parlamento se viram forçados a examinar de maneira aberta e diligente os fenômenos econômicos que os afligiam. O amplo conjunto de idéias que então povoava a esfera pública da Inglaterra foi resgatado e reavaliado, por vezes corroborado, outras questionado. Embora poucas medidas concretas tenham sido alcançadas, os debates parlamentares trouxeram à tona novas possibilidades argumentativas, novas combinações de idéias. A urgência típica das crises fez com que estas alternativas fossem adotadas com maior fervor do que ocorreria em outras situações, e a inevitável confrontação entre elas revelou fraquezas e contradições, mas também férteis linhas de investigação que seriam em seguida exploradas mais a fundo. O parlamento de 1621 funcionou, em suma, como um momento de genuína catarse para a reflexão econômica.

3.3 1622-23: O *PRIVY COUNCIL* E OS COMITÊS INVESTIGATIVOS

Em fevereiro de 1622, em meio a um cenário de crescente confrontação constitucional entre o rei e os Comuns, o parlamento foi finalmente dissolvido. Além de não obter os recursos necessários para fazer frente a seus compromissos diplomáticos, a coroa se viu diante de uma devastadora crise econômica em seu ápice, sobre a qual muito se havia dito, porém pouco se havia feito no decorrer do último ano. Mas apesar da exiguidade de medidas concretas, os debates parlamentares haviam aberto vários caminhos alternativos para o tratamento das mazelas do reino; a exemplo do que já fizera durante o recesso de verão, o *Privy Council*, sob a liderança do agora já *Lord Treasurer* Cranfield, tomou em suas mãos a tarefa de levar adiante os trabalhos iniciados em Westminster. Ao

instituir, ao longo dos dois anos seguintes, uma série de comitês encarregados de investigar diversos aspectos do problema, o conselho engajou outros setores da sociedade civil em sua preocupação com as dificuldades econômicas da Inglaterra, mantendo assim o tema no centro dos debates públicos da época.

Durante o recesso parlamentar de verão, em junho de 1621, o conselho elaborou um documento intitulado "Causes of want of money in England & Wales". Nesta relação, predominava a mesma combinação entre mecanismos monetários e deficiências de comércio internacional que caracterizava grande parte das avaliações parlamentares acerca da crise. Por um lado, menção era feita às altas taxas de cunhagem praticadas pela *Mint*, ao desequilíbrio da paridade bimetálica, ao consumo suntuário de metais preciosos, às proclamações contra a circulação corrente de moeda estrangeira e à exportação de moeda por meio de "trickes of exchange"; por outro, também eram lembrados o descaso com a aplicação dos *Statutes of Employment*, as importações de tabaco da Espanha e demais mercadorias supérfluas consumidas no reino, as restrições à liberdade comercial, a tarifação excessiva dos artigos exportados, as deficiências da manufatura têxtil inglesa e o acirramento da concorrência internacional no setor[194]. O último item listado enfatiza o desequilíbrio da balança comercial, citando inclusive um valor estimado das perdas anuais incorridas pela nação:

> The importation of for[eign] co[m]modities surmounting the exportation of our home & native co[m]modities by many thousand yerely causeth the want of so much money at the least, as that surplusage & excesse amounteth unto, w[hi]ch hath bene reported by some officers of trust of late about 300,000 *lib.* sterling in one yere.[195]

Resta pouca dúvida de que os "oficiais de confiança" responsáveis pela avaliação do desequilíbrio no comércio internacional eram Cranfield e seus associados, que continuavam a insistir, junto à coroa, na importância do balanço comercial como instrumento de avaliação das condições econômicas do reino – assim como fizera Cranfield, ao longo do

---

[194] Add. MSS. 34.324, f. 181.

[195] *Ibid*.

primeiro semestre, junto aos Comuns. Ao final de janeiro do ano seguinte, quando a dissolução do parlamento já era iminente, uma nova relação das causas da escassez de moeda foi elaborada. Nela repetiam-se, com pequenas diferenças de redação, todos os tópicos mencionados no documento anterior; o desequilíbrio da balança comercial é enunciado de maneira ainda mais contundente, nas seguintes palavras:

> The unequall ballance of our trade, bycause the importation is much greater than the exportation, the w[hi]ch is supplied w[i]th our ready money, w[hi]ch will undoe the kingdome, if it be not timely p[re]vented.[196]

A única diferença substancial entre ambos os documentos reside na inclusão, ao final da lista, do seguinte item: "The want of a Royall Exchanger, to p[re]vent the daily losses w[hi]ch our marchants susteine, by the forraine exchanges & Exchangers"[197]. Trata-se, porém, de uma diferença significativa. O restabelecimento do cargo de *Royal Exchanger* – um oficial da coroa encarregado de centralizar e controlar as operações de câmbio entre a Inglaterra e o resto do mundo, visando evitar que estas trocas fossem realizadas em termos desfavoráveis – era uma proposta há muito advogada por Malynes, tanto em publicações impressas quanto em petições públicas. O fraseado típico utilizado neste documento, destacando que as perdas dos mercadores deviam-se não apenas ao mecanismo de câmbio, mas também à própria ação dos "*Exchangers*", indica que a inclusão deste tópico se deu, na hipótese mais provável, pela influência junto à corte de Malynes e outras figuras públicas que à época pensavam como ele. Se este foi o caso, os partidários do balanço comercial não haviam conseguido, àquela altura, arregimentar apoio irrestrito para sua própria versão dos acontecimentos; outras explicações, de natureza essencialmente monetária, continuavam na balança. Na verdade, a inclusão destes dois tópicos, lado a lado, ao final desta segunda enumeração das causas da crise de liquidez, prefigura a dinâmica dos debates econômicos que ocorreriam a seguir.

---

[196] Add. MSS. 34.324, f. 183.

[197] *Ibid.*

Conforme já mencionado, o *Privy Council* havia instituído um amplo comitê de investigação sobre os problemas do comércio exterior já ao final de 1621, quando o parlamento ainda estava em sessão. Este comitê, que contava entre seus membros com vários parlamentares e representantes do mundo mercantil, foi instruído a avaliar, "falling into due consideracion of the ballanceing of trade", quais seriam as melhores maneiras de estimular o comércio da nação[198]. Durante os primeiros meses de 1622, o conselho recebeu alguns pareceres e informações sobre a crise elaborados por diversos grupos de interesse, porém nenhum relatório abrangente foi produzido pelo comitê[199]. Assim, novas medidas foram tomadas. Ao final de abril, um novo comitê foi encarregado de ouvir representantes dos distritos têxteis e também dos *Merchant Adventurers*, buscando encontrar as razões por trás das dificuldades que afligiam o setor[200]. Este comitê, mais restrito, era composto por três oficiais da coroa – Sir John Suckling, Sir Thomas Coventrie e Sir Robert Heath – e algumas outras figuras de destaque da *City* – entre elas, Thomas Mun. Nesta mesma época, o conselho também solicitou a um grupo de especialistas que elaborasse um parecer acerca dos problemas no mercado internacional de câmbio. Os encarregados desta segunda tarefa foram Sir Robert Cotton[201], Sir Ralph Maddison[202], William Sanderson[203], John Williams[204] e

---

[198] APC, vol. 6, pp. 79-80.

[199] APC, vol. 6, p. 208.

[200] APC, vol. 6, pp. 190-1, 201-3.

[201] Cortesão de destaque durante o final do período elizabetano e todo o reinado de James I, Cotton tinha relações próximas de parentesco com o clã dos Montagu, ao qual pertencia o Visconde Mandeville – *Lord Treasurer* entre 1620 e 1621, e *Lord President of the Council* a partir de então. Cotton era também o detentor da mais importante biblioteca existente na Inglaterra durante o início do século XVII, cujo acervo encontra-se até hoje preservado junto às coleções do *British Museum* (Sharpe, 1979, pp. 12-4, 113-93).

[202] Um dinâmico membro da elite fundiária, Maddison também investiu ocasionalmente na exploração de minas de carvão. A partir da década de 1620, dedicou parte de sua vida à reflexão sobre temas econômicos, publicando importantes obras durante as décadas de 1640 e 1650 (Gauci & McConnell, 2004).

[203] Proprietário fundiário e membro ativo dos *Merchant Adventurers*, Sanderson financiou diversas expedições marítimas durante o período elizabetano, associando-se inclusive a Raleigh na viagem de descobrimento da

Gerard de Malynes; em contraste com a morosidade do comitê original do comércio, seu relatório sobre o câmbio já estava nas mãos do *Privy Council* nos primeiros dias de maio[205].

Três grandes questões estruturavam a argumentação proposta neste documento: 1) como funcionava, "in the elder, and evener tymes", o mercado internacional de câmbio; 2) o que mudara, desde então, para que as operações de câmbio se tornassem prejudiciais à Inglaterra; e 3) como esta situação indesejada poderia ser corrigida. A linha de raciocínio adotada fica clara já no início, quando os autores afirmam que:

> For mony beinge the com[m]on measure w[hi]ch setteth price of all things, this mony ought to be knowne, and used one, & the like in all places, eyther by denominac[i]on, or by Reall Reduc[i]on, denominac[i]on hath of later tymes altered most of the forren Coynes, to the p[re]iudice of the estate in the Exchange.[206]

A moeda, medida de valor, deveria ter seu conteúdo metálico conhecido para que as trocas monetárias pudessem ocorrer de maneira adequada – caso a "denominação", ou valor de face, não correspondesse ao valor intrínseco, as relações entre as moedas deveriam ser estabelecidas por "redução", ou seja, pela utilização de tabelas de equivalência. De acordo com os autores, havia, durante o final do período elizabetano, uma relação estável de equivalência, publicamente reconhecida, entre as moedas inglesas, holandesas e germânicas, e por extensão entre todas as demais moedas do Ocidente. Neste cenário ideal, "the Exchange went constant [...] in one equalitie of waight and fineness"[207]. Entretanto, é necessário notar que, logo após descrever estas condições, o primeiro tópico era concluído com a seguinte afirmação: "Thereupon followed an even ballancinge of trade the Exchange rising & falling in price according to plentie & scarcitie of mony or distance & place"[208]. Os autores reconheciam, assim, que as taxas de câmbio estavam sujeitas a

---

Virgínia. Alguns manuscritos sobre questões econômicas elaborados durante a década de 1620 são de sua autoria (McIntyre, 1956, pp. 184-8).

[204] Membro da *Goldmsmith's Company* e um dos ourives reais durante boa parte do reinado de James I.

[205] Add. MSS. 34.324, ff. 153-4.

[206] Add. MSS. 34.324, f. 153.

[207] *Ibid.*

[208] *Ibid.*

flutuações de acordo com as condições de oferta e demanda por divisas internacionais; aparentemente, seu argumento era que a equivalência metálica deveria ser claramente estabelecida de forma a servir como um ponto básico de referência para as operações cambiais.

O problema, prosseguia o documento, residia nas alterações dos padrões monetários continentais ocorridas em tempos recentes. As moedas holandesas de então não mais continham o mesmo volume de metais preciosos que suas equivalentes de outrora, muito embora sua "denominação" permanecesse a mesma. Implicitamente, o relatório dava a entender que esta alteração na equivalência metálica não havia sido repassada para as operações de câmbio, que continuavam sendo realizadas de acordo com as antigas taxas, "soe that in effect wee exchange parte of o[u]r intrinsicke valewe for their owtward denominac[i]on"[209]. Este desequilíbrio da taxa de câmbio estimulava a exportação de moedas domésticas – mais valorizadas como metal no exterior do que como divisas no mercado de câmbio – e naturalmente também inibia a importação de moedas estrangeiras. Mais do que isto, o desequilíbrio também produzia efeitos sobre o comércio internacional, "For it is a Rule that whersoev[e]r the exchange goeth heigh, there the forraine wares are sould the cheaper, in respect of gaine to be made by thexchange"[210]. A possibilidade de obter ganhos nas operações de câmbio induzia os exportadores da Inglaterra a vender suas mercadorias a preços mais baixos no exterior; já as importações inglesas, pelo contrário, registravam preços mais altos visando cobrir as perdas incorridas no mercado de câmbio.

A solução mais adequada para este problema, não envolvendo manipulações com o meio circulante do reino, era a seguinte:

> A Coma[u]nd by yo[u]r Ma[jes]ties proclamac[i]on, that noe exchange be from henceforth made but accordinge to the true & intrinsicke valewe of yo[u]r monyes, for w[hi]ch purpose, A Table must be fixed in some Puclibke place, as A Rule to guide all exchanges in future by wherin the valewe of ev[er]y forraine Coyne redused unto the sterlinge standard shalbe truly

---

[209] *Ibid.*

[210] *Ibid.*

> expressed, And noe exchange made either from thence or thether under that Rule of Parity.[211]

Desta maneira, seriam eliminados os incentivos tanto à exportação de moeda em espécie, quanto à liquidação das mercadorias do reino abaixo de seu verdadeiro preço de mercado no exterior. Entretanto, embora esta fosse sem dúvida a principal solução advogada, os autores não se mostravam refratários à adoção de outras medidas complementares, conforme evidenciado na conclusão do documento:

> If w[i]th this Care of exchange it may be pleasinge to yo[u]r Sacred Ma[jes]tie to take into your Princly considerac[i]on a Course concurrant w[i]th yo[u]r lawes to worke downe in tyme the improportionable (now lately risen to neare 2 thirdes increase upon the people) prices of all forraine wares, & to restraine the vaste & imoderate expence of forraine needles wares growne in this yo[u]r Realme to an im[m]esurable proporc[i]on, a[nd] w[i]th lib[er]tie of free trade to keepe, & put in execuc[i]on the statute of strangers imploym[en]ts, ther is noe doubt but the native com[m]odities, of yo[u]r kingdome & the industry of yo[u]r people will w[i]thin yo[u]r Realme be dayly improved, & the outward trade of yo[u]r Marchants be resotred againe to ther former Riche & flourishinge estate for w[hi]ch w[i]th the longe & happie prosperitie of yo[u]r sacred Ma[jes]ty we doe as wee are ev[er] bound dayly praye.[212]

Seguindo a orientação do próprio rei, este relatório foi então imediatamente submetido à avaliação de um segundo grupo de especialistas, desta vez composto exclusivamente por personalidades do mundo mercantil: Robert Bell, George Kendrick, Thomas Jennings, Henry Wood, John Skinner e Thomas Mun[213]. Em sua resposta, Mun e seus colegas divergiram das idéias presentes no relatório original em praticamente todos os aspectos. Inicialmente, os autores buscaram desacreditar a idéia de que o câmbio internacional, durante o período elizabetano, havia acompanhado a relação entre o valor intrínseco das moedas:

> [T]he course of exchange by Marchants Bills hath ev[e]r varied in the rate accordinge to the plenty or scarcitie of monyes and the occasions of the p[art]ies takeinge and deliveringe the same respectively, neyther hath the exchange by Bills (as far as we can learne) ev[e]r gone constantly accordinge to the true valew of the monyes.[214]

---

[211] Add. MSS. 34.324, f. 154.

[212] *Ibid*.

[213] *Ibid.*

[214] Add. MSS. 34.324, f. 155.

Segundo eles, os acordos cambiais instituídos ao final do século XVI apenas haviam definido "a price upon o[u]r monyes in those p[ar]tes, but noe rate upon the Marchants exchange, w[hi]ch even at that tyme differed from the valew of the monyes"[215]. Vale lembrar, entretanto, que o primeiro relatório já reconhecera, ainda que de maneira casual, a possibilidade de que as taxas de câmbio flutuassem em torno da paridade intrínseca, de acordo as condições de oferta e demanda por divisas. Seja de forma consciente ou inconsciente, as idéias presentes no documento original eram aqui representadas em termos mais radicais do que seus próprios autores aparentemente pretenderam.

Vários argumentos foram então enumerados para demonstrar que a idéia de controlar as operações de câmbio era inviável, ou então ineficaz. Um extenso contra-exemplo numérico pretendia mostrar que as taxas de câmbio se ajustavam às alterações monetárias, e que portanto o suposto desequilíbrio nas operações cambiais era fruto de raciocínio falacioso; a redução das taxas de câmbio era atribuída à aplicação mais estrita das leis contra a exportação de metais preciosos, que forçavam a utilização mais frequente do mercado de câmbio para remessas monetárias ao exterior; argumentava-se, em termos puramente empíricos, que as mercadorias importadas de regiões com as quais o câmbio da Inglaterra se encontrava desvalorizado eram agora vendidas, na verdade, a preços mais baixos; as moedas em circulação no exterior não eram trocadas de forma proporcional a seu valor intrínseco, impossibilitando a definição de uma relação de câmbio estável entre todas elas; uma revalorização cambial resultaria em perdas patrimoniais para todos aqueles que detivessem riquezas no exterior; e finalmente, os exportadores de tecidos do reino seriam forçados a vender suas mercadorias a preços mais elevados, uma tarefa difícil "as the state of the wares, and clothinge in those forraine p[ar]ts now standeth"[216].

Todas estas questões, no entanto, não passavam de réplicas pontuais; a principal linha argumentativa adotada pelos autores deste segundo diagnóstico surgiria em seguida.

---

[215] *Ibid.*

[216] Add. MSS. 34.324, ff. 155-6.

Após reconhecer que o estabelecimento de um acordo internacional para controle das operações cambiais seria uma solução razoável para o problema em questão, os autores declararam:

> [B]ut haveinge more diligently & deepely considered of the principall and p[re]dominant cause of the plenty and scarcity of monyes in all Com[m]on wealthes, we finde that as longe as we spend in this Kingdome a great[e]r valewe of forraine com[m]oddities, then forraine p[ar]ts doe of o[ur]s, soe longe there must be of necessity exported as much of o[u]r monyes, as will ballance and level that difference, and this is soe necessarilie and univ[er]sallie true, as that noe lawe, noe treaty noe losse to the Marchant, nor par upon the exchange, nor dang[e]r to the export[e]r can p[re]vent it, but if it be mett w[i]thall in one part yett it must out at another.[217]

A verdadeira causa dos desequilíbrios cambiais deveria ser buscada nas relações comerciais entre a Inglaterra e o resto do mundo. O excesso de importações sobre exportações não era apenas a causa "principal e predominante" da escassez de moeda em todas as nações; tratava-se de um fenômeno "necessariamente e universalmente verdadeiro", e portanto inelutável. O tema foi desenvolvido de maneira ainda mais contundente a seguir:

> Wherfore untill the com[m]oddities of this kingdome shall finde soe ample a vent in forraine p[ar]ts, as that the totall price therof shall exceede, or match the totall of the forraine wares here consumed there can be noe other remedie against exportinge Coyne, nor other meanes to procure importac[i]on therof, but onely by abateing by some good course, that wast and immoderate expense of needlesse forraine wares touched in the said writing, But if this wast of forraine wares be kept w[i]thin the Compasse of the valew of o[u]r com[m]oddities vented in forraine p[ar]ts, then thoughe the Neighbor states enhance the Coyne, though the exchange goe free, at the pleasure of the Marchants contractinge it, though the laws against exportac[i]on of Coynes and for the Strangers ymploym[en]te skeepe, and all men be suffered to carry monyes whether they will, yet this ov[er]ballance of o[u]r comodities, will force it in againe w[i]th an increase by a necessitie of nature beyond all resistance, other remedy then this wee consider none to be effectuall, and this beinge applied, all other to be needlesse and uselesse insoemuch as though ther be noe par sett upon the exchange yet noe whit the more mony will therefore be exported, and though the exchange be ruled by a par yett the export[ta]c[i]on of Coynes wilbe in noe degree the lesse therby, but as the ballance of the trade swayeth soe necessarilie, & so onely must the exportac[i]on or Ymportac[i]on of Treasure proporc[i]on it selfe for the eveninge of the same ballence.[218]

Há, neste momento, uma importante mudança de tom em meio ao debate. Além de representar as idéias do grupo rival de maneira um tanto caricaturizada, enfatizando

---

[217] Add. MSS. 34.324, f. 156.

[218] Add. MSS. 34.324, ff. 156-7.

exageradamente os pontos de divergência, os autores deste segundo documento apresentam sua própria argumentação com requintes de intransigência. A preponderância da balança comercial sobre os fluxos monetários internacionais surge, aqui, como "a necessitie of nature beyond all resistance", sua administração eficaz tornando "inúteis e desnecessárias" todas as demais medidas. Assim confrontados explicitamente, Malynes e os demais membros do seu grupo elaboraram uma tréplica, onde a moderação de suas intenções originais transparecia de maneira mais clara. Ao discutir a proposição de que as operações de câmbio nunca haviam sido realizadas de acordo com uma taxa constante, afirmavam:

> This asserc[i]on is not denied, neither is there any constant course in exchange affirmed or p[ro]pounded by us, for the price thereof hath ev[er] bene riseing and fallinge in all places where exchanges are used, and non[e]theless the foundac[i]on or par of exchange is in all other Countries more seriously established & observed then w[i]thin the Realme of England.[219]

Mais adiante, a questão era abordada de maneira ainda mais explícita:

> [I]t is well knowne, that there is such p[ro]porc[i]on in the valuac[i]on of forraine Coynes, that in all Countryes they keepe a par in their exchanges, as the foundac[i]on therof, rising and falling nev[er]theless accordinge to the plenty, or scarcitie of mony, soe that when monyes are inhaunced in price, or imbased by allay, that rule or par alltereth accordingly, to answere the value, w[hi]ch in England is allsoe partly effected.[220]

Fica claro, portanto, o reconhecimento de que as taxas de câmbio flutuavam de acordo com a oferta e demanda de divisas internacionais. O que os autores argumentavam é que estas flutuações deveriam ocorrer ao redor de uma relação de equivalência metálica, o "*par of exchange*". As desvalorizações da moeda no exterior, conforme exposto no documento, não vinham sendo devidamente repassadas às operações de câmbio, em decorrência de políticas deliberadas de atração de moeda por parte de outras nações. A imposição oficial da paridade cambial era apenas uma forma de garantir que estas alterações fossem observadas na prática.

---

[219] Add. MSS. 34.324, f. 159.

[220] Add. MSS. 34.324, f. 161.

Mas embora sua interpretação dos fenômenos não possuísse os contornos radicais que a réplica do grupo de Mun insinuava, a contundência da argumentação de seus rivais tornava o conflito inevitável. Após reafirmar, em termos abstratos, que desvalorizações cambiais exerciam efeito depressivo sobre os preços das mercadorias domésticas exportadas, os autores, em conclusão, diziam:

> [Y]o[u]r Ma[jesti]es proclamac[i]on is like to prove effectuall, […] w[hi]ch can nev[e]r be done by a more ample vent of our Com[m]oddities, w[hi]ch are daylie more vilified in price and increase the said ov[e]rballancinge, makeinge us to hunte after o[u]r owne shaddowe, but the efficient cause of this overballancinge p[ro]ceedeth from the abuse of the exchange, & experience hath made their assertion to be frivolous, because when they sould above 80 Thousand Clothes (at a farr great price) yearely before, forraine Nac[i]ons made Clothes as they nowe doe, The matt[e]r was not remedied therby, neyther is it like to come to that height againe, when all meanes are used, they now sellinge but 35 thousand Clothes yearely, but all doe consist in the matt[e]r of exchange, for even as mony is the publike measure betwene man & man w[i]thin the Realme, even soe is exchange of mony by bills the publike Measure betwene this kingdome & forraine Nac[i]ons, & ov[e]rruleth the course of Com[m]odities & mony, for when the true value of the mony is not answered by exchange then is the same exported and when it is ov[e]rvalued beyond the seas, then neyther mony or Bullion can be brought in to p[ro]fit, wheras alsoe by a lowe exchange the Marchant Stranger is inabled to take up mony & pay his bill of exchange w[i]th it beyond the seas in Specie, and reserve to himself 15 upon the 100 benefitt in two monethes tyme.[221]

Assim, acreditavam eles que os preços das mercadorias eram mais importantes na determinação da balança comercial do que as quantidades negociadas; uma vez que a desvalorização da taxa de câmbio pressionava para baixo os preços das exportações, a tendência era que o desequilíbrio comercial se agravasse cada vez mais. O acirramento da concorrência internacional não poderia explicar a atual depressão comercial, pois em épocas mais prósperas “forraine Nac[i]ons made Clothes as they nowe doe”. O problema fundamental era a existência de um desequilíbrio na própria medida internacional de valor, que prevalecia, por meio da ação de mecanismos de arbitragem, sobre a movimentação internacional da moeda e das mercadorias.

Em junho, o comitê do comércio nomeado em abril, do qual Mun também era membro, apresentou seu relatório final ao *Privy Council*. Os responsáveis alegavam ter ouvido representantes dos mais diversos grupos de interesse – companhias mercantis,

---

[221] Add. MSS. 34.324, f. 161.

produtores têxteis, elites fundiárias provinciais, oficiais alfandegários, trabalhadores da indústria de acabamento londrina – e, após grave deliberação, reduzido as causas da crise no setor têxtil a oito tópicos: 1) acirramento da concorrência internacional; 2) baixa qualidade da manufatura doméstica; 3) excessiva carga tarifária; 4) instabilidade política no Continente; 5) práticas restritivas dos *Merchant Adventurers*; 6) escassez de moeda; 7) falta de meios adequados para o retorno das receitas de exportação, em especial na região do Báltico; e 8) baixo consumo de têxteis lanígeros dentro do reino. Recomendava-se, então, a adoção de uma série de medidas tópicas que, àquela altura, já haviam sido inúmeras vezes cogitadas: controle das exportações de matérias-primas; regulação da manufatura têxtil doméstica, em especial as *new draperies*; eliminação das *impositions* sobre artigos têxteis; abertura do setor à participação de maior número de mercadores, embora mantendo a estrutura das companhias mercantis; restrição à importação de tecidos de luxo (Thirsk & Cooper, 1972, pp. 210-6). As idéias mais interessantes, porém, estavam reservadas à discussão do sexto tópico: "The scarcity of coin at home, and the baseness of foreign coins compared with ours".

A própria formulação do problema já indicava o reconhecimento de que a crise de liquidez era causada, ao menos parcialmente, por razões de ordem essencialmente monetária – no caso, a depreciação metálica do meio circulante no exterior. Após argumentar que a escassez de moeda não afetava apenas a manufatura têxtil, constituindo antes "a generall hindrance of all sorts of trade", os investigadores reconheciam este problema de maneira específica:

> That some course may be taken, that money (which is *communis mensura rerum*) may bear some equality with us and with our neighbour nations, with whom we trade; or else if ours hold still so great a disproportion of value, as now it doth, to that it is esteemed abroad, greediness of gain will entice the stealing over of our money though the kingdom smart for it (Thirsk & Cooper, 1972, pp. 213-4).

Logo em seguida, porém, surgia a seguinte afirmação:

> But the most important remedy as we conceive is to provide against the overbalance of trade; for if the vanity and superfluity of our importation be a greater than the exportation of our home commodities will bear, the stock of this kingdom must need be wasted, for money must necessarily turn the scale (Thirsk & Cooper, 1972, p. 214).

O documento prosseguia, então, listando uma longa série de medidas que visavam prevenir desequilíbrios na balança comercial, entre elas os *Statutes of Employment*, o desenvolvimento da indústria da pesca e restrições ao consumo suntuário. Assim, embora mecanismos monetários e desequilíbrios fiscais continuassem sendo apresentados, lado a lado, enquanto fatores subjacentes à crise de liquidez, o relatório do comitê conferia muito maior ênfase à importância do comércio internacional – isto é, dos desequilíbrios da balança comercial – na determinação deste fenômeno.

Em sua conclusão, o relatório sugeria a criação de uma comissão permanente encarregada de acompanhar de perto as condições do comércio internacional do reino, zelando pela implementação de medidas "whereby trade may be orderly governed and duly balanced" (Thirsk & Cooper,1972, p. 216). Esta sugestão foi acatada em outubro daquele mesmo ano, quando a proclamação real que instituía a *Standing Commission for Trade* foi publicada. Faziam parte da comissão – um extenso grupo de indivíduos "of qualitie, understanding, experience and iudgment"[222] – diversos oficiais do alto escalão da coroa, entre eles Mandeville, Greville, Caesar e Calvert. Todos os membros do mais recente comitê do comércio foram igualmente convocados a participar dos trabalhos da nova comissão, que também contava com Wolstenholme e Digges entre seus membros. De todos aqueles envolvidos na controvérsia recente sobre os problemas do câmbio, apenas Mun – que havia também participado do comitê do comércio – e Maddison foram lembrados. A inclusão do nome deste último, em particular, indica que as opiniões do grupo que defendia o controle das operações de câmbio ainda detinham, àquela altura, certo prestígio junto à corte.

A exposição inicial das circunstâncias por trás da criação da comissão permanente, conforme adotada no texto da proclamação, ilustra de maneira clara a percepção da coroa acerca da crise no comércio internacional e suas implicações mais amplas sobre o reino:

> Whereas Wee have understood by the generall complaints of Our loving subjects,from all the parts of this Our Realme of *England*, as also by information from Our Ministers, imploied

---

[222] *England and Wales. Sovereign (1603-1625, James I). Iames by the grace of God, King of England, Scotland, France, and Ireland, defender of the faith, etc. [n.p.],* (London, 1622).

> in parts beyond the Seas, that the Cloth of this Kingdome hath of late yeeres wanted the estimation and vent, in forrain parts, which formerly it had, and that the Wools of this Kingdome have, and are fallen much from their wonted values and Trade in generall, to be so farre out of frame, that the Merchants and Clothiers of this Kingdome, are greatly discouraged. So that great numbers of people, imployed by them and depending on them, want worke, the best meanes of their livelihood, the Land Lordes faile in their Rents and Revenues, wherewith to maintayne their ordinary charges; and the Farmors have not so good meanes whereby to raise their Rents, as heretofore they had, and Our selfe also find the defects thereof by the decay of Our Customes and other Duties; and generally the whole Common-wealth suffreth. So as it is high time to look into the Cause of this great decay of Trade, and the commodities of this Our Kingdome, as also how to have fit remedies applied for the restoring the same, to their former flourishing estate.[223]

A necessidade de um corpo permanente de investigação, por sua vez, era explicada em função da incostância e das flutuações inerentes ao comércio internacional:

> We found that the matters worthy of deliberate consideration, in this so great and weightie a worke, are very many, and that the occurrents of Trade are variable, and must be directed and governed as Times and Occasions shall serve, or doe varie; And that it is impossible to foresee what may be the future event of these things, or to set downe such constant Rules of Trade, as shall not require an addition or alteration upon iust Reasons and Grounds.[224]

A proclamação então enumera extensamente toda as questões que caberia à nova comissão investigar. Os tópicos eram, em geral, os mesmos de sempre: razões por trás da redução dos preços da lã e seus derivados; maneiras de evitar a exportação de matérias-primas da indústria têxtil; regulação e controle da manufatura doméstica; relaxamento das restrições à liberdade comercial, "wherein We would alwayes have you to take care, that government and order in trade may be preserved, and confusion avoided"; conveniência da estrutura *joint-stock* para as companhias mercantis; redução das importações de artigos supérfluos, "and the wastfull consumption thereof, which must needes exhaust the wealth and treasure of the Kingdome"; reforço dos *Statutes of Employment*; desenvolvimento da marinha mercante; manufatura doméstica de matérias-primas importadas; consumo doméstico de tecidos lanígeros; retornos adequados para as receitas de exportação; desempenho comercial da *East India Company*. Mais uma vez, os temas da escassez monetária, dos desequilíbrios cambiais e da balança comercial são apresentados conjuntamente:

---

[223] *Ibid.*

[224] *Ibid.*

> And because the life of Commerce and Trade is money, whereof a greater scarcitie is now found in this Our Kingdome then hath bin in former times, We will and require you with all diligence and care, to take into your considerations, what are the principall causes and occasions therof, and by what meanes Coyne and Bullion, may bee hereafter more plentifully brought into this Kingdome, and how the same may be here kept and preserved from exportation, unlesse it be onely in Cases necessarie, and profitable for the State
>
> That to prevent an apparant consumption and confusion, which cannot otherwise be avoyded, ye diligently observe the true ballance of the trade of this Kingdome, least the importation of Marchandize from forren partes, exceed the exportation of our owne native Commodities, and consider of some fitting courses to reduce the same to more equalitie, and to thinke upon the gaine or losse that comes to our Kingdome, by the course of exchange now used by our Merchants.[225]

A passagem acima evidencia, ao mesmo tempo, como o balanço comercial ganhava cada vez mais força enquanto um instrumento heurístico importante para a compreensão da crise, mas também como os temas da volatilidade monetária/cambial, por um lado, e do desequilíbrio nas transações comercias com o exterior, por outro, permaneciam entrelaçados em meio aos debates públicos. Durante os meses que se seguiram à sua criação, a *Standing Commission* se tornou o novo palco para o prosseguimento da controvérsia iniciada durante o primeiro semestre de 1622. Em dezembro daquele mesmo ano, dois documentos elaborados pelo grupo de Malynes foram encaminhados à comissão, o primeiro deles intitulado "Reasons to prove the abuse of the Exchange of monyes by Bills to be the efficient cause of the overballanceinge of forraine Comodities in Price"[226], o segundo "The difference between the adventurers and the demonstrance made unto the Kinge"[227]. O próprio título do primeiro documento já denota uma atitude confrontadora ante os defensores da primazia da balança comercial, impressão que se confirma no decorrer do texto.

Após argumentar inicialmente que "all traffique and trade is p[er]formed under three simples, viz. Comodities, Mony, and exchange for monyes"[228], os autores retomavam então a idéia de que, assim como a moeda era a medida pública de valor dentro do reino, o

---

[225] *Ibid.*

[226] Add. MSS. 34.324, ff. 163-4.

[227] Add. MSS. 34.324, ff. 165-6

[228] Add. MSS. 34.324, f. 163.

câmbio era uma medida pública do valor entre as nações, "accordinge to w[hi]ch all Com[m]odities are bought & sould or Committed betweene us & them in the Course of Traffique"[229]. Como consequência "infalível" desta situação, a desvalorização da moeda doméstica no mercado de câmbio causava redução correspondente no preço das mercadorias exportadas pela nação, e também a contínua exportação da moeda doméstica em busca de ganhos de arbitragem. A exportação da moeda, por sua vez, "taketh away the lively course of Traffique of o[u]r home Comodities"[230], ocasionando inúmeras inconveniências que afetavam adversamente a atividade mercantil – em particular aqueles negociantes que não detinham grande volume de recursos materiais, e portanto dependiam de crédito e da circulação rápida de seu estoque, sendo forçados a vender mercadorias no exterior em condições desfavoráveis. Já naqueles lugares onde o câmbio se encontrava valorizado, os efeitos contrários se fariam sentir: abundância de moeda, dinamização da atividade comercial, aumento dos preços das exportações, baixas taxas de juros.

O foco da análise encontra-se, portanto, sobre dois pontos: as movimentações monetárias decorrentes dos processos de arbitragem internacional, e os seus efeitos sobre os preços das exportações. Este último aspecto era importante pois, conforme já indicado na tréplica do relatório, os membros do grupo de Malynes acreditavam que os preços eram mais importantes do que as quantidades na determinação do resultado da balança comercial. A preocupação com a manutenção de preços elevados para os artigos exportados começava agora a aparecer de maneira mais explícita. Após discorrer sobre a prosperidade das nações estrangeiras que contavam com câmbios valorizados, o documento afirmava:

> The like benefit would redound to the Realme of England, if o[u]r exchange were kept accordingly, notw[i]thstanding the inordinate use of forraine Comodities wherin the said Nac[i]on doe exceede allsoe, wheras all other meanes will prove to be defective, especially by the vilefieinge of the price of o[u]r Comodities as the Marchant Adventu[rer]s doe intend to bringe to passe, w[hi]ch is nothing but to hunte after shaddowes, for it is against equity,

---

[229] *Ibid.*

[230] *Ibid.*

> and true pollicy to undervalue the monyes of the Realme in exchange w[i]th other Nac[i]ons.[231]

A diminuição dos preços, assim como qualquer outra medida, seria ineficaz enquanto o desequilíbrio comercial não fosse corrigido; o discurso dos advogados do "*par of exchange*" ganhava contornos mais extremos. Mais adiante, eles recorreriam à experiência, "the laste Schoolemast[e]r of mans life", para argumentar: "to imagine that in tyme by a more Ample sale of o[u]r Comodities, the said inconveniences wilbe remedyed, is w[i]thout any true ground"[232]. Alguns anos antes, o preço dos tecidos ingleses estivera mais elevado do que naquele momento, e mesmo assim exportava-se uma quantidade duas, três vezes maior de mercadorias. O atual desequilíbrio comercial prosseguiria inabalado "as longe as this course of exchange is p[re]dominant ov[er] the Comodities and mony, w[hi]ch fewe Marchants understand, and they that doe understand it doe retaine it as a secrett for their owne benefit"[233]. Já nas últimas, o argumento surge em sua síntese mais clara:

> [I]t is the prices of commodities, and not the quantity onely w[hi]ch worketh the ov[er]ballanceing produced out of plenty, and scarcety of monyes propagated by or dependinge upon the advantage of exchange.[234]

O segundo documento tinha início em uma tentativa de reafirmar que as flutuações da taxa de câmbio eram reconhecidas, reduzindo o impacto da crítica proposta pelo grupo rival:

> The adventurers seeme to make a difference affirmeinge the Exchange to rise & fall accordingly to the scarsety and plenty of monyes to be taken and deliv[er]ed w[hi]ch the remonstrance affirmeth allsoe in the latter end of the first asserc[i]on; therefore this is rather a Cavell then any reall difference therein, the remonstrance onely desireinge that the monyes of this kingdome, be not undervalued in exchange, wherby soe much lesse fine silver in weight to be given for o[ur]s, that therby Marchants may be allured to leave Marchandizinge & become mony chang[er]s, for the gaine theron to be had by Bills of Exchange homewards.[235]

---

[231] Add. MSS. 34.324, f. 164.

[232] *Ibid.*

[233] *Ibid.*

[234] *Ibid.*

[235] Add. MSS. 34.324, f. 165.

Logo em seguida, porém, o conflito vinha novamente à tona. A solução proposta pelos *Adventurers* – "remedy by Commerce" – era equivocada pois, mesmo que as exportações excedessem as importações e o saldo das transações comerciais com o exterior adentrasse o reino na forma de moeda, esta seria novamente exportada em operações de arbitragem enquanto persistisse o desequilíbrio cambial. A perspectiva de redução de preços visando aprimorar a competitividade internacional dos tecidos ingleses era recebida com indignação:

> [H]ow absurd are these men, w[hi]ch affirme that Trade must remedy it, when the selfe same tonges cry downe & worke o[u]r Comodities, affirming they must sell Cloth yet Cheaper, to beate downe or beate out the Duch from making it, and yett say o[ur]s must exceede their Trade to bringe in mony.[236]

Ao longo dos primeiros meses de 1623, à medida que a *Standing Commission* avançava em seus trabalhos, a controvérsia foi levada adiante, porém não mais por meio de documentos coletivos. A partir de então, Malynes, Maddison e Mun dedicaram-se, individualmente, a desenvolver suas próprias interpretações acerca do tema. Já no início de um documento intitulado "Considerations concerninge the overballancinge of Trade", Malynes demonstrava todo seu incômodo diante daqueles que caracterizavam a primazia da balança comercial sobre os fluxos monetários como "a necessity of nature beyond all resistance":

> Wee are to Consider That (unlesse the trade doth minister unto us the like Causes of overballancing as forrayne nations have) Wee shall never finde any such effecte but still hunt our owne shadow & augment the said causes.[237]

Além dos argumentos já tradicionais – depreciações metálicas no exterior, mecanismos de arbitragem, manutenção de preços elevados para as exportações – Malynes adota, neste documento, uma nova estratégia: desacreditar o balanço comerial enquanto instrumento acurado de mensuração das remessas monetárias. De acordo com ele, os ganhos de capital obtidos com operações cambiais de ordem creditícia não eram incluídos no cálculo do balanço comercial, muito embora tivessem contrapartida em remessas monetárias:

---

[236] Add. MSS. 34.324, f. 166.

[237] Add. MSS. 34.324, f. 167.

> Wee doe not delyver moneys at interest beyond the seas as the Marchant Stranger doth here at 10 upon the 100 or by exchange and rechange of 15 & 20 p. 100. The gaine whereof never Cometh w[i]thin the Compasse of the said overballancing as many other w[hi]ch maketh the Ballance uncerteyne in accompt and Judgm[en]t.[238]

Sua conclusão demonstra, mais uma vez, a polarização extrema do debate àquela altura: "All theis Inconveniencies neverthelesse may bee remedied by exchainge w[hi]ch otherwise Come to passe by Course of trade although there were noe warres in Christendome and that wee did sell double the Quantitie of Cloth yerely"[239].

Mun havia argumentado, em outro documento, que até mesmo as operações especulativas dos cambistas internacionais tinham sua origem, em última instância, em transações comerciais. De acordo com sua breve e simples explicação, o excesso de importações no comércio com uma determinada nação tornava necessárias remessas de moeda para lá; essas remessas, por sua vez, induziam a desvalorização da moeda doméstica no mercado internacional de câmbio; a moeda seria então exportada, porém apenas em proporção com o desequilíbrio comercial original, "although the rate of o[u]r exc[hang]e be high or lowe or at the Par or put downe altogeither"[240]. Mun então concluía: "Soe it plainelie appeareth, that it is not gaine but it is necessity w[hi]ch is the efficient cause to Carrie awaie our money, for this overballance must out in money, although it should bee done w[i]th greate losse to the Exporters of the same"[241]. Sobre a possibilidade de remessas especulativas, sua opinião era a seguinte:

> [A]lthough this meere Exchanger deale not in wares yet notw[i]thstanding the money w[hi]ch he carrieth awaie […] must necessarily proceed of such wares as are brought into the Realme by Marchants; So that still it falleth into the Ballance of our forraine trade and worketh the same effect, as if the Marchant himself had Carried awaie that money.[242]

Mun tomara conhecimento desta última objeção ao ler uma das obras recentemente publicadas por Malynes; as idéias do colega, entretanto, não parecem ter lhe causado boa

---

[238] *Ibid.*

[239] *Ibid.*

[240] Add. MSS. 34.324, f. 169.

[241] *Ibid.*

[242] *Ibid.*

impressão: "[T]his objection & divers other argumen[t]s of this kinde w[hi]ch I have lately seen in a printed booke Concerning exchanges by bills are meere fallacies and froth".[243]

Porém, esta mesma linha argumentativa seria retomada por Maddison, que levaria mais a fundo o questionamento conceitual do balanço comercial iniciado por Malynes. Antes de mais nada, Maddison retomava o argumento originalmente proposto por Malynes acerca da ação de especuladores cambiais:

> It maie be obiected that there are Certaine Marchants w[hi]ch nev[er] bring in, noe carry out anie ware toward the over or underballanceinge of Trade beinge meere exchangers of moneyes w[hi]ch they carry awaie to there owne advantage and to this kingdomes loss.[244]

Após registrar a contra-argumentação de Mun, para quem estas transações cambiais tinham sempre contrapartida no comércio internacional, Maddison passava então a enumerar diversas operações "that fall not into the Ballance of Trade", mas que implicavam, mesmo assim, em remessas monetárias. Dentre os itens relacionados, estavam: juros recebidos por conta de empréstimos internacionais; ganhos de capital em operações de câmbio; prêmios de seguro; consumo ornamental de metais preciosos; contrabando; despesas diplomáticas; fretes pagos pelo uso de embarcações estrangeiras; e a defasagem das tarifas alfandegárias, resultando em estimativas equivocadas do valor das mercadorias transacionadas no reino. Por todas estas e outras razões, o balanço comercial não poderia ser entendido como uma representação precisa de todos os fluxos monetários engendrados em meio às atividade econômicas da nação.

Em outro documento desta mesma época, Maddison abordou o problema a partir de uma perspectiva mais abstrata. Sua exposição tinha início com uma interessante análise do funcionamento do sistema de preços. Segundo Maddison, "In the prysinge of all the Comodetyes of this kingdome money doth beare his parte or one halfe of the sweay"[245]. Ou seja, os preços domésticos eram determinados igualmente pela disponibilidade dos bens e

---

[243] *Ibid.*

[244] Add. MSS. 34.324, f. 173.

[245] Add. MSS. 34.324, f. 179.

pela oferta de moeda, conforme o caso dos cereais tornava evidente. Mesmo em um cenário de colheitas abundantes, os preços dos cereais poderiam subir caso houvesse "ready vent or sayle and generall imployment by reason of plentye of moneys in the kingdome"; da mesma forma, preços baixos e inanição poderiam coexistir "because of want of moneys and want of imployment & labor for the pore"[246]. Nos casos em que a abundância de moeda era contrabalançada por abundância de mercadorias, ou então quando a escassez monetária vinha acompanhada por problemas de abastecimento, o nível de preços permaneceria "indifferent". "Thus it is manifest", concluía ele, "that of two causes proceede three different effects, highe, meane, and low prices"[247].

Após estabelecer este princípio de determinação múltipla dos preços, Maddison retomava então a argumentação anteriormente proposta nos relatórios de seu grupo. Eram os preços, e não as quantidades, os principais determinantes do resultado da balança comercial. Quando há escassez de moeda, os preços domésticos caem e a balança torna-se então desfavorável, causando a exportação de mais moeda – um círculo vicioso que os fluxos mercantis não poderiam, por conta própria, solucionar. Originalmente, a escassez de moeda decorria dos desequilíbrios no mercado internacional de câmbio, que estimulavam a exportação dos metais preciosos do reino:

> [H]ow shall money be regayned ever as the case now standeth when noe silver can be imported but to the M[er]chants hinderance that bringe it or how should our plate or money be kept when it will give p[ro]fitt beyonde the seas to be delivered ther to M[er]chants that for the substance of eighteene receaved there, will paye twenty heare, that this disproportion of 8 in the hundred is true upon triall was approved, and soe long as this proportion continueth, forrayne silver will never come agayne to the minte, and that w[hi]ch is minted will bee exported for gayne as lately hath beene proved.[248]

Por outro lado, a persistência dos problemas de liquidez teria consequências nefastas:

> [A] downfall of Comodetyies and consequently a fall of rents and undoeinge of lease occupants a generall impoverishinge of farmers and desolation of habitations w[hi]ch exceedingly doth presse upon the kingdome and will yet more untill money returne, for that the landowners not understandinge or not willinge to make abatements accordinge to the p[ro]portion of the absence or scarcity of money will have ther lands cast up tenantlesse,

---

[246] *Ibid.*

[247] *Ibid.*

[248] *Ibid.*

> and none to be found by reason of the generall povertye of the kingdome to occupye them, and as yow have harde of greate wants amonge the Clothinge people cryinge out for hunger soe will the land owners, husbandmen and laborers be distressed each one in their degree and beggenye and theevery abound.[249]

Este desequilíbrio cambial poderia ser corrigido de várias maneiras, porém a maior parte delas envolvia alterações nos padrões monetários domésticos. Medidas desta natureza deveriam ser evitadas devido à sua inerente instabilidade: o risco de retaliações no exterior era muito elevado. Assim, para Maddison, a solução ideal era a seguinte: "to foresee by politicke p[re]vidence that money be imported and not for gayne exported againe, and to prevent the exportinge wher gayne is ther is noe Law will stand in force therfore of necessitye the gayne must be taken away"[250]. O principal foco de suas críticas eram os especuladores e aqueles que utilizavam o mercado de câmbio para encobrir operações creditícias: "ther should be a politicke watch or eye over all complots or combinations least under coller of exchange w[hi]ch is a thinge used and first tollerated for necessity it be turned to a bytinge trade of usury"[251]. Enquanto esta possibilidade de ganhos financeiros não fosse removida, toda tentativa de administração da balança comercial, seja por meio da redução dos preços ou quaisquer outras medidas, seria necessariamente ineficaz:

> [T]her must be speciall regard that the Comodetyes of the earth be not villifide in price nor the earth laborers discouraged because many set on labor doe cast up ther labors therby soe in all things the price of our home Comodetyes must be mainteyned least the generall overballance of trade happening by decay of prices inforce a generall want and povertye in the kingdome by meanes aforesayd the efficient cause wherof is the want of money.[252]

A reação de Mun diante destas idéias era sempre a mesma: reafirmar a primazia da balança comercial sobre as movimentações monetárias. Para ele, os supostos efeitos depressivos da desvalorização cambial sobre os preços das exportações eram fruto de raciocínio falacioso: caso uma nação estrangeira depreciasse sua própria moeda, os preços ali se elevariam; os mercadores de outras nações que exportassem artigos para lá também

---

[249] *Ibid.*

[250] *Ibid.*

[251] *Ibid.*

[252] *Ibid.*

venderiam suas mercadorias a preços mais elevados, obtendo, desta forma, o mesmo valor de antes em suas moedas domésticas. Além disto, o aumento dos preços das exportações e a redução dos preços das importações que o controle das operações de câmbio supostamente produziria não era um resultado desejável. Caso as importações chegassem ao reino a um preço 10% menor, "it is very likely that wee shall spend at least 20 p[er] cent in the quantity"; por outro lado, se os tecidos ingleses fossem exportados com aumento de 10% em seu preço, "wee may p[er] adventure lose 40 p[er] Cent in the utterance of a lesse quantity", e a elevação dos preços ainda estimularia o desenvolvimento da produção de artigos semelhantes no exterior[253]. A imposição do "*par of exchange*" não seria capaz de alterar os fluxos monetários entre a Inglaterra e o Continente, pois a taxa de câmbio era determinada pela oferta e demanda internacional por divisas, que por sua vez eram circunscritas pela configuração do comércio internacional – "Soe that wee might plainly p[er]ceive that the moneys w[hi]ch are Carried from us w[i]thin the Ballance of o[u]r trade are not Considerable for they doe retourne unto us againe"[254].

A solução, é claro, passava pelo equilíbrio da balança comercial, e Mun dedicou um documento inteiro à descrição mais detalhada das nuances envolvidas na construção de estimativas empíricas. Sua definição do conceito é a seguinte: "The Ballance of our forraigne trade is a gen[er]all Collection or an accompt of the worth or valewe of all the p[ar]ticuler Comodities exported and imported unto this kingdome both by our selves and by strangers"[255]. Esta "coleção", segundo Mun, deveria ser estimada pelos oficiais alfandegários do reino, que possuíam acesso aos registros relevantes. Mun reconhecia que não seria possível obter uma estimativa perfeita, porém acreditava que, caso o trabalho fosse realizado com zelo, a diferença entre cálculo e realidade seria pequena. Sobre o total das exportações, um adicional de aproximadamente 25% deveria ser agregado, referente

---

[253] Add. MSS. 34.324, ff. 171, 175.

[254] Add. MSS. 34.324, f. 172.

[255] Add. MSS. 34.324, f. 177.

aos lucros dos mercadores, custos de frete, seguros e afins; já no caso das importações, este adicional era apenas pertinente quando estas receitas eram percebidas por agentes estrangeiros – quando pagas a súditos do reino, elas eram apenas "Comutac[i]ons amongst our selves and noe privac[i]on of our Comon stock"[256]. "By judgment", as movimentações invisíveis também poderiam ser incluídas no cálculo do balanço comercial, que então demonstraria "how much the kingdome is yerlie enritched or impoverished by trade".

Caso fosse descoberta uma situação de desequilíbrio, diversas medidas poderiam ser adotadas para conduzir as transações comerciais do reino a um estado mais adequado: aumento dos preços e das taxas sobre mercadorias que apenas a Inglaterra era capaz de oferecer, "that so [...] wee maie besides the vent of the materials gaine soe much of the manufacture as wee can"; redução dos preços e taxas sobre mercadorias que enfrentavam acirrada concorrência no exterior, "untill we fynde that our Land and industrie (w[hi]ch doth produce the said wares) maie otherwaies be ymployed to more advantage of the Comon wealthe"; desenvolvimento da marinha mercante doméstica; estímulo à indústria da pesca e às re-exportações, que dinamizariam a navegação e a atividade mercantil; manufatura de matérias-primas importadas, por meio da quais "wee shall gaine not onlie the Manufacture for the greate releif of the poore, and increase of the kingdoms stock, but also his Ma[jes]tie shall have so much the more custome"; aumento das tarifas de importação, ou então estímulo ao consumo de substitutos produzidos domesticamente visando evitar medidas retaliatórias; eliminação de fornecedores intermediários, importando mercadorias diretamente de sua origem[257]. Havia, assim, inúmeras maneiras de se administrar a balança comercial; olhar para além dela em busca de soluções, porém, seria inútil:

> [L]et this Marchante exc[hange] by bills bee at a high rate or at a lower rate or at a Par or put downe altogeither, lett forraigne Princes enhance their Coines or debase their Standards and lett his Ma[jes]ty doe the like or keepe them Constant as they now stand, Let Forraigne Coines passe Currant here in all paym[en]ts at higher rates then they are now worth at the Minte

---

[256] *Ibid.*

[257] Add. MSS. 34.324, ff. 177-8.

> And lastlie lett all Marchants have lybertie to Carrie out of the Realme what money they please to imploy in trade yet notw[i]thstanding so much money onley wilbee Carried out or brought in to the benefitt or losse of the kingdome as wee shall over or underballance in valewe by our generall Trade w[i]th strangers, and this must come to passe by a necessity beyond all resistance.[258]

* * *

As investigações promovidas pelo *Privy Council* ao longo de 1622 e 1623 resultaram, pois, em uma polarização das interpretações acerca da depressão econômica, seguindo linhas sugeridas, porém não exploradas a fundo, durante o parlamento de 1621. Ao formular sua argumentação de uma maneira que negava veementemente a possível influência de quaisquer outros fatores, Mun e seus associados forçaram o grupo rival – do qual Malynes e Maddison viriam a ser os principais porta-vozes – a também adotar uma postura mais extrema, transformando o debate em uma confrontação aberta entre dois sistemas incompatíveis, mutuamente excludentes. Não fosse pelo senso de urgência imposto pela crise, é provável que esta controvérsia nunca houvesse assumido contornos tão ásperos e radicais. Da forma como as coisas ocorreram, entretanto, seus protagonistas foram induzidos a perseguir suas próprias idéias até as últimas consequências.

3.4 A CRISE E A LITERATURA ECONÔMICA

Gerard de Malynes, Edward Misselden e Thomas Mun. São estes os nomes frequentemente citados nos livros de história como os representantes típicos do pensamento ecônomico da primeira metade do século XVII, na Inglaterra. Os tratados e panfletos de sua autoria, publicados em vida ou postumamente, formam a base a partir da qual as idéias do período foram reconstruídas e avaliadas. Entretanto, restringir a análise historiográfica unicamente a estas obras impressas, em detrimento do debate público mais amplo que as cercava, pode facilmente resultar em uma compreensão apenas parcial, ou até mesmo equivocada, dos problemas em questão e suas possíveis soluções. A relação direta

---

[258] Add. MSS. 34.324, f. 172.

existente entre a produção intelectual destes autores e o cenário recessivo do início da década de 1620 já foi muitas vezes ressaltada em meio a estudos sobre o tema. Mesmo assim, à luz de tudo o que foi dito até agora, torna-se possível perceber de maneira mais clara até que ponto estas contribuições mais formalizadas responderam aos estímulos oferecidos pelas investigações públicas então em curso. O objetivo desta última seção, portanto, é apresentar a controvérsia entre Malynes, Misselden e Mun não simplesmente como uma confrontação abstrata entre sistemas interpretativos distintos, mas sim como o prolongamento de um debate que ocupou grande espaço em meio à esfera pública da Inglaterra durante aqueles anos.

Malynes, Misselden e Mun não eram filósofos, e sim homens de negócios – muito embora os dois primeiros não costumassem perder oportunidades de desfilar sua erudição. Todos eles se auto-intitulavam "*merchants*", porém o termo não se aplica com muita propriedade às atividades de Malynes durante o século XVII. De origem flamenga, ele na verdade pertencia a uma geração anterior à de seus rivais, atuando como mercador estrangeiro em Londres desde meados da década de 1580. Durante as últimas décadas do reinado de Elizabeth, Malynes deteve sólidos laços junto à corte, prestando serviços de inteligência no Continente sob a tutela de Walsingham, e obtendo, assim, imunidade real contra sanções legais decorrentes de alguns negócios escusos em que se envolveu durante a década de 1590. Durante as primeiras décadas do XVII, Malynes passou a se dedicar exclusivamente à promoção de projetos, explorando em particular a atividade mineradora, e também a cunhagem de moedas de baixa denominação. Sua influência junto à corte permaneceu intacta durante a era Salisbury, sendo ele frequentemente convocado, tanto pelo parlamento quanto pelo *Privy Council*, a dar sua opinião sobre problemas monetários – tema no qual ele, filho de um oficial de cunhagem, pretendia estabelecer-se como uma autoridade. Foi também nesta época que Malynes iniciou sua carreria como escritor econômico, publicando suas duas primeiras obras em 1601, e desenvolvendo suas idéias fundamentais acerca do funcionamento do mercado de câmbio em panfletos surgidos ao longo das duas décadas seguintes. Após o fracasso retumbante de seu projeto de

cunhagem durante a década de 1610, Malynes mais uma vez buscou os favores da coroa, porém desta vez sem sucesso; as mudanças drásticas ocorridas no alto escalão da corte após a morte de Salisbury parecem ter cortado seus laços com os núcleos do poder, restando a ele cumprir pena de encarceramento pelos débitos que era incapaz de saldar. Assim, à época da grande crise, além de já se encontrar em idade avançada, as fortunas pública e privada de Malynes estavam em franco declínio, o que certamente explica parte de seu empenho em exercer um papel predominante em meio aos debates públicos (Gauci, 2004a, passim).

A biografia de Misselden, infelizmente, é muito mais obscura do que a de Malynes. Os registros mais antigos que o mencionam datam da década de 1610, quando Misselden já surge como um destacado membro dos *Merchant Adventurers*. Nesta condição, esteve envolvido diretamente nas polêmicas que cercaram a implementação do *Cockayne project*, sendo até mesmo acusado pela nova companhia de atuar como um agente infiltrado pelo antigo grupo dominante com o objetivo de sabotar internamente suas atividades. A partir daquela época, Misselden passou a se dedicar à diplomacia comercial, e sua participação nos debates públicos do início da década de 1620 provavelmente visava atrair a atenção tanto da coroa quanto do primeiro escalão dos *Merchant Adventurers* para suas potenciais virtudes enquanto agente institucional. Se este era o caso, sua estratégia provou-se bem sucedida; a partir de 1623, Misselden tornou-se comissário da *East India Company* em negociações junto às Províncias Unidas, e governador-adjunto dos *Merchant Adventurers* em Delft – cargo este que ocupou até 1633 (Grassby, 2004, passim).

Assim como Misselden, Thomas Mun era um membro consolidado da comunidade mercantil londrina durante as primeiras décadas do XVII. Filho de um mercador e batizado em 1571, Mun ingressou no universo do comércio internacional por meio de seu padrasto, Thomas Cordell, um dos sócios fundadores da *Levant Company*. Mun residiu durante longo tempo na Itália servindo como aprendiz da companhia, e teve sua vida ameaçada ao ser capturado como refém por embarcações bélicas espanholas a meados da década de 1590. Durante os últimos anos do período elizabetano, Mun ainda atuava na *Levant Company*

como empregado de William Garway, um dos mais abastados negociantes ingleses da época; ao início do reinado de James, porém, Mun já se encontrava de volta em Londres, atuando por sua própria conta – entre seus contatos no mundo dos negócios, nesta época, estava ninguém menos do que Lionel Cranfield, a quem concedeu um empréstimo saldado ao final de 1611. Em 1615, Mun ingressou no comitê diretor da *East India Company*, grupo que possuía laços muito próximos com a *Levant Company*, conforme já mencionado anteriormente. Sua trajetória a partir de então esteve estreitamente vinculada às atividades da companhia, e foi na qualidade de seu porta-voz que Mun ingressou nos debates públicos engendrados pela crise (Gauci, 2004b, passim). Entretanto, ao contrário de Malynes e Misselden, Mun ocupava, à época, uma posição sólida no mundo mercantil, e aparentemente desfrutava de prestígio público, o que certamente explica porque ele não se mostrou disposto a se envolver na guerra de panfletos promovida por seus colegas. O trabalho de Mun tinha lugar nos bastidores da política, junto ao parlamento, aos comitês do *Privy Council* e à comissão permanente; suas reflexões mais abstratas, por outro lado, foram cultivadas e amadurecidas com a paciência daqueles que nada precisavam provar.

* * *

Conforme visto há pouco, Malynes e Mun, acompanhados de seus respectivos grupos, já vinham se confrontando mutuamente desde o primeiro semestre de 1622, instigados pelos esforços investigativos promovidos pelo *Privy Council*. Entretanto, estas discussões acerca da crise foram transpostas para o domínio das publicações impressas por obra de um terceiro ator, Edward Misselden, que até então não havia participado diretamente das deliberações públicas. Dois aspectos atraem inicialmente a atenção em *Free Trade, or the meanes to make trade flourisheth* (1622), o panfleto que deu início à controvérsia entre Misselden e Malynes: 1) o caráter bastante restrito da noção de "*free trade*" defendida por Misselden; e 2) o ecletismo de sua análise das causas subjacentes à crise, que em muito lembra os abrangentes relatórios elaborados pelo parlamento de 1621. Misselden, assim como a maior parte de seus contemporâneos, mostrava-se preocupado

em garantir a manutenção da ordem na atividade comercial. Assim, embora o panfleto alardeasse em seu título a causa da liberdade comercial, o que se vê ao longo do texto é uma cuidadosa defesa da estrutura institucional do comércio exterior na Inglaterra, organizado em torno das companhias mercantis.

O terceiro e o quarto capítulos, intitulados respectivamente "Of governed trade, and therein of Monopoly" e "Of want of Government in Trade", tratam desta questão indicada no título do panfleto. Muito embora Misselden dedique grande esforço à definição do conceito de monopólio, e também à identificação daquilo que tranforma os monopólios em algo nocivo à sociedade, o objetivo principal desta exposição parece ser isentar as companhias mercantis de acusações de práticas monopolistas. Misselden inicia sua exposição ressaltando a enorme responsabilidade assumida pelas instituições mercantis do reino: "*Government* is a representation of the *Maiestie* and *Authoritie* of the King. The subiect that is honoured with *Government*, is invested with part of the Kings *Hounour*" (p. 53). Prossegue então argumentando que o comércio ordenado "farre excell the trade of any other forreine Merchants in their ungoverned trade", mas adverte: "But as the *Use* of *Government* is excellent for the restraint of unskilfull and disorderly trade: so the *Abuse* thereof is as inconvenient, if at any time the same be too strict, and come within the compasse of a *Monopoly*" (p. 54). A liberdade comercial, portanto, deveria ser exercida dentro de limites claros, respeitando o princípio fundamental da ordem: "[…] that upon equall and reasonable termes, trading under *Order* and *Government*, without that ill tincture of *Monopoly*, *the Kings high way of trade* should be opened unto all" (p. 55).

Para Misselden, entretanto, restrições da liberdade comercial podem ser colocadas em prática, sem com isto configurar necessariamente um monopólio. Um monopólio é uma restrição da liberdade que ocasiona danos ao bem comum, em geral na forma de manipulações de preços. Desta forma, uma restrição da liberdade pode ser "lawfull and beneficiall", desde que não prejudique o bem-estar público (pp. 58-60). À luz disto, reivindicações radicais de livre participação no comércio exterior não deveriam ser toleradas: "[…] there is no good *Equality* in it, because it is against the *Publique Utility* that all

should be merchants at their pleasure. For that's not equall, that may seeme profitable to one, and bee hurtfull to many" (p. 66). A desordem ocasionada pela livre iniciativa no setor traria consequências nefastas, algo que a concentração das atividades nas mãos das companhias mercantis era capaz de evitar: "[…] such a restraint of the *Publique Liberty* [...] is alwayes to be allowed, when the same is recompenced with a *Publique Utility*" (p. 67). Mais adiante, a necessidade fundamental da ordem no comércio é expressa em termos ainda mais dramáticos:

> Those that Trade without *Order* and *Government*, are like unto men, that make *Holes* in the bottome of that *Ship*, wherein themselves are *Passengers*. For want of *Government* in Trade, openeth a gap and letteth in all sorts of unskilfull and disorderly persons: and these not only sinke themselves and others with them; but also marre the Merchandize of the land, both in estimation and goodnesse: then which there can bee nothing in Trade more preiudiciall to the *Publique Utility* (Misselden, 1622, pp. 84-5).

Assim, a aparente ênfase sobre o tema da liberdade comercial parece fazer parte de uma estratégia argumentativa que buscava inocentar as companhias mercantis das diversas acusações a que haviam sido submetidas durante a última sessão parlamentar, onde os monopólios foram duramente contestados. Isto fica ainda mais claro quando se nota que esta discussão apenas surge, pela primeira vez, já próximo da metade do panfleto. Até então, a atenção de Misselden estivera voltada em outra direção. Já no frontispício, o autor declara seu verdadeiro tema central: "Wherein, The Causes of the Decay of *Trade* in this *Kingdome* are discovered: And the Remedies also to remoove the same, are represented". A epístola dedicatória ao príncipe – onde Misselden afirma que "[…] surely matters of State and of Trade, are involved and wrapt up together" – data de oito de junho de 1622, aproximadamente a mesma época em que o comitê de comércio apresentava seu relatório final ao *Privy Council*; já no início do primeiro capítulo, intitulado "The Causes of the want of Money in England", Misselden registra o impacto público destas investigações ao perguntar: "For what is at this time more enquired after then the *Causes* of the *decay of Trade*?" (p. 4). E então, após mencionar as recentes audiências entre os "choicest wits" do reino, passa a discorrer a respeito daqueles fatores que, em sua opinião, eram responsáveis pelas dificuldades econômicas da Inglaterra.

Misselden organiza sua exposição em torno de uma classificação de inspiração escolástica. As causas da crise, segundo ele, dizem respeito tanto à "matéria" quanto à "forma" do comércio. A matéria do comércio era composta de dois elementos: as mercadorias, matéria "natural"; e a moeda, matéria "artificial". O autor aborda inicialmente a moeda, matéria artificial, e busca entender as razões de sua escassez. A razão "imediata" deste fenômeno, segundo ele, era a sub-valorização das moedas inglesas em relação àquelas de outras nações: "The *Immediate* reasons of the want of money, are either such as *hinder* the *Importation*, or such as *cause* the *exportation* thereof. And *both* these are occasioned by the *under-valuation* of *his Majesties Coine*, to that of our Neighbour *Countries*" (pp. 7-8). Esta sub-valorização, entretanto, não diz respeito a desequilíbrios no mercado internacional de câmbio. O que Misselden pretende argumentar é que as taxas de cunhagem oferecidas no exterior eram superiores àquelas praticadas pela *Mint*, e portanto as moedas internacionais – em especial os *reales de a ocho* – eram atraídas para estas outras nações, em detrimento da Inglaterra. Mais ainda, as moedas inglesas eram correntes no exterior a valores mais elevados do que comandavam domesticamente, se não de maneira oficial, por meio de práticas bancárias informais. Assim, além de inibir a importação de moeda estrangeira, tal situação oferecia estímulo à exportação da moeda doméstica (pp. 8-10).

Misselden reconhece que o consumo suntuário de metais preciosos também agravava a escassez de moeda, porém atribuía a este fator efeitos menos nocivos. Além destas razões imediatas, o autor também lista uma série de razões "remotas". A causa remota "geral", de origem doméstica, era o consumo excessivo de mercadorias estrangeiras, em especial artigos supérfluos. Misselden lamenta que "[…] now a dayes most men live above their callings, and promiscuously step forth *Vice versa*, into one anothers *Rankes*", e lança mão da metáfora de Catão comparando uma nação a uma família: "A *Common-wealth* is like unto a *family*, the *father* or master whereof ought to sell more than he buyeth" (pp. 12-3). Ainda neste tópico, o autor demonstra aceitar a velha lógica mercantil segundo a qual as exportações deveriam ser vendidas a preços altos, e as importações compradas a preços

baixos: “Even so a *Common-wealth* that excessively spendeth the *forreine* Commodities deere, and uttereth the *native* fewer and cheape, shal enrich other *Common-wealths*, but begger it selfe” (p. 13). Em seguida, além desta razão geral, cita uma razão “especial”: o embargo imposto pelos Países Baixos sobre os bens as *East India Company*. Ao discutir este tema, Misselden coloca em evidência a idéia de circulação produtiva do capital subjacente ao raciocínio econômico da época:

> [T]he Common-wealth hath lost the use and employment of the *Stocke* it selfe, and all the encrease of *Trade* which the same might have produced, in the severall *Trades* of the *Subiects*, whereby abundance of *Treasure* might have beene brought into this land in all this time (Misselden, 1622, p. 14).

Uma parcela da responsabilidade também é colocada sobre fenômenos em ação além das fronteiras do reino. Os conflitos bélicos no Continente eram um deles, onde menção explícita era feita às manipulações monetárias ocorridas nos territórios germânicos, e à suposta atração assim exercida sobre os metais preciosos do restante da Europa. Outro fator de destaque era o comércio realizado fora dos limites da Cristandade – “to *Turky*, *Persia*, and the *East Indies*”. A moeda exportada no curso destes negócios saía de circulação para nunca mais voltar, em contraste com o comércio intra-europeu, onde a moeda circulava em um fluxo perpétuo (pp. 17-20). Misselden assim descreve a temeridade deste processo no contexto da Europa de então:

> [I]f the *Common-wealth* of *Christendome* were like to that of *Utopia*, where gold and silver are of lesse esteeme than Iron, it were a brave exchange to lose money to get wares. […] But when *Immooveable* and *Immutable* things came also to be in *Commerce* amongst men, as well as those things which were *mooveable* and fit for change, then came money in use, as the *rule and square* whereby things might receive estimation & value (Misselden, 1622, pp. 20-1).

No segundo capítulo, “The Causes of the decay of Trade, in the Merchandize of England”, Misselden passa então a discorrer sobre as causas por trás da decadência da “matéria natural” do comércio. Já no início da exposição, a doutrina da economia universal é reafirmada:

> And to the end there should be a *Commerce* amongst men, it hath please *God* to invite as it were one Countrey to traffique with another, by the variety of things which the one hath, and the other hath not: that so that which is wanting to the *one*, might be supplied by the *other*, that all might have sufficient (Misselden, 1622, p. 25).

O autor inicialmente se dedica a enumerar aquilo que ele chama de causas "deficientes": a escassez geral de moeda e o embargo sobre o capital da *East India Company*. É neste contexto que Misselden desenvolve a célebre analogia entre as circulações monetária e sanguínea: "For *money* is the *vitall spirit of trade*, and if the *spirits faile*, needs must the *body faint*. And as the *body* of *trade* seemeth to be *dead* without the *life* of *money*: so doe also the *members* of the *Common-wealth*, without their *meanes* of *trade*" (p. 28). Duas causas "eficientes" também são listadas: a usura, questão já adequadamente discutida, segundo Misselden, no pequeno tratado então recentemente publicado por Culpeper; e a proliferação e morosidade dos processos civis, que de acordo com ele vinham prejudicando o dinamismo comercial da nação (pp. 29-34). Em seguida, o autor discute individualmente alguns ramos do comércio exterior inglês, enfatizando em particular a indústria da pesca e a manufatura têxtil. A respeito desta última, Misselden não economiza floreios retóricos:

> [T]he consideration [of clothing] is of very high consequence, and concerneth both the *Soveraign* and the *Subiect*, *Noble* and *Ignoble*, even all sorts, and callings and conditions of men in this *Common-wealth*. For this is said to be a *Flower* of the Kings *Crowne*, the *Dowry* of the *Kingdome*, the chiefe *Revenue* of the King. This is a *bound* to fortifie, and a *bond* to knit the subiects together in their severall socieities. This is the *Gold* of our *Ophir*, the *Milke* & *Honey* of our Canaan, the *Indies* of *England*: and therefore *desire's* and *deserve's* to be had in an everlasting remembrance (Misselden, 1622, p. 40).

Esta atividade absolutamente fundamental se encontrava, porém, em condições precárias devido à influência de uma série de fatores: os efeitos deletérios do *Cockayne project*; baixa qualidade da manufatura doméstica; exportações de matérias-primas; tarifação excessiva dos artigos exportados; local inadequado da residência dos *Adventurers* no exterior; guerras continentais; e, por fim, as tarifas abusivas cobradas pelas Províncias Unidas sobre o consumo de tecidos ingleses (pp. 41-52).

Ao longo do terceiro e quarto capítulos, já discutidos, Misselden dedica-se então a avaliar os problemas pertinentes à "forma" do comércio – ou seja, a adequada organização comercial, ou falta dela. Assim, a interpretação da crise proposta por ele neste primeiro panfleto é uma coleção de causas que parecem operar de maneira mais ou menos simultânea, sem qualquer hierarquia bem definida entre si. Mais do que isto, Misselden enumera, lado a lado, mecanismos essencialmente monetários, como a sub-valorização relativa da moeda inglesa, e processos de natureza comercial, a exemplo do consumo

excessivo de importações e das deficiências domésticas da indústria têxtil. Após estabelecer, no quinto e sexto capítulos, que estas deficiências afetam tanto a honra do soberano e as receitas da coroa, por um lado, quanto a prosperidade da nação, por outro, Misselden passa então, no sétimo e último capítulo, a discorrer sobre as soluções adequadas para todos estes problemas. Também aqui as medidas listadas são inúmeras, a cada deficiência correspondendo um remédio: *enhancement* da moeda doméstica, visando evitar sua exportação; uso corrente de moedas estrangeiras em território doméstico; aplicação dos *Statutes of Employment*; restrição ao consumo suntuário de importações; regulação da manufatura têxtil; estabelecimento de uma corte mercantil, visando agilizar o julgamento de processos de natureza comercial; e a negociação de um acordo monetário com as Províncias Unidas, entre diversos outros (pp. 102-34).

É apenas aqui, na última seção do panfleto, que Malynes é mencionado pela primeira vez. Após discutir maneiras de inibir a exportação de moeda, e também de atraí-la para dentro do reino, Misselden afirma: "Neither of which can be done by that *Par* of Exchange, which is now againe in agitation, and hath taken more then twenty yeeres to bring it to perfection" (p. 104). Logo após esta referência pouco velada, ele trata então de refutar a argumentação de Malynes quanto ao impacto dos desequilíbrios cambiais: "For it is not the rate of Exchanges, but the value of monies, here lowe, elsewhere high, which cause their Exportation: nor doe the Exchanges, but the plenty or scarcity of monies cause their values" (p. 104). Para Misselden, uma taxa de câmbio mais elevada terminaria por desestimular a oferta de letras de câmbio na praça londrina, induzindo os mercadores a remeter seus saldos em espécie. Ao invés do controle cambial, Misselden acredita que a melhor forma de impedir a exportação de moeda seria por meio de *enhancements* no meio circulante doméstico. Embora plenamente ciente das implicações inflacionárias desta política, o autor, em contraste com a ampla maioria das vozes públicas da época, demonstra pouca preocupação com o aumento generalizado dos preços domésticos:

> [F]or the dearnesse of things, which the *Raising* of *Money* bringeth with it, that will be abundantly recompensed unto all in the plenty of *Money*, and quickning of Trade in every mans hand. And that which is equall to all, when he that buye's deare shall sell deare, cannot be said to be iniurious unto any. And it is much better for the *Kingdome*, to have things deare with plenty of *Money*, whereby men may live in their severall callings: then to

> have things cheape with want of *Money*, which now makes every man complaine (Misselden, 1622, pp. 106-7).

A meados de 1622, portanto, Malynes se viu forçado a defender suas idéias em duas frentes distintas: perante Mun e seus aliados, em meio às investigações promovidas pelo *Privy Council*, que ainda estavam longe de seu fim; e perante Misselden, retornando a um universo que já lhe era familiar, o da circulação de panfletos pela capital do reino. Ao tentar desacreditar o projeto do "*par of exchange*", Misselden havia inclusive citado uma passagem de *A treatise of the canker of England's common wealth* – publicado por Malynes em 1601 – visando levantar suspeitas de que o autor promovia sub-repticiamente os interesses holandeses, o que só tornava ainda mais premente a necessidade de uma réplica. Antes de analisar a reação de Malynes, porém, vale ressaltar que essa disputa intelectual também envolve um conflito entre dois grupos de interesse bem definidos. Misselden, conforme visto, era um membro do "*establishment*" mercantil. Ao discutir o problema da organização do comércio exterior, em *Free Trade*, dedicou comentários elogiosos à atuação de cada uma das companhias mercantis do reino, individualmente, enfatizando em particular a excelência dos serviços prestados pela sua própria companhia, os *Merchant Adventurers*. Já Malynes, a esta altura, não mais possuía laços sólidos com a comunidade mercantil londrina, tendo há muito abdicado de sua carreira como mercador. Por motivos pouco claros, Malynes havia se tornado uma espécie de porta-voz público dos *Merchants of the Staple*, a antiga companhia encarregada das exportações de lã bruta, detentora de enorme poder e influência durante o final da Idade Média, e que fora eclipsada com o desenvolvimento da manufatura têxtil em território inglês e a consequente ascensão dos *Adventurers*. No contexto da crise, a estratégia adotada pelos *Staplers* foi se unir às demais vozes que protestavam contra as restrições excessivas praticadas pelos *Adventurers* no setor têxtil, argumentando que seus tradicionais direitos lhe garantiam liberdade para exportar artigos lanígeros para as áreas privilegiadas da toda-poderosa companhia – uma agenda que Malynes também se esforçou em promover.

O desafio oferecido por Misselden, porém, era bastante diferente daquele proposto por Mun e seus colegas. Da forma como Misselden apresentou seu contraponto, a disputa

parecia se reduzir à seguinte questão: qual a melhor forma de solucionar a crise de liquidez, controlar o mercado de câmbio ou promover *enhancements* da moeda doméstica? Malynes, é claro, tinha sua resposta pronta e ensaiada. Já na epístola dedicatória ao rei – datada de 25 de outubro, próximo à época da criação da *Standing Commission* – ele retomava sua velha idéia de que as atividades comerciais eram realizadas de acordo com três "*essentials*": mercadorias, moeda, e letras de câmbio. O problema da argumentação de Misselden, segundo ele, era que, apesar de investigar a moeda e as mercadorias, o autor simplesmente ignorou o problema do câmbio:

> [T]he Author, either ignorantly or wilfully, hath omitted to handle *The Predominant Part of Trade*, namely, *the Mystery of Exchange*: which is the *Publicke measure* between us and other Nations, according to which, all our Commodities are bought and sold in forraine parts: his only *Scope* being, to have the Moneys of the Kingdome inhaunced in price, and the forraine Coynes made Currant within the Realme at high Rates, (whereby great inconvenience will follow) (Malynes, 1622a, pp. iii-iv).

Malynes procura estabelecer sua própria autoridade na área mencionando as investigações sobre o problema do câmbio recentemente promovidas pelo *Privy Council* sob a liderança de Mandeville, das quais ele havia sido convocado a participar; após fazê-lo, apresenta então a proposta de controle das operações cambiais como uma simples questão de justiça comutativa entre as nações – "the Rule of iustice grounded upon *Aequality* and *Aequity* according to *ius gentium*, which is chiefly maintained by the *Lawe Merchant*" (p. v).

O panfleto tem início com uma metáfora que busca estabelecer as relações existentes entre as três partes "essenciais" do comércio:

> *The First* as the *Body*, upheld the world by *Commutation* and *Bartring* of commodities, untill money was devised to be coyned
>
> *The Second*, as the *Soule in the Body*, did infuse life to Traffique by the meanes of *Equality* and *Equity*, preventing advantage between Buyers and Sellers
>
> *The Third*, as *the Spirit and faculty of the soule* (being seated every where) corroborateth the *Vitall spirit* of *Traffique*, directing and controlling (by iust proportions) the prices and values of commodities and monyes (Malynes, 1622a, p. 2).

A função da moeda, portanto, era dinamizar as transações comerciais – "infuse life to Traffique" – por meio de sua existência como medida pública do valor, um denominador comum das trocas que assegurava a justiça comutativa dentro de cada nação. O câmbio internacional, por sua vez, desempenhava exatamente a mesma função em meio às trocas internacionais:

> Now even as monyes were invented to bee coyned of the purest mettals of *silver* and *gold* to be the Square and Rule to set a price unto all commodities and other things whatsoever within the Realme, and therefore called *Publica Mensura*: even so is *exchange of monyes by Bills, The Publike Measure* betweene us and forraine countries, according to which, all commodities are bought and sold in the course of Traffique; for this exchange is grounded upon the *weight*, *fineness*, and *valuation* of the money of each countrey: albeit the price thereof in exchange doth rise and fall according to scarcity and plenty of money, and the few or many deliverers and takers thereof (Malynes, 1622a, pp. 2-3).

O problema, segundo Malynes, é que alguns negociantes dedicavam-se ao comércio de mercadorias, outros ao comércio de moeda, outros ao comércio de letras de câmbio, ou então a todas estas modalidades ao mesmo tempo. Os lucros privados a serem obtidos com estas operações, porém, frequentemente não tinham contrapartida no aumento do bem-estar público, e portanto o governo deveria vigiá-las de perto – "*Princes* and *Governours* are to sit at the *sterne* of the course of *Trade* and *Commerce*" (pp. 3-4). Mercadores eram partes interessadas, logo sua opinião deveria ser ouvida com algumas ressalvas. Mais do que isto, eles frequentemente não detinham toda a informação necessária para julgar a conveniência das operações cambiais em que se envoviam:

> True it is, that they observe within the Realme to keep the price of money at a Stand, according to the Kings valuation: but in forraine parts, they runne with the streame, headlong downe with other nations, without consideration of their owne hinderance. Merchants doe not know the *weight* and *finenesse* of monyes of each Countrey, and the proportions observed betweene Gold and Silver, nor the difference of severall Standards of coyne; a matter so necessary for them to know, to make thereby profitable returnes of the provenue of our home commodities, either in *Money*, *Bullion*, or *Wares* (Malynes, 1622a, p. 4).

Em face de todas estas considerações, desequilíbrios cambiais estavam fadados a ocorrer caso não houvesse controle sobre o funcionamento deste mercado. As transações comerciais, é verdade, não dependiam necessariamente da moeda e do câmbio – no príncipio, afinal, tudo era escambo. Entretanto, no momento em que estas duas instituições políticas entravam em operação, sua influência sobre os fluxos comerciais se tornava irresistível. A moeda determinava o movimento dos preços, e com isto a movimentação das mercadorias; as flutuações do câmbio, da mesma forma, determinavam o preço internacional das moedas e também o seu rumo. Em um contexto em que moeda, mercadorias e letras de câmbio interagem livremente, "the course of exchange (which is the most neglected) will bee found to bee the *efficient Cause*, which with us is Praedominant, and overruleth the course of Monyes and Commodities" (p. 5). Ou na terminologia favorita de

Malynes, "*exchange of moneys* betweene Countrey and countrey […] being therein the thing *Active*, and *Commodities* & *Monyes* are become things *Passive*" (p. 6).

Após estes esclarecimentos iniciais, Malynes passa então a avaliar separadamente os diversos argumentos apresentados por aquele a quem chama, de maneira sutilmente derrogatória, de "*Moderne Merchant of Hackney*". A "causa imediata" da escassez de moeda, primeiro tópico abordado por Misselden, oferece-lhe a oportunidade ideal para expor mais a fundo suas idéias acerca do funcionamento do mercado de câmbio. A exportação de *reales de a ocho* para outras nações, em detrimento da Inglaterra, só se tornava atrativa porque os mercadores que detinham estes saldos monetários poderiam, posteriormente, remetê-los à Inglaterra utilizando uma baixa taxa de câmbio – obtendo, portanto, um valor maior em moeda doméstica do que ocorreria caso trouxessem os *reales* diretamente para dentro do reino (pp. 12-4). Tais ganhos seriam eliminados caso a taxa de câmbio correspondesse ao valor intrínseco das moedas, removendo assim o incentivo para remessas de moeda em espécie:

> For the *Rule* is infallible, That when the exchange doth answer the true value of our moneys according to their *intrisicke weight and finenesse*, and their *extrinsicke valuation*: They are never exported, because the *Gayne* is answered by exchange, which is the Cause of Transportation. This cause being prevented, maketh the effect to cease (Malynes, 1622a, p. 14).

A solução proposta por Misselden era inadequada porque os mercadores estrangeiros – ao contrário de seus pares ingleses – levavam o conteúdo metálico das moedas em consideração ao realizar suas operações cambiais, de forma que desvalorizações do conteúdo metálico da moeda de conta inglesa seriam imediatamente repassadas para a taxa de câmbio. Buscando dar ainda mais peso a seu argumento, Malynes então cita os trabalhos de um comitê público criado em 1576 com o objetivo de investigar as condições do mercado internacional de câmbio, do qual fizeram parte Sir Nicholas Bacon, Burghley, Walsingham, Gresham e Richard Martin, entre outros. Em suas consultas, este comitê identificou uma série de maneiras por meio das quais financistas internacionais eram capazes de exportar moeda inglesa para seu próprio benefício, utilizando para tanto apenas os mecanismos do mercado de câmbio. Mas apesar de corroborar a pertinência dos tópicos levantados, Malynes reprovava os inúteis esforços de Gresham visando manipular o

mercado de câmbio por meio da oferta de moeda – o objetivo seria alcançado de maneira muito mais eficiente através do simples controle das operações cambiais (pp. 15-8).

Ao discutir o problema do desequilíbrio comercial, ou o consumo excessivo de importações, Malynes segue defendendo a influência primordial exercida pelo mercado de câmbio sobre os fluxos de mercadorias. Aqui, a argumentação de Malynes é idêntica àquela encontrada nos documentos apresentados perante a *Standing Commission*. A principal causa dos desequilíbrios comerciais não era a quantidade de mercadorias importadas e exportadas, mas sim seus preços relativos. A desvalorização da moeda doméstica no mercado cambial ocasionava uma alteração nos preços relativos das mercadorias do reino e do exterior, tornando estas mais caras, aquelas mais baratas. O desequilíbrio comercial assim configurado, quando associado aos ganhos de arbitragem disponíveis em operações cambiais, resulta em exportação da moeda doméstica e diminuição do meio circulante, o que por sua vez exerce um efeito depressivo sobre toda a atividade comercial do reino, forçando os mercadores ingleses a negociar em condições de crédito desfavoráveis. No exterior, o efeito era inverso: aumento da oferta monetária e dos preços, crédito frouxo e pujança comercial. Por fim, a importação de moeda seria inviabilizada pelo baixo valor intrínseco do meio circulante no exterior – o que torna pouca atrativa sua remessa em espécie – e pela escassa oferta de letras de câmbio a serem resgatadas em Londres, em razão da reduzida taxa de câmbio. Os detentores de saldos no exterior seria forçados, assim, a empregar seus recursos em mercadorias estrangeiras com preços elevados, agranvando ainda mais o desequilíbrio comercial (pp. 22-4).

Malynes reconhece o acirramento da concorrência nos mercados internacionais de tecidos, porém mesmo assim não acredita que a redução dos preços fosse uma alternativa desejável: “vilifying the price of Wares, can never establish a Trade, and make Commodities more vendible; for this course is violent, and *Nullum violentum perpetuum*” (p. 47). A redução dos preços dos artigos exportados traria como consequência reduções equivalentes nos preços das matérias-primas e nas rendas fundiárias – assim, embora o mercador pudesse até mesmo lucrar vendendo maior quantidade a preços mais baixos, as consequências

seriam negativas para o reino como um todo (pp. 56, 75). Para ele, a baixa qualidade da manufatura doméstica era um fator mais relevante na determinação da demanda pelos tecidos ingleses do que os preços praticados pelos mercadores; da mesma forma, também culpa as práticas excessivamente restritivas dos *Adventurers* pelas dificuldades encontradas pela Inglaterra no escoamento da produção têxtil (pp. 46-52). Mas apesar de suas investidas contra a companhia, Malynes também se mostra bastante preocupado com a manutenção da ordem na esfera do comércio exterior, sendo até mesmo capaz de elogiar timidamente seu adversário ao dizer que, acerca deste tema, "the said Author hath made good distinctions" (pp. 65-73).

Mas apesar destes e alguns outros desvios, a atenção de Malynes, durante praticamente todo o panfleto, está voltada para aquilo que entende ser o problema fundamental, o mercado de câmbio. Enquanto *publica mensura*, Malynes acredita que o valor da moeda seja constante: "[…] much lesse doth Plenty or Scarcity of monyes cause their values, it being contrary to the nature and property of money. *The publike Measure*, the yard doth measure the Cloth, but the Cloth doth not measure the yard" (p. 62). Da mesma forma, deseja que a taxa de câmbio, medida internacional de valor, permaneça constante, de acordo com a paridade metálica das moedas. Caso os ganhos de arbitragem em operações cambiais, estímulo primordial para exportação de moeda, sejam removidos, todas as demais manipulações monetárias se tornarão ineficazes:

> [N]either difference of weight, finenesse of Standard, proportion betweene Gold and Silver, or the proper valuation of moneys, can be any true causes of the exportation of our moneys: so long as a due course is held in exchange, which is founded thereupon (Malynes, 1622a, p. 83).

O desequilíbrio comercial não deveria ser entendido como uma das razões por trás da crise de liquidez, pois também ele era causado pela própria sub-valorização da moeda doméstica nos mercados internacionais de câmbio. Uma vez que o controle das operações cambiais fosse colocado em prática, e as trocas monetárias então ocorressem apenas de acordo com o "*par of exchange*", o problema seria finalmente resolvido – "and all other *Remedies* are *Defective*" (p. 89).

Malynes intensificou o debate, pois, ao concentrar suas atenções sobre o problema do câmbio em detrimento de todas as demais explicações para a crise – as confrontações prévias perante o *Privy Council* provavelmente já o haviam predisposto para tanto. No entanto, muita coisa mudou ao longo do ano que separa as publicações de *Free Trade* e de *The Circle of Commerce*, a tréplica de Misselden surgida em junho de 1623. Em primeiro lugar, Misselden havia se aproximado da *East India Company*, o que se reflete em diversos comentários elogiosos acerca das atividades da companhia, e também no abandono das ressalvas à exportação de moeda para fora dos limites da Cristandade. Misselden já foi diversas vezes reprovado, em estudos sobre a época, por conta desta suposta volubilidade, porém tais críticas parecem um tanto exageradas. Embora seja razoável supor que as observações a respeito da exportação de prata para o Oriente tenham sido suprimidas em razão de seus novos laços mercantis, a abordagem deste tema em *Free Trade* não parece ter por objetivo culpar a *East India Company* pela escassez de moeda. A argumentação é apresentada de maneira bastante ampla, como um problema abstrato que afetava a dinâmica das relações comerciais entre a Europa e o resto do mundo. Mais adiante, ao discutir o problema da organização comercial, Misselden fala especificamente da *East India Company* em tom de aprovação, reverenciando inclusive os panfletos recentemente publicados por Digges e Mun – o que parece indicar que o autor não nutria qualquer animosidade em relação àquele grupo mercantil (Misselden, 1622, pp. 77-8).

Durante os últimos meses de 1622 e o início de 1623, os trabalhos da comissão permanente também avançaram a passos largos, colocando em maior evidência o conflito que se desenvolvia entre os grupos de Malynes e Mun. Misselden não fazia parte da comissão, porém neste caso sua ligação mais próxima com os mercadores das Índias Orientais pode ter gerado implicações mais importantes, uma vez que Mun – um dos membros mais proeminentes da companhia – vinha ocupando, ao que tudo indica, um lugar de destaque em meio aos trabalhos do seleto grupo investigativo. Ao discutir as atividades da *East India Company* em seu segundo panfleto, ele fala de Mun nos seguintes termos:

> I shall therefore leave this subiect to him, that hath already so worthily laboured therein: of whom, I hope it will bee thought no flattery, if I say, that his observation of this trade, his iudgment in all trade, his diligence at home, his experience abroad, have adorn'd him with

> such endowments, as are rather to be wisht in all, then easie to bee found in many Merchants of these times (Misselden, 1623, p. 36).

Seja como for, Misselden modificou completamente sua estratégia argumentativa nesta nova obra, cujo subtítulo – "Or the balance of Trade, in defence of Free Trade" – já indicava a mudança de foco. Já na epístola, suas renovadas intenções vêm à tona de maneira mais clara. Desta vez, a obra não é dedicada a nenhum personagem real, mas sim ao então *Lord Treasurer* Cranfield, àquela época já elevado à condição de Conde de Middlesex. Misselden se esforça em estabelecer a excelência do balanço comercial enquanto instrumento de avaliação do comércio internacional, ao mesmo tempo em que atribui a Cranfield o mérito de havê-lo resgatado em meio à vida pública da Inglaterra:

> For although the *Ballance of Trade*, is an ancient *Piece*, which in elder times, hath beene in great use in this Kingdome, as I shall shew in this *Circle*, in it's own *Angle*: yet it was almost worne out and defac't, but renew'd and refresh't by none, but by *Your Lordship* onely. When the *Eye of Heaven*, in the *Eye of the King*, had look't upon *You*, and pickt *You* out, and plac't *You* in a higher *Orb*; *You* were first seene in this *Circle*, of the *Ballance of Trade*: other faire *Pieces You* had, but this was *Your Master Piece*, because all the rest had reference unto this. For all your services done to *The King*, and in *The King*, *The Kingdome*: of what *Longitude*, or *Latitude* soever those *Pieces* were, you tryed them all by this *Scale*: *You* discerned the *Right* from the *Oblique*, by this *Circle*, by this *Parallel* (Misselden, 1623, pp. iv-v).

Logo em seguida, Misselden inicia seus ataques contra Malynes, dizendo que apenas pessoas ignorantes acreditariam na existência dos "mistérios do câmbio" descritos por seu rival, mas que Cranfield, com todo seu conhecimento do mundo mercantil, não se deixaria enganar. Malynes havia buscado, é verdade, refutar em detalhes a argumentação de Misselden; porém apesar de algumas observações um pouco mais incisivas, seria um exagero qualificar como agressivo o tom de sua réplica. Misselden, pelo contrário, não se preocupou em restringir seu ímpeto difamatório. Em meio a suas inúmeras investidas, tornou a acusar Malynes de ser um agente holandês infiltrado na Inglaterra; insinuou que este nunca havia sido um mercador, e portanto não entendia o funcionamento do comércio internacional; ridicularizou sua habilidade com idiomas, desqualificando assim sua interpretação dos autores clássicos; descreveu suas obras como meras coleções de idéias plagiadas de terceiros; e colocou em dúvida, enfim, a própria capacidade inteletcual do rival – "Himself, his subiect, much more his rude stile, and unmannerly manner of writing, deserve contempt rather than the honour of an answer" (p. 4).

A primeira parte do panfleto, que ocupa mais da metade de sua extensão total, é dedicada à refutação das objeções de Malynes; aqui, Misselden concentra seus esforços em inflamar a controvérsia, disparando ofensas e comentários derrogatórios, citando fontes clássicas à exaustão, e também construindo longos raciocínios conceituais que não parecem afetar diretamente os principais pontos em disputa, funcionando antes como uma demonstração de erudição. Antes de qualquer outra coisa, Misselden finalmente se lança sobre o problema do câmbio, recuperando algumas das categorias escolásticas que já havia utilizado em *Free Trade* para argumentar que as letras de câmbio eram necessariamente parte ou da "matéria", ou da "forma" do comércio, e portanto não poderiam constituir um terceiro elemento independente (pp. 7-8). Mais adiante, justifica a ausência do tema em sua publicação anterior, qualificando-o como irrelevante para os propósitos da investigação (p. 12). Agora determinado a refutar a argumentação de seu antagonista, Misselden concorda que a moeda seja a medida pública do valor, porém não aceita que a taxa de câmbio desempenhe papel semelhante em meio às trocas internacionais:

> The *Proposition* is true, that money is *Publica mensura*: but the *Reddition* is false, that the *Exchange* is the publique measure between us and forraine Nations, whereby Commodities are bought and sold in the course of traffique. For Merchants, as I have shewed, doe use to value the Commodities of every Countrie, by the finenes or basenes of the money of each Countrey, and by their observation, whether the same Commodities are in more or lesse request, and not by the *Exchange*. For it is not the rate of *Exchange*, whether it be higher or lower, that maketh the price of Commodities deare or cheape, as *Malynes* would here inferre; but it is the plenty or scarcitie of Commodities, their use or *Non*-use, that maketh them rise and fall in price. Otherwise if *Malynes* rule were true, that the prices of Commodities should perpetually follow the rates of *Exchange*; then Commodities should all rise and fall together, as the *Exchange* riseth or falleth. But Merchants of experience know, that commonly one Commodity riseth, when another falleth: and that they fall and rise, as they are mor or lesse in request and use (Misselden, 1623, pp. 20-1).

A taxa de câmbio está sujeita a flutuações, e assim sempre esteve, até mesmo durante as últimas décadas do período elizabetano – época citada por Malynes como um precedente para suas propostas de controle das operações cambiais. O valor das moedas nos mercados internacionais era determinado por sua oferta e demanda relativas:

> [M]y denyall of his *Par of Exchange*, is confirmed, with and undenyable argument, of *The plentie or scarcitie of moneys*, which perpetually doth cause the Exchanges to rise and fall: and which doth as certainely, in forraine parts where monies goe uncertaine, rule their *Values* or denomination, as the plenty or scarcity of Commodities doth their *Price* (Misselden, 1623, p. 69).

Além disto, o argumento de que os preços das mercadorias flutuam de acordo com a variação da taxa de câmbio é classificado por Misselden como um "*Petitio principii*, *A begging of the question*, without any truth or proofe" (p. 33) – muito embora ele implicitamente aprove a política de exportar a preços altos e importar a preços baixos, ao argumentar que era exatamente isto que os *Adventurers* faziam (pp. 31-2). Mesmo assim, as condições competitivas no mercado internacional de tecidos não eram favoráveis à Inglaterra: os preços dos artigos produzidos nas regiões rurais da Alemanha não acompanhavam as desvalorizações monetárias, tornando-se mais baratos em termos relativos (p. 39); e a manufatura continental, por outro lado, não dependia mais das matérias-primas britânicas para seu bom funcionamento (p. 51). Problemas como estes não seriam corrigidos por meio do controle das operações cambiais – medida que instituiria, ademais, um monopólio mais nocivo do que qualquer outro (p. 66).

Na segunda parte do panfleto, Misselden busca expor suas próprias idéias acerca do funcionamento do mercado de câmbio e da configuração dos fluxos de comércio internacional, sua argumentação agora estruturada de maneira mais clara. O autor retoma sua investigação conceitual sobre o câmbio, argumentando: "*Exchange* and *Permutation*, and *Commutation* are all one. *Exchange* is a kind of *Commerce* exercised in mony, in merchandize, in both, in either; of one man with another, of one Country with another" (p. 93 [79]). O valor intrínseco das moedas de fato indica uma taxa de câmbio "natural", porém esta relação serve apenas como um eixo em torno do qual as trocas monetárias se organizam; caso a flutuação cambial fosse eliminada, o próprio incentivo para utilização do mercado de câmbio desapareceria:

> [T]he finenes of monies, is that *Cynosure* or *Center,* whereunto all *Exchanges* have their naturall propension. But if you should so limit or restraine *Exchanges*, that no man should take or deliver any mony, but according to the iust finenes: then the use of *Exchanges* in all places would be taken away. For then there would be no advantage left neither to him that delivereth, nor him that taketh, when mony must be answered with mony in the same *Intrisique* value. For as it is the goodnes of a Commodity that directeth the price; yet that price is greater or lesse, according to the use of the thing, or the iudgement of the buyer and seller: even so, it is the finenes of mony, that directeth the price or value of the *Exchange*, yet that price is greater or lesse according to the occasions of both parties contracting for the same (Misselden, 1623, pp. 97-8 [83-4]).

Na prática, as trocas monetárias internacionais não adotavam o câmbio "natural", mas sim o câmbio "político", orientando-se pelo valor de face das moedas e respondendo às condições conjunturais em que estas operações eram realizadas:

> The *Politique Exchange*, is when mony is exchanged value for value, according to the *extrinsique* or outward valuation. Such as is the *intrinsique* finenes to the *naturall Exchange*, such is the *extrinsique* value to the *Politique Exchange*. Where in Merchants are wont to reckon the certaine value of mony in finenes, at an uncertaine valuation, in denomination and accompt: sometimes at a higher, sometimes at a lower rate. Which is therefore in Merchants termes, called the *price*, or *course*, or *rate* of the *Exchange*. And this valuation is thus uncertaine, because it is greater or lesse, according to the circumstances of *time*, and *place*, and *persons*. Of *time*, when money is taken by *Exchange* for longer or shorter time. Of *place*, where mony is more plentifull or scarse. Of *persons*, when the party taking mony, is of greater or lesse credit, or hath more or lesse need thereof. In all these respects, the rates of monies delivered and taken by *Exchange*, are always more or lesse (Misselden, 1623, p. 98 [84]).

Além disto, uma vez que a realização de ganhos financeiros dependia não apenas da operação de câmbio original, mas também de um posterior recâmbio, o lucro a ser obtido nunca poderia ser conhecido de antemão, dependendo, pelo contrário, de "manifold occurrents which are contingent to trade" (pp. 98-9 [84-5]).

Misselden se esforça por refutar os exemplos concretos apresentados por Malynes, porém suas conclusões já estão sempre garantidas pelas próprias premissas. O que os distingue é que, para Malynes, as desvalorizações metálicas ocorridas no exterior não eram corretamente percebidas pelos agentes ingleses envolvidos no mercado de câmbio, fazendo com que estas alterações não fossem transmitidas de maneira adequada para a taxa de câmbio; Misselden, por outro lado, acredita que as mudanças no valor intrínseco das moedas estrangeiras eram imediatamente repassadas para a taxa de câmbio, e que, portanto, os desequilíbrios cambiais alardeados por Malynes eram, na prática, impossíveis (pp. 102-4 [88-90]). Mais ainda, a determinação das taxas de câmbio seguia o curso "natural" da oferta e demanda por moeda: "as all other Naturall things must have their course, so also must *Exchanges*, and will no more endure a forst *Par* to be put upon them, then the market will endure to have the prises of all things prefixed or set" (p. 105 [91]). Operações cambiais eram contratos mútuos e consensuais, o que tornava estéreis os esforços de especulação e manipulação financeira descritos por Malynes: "trade hath in it such a kinde of naturall liberty in the course and use thereof, as it will not indure to be forst

by any. If you attempt it, it is a thousand to one, that you leave it not worse then you found it" (p. 112 [98]).

Concluídas as explicações sobre o câmbio, Misselden passa então a discorrer sobre aquilo que, segundo ele, constitui o verdadeiro centro do "círculo do comércio": a balança comercial. Logo no início, apresenta uma formulação bastante clara e incisiva do princípio da balança comercial favorável:

> If the Native Commodities exported doe waigh downe and exceed in value the forraine Commodities imported; it is a rule that never faile's, that then the Kingdome growe's rich, and prosper's in estate and stocke: because the overplus thereof must needs come in, in treasure (Misselden, 1623, p. 117 [103]).

Buscando conferir maior peso ao seu argumento, Misselden se dedica a descrever os precedentes da utilização deste instrumento na Inglaterra. Primeiramente, cita uma estimativa do comércio internacional do reino compilada durante o reinado de Edward III, ainda durante o período medieval, supostamente encontrada em meio aos registros do *Exchequer*. Logo em seguida, apresenta o balanço comercial elaborado por Cranfield e Wolstenholme alguns anos antes, notando que, embora ainda houvesse àquela época um saldo positivo nas transações comerciais com o exterior, este era muito menor do que o verificado a meados do século XIV (pp. 118-23 [104-9]). O autor então oferece uma série de recomendações práticas para a compilação adequada do balanço comercial do reino, antes de apresentar sua própria estimativa para o período 1621-2. De acordo com seu levantamento, a Inglaterra agora incorria em um saldo negativo no comércio com o resto do mundo. A conclusão, portanto, era óbvia:

> So then we see it to our griefe, that wee are fallen into a great *Under-ballance of Trade* with other Nations. Wee felt it before in sense; but now we know it by science: wee found it before in operation; but now wee see it in speculation: Trade alas, faile's and faint's, and we in it (Misselden, 1623, p. 130 [116]).

Assim como o mercador observava seus gastos e receitas, visando acompanhar a evolução de seu próprio patrimônio; assim como o pai de família deveria sempre zelar para que suas despesas não excedessem seus rendimentos; também ao soberano – "The *Royal Merchant, the Regall Father of that great family of a kingdome*" – cabia preservar a balança comercial do reino em equilíbrio, ou então observar, impotente, a decadência do comércio, a perda de suas receitas e a miséria de seu povo (pp. 130-1 [116-7]). Misselden tenta até

mesmo reinventar o discurso que desenvolvera em *Free Trade* nestes novos termos, argumentando que todos os problemas ali identificados conduziam, em última análise, ao desequilíbrio da balança comercial. A solução da crise na Inglaterra passava necessariamente pela reforma de algumas atitudes morais: eliminar a prodigalidade dos ricos e a indolência dos pobres, seguindo o exemplo oferecido pelos vizinhos dos Países Baixos. Ali, abundava toda sorte de matérias-primas e artigos manufaturados, porém com um propósito específico: "not to breed or feed home-bred *Consumption*, but to maintaine *Trade* and *Forraine Negotiation*" (p. 135 [121]). Eram estas e outras medidas semelhantes que tornariam a balança comercial da Inglaterra mais uma vez favorável, trazendo consigo a prosperidade de volta ao reino – "All the mysteries of other Exchanges are hidde in this mystery" (p. 142 [128]).

O segundo panfleto de Misselden representa, portanto, uma mudança significativa em relação a sua argumentação original. Desaparecem as preocupações com as taxas de cunhagem da Inglaterra e com o valor corrente das moedas domésticas no exterior, surgindo em seu lugar uma preocupação monotônica com a balança comercial – provável fruto de seu contato com o trabalho que vinha sendo desenvolvido por Mun junto à *Standing Comission*, sob os auspícios de Cranfield. Em sua réplica final, Malynes percebeu claramente esta mudança súbita de atitude, insinuando que Misselden não passava, na verdade, de um fantoche de Mun, e que por isto mesmo não havia comparecido perante a comissão permanente em nenhuma das ocasiões em que fora convocado (Malynes, 1623, pp. 113-4). Embora a estratégia retórica adotada por Malynes seja diferente, o cerne da argumentação desenvolvida em *The Center of the Circle of Commerce*, surgido ao final de 1623, não apresenta grandes novidades. Assim como fizera Misselden, Malynes reduz toda sua exposição a um elemento essencial, o seu "centro" do círculo do comércio; para ele, o verdadeiro eixo que estrutura toda a atividade comercial não é a balança comercial, conforme pretende seu oponente, mas sim a perspectiva do ganho, da recompensa material. "[G]aine [...] beareth the sway in all humane actions", e enquanto esta verdade

fundamental não for adequadamente considerada, o bem-estar público estará continuamente ameaçado (pp. vi-vii).

Malynes inicia sua exposição desqualificando a balança comercial nos termos da própria analogia proposta por Misselden: "[…] this imaginary Ballance is without a Parallell, as his Circle is without a Center; and may rather be termed the Periphery or circumference of his Circle, then a Center" (p. 5). O verdadeiro centro estava em outro lugar, na sede pelos ganhos privados:

> [*G*]*aine* is the center of Traffique and commerce, which being the scope of Merchants, draweth more forcibly then the Adamant stone; and all the direct lines of the circumference of the body thereof, must be drawne to that center which is the end of Trade, and ruleth the course thereof (Malynes, 1623, pp. 5-6).

Logo em seguida, ao se lançar mais uma vez sobre a análise do problema do câmbio, o autor reconhece que o principal ponto de divergência entre ele e seu rival dizia respeito ao papel das operações de câmbio em meio ao comércio internacional; mais ainda, ele admite que, caso as taxas de câmbio acompanhassem as variações no valor intrínseco das moedas estrangeiras, como pretende Misselden, o problema simplesmente não existiria (pp. 12-3, 34-5). Este, porém, não era o caso, e para demonstrá-lo Malynes discorre longamente sobre os mecanismos de determinação de preços e interação entre os mercados:

> [C]onsider we of this generall rules, even as plenty of money maketh things deare, and Scarsity of money maketh things good cheape: even so plenty or scarsity of commodities maketh the price thereof to rise and fall according to their use more or lesse, which rule is not exception, howbeit, *Money* must not be bereaved of her function, as the right iudge thereof. And so it is in matters of Exchanges, whereby commodities are dearer or better cheape, according to the *Positive Exchange*, wherein the prices of commodities do perpetually follow the rates of Exchange: but the Exchange having also another course of rising and falling in price, according to plenty or scarsity of moneys, and the few or many Takers or deliverers of money, which may be termed *The currant Exchange*: hath not the like operation, to make dayly (as it were) the prices of commodities to rise and fall according to the said Exchange, for as the few or many takers or deliverers of money doth proportionate this price of Exchange in all Countries, according to the true value or above the same, grounded upon the said *Positive Exchange*, so doth plenty or scarsity of money doe the like, and the commodities so bought by moneys taken up by Exchange, are calculated by Merchants of experience in price to cost accordingly. So that even as money doth still remaine the rule for commodities; so doth Exchange for money, remaine the rule of moneys, and consequently of commodities, without any such contradiction, as he untruly alleageth (Malynes, 1623, pp. 14-5).

Malynes reforça, assim, sua velha idéia de que o mercado de câmbio determina a movimentação da moeda entre as nações, o que por sua vez determina as condições que prevalecem no mercado internacional de bens. Ele reconhece, mais uma vez, que as

flutuações da taxa de câmbio fazem parte da própria dinâmica do mercado, porém argumenta que o controle público deveria garantir que estas flutuações ocorressem apenas acima do "*par of exchange*" (pp. 18, 21-2, 52). Caso a taxa de câmbio fosse mantida abaixo do "*par*", isto abriria uma avenida de especulação e arbitragem que ofereceria ganhos privados aos mercadores e demais agentes financeiros, porém traria consequências nefastas para o bem-estar público devido à contínua exportação de moeda (pp. 18, 45-6, 53-4). E esta era precisamente a situação que então vivia a Inglaterra, conforme ilustra Malynes ao citar um relatório elaborado pelo *assay-master* da coroa a pedido da comissão permanente – relatório que supostamente confirmava suas suspeitas, demonstrando que a moeda inglesa estava, de fato, sub-valorizada no mercado de câmbio, em face de seu conteúdo metálico (pp. 29-30). Enquanto este desequilíbrio não fosse corrigido, "moneys and Bullion will then be imported by necessitie of nature beyond all resistance" (p. 52) – senteça que reflete claramente o impacto dos debates perante o *Privy Council* sobre a retórica de Malynes.

Uma vez vindicada sua argumentação original, Malynes passa então a se dedicar ao questionamento do balanço comercial enquanto instrumento de investigação dos fenômenos econômicos. Seus ataques se deram em várias frentes. Compilar um balanço comercial, dizia ele, não serviria nenhum propósito se os ganhos privados não fossem levados em consideração; o soberano não teria condições de manter a balança em equilíbrio, pois não era ele, afinal de contas, quem negociava, e sim os mercadores (pp. 55-6). Além disto, mesmo que houvesse, em princípio, um saldo favorável à Inglaterra em suas transações com o exterior, este nunca seria trazido para dentro do reino na forma de moeda, pois as configurações do mercado de câmbio garantiam que a importação de moeda resultaria em prejuízos; assim, os saldos seriam repatriados na forma de mercadorias, novamente trazendo a balança comercial para uma situação de desequilíbrio (pp. 57-8). Malynes também tenta desacreditar o processo de composição do balanço, qualificando-o como impreciso e, portanto, pouco confiável. E mesmo que as informações assim obtidas refletissem aproximadamente a verdade, elas não diziam nada a respeito da verdadeira

natureza do problema: “We all agree that there is an overballance, which must be remeded by the redresse of the causes, and not by the study of Ballances, which demonstrate little in truth and certainty, but much in imagination and conceit” (p. 60).

A atribuição do problema ao desequilíbrio da balança comercial, para Malynes, não passava de um argumento tautológico: “[…] untill the Kingdome come to an overballance of Trade, *the causes of the decay of Trade cannot be taken away: for the decay of Trade, and the overballance cannot stand together*. That is to say, a sicke body cannot be in health untill it be cured” (p. 65). O cômputo da balança comercial era apenas “*Triall and Discovery* of the overballancing of *Trade*”, não indicando de que maneira estas deficiências poderiam ser sanadas; os efeitos deletérios oriundos da prodigalidade dos ricos e da indolência dos pobres poderiam muito bem ser compreendidos sem o auxílio de qualquer balanço comercial (pp. 66-9). A verdadeira raiz das dificuldades econômicas da Inglaterra encontrava-se nos desequilíbrios do mercado cambial, e na perspectiva de ganhos especulativos assim aberta a todos aqueles envolvidos no comércio internacional – algo que Malynes acreditava, talvez de maneira ingênua, que Cranfield seria prontamente capaz de perceber (pp. 75-6).

* * *

É sempre difícil situar Thomas Mun de maneira clara em meio a este debate quando se tem em conta apenas suas publicações. O primeiro de seus dois panfletos surgiu em 1621 – antes, portanto, da eclosão da controvérsia entre Malynes e Misselden; já o segundo, que lhe valeu a reputação junto à posteridade, somente viria a ser publicado postumamente por seu filho em 1664, em meio ao contexto completamente distinto que caracterizava a Inglaterra pós-Restauração. A cronologia dos eventos que cercaram a grande crise, porém, torna sua participação evidente. O panfleto de 1621 representa uma tentativa explícita de defesa das atividades da *East India Company* perante as acusações que esta vinha sofrendo na Câmara dos Comuns, por conta de suas exportações de moeda. E após a dissolução do parlamento, Mun passou a estar envolvido diretamente nas

investigações promovidas pelo *Privy Council*, onde se viu forçado a confrontar as idéias defendidas por Malynes. Eram estes dois, Mun e Malynes, os verdadeiros adversários nesta disputa. Misselden nela ingressou apenas mais tarde, convertendo-se rapidamente para a causa de Mun; e quando Malynes reagiu a suas investidas, ele o fez com os mesmos instrumentos que vinha utilizando para combater o outro rival. *England's Treasure by Forraign Trade*, embora ausente da esfera pública àquela época, reflete as idéias de Mun acerca da crise, e também sua reação diante dos desafios surgidos no decorrer do debate. A publicação da obra tornou-se desnecessária porque o trabalho de Mun se dava nos bastidores da política – enquanto membro ativo da *Standing Commission*, desfrutava de uma posição extremamente favorável para disseminar suas idéias, não dependendo para tanto da circulação de panfletos pelos becos de *Exchange Alley*.

A análise destes dois textos, portanto, pode ajudar a compreender de que maneira as discussões públicas acerca da crise influenciaram as idéias de Mun. Em *A Discourse of Trade, from England unto the East Indies*, conforme há pouco mencionado, o objetivo de Mun era convencer o parlamento de que o comércio com o Extremo Oriente era benéfico para a nação. Inicialmente, ele ressalta a importância do comércio internacional, relacionando-o diretamente com a prosperidade do reino: "The trade of Merchandize, is not onely that laudable practize wherby the entercourse of Nations is so worthily performed, but also (as I may terme it) the verie *Touchstone* of a kingdomes prosperity, when therein some certen rules shall be diligently observed" (Mun, 1621, p. 1). Tais regras, na verdade, eram muito simples: assim como um indíviduo só poderia enriquecer mantendo suas despesas abaixo de sua renda corrente, a nação deveria importar um valor menor do que o total de suas exportações, pois os saldos comerciais assim obtidos seriam necessariamente trazidos para dentro do reino em forma de moeda. E o resultado não poderia ser outro, se apenas os súditos do reino se dedicassem a desenvolver a manufatura e as artes domésticas, ao mesmo tempo em que a extravagância e o desperdício fossem controlados: "Wherefore, industry to increase, and frugalitie to maintaine, are the true watchmen of a kingdomes

treasury; even when, the force and feare of Princes prohibitions cannot possibly retaine the same" (p. 2).

Mun se propõe a responder quatro objeções frequentemente levantadas, segundo ele, a respeito do comércio com o Oriente: 1) no curso deste negócio, exauria-se o estoque de metais preciosos da Cristandade em troca de mercadorias desnecessárias; 2) as matérias-primas da indústria naval tornavam-se escassas e dispendiosas em decorrência da construção de embarcações de grande porte que, ademais, nunca estavam disponíveis para servir o reino; 3) o comércio com o Oriente consumia grande quantidade de bens de subsistência, danificava embarcações, vitimava muitos marinheiros que deixavam para trás famílias carentes e, apesar de tudo isto, as mercadorias orientais não eram vendidas na Inglaterra a preços mais baixos; e 4) a cunhagem de moedas na Inglaterra se mantivera virtualmente estagnada desde o início das atividades da *East India Company*. A principal preocupação de Mun, claramente, era com a primeira destas objeções, e sua contra-argumentação segue os caminhos usuais. As mercadorias trazidas do Oriente eram úteis por três razões: diversas destas especiarias detinham propriedades medicinais; outras, ainda, serviam como matéria-prima para as manufaturas domésticas; e, por fim, o consumo moderado de artigos supérfluos era compatível com a afluência material da sociedade inglesa (pp. 6-8). Antes do início das navegações européias no Oriente, o comércio com as Índias era realizado através de rotas persas, chegando à Europa pelas mãos do Império Turco. Além de enriquecer, assim, o maior de todos os inimigos da Cristandade, as mercadorias orientais eram adquiridas, no Levante, a preços muito mais elevados do que custavam em sua origem – argumento que Mun tenta reforçar comparando algumas tabelas de preços de importações (pp. 8-12).

Mas os ganhos da Inglaterra com este comércio não se limitavam a isto. Ao tomar em suas mãos os negócios com o Oriente, o reino provia valioso estímulo à atividade econômica doméstica em geral. Grande parte do preço pago pelas mercadorias orientais cobria, agora, as despesas e lucros dos mercadores ingleses em suas expedições – meras transferências interpessoais de recursos, que permaneciam dentro do reino. Esta diferença

entre o custo das mercadorias no Oriente e seu preço corrente na Inglaterra representava, na verdade, um acréscimo líquido no "*stock*" da nação. Mesmo que elas fossem re-exportadas em troca de outras importações, "they are negotiated to the increase of the said stocke, and for the imployment of the Subiects"; e caso a demanda por importações fosse refreada, o negócio então resultaria em remessas de moeda para dentro do reino (pp. 22-7). Sim, a *East India Company* exportava prata para adquirir suas mercadorias no Oriente, porém isto era consequência da baixa demanda por produtos europeus naquela região; suas re-exportações para a Europa mais do que compensavam os vazamentos de moeda por ela promovidos. Ademais, a companhia exportava apenas moedas espanholas que ela própria adquiria, e a penetração dos artigos ingleses nas Índias já havia crescido muito por conta unicamente de seus esforços (pp. 13-21). A participação inglesa nesta rota comercial, em suma, traduzia-se em prosperidade sob quaisquer circunstâncias.

Após desenvolver assim suas principais linhas de argumentação, Mun rebate de maneira tópica à segunda e terceira objeções, para então finalmente tecer algumas considerações acerca da crise de liquidez. Em contraste flagrante com a atitude que viria a adotar em seus memorandos e relatórios durante os anos seguintes, Mun abraçava, aqui, várias das idéias acerca da determinação dos fluxos monetários desenvolvidas por Misselden em *Free Trade*, e por Malynes em uma dezena de ocasiões. Após reconhecer que a escassez de moeda era um problema real e isentar a *East India Company* da responsabilidade, Mun então se debruçava sobre as possíveis soluções para este problema, adotando a princípio uma postura extremamente humilde:

> And here I must confesse my selfe aground, for this matter is much too high for my handling: besides, my excuse is faire, having alreadie done my taske to cleare the *East India Trade* from imputation; the which, for want of learning, although I have performed, without varietie of words or eloquence: yet it is done with all integritie of truth, in every particular, as I shall be readie to make proof upon all occasions, which may bee offered (Mun, 1621, p. 49).

Mesmo assim, ele prossegue oferecendo algumas observações a respeito do tema. Deixando para trás, em suas palavras, o discurso "negativo" que até então vinha empregando, oferece quatro razões por trás da atual escassez monetária:

1. The first is the breach of Entercourse by forraine Nations.
2. The second is the abuse of the exchanges betwixt us and other Countries.

3. The third is neglect of dutie in some Subiects.
4. The fourth is our dammage in Commerce with Strangers (Mun, 1621, p. 51).

A primeira destas causas, conforme Mun explica mais adiante, dizia respeito às manipulações monetárias ocorridas no exterior, e também ao curso das moedas inglesas, nestas regiões, a valores artificialmente elevados, fatores que acabavam por estimular a exportação da moeda – um dos principais argumentos de Misselden em *Free Trade*, posteriormente abandonado em *The Circle of Commerce*. Já a segunda causa, conforme indica até mesmo a descrição sumária acima, era uma variação do argumento defendido à exaustão por Malynes, tanto em suas publicações quanto em documentos oficiais. Após notar que as operações de câmbio eram benéficas e necessárias para a condução a bom termo do comércio internacional, Mun alerta para as graves consequência que o "abuso" do câmbio poderia ocasionar:

> [T]he benefit doth arise unto other Countries, who diligently observing the prizes whereby the monies bee exchanged, may take advantage, to carrie away the Gold and Silver of this Realme at those times, when the rate of our sterling money (in Exchange) is under the value of that Standard, unto which place they are conveyed; For in respect the prizes of the Exchanges, doe rise and fall according to the plentie or scarsitie of money, which is to be taken up or delivered out, the exchange is hereby become rather a Trade for some great monyed men, then a furtherance and accomodation of reall Trade to merchants, as it ought to be in the true use thereof (Mun, 1621, pp. 52-3).

Logo em seguida, este raciocínio é levado ainda mais adiante:

> And thus many times money may be made over hither by strangers, to a good gaine, and presently carried beyond the Seas to a second profite, and yet the mischefe ends not here: for by this means the takers up of money in forraine Countreys must necessarily drive a Trade to those places, from whence they draw their moneys; and so doe fill us up with forraine Commodities, without the vent of our owne wares (Mun, 1621, p. 53).

Ora, esta avaliação é virtualmente idêntica àquela professada por Malynes, o que parece indicar duas coisas: em primeiro lugar, que esta era, em 1621, uma idéia eminentemente plausível; e em segundo, que algo deve ter ocorrido entre meados de 1621 e o primeiro semestre do ano seguinte para fazer com que Mun mudasse radicalmente de idéia, passando a questionar de maneira veemente uma interpretação que ele próprio havia endossado alguns meses antes. O próprio Malynes colocou em evidência esta súbita transformação em *The Center of the Circle of Commerce*, citando intergralmente estes mesmos trechos do *Discourse* após comentar:

> To end therefore this matter of Balance, it may be thought strange that some men would be seduced thereby, and give bridle to the present course of Trade, expecting an overballance

> to happen on our side without removing of the causes, after they had spoken well concerning exchanges: although they confessed to be a ground, as a matter much too high for their handling (Malynes, 1623, p. 67).

Muito embora seja difícil desvendar com clareza o ocorrido, há diversos indícios de que esta epifania respondia pelo nome de Lionel Cranfield. Ao final de 1621, conforme visto, o Privy Council criara um primeiro comitê para investigação da depressão comercial. Entre os membros deste comitê, estavam Sir Dudley Digges, Alderman William Holliday, Sir Morris Abbott, Nicholas Leate e Ralph Freeman, todos eles membros proeminentes da *East India Company*. Após defender insistentemente a importância da balança comercial para a compreensão da crise durante seu período junto aos Comuns, Cranfield havia recentemente se tornado *Lord Treasurer*, e nesta condição provavelmente acompanhava de perto os trabalhos do comitê – que contava também com a participação de dois de seus mais próximos associados, Wolstenholme e Sir Arthur Ingram. Ele e Mun já se conheciam desde a época em que Cranfield ainda atuava na *City*, e seu retrospecto como mercador certamente tornaria mais fluida a troca de informações não apenas com Mun, mas também com todos os outros representantes do mundo mercantil envolvidos nas investigações.

Em abril de 1622, Mun foi nomeado para o novo comitê do comércio, e alguns dias mais tarde foi encarregado de avaliar o relatório sobre o problema do câmbio elaborado por Malynes e seus colegas, o que indica que seu prestígio junto à coroa havia crescido rapidamente. Suas contribuições, agora, defendiam sem concessões a primazia da balança comercial na determinação da crise, sem qualquer espaço para a intervenção de mecanismos monetários. Mais tarde, naquele mesmo ano, Misselden se aproximou do grupo da *East India Company* e também ele mudou drasticamente de opinião. Em *The Circle of Commerce*, ele dedica algumas linhas ao elogio da capacidade de Thomas Mun, ao passo que escreve diversas páginas laudatórias à magnificência de Cranfield, ressaltando sempre o papel fundamental desempenhado pelo *Lord Treasurer* no resgate do princípio da balança comercial. À época da elaboração do relatório original sobre o câmbio, Malynes escreveu a Cranfield com este mesmo propósito: pretendia dedicar-lhe *Lex Mercatoria*, o

grande compêndio mercantil que vinha elaborando há duas décadas[259]. Alguns meses depois, a obra foi publicada com uma epístola dedicatória ao rei, sugerindo que o velho consultor sobre assuntos monetários não contava mais com o favor do alto escalão das finanças públicas. Tendo em vista o enorme poder e influência concentrados nas mãos de Cranfield entre 1621 e 1624, parece bastante razoável supor que foi ele, na verdade, o grande mentor e arquiteto da coalisão formada em torno da balança comercial.

Foi esta nova abordagem, é claro, que Mun consagrou em *England's Treasure by Forraign Trade*. As últimas páginas do *Discourse* já insinuavam as principais linhas de argumentação que seriam desenvolvidas na segunda obra. Após examinar as quatro causas da crise de liquidez que destacara, Mun retoma as idéias expostas no início do panfleto:

> But there is yet a farre greater mischiefe by our Trades beyond the Seas, when peradventure, there might be imported yearely a greater value in forraine wares, then by any way or meanes we doe export of our owne commodities; which cannot otherwise come to passe, then with a manifest impoverishing of the Commonwealth; for as it is a certain cause to make us rich, both in stock & treasure, when we shall carry out a greater value of our owne goods then we bring in of forrain wares; so by consequence, a course contrary to this, must of necessitie worke a contrary effect (Mun, 1621, p. 55).

Mas o problema não eram as importações em si, mas sim o consumo delas em território doméstico. Se as mercadorias importadas fossem re-exportadas, isso não prejudicaria a nação de forma alguma, muito pelo contrário: contribuiria para a prosperidade "by encrease of the Common-stocke". Não eram as importações que deveriam ser restringidas, mas sim o consumo: "we ought not to avoid the importation of forraine wares, but rather willingly to bridle our owne affections to the moderate consuming of the same" (p. 56). Com o aumento da população inglesa, e com ela do consumo, a solução deste desequilíbrio fundamental passava necessariamente pelo diligente desenvolvimento da indústria e das artes domésticas, e também pela eliminação da prodigalidade e da extravagância (pp. 57-8).

Esta atitude moralizante permeia *England's Treasure* em toda sua extensão. No terceiro capítulo, Mun retoma a distinção que já havia proposto no *Discourse* entre riquezas naturais e artificiais: "The Natural wealth is so much only as can be spared from our own use

---

[259] Sackville MSS. U269/OE461.

and necessities to be exported unto strangers. The Artificial consists in our manufactures and industrious trading with forraign commodities" (Mun, 1664, p. 15). Embora a Inglaterra possuísse enorme riqueza natural, a prodigalidade de seu povo a dissipava:

> The frugal spending likewise of our own natural wealth might advance much yearly to be exported unto strangers; and if in our rayment we will be prodigal, yet let this be done with our own materials and manufactures, […] where the excess of the rich may be the employment of the poor, whose labour notwithstanding of this kind, would be more profitable for the Commonwealth, if they were done to the use of strangers (Mun, 1664, pp. 21-2).

As riqueza artificiais, porém, eram capazes de exercer impacto muito maior sobre o bem-estar material de uma nação – "the people which live by the Arts are far more in number than they who are masters of the fruits" (p. 31). Os valores agregados pelo trabalho humano eram muito superiores àqueles providos diretamente pela natureza, de forma que o desenvolvimento das artes e da indústria era o verdadeiro caminho da prosperidade (pp. 31-3). Na verdade, a abundância de riquezas naturais tornara-se uma herança maldita, por fazer dos ingleses um povo "not only *vicious* and *excessive*, wastful of the means we have, but also improvident and careless of much other wealth that shamefully we lose" (p. 178). Os Países Baixos, pelo contrário, embora parcamente servidos de riqueza naturais, haviam conseguido, pela simples força de sua laboriosidade, ascender à condição de nação mais rica e próspera do Ocidente. Um exemplo que a Inglaterra deveria o quanto antes seguir, entregando-se ao trabalho e inibindo os excessos do consumo imoderado – "for to lose and to consume doth produce one and the same reckoning" (p. 214).

Reformas morais desta natureza eram a maneira mais eficaz de manter a balança comercial em condições favoráveis – para o Mun de *England's Treasure,* a única forma legítima de enriquecer o reino e garantir uma oferta monetária adequada. O radicalismo de sua nova abordagem transparece quando ele afirma que pretende demonstrar "that all the other means which are commonly supposed to enrich the Kingdom with Treasure are altogether insufficient and meer fallacies" (p. 14). Esta ânsia por encontrar a raiz única dos problemas – uma provável reação à proliferação de causas e soluções para a crise em meio à esfera pública – surge de maneira explícita mais adiante: "For in redress of this important business, if we mistake the nature of the Malady, we shall ever apply such cures as will at least delay, if not confound the Remedy" (p. 143). Vários fenômenos frequentemente

apontados como causas da crise, embora nocivos por outras razões, não eram capazes de afetar as condições do comércio internacional: a usura, os processos judiciais, o consumo suntuário dentro de certos limites (pp. 145-50). Mecanismos puramente monetários, da mesma forma, não eram capazes governar os rumos do ouro e da prata. Mesmo que alguma manipulação monetária fosse temporariamente capaz de atrair moeda para dentro do reino, esta seria novamente exportada caso a balança comercial permanecesse desfavorável. Todo fluxo monetário, afinal de contas, corresponde necessariamente a uma transação comercial:

> For if the stranger or the English Merchants bring in this money, it must be done upon a valuable consideration, either for wares carried out already, or after to be exported, which helps us nothing except the evil occasions of excess or war aforenamed be removed which do exhaust our treasure: for otherwise, what one man bringeth for gain, another man shall be forced to carry out for necessity; because there shall ever be a necessity to balance our Accounts with strangers, although it should be done with loss upon the rate of the money, and Confiscations also if it be intercepted by the Law (Mun, 1664, pp. 53-4).

Mun prossegue desqualificando um a um todos os argumentos que defendiam a influência ativa de mecanismos monetários: adulterações no padrão monetário doméstico deveriam ser evitadas, pois a moeda era a medida pública de valor, tanto dentro do reino quanto no comércio internacional; as entradas de ouro não eram resultado dos *enhancements* promovidos no início da década anterior, mas sim do desequilíbrio na paridade bimetálica; alterações no meio circulante induziam reajustes equivalentes nos preços das mercadorias e nas taxas de câmbio – algo que cabia ao “discreet Merchant” observar (pp. 71-9). A proposta de permitir o curso de moedas estrangeiras acima seu valor de face é descrita como “fruitless, as all other courses will ever prove which seek for the gain or loss of our treasure out of the ballance of our general forraign trade” (pp. 81-2). Seu ímpeto em eliminar alternativas é tão intenso que ele chega até mesmo a negar a utilidade dos *Statutes of Employment*, sacrossanto princípio de política pública aplaudido e louvado por todos – até mesmo por ele próprio, no *Discourse* (Mun, 1621, pp. 53-4; 1664, pp. 82-90).

Enfim, no capítulo doze, Mun se debruça sobre o problema da sub-valorização do câmbio proposto por Malynes. Antes de mais nada, ele esclarece que as operações de câmbio não são contratadas de acordo com a paridade metálica das moedas:

> These Exchanges thus made between man and man, are not contracted at the equal value of the moneys, according to their respective weights and fineness: First, because he that delivereth his money doth respect the venture of the debt, and the time of forbearance; but that which causeth an under or overvaluing of moneys by Exchange, is the plenty or scarcity thereof in those places where the Exchanges are made (Mun, 1664, pp. 94-5).

A oferta e demanda por moedas nos mercados internacionais eram determinadas, por sua vez, pelos fluxos de comércio estabelecidos entre as praças em questão: "As plenty or scarcity of money do make the price of the exchange high or low, so the over or under ballance of our trade doth effectually cause the plenty or scarcity of money" (p. 96). Mesmo que o "*par of exchange*" fosse respeitado, o saldo negativo da balança comercial ainda assim teria que ser remetido em espécie para o exterior. Por outro lado, caso a taxa de câmbio pudesse flutuar, ela seria derrubada pelo excesso de oferta no mercado de câmbio; uma maior quantidade de moeda doméstica seria necessária liquidar as letras de câmbio, e o saldo remanescente para exportação seria, portanto, menor (pp. 98-103). Ora, Malynes certamente não aceitaria esta argumentação pois, em primeiro lugar, Mun assume a existência prévia de um desequilíbrio na balança comercial, ao passo que Malynes acreditava que tal desequilíbrio apenas existia em decorrência da própria sub-valorização do câmbio; e em segundo lugar, caso a taxa de câmbio flutuasse para baixo, isto ofereceria aos detentores de divisas na Inglaterra um incentivo para abandonar por completo o mercado de câmbio e remeter todas as suas receitas – e não apenas o saldo da balança – em espécie para o exterior.

Toda a argumentação de Malynes e Mun está baseada em premissas que são opostas e absolutamente incompatíveis. Mun assume a existência de um desequilíbrio na balança comercial que determina uma série de fluxos monetários e as condições do mercado de câmbio, ao passo que Malynes assume um desequilíbrio no mercado de câmbio que não apenas determina os fluxos monetários, mas também a própria configuração da balança comercial. Ambos procuram utilizar argumentos empíricos para fortalecer seus casos – Mun recorrendo a estimativas da balança comercial, Malynes apresentando dados sobre as taxas de câmbio e o conteúdo metálico das moedas ao longo da história recente. Perante o outro, porém, estes argumentos são estéreis, pois não passam de petições de princípio; a verdadeira divergência entre eles era mais fundamental, e nenhuma evidência

seria capaz de definir com quem estava a razão. Restava, assim, recorrer a estratégias retóricas para conquistar o apoio das audiências.

Logo após rebater as idéias de Malynes acerca do câmbio, Mun age como se sua demonstração fosse conclusiva:

> In vain therefore hath *Gerard Malines* laboured so long, and in so many printed books to make the world beleeve that the undervaluing of our money in exchange doth exhaust our treasure, which is a mere fallacy of the cause, attributing that to a Secondary means, whose effects are wrought by another Principal Efficient, and would also come to pass although the said Secondary means were not at all. As vainly also hath he propounded a remedy by keeping the price of Exchange by Bills at the *par pro pari* by publick Authority, which were a new-found office without example in any part of the world, being not only fruitless but also hurtful (Mun, 1664, pp. 94-5).

Mais adiante, ele volta a se ocupar de Malynes, questionando seus verdadeiros objetivos ao mesmo tempo em que reverencia seus conhecimentos. Após alertar para as "cunning delusions which might deceive the unskilful Reader of those books entituled, *Lex Mercatoria* […] and *The maintenance of free trade*", escreve:

> I find him skilful in many things which he hath both written and collected concerning th' affairs of Merchants, and in particular he discourses well of divers uses, forms and passages of the Exchange, in all which as he hath taken great pains for the good of others, so do his Works of this kind deserve much praise: but where he hath disguised his own knowledge with Sophistry to further some private ends by hurting the publick good; there ought he to be discovered and prevented, unto which performance […] I find my self obliged (Mun, 1664, pp. 109-10).

Após levantar dúvidas acerca da integridade de seu adversário, Mun passa então a utilizar artifícios retóricos do próprio Malynes para seus propósitos:

> And thus we see still, that the profit and loss upon the Exchange is guided and ruled by the over or under ballance of the several Trades which are Predominant and Active, making the price of exchange high or low, which is therefore Passive, the contrary whereof is so often repeated by the said *Malynes* (Mun, 1664, p. 119).

Mais adiante, a mesma estratégia surge mais uma vez: "I think I have repeated neer as often as *Malynes* in his Books doth make the Exchange to be an essential part of trade, to be *active, predominant, over-ruling the price of Wares and Money, life, spirit, and the worker of admirable feats*" (p. 137). Mun zomba de maneira sutil das demonstrações de erudição de seu rival, chamando-o de "learned Lawyer", e o conclama a reconhecer publicamente seu erro: "let him now play his part, and take out a *Writ of Errour* against the *Par pro Pari*; for this project hath misinformed many, and put us to trouble to expound these Riddles" (p. 138). O trecho acima presta testemunho indireto da influência das idéias de Malynes ainda àquela

época, o que também vem à tona quando Mun afirma: “I might here take occasion to say something against another project of the same brood that lately attended upon the success of this *Par pro pari*” (p. 141). Diante da exposição alcançada pelas idéias do rival, Mun se esforçava por diminuir o prestígio dele peranto o público, alternando entre desqualificações grosseiras – “I must answer these Wonders by heaps, where I finde them all to be one matter in divers formes, and such froth also, that every Idiot knowes them” (p. 121) – e exaltações mais elegantes do valor de sua própria experiência e conhecimentos:

> I have lived long in *Italy*, where the greatest Banks and Bankers of Christendom do trade, yet could I never see nor hear, that they did, or were able to rule the price of Exchange by confederacie, but still the plenty or scarcity of money in the course of trade did always overrule them and made the Exchanges to run at high or low rates (Mun, 1664, p. 116).

Mas é claro que nem tudo em *England’s Treasure by Forraign Trade* são estratégias retóricas e defesa obstinada da primazia da balança comercial. A obra é estruturada de maneira clara e coesa, e seu estilo é direto; algumas das idéias econômicas que marcaram a época encontram-se ali formuladas de maneira explícita, e além disto há uma profusão de intuições e reflexões que são produtos genuínos da mente de Thomas Mun, e que apontam nas mais diversas direções. Estas características lhe garantiram a atenção da posteridade, e também fizeram com que fosse repetidamente dissecado e analisado pela historiografia especializada. A título de conclusão, convém notar apenas mais um aspecto peculiar ao pensamento desenvolvido por Mun em sua obra póstuma. Trata-se de sua visão da atividade econômica em geral como algo essencialmente dinâmico, mutável, e portanto transformável. Os agentes desta transformação, como não poderia deixar de ser, eram os mercadores, que Mun descreve como “*The Steward of the Kingdoms Stock*, by way of Commerce with other Nations” (p. 3). Ele próprio ativo mercador, reconhecia e aceitava as mudanças no cenário competitivo internacional. À Europa continental não faltavam “neither art nor materials” para produzir artigos têxteis de qualidade, e portanto cabia à Inglaterra reduzir seus preços e reconquistar seus mercados (pp. 18-20). Além disto, a dependência excessiva do reino em relação à manufatura têxtil era algo preocupante, pois desemprego e pobreza generalizadas seriam sempre inevitáveis diante de um cenário internacional adverso; a diversificação das atividades econômicas,

seguindo a máxima “add *Art* to *Nature*, our *labour* to our *natural means*”, seria uma política mais previdente (pp. 181-2). O mais importante, porém, não eram as formas específicas que o comércio assumia, mas sim que a riqueza do reino fosse mantida continuamente em circulação:

> For it is in the stock of the Kingdom as in the estates of private men, who having store of wares, doe not therefore say that they will not venture out or trade with their mony (for this were ridiculous) but do also turn that into wares, whereby they multiply their Mony, and so by a continual and orderly change of one into the other grow rich, and when they please turn all their estates into Treasure; for they that have Wares cannot want mony (Mun, 1664, p. 41).

A moeda legitimamente ganha por meio da balança comercial deveria ser colocada a serviço do comércio. Entesouramento excessivo por parte do soberano resultaria em paralisia mercantil, pois “a Prince (in this case) is like the stomach in the body, which if it cease to digest and distribute to the other members, it doth no sooner corrupt them, but it destroyes it self” (pp. 172-3). A manutenção da moeda dentro do reino, por outro lado, traria como consequência a elevação do nível geral de preços e a diminuição da competitividade internacional das mercadorias inglesas. O caminho da prosperidade passava, portanto, pela contínua ocupação produtiva da moeda junto ao comércio internacional – uma fértil simbiose que se refletia no estado da balança comercial.

* * *

A história dos debates públicos em torno da grande crise de 1620 é a crônica da reconciliação entre a moeda e as mercadorias na esfera do comércio internacional. O advento da sessão parlamentar de 1621, ao despertar a sociedade inglesa para a verdadeira dimensão dos problemas que lhe afligiam, forçou a reavaliação das idéias econômicas correntes à época, que passaram então a ser agrupadas de acordo com novos padrões. Esta catarse fez surgir duas redes opostas de causalidade que buscavam explicar o problema da escassez de moeda, uma delas entendendo que o fenômeno resultava da ação de mecanismos próprios dos mercados financeiros internacionais, ao passo que a outra enfatizava a predominância dos fluxos de mercadorias na determinação das remessas monetárias. Ambas estas alternativas foram desenvolvidas apenas de maneira tentativa no

parlamento, porém à medida que a crise se prolongava, o ecletismo típico das avaliações surgidas em Westminster perdia seu apelo. Era preciso encontrar a verdadeira raiz da crise, e assim a disputa entre estas duas interpretações distintas tornou-se uma confrontação aberta em meio aos esforços de investigação promovidos pelo *Privy Council* durante os anos seguintes. A consolidação de influentes grupos em torno de cada uma das propostas – Cranfield, Mun e Misselden de um lado, Malynes, Maddison e Sandison de outro – instigou o desenvolvimento das respectivas idéias fundamentais até suas conclusões lógicas, resultando na radicalização do debate e na escalada dos artifícios retóricos. A literatura econômica da época, apenas o último capítulo deste conturbado romance, levou o processo um passo adiante ao apresentar estas mesmas idéias em um formato mais abstrato, com pretensões universais – fosse ele o escolasticismo de Malynes e Misselden, ou então a sobriedade empírica de Thomas Mun – e portanto distanciando-se da análise imediata da grande crise. Porém, parece pouco provável que esta literatura, o principal legado do período Stuart para a história das idéias econômicas, teria assumido esta mesma forma e tom não fosse a premência do desafio imposto pelas condições econômicas vigentes. Seus temas, seus problemas e sua dinâmica permanecem firmemente ancorados na comoção pública gerada pela grande crise de 1620.

CONCLUSÃO: ALÉM DA CRISE

Ao discutir as atitudes econômicas que prevaleciam na Inglaterra após a cessação dos debates públicos, Lars Magnusson disse: "[A]s a means to understanding the economic problems of the day, the view that 'overbalance' of trade was the crucial factor became increasingly popular" (1994, p. 67). Sua visão ecoa o juízo de Viner, para quem as idéias defendidas por Malynes foram definitivamente superadas no decorrer da controvérsia (1930, p. 254). Minha impressão é que o resultado dos debates foi muito menos conclusivo do que supõem Magnusson, Viner e outros. A longo prazo, é claro, a interpretação de Mun cresceu muito em prestígio e influência, convertendo-se em uma espécie de ortodoxia. Entretanto, a Inglaterra da Restauração – onde *England's Treasure* veio finalmente à tona – era uma sociedade radicalmente diferente daquela governada pelos primeiros Stuart, de forma que o entusiasmo das últimas décadas do século não permite inferências seguras a respeito do poder de persuasão de Mun em sua própria época. Durante os anos que se seguiram ao fim da crise e do debate, tanto as idéias de Malynes a respeito do funcionamento do mercado cambial quanto as proposições de Misselden e Mun acerca da balança comercial continuaram circulando lado a lado na esfera pública, porém revertendo à sua condição prévia de co-determinantes dos fluxos da moeda.

A única evidência oferecida por Magnusson em favor de sua hipótese é um discurso de Sir Robert Cotton perante o *Privy Council* em 1626, onde o antigo partidário de Malynes supostamente abandonava sua posição original para argumentar que a escassez de moeda não era causada por manipulações monetárias, mas sim pelo estado da balança comercial (Magnusson, 1994, p. 67). O trecho citado por Magnusson, porém, não faz parte do discurso proferido por Cotton, mas sim de um conjunto de observações elaboradas pelo comitê encarregado de avaliar uma proposta de desvalorização do meio circulante do reino – Cotton, incansável arquivista, preservou essas observações juntamente com seu próprio discurso, que foi posteriormente publicado incluindo-as em apêndice (Shaw, 1896, pp. 23-4). Em seu discurso, Cotton se restringe a temas familiares: a moeda enquanto medida pública

de valor, e a consequente inconveniência de adulterações no meio circulante. Ao propor soluções alternativas para o problema, menciona a manutenção do equilíbrio no comércio internacional, mas também a correção da paridade bimetálica e o alinhamento entre as taxas de cunhagem da Inglaterra e do restante da Europa (pp. 27-34). Mecanismos monetários e desequilíbrios comerciais surgem, pois, como explicações complementares para os problema de liquidez.

As idéias de Malynes continuaram a ser defendidas também por outros. O mais fiel de seus discípulos foi provavelmente Maddison, que ainda nas décadas de 1640 e 1650 publicava tratados detalhando o funcionamento dos mercados de câmbio e seu impacto sobre as movimentações internacionais da moeda[260]. Nessa mesma época, Henry Robinson alertava em uma série de panfletos para os abusos praticados nas operações cambiais, e recomendava a observância do "*par of exchange*"[261]. Rice Vaughn, que escrevera durante a década de 1620, foi descrito por Barry Supple como o autor que conseguiu aliar o raciocínio lógico de Mun acerca da balança comercial com uma apreciação adequada da influência de mecanismos monetários e cambiais sobre os fenômenos econômicos[262]. Leon Lee, oficial da *Mint*, submeteu um manuscrito sobre a moeda à apreciação de Weston quando esse ocupava o cargo de *Lord Treasurer* – o que situa o documento entre os anos de 1628 e 1635. Nele, o autor argumenta que os desequilíbrios comerciais eram causados pelas irregularidades no mercado de câmbio: "The cause of ill vent of our Countrie Comodities, and overmuch bringinge in of forrayne trifling wares, is Abuse practised in our exchange &

---

[260] *England's Looking in and out* (London, 1640); *Great Britain's remembrancer, looking in and out; tending to the increase of the monies of the Common-wealth* (London, 1655).

[261] *England's Safety, in Trades Encrease* (London, 1641); *Briefe Considerations, concerning the advancement of trade and navigation* (London, 1649); *Certain Proposals, in order to the people's freedom and accomodation* (London, 1652).

[262] De acordo com Supple, o tratado de Vaughn, intitulado *A Discourse of Coin and Coinage*, embora apenas publicado postumamente em 1675, foi elaborado à época dos debates sobre a crise (Supple, 1957, pp. 254-5; 1964, pp. 219-20).

transporting of our Monies and treasures into forreine Countries"[263]. Durante os primeiros anos do reinado de Charles I, Sanderson também procurou divulgar as idéias que haviam informado a elaboração do relatório sobre o câmbio, no início de 1622. Em 1626, ofereceu ao rei o manuscrito *A Treatise of Exchange and of the Kings Majesties Royall Exchangeors Office*[264] – documento que provavalemente teve influência direta na tentativa de resgate do cargo de *Royal Exchanger*, restabelecido durante um breve período em 1627. Pouco tempo depois, Sanderson apresentou um novo manuscrito, intitulado *A Treatise of State Marchant and of Marchandizing state consisting of Commerce Trade & traffique and upheld by the Kings Royal Exchangers Office*, em que defende tanto a preservação do equilíbrio nas transações comerciais quanto o controle público do mercado de câmbio. Esse último tratado parece ter circulado amplamente junto à corte, visto que diversas cópias manuscritas sobrevivem até hoje[265].

Há também outras evidências indiretas de que o imediato pós-crise não testemunhou a erradicação completa das idéias de Malynes. *Lex Mercatoria*, seu grande compêndio mercantil, foi publicado pela primeira vez em 1622, recebendo novas edições em 1629, 1636, 1656 e 1686. Embora a *Petition and Remonstrance of the Governor and Company of Merchants of London, Trading to the East Indies*, publicada em 1628, contenha vários dos argumentos que mais tarde apareceriam em *England's Treasure*, nenhuma apresentação sistemática das idéias de Mun veio a público antes de 1664. E se até mesmo o alcance público dos panfletos era, à época, bastante limitado, que tipo de influência um autor que sequer publicou sua obra em vida pode ter exercido sobre as reflexões de seus

---

[263] Goldsmiths MSS. 27, f. 8.

[264] Harley MSS. 5208, ff. 1-30.

[265] Add. MSS. 30.383; Add. MSS. 48.160, ff. 196-238; Goldsmiths MSS. 285. Algumas versões do manuscrito citam o próprio Sanderson como seu autor, outras o atribuem a um certo Philip Sherard. Resta pouca dúvida de que o texto original foi mesmo escrito por Sanderson, uma vez que seu tratado anterior sobre o câmbio é citado explicitamente na dedicatória de uma das versões, e o sentido geral da argumentação, em ambos os textos, é muito similar.

contemporâneos? Parece muito provável que a disseminação imediata da preocupação com a balança comercial, na medida em que de fato ocorreu, foi ocasionada muito mais pela proeminência pública de Cranfield durante a segunda metade do reinado de James I do que pelo poder da argumentação de Thomas Mun. Vale notar que Bacon, eminente figura pública e respeitado intelectual, defendeu a importância de uma balança comercial favorável em seu ensaio *Of Seditions and Troubles*, publicado pela primeira vez em 1625. Uma primeira versão desse ensaio havia sido elaborada já por volta de 1610, porém não contendo qualquer referência ao tema da balança comercial[266]. Bacon e Cranfield, é claro, trabalharam lado a lado no alto escalão da adminstração pública entre 1618 e 1621.

Se a controvérsia não culminou na consolidação de um paradigma claro para a reflexão econômica, ela também não representa nenhuma modificação drástica no arsenal de idéias à disposição dos observadores da época. Ao longo do texto, procurei mostrar como as interpretações da crise apenas reorganizavam uma série de noções que já vinham circulando pela esfera pública inglesa durante as primeiras décadas do século. Tais noções, porém, vinham de ainda mais longe. As idéias de Malynes obviamente descendiam de uma longa linhagem, conforme ressaltado por ele próprio, possuindo sólidas raízes nas análises do mercado cambial elaboradas ao longo do reinado de Elizabeth, sob a tutela de Gresham e Burghley. Já no ano da ascensão da rainha ao trono, Gresham a alertava para o impacto das operações cambiais sobre o bem-estar material do reino:

> [B]y this it may plainly appear to your Highness, as the exchange is the thing that eats out all princes, to the whole destruction of their common weal, if it be not substantially looked unto, so likewise the exchange is the chief and richest thing only above all other, to restore your Majesty and your realm to fine gold and silver, and is the mean that makes all foreign commodities and your own commodities with all kind of victuals good cheap, and likewise keeps our fine gold and silver within your realm. […] So consequently the higher the exchange riseth, the more shall your Majesty and your realm and common weal flourish (Bland et al., 1914, pp. 416-8)

Alguns anos antes, os *Merchant Adventurers* já argumentavam que a venda dos tecidos ingleses na Europa era negativamente afetada pelo “decaie of our money by exchaunge”

---

[266] Michael Kiernan compara em detalhes os diversos manuscritos e publicações que culminaram na edição de 1625 dos *Essays* de Bacon (2000, pp. lxxi-lxxxix).

(Tawney & Power, 1924, pp. 184-5). O memorando *For the Understanding of the Exchange*, escrito por Sir Thomas Smith durante o reinado de Mary I[267], defendia a manutenção do "*par of exchange*" como a única maneira de conduzir o comércio internacional de maneira justa, alertando para as práticas especulativas dos operadores cambiais – uma das referências centrais, na opinião de Raymond de Roover (1967, p. 150), para o debate entre Misselden e Malynes.

Mas as idéias acerca da balança comercial também eram antigas. W. H. Price demonstrou há muito que, embora o termo exato "*balance of trade*" apareça pela primeira vez no relatório de Cranfield e Wolstenholme em 1615, a noção de que um desequilíbrio no comércio exterior seria necessariamente saldado por meio de remessas monetárias já existira na Inglaterra desde ao menos o século XIV (1905, pp. 157-8). Ao longo do século XVI, essa noção se encontrava amplamente disseminada – Burghley a empregava com frequência, ilustrando inclusive seu raciocínio com números retirados dos registros alfandegários (Price, 1905, pp. 158-61). O próprio Sir Thomas Smith, em seu célebre *A Discourse of the Commonweal of this Realm of England* (1549), destacava a importância de um saldo positivo nas transações comerciais com o resto do mundo:

> [W]e must always take heed that we buy no more of strangers than we do sell them; for so we should impoverish ourselves and enrich them. For he were no good husband, that had no other yearly revenues but of his husbandry to live on, that would buy more in the market than he sells again (Dewar, 1969, p. 63)

Smith reconhecia, portanto, ambas as faces do problema, aparentemente sem enxergar qualquer contradição entre elas. Um outro documento surgido durante o período elizabetano, que procurava explicar as razões por trás da exportação de moeda, também adotava postura semelhante, denunciando as manipulações cambiais nos Países Baixos ao mesmo tempo em que ponderava:

> [I]f England would spend less of foreign commodities than the home commodities will pay for, then the remain must of necessity be returned of silver or gold; but if otherwise, then it will fare in England in short time as it doth with a man of great yearly living, that spendeth

---

[267] Roover originalmente atribuira este documento ao próprio Gresham, porém Mary Dewar (1965) demonstrou que seu provável autor foi Sir Thomas Smith, reconhecida autoridade em assuntos monetários.

> more yearly than his own revenue, and spendeth of the stock besides (Bland et al., 1914, pp. 419-20)

As idéias propostas não eram, pois, inovadoras, e a controvérsia não resultou em nenhuma conclusão definitiva – qual foi então o significado dos debates públicos de 1620? Barry Supple descreveu Mun como “o economista de uma era competitiva”, e sua opinião a esse respeito ilumina um aspecto importante do problema. Malynes, convencido de que eram os preços das mercadorias, e não as quantidades negociadas, que determinavam o estado da balança comercial, raciocinava nos termos de uma estrutura econômica que havia prevalecido durante o período elizabetano; um cenário caracterizado por mercados estagnados e entrincheiramento de grupos de interesse, onde explorar ao máximo as fontes de ganho tradicionalmente consagradas era a atitude predominante. Thomas Mun, por outro lado, via no comércio internacional um universo de possibilidades. Mercador de uma nova geração, ele havia participado ativamente do surto de prosperidade do início do século, e portanto acreditava que a expansão econômica da Inglaterra não era apenas possível, como também necessária, em face da ascensão comercial das demais nações da Europa. Competição de preços, abertura de novos mercados, diversificação da base produtiva, rápida circulação da riqueza – esta era a realidade mercantil que conhecia, e que tentou representar por meio da balança comercial.

Do ponto de vista da história das idéias econômicas, há também um outro aspecto relevante nos debates da época. A maneira peculiar em que as discussões se desenrolaram, quando associada à gravidade e persistência da crise, fez com que um largo conjunto de conceitos e noções que faziam parte do discurso cotidiano fossem articulados em interpretações altamente abstratas dos fenômenos em curso. As estratégias de formalização não eram as mesmas: Malynes e Misselden recorriam a estruturas argumentativas consagradas pelo escolasticismo, ao passo que Mun preferia fundamentar sua exposição em elementos empíricos derivados de sua experiência prática. Mas a despeito dessas diferenças, a grande novidade presente nos debates públicos de 1620 foi a radicalização de velhas proposições. Ao contrário do que ocorrera até então, o mercado cambial e a balança comercial foram tornados incompatíveis enquanto explicações para a

crise. Em sua sede de persuasão, os três autores optaram por deixar de lado parcelas significativas do mundo e concentrar suas atenções sobre alguns poucos nexos que entendiam como fundamentais. Os modelos analíticos que produziram se afastavam, assim, de sua realidade imediata, porém eram dotados de um rigor que contrasta com o ecletismo das reflexões econômicas que prevaleciam antes – e também depois – da crise. A doutrina da balança comercial favorável aqui surgida não se restringia mais à simples noção de que um saldo positivo no comércio internacional enriqueceria a nação; a balança comercial se tornara, agora, o determinante *único* das movimentações da moeda.

Mas é claro que essas questões são apenas pontos complementares diante do interesse histórico mais amplo do episódio. Com maior ou menor sucesso, Mun, Malynes e Misselden, juntamente com inúmeros de seus contemporâneos, lutaram por dar sentido a uma conjuntura econômica elusiva, porém opressora. Nisso, apenas espelham os esforços de tantos outros que lhes precederam e sucederam. A grande crise de 1620, e os debates públicos que a cercaram, oferecem uma rara oportunidade para se avaliar, sob lentes microscópicas, as nuances do processo de compreensão e representação da realidade econômica na Inglaterra do início do século XVII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA:

BLAND, A. E.; BROWN, P. A.; TAWNEY, R. H. **English economic history**: select documents, London: G. Bell and Sons, 1914.

BROWNE, John. **The merchants avizo.** London: [S.n.],1616.

CULPEPER, Sir Thomas. **A tract against usurie**. London: [S.n.],1621.

DIGGES, Sir Dudley. **The defence of trade**. London: [S.n.],1615.

KAYLL, Robert. **The trades increase**. London: [S.n.],, 1615.

MADDISON, Sir Ralph **England's looking in and out**. London: [S.n.],1640.

MADDISON, Sir Ralph. **Great Britain's remembrancer, looking in and out:** tending to the increase of the monies of the Common-wealth. London: [S.n.],1655.

MALYNES, Gerard de. **A treatise of the canker of England's common wealth.** London: [S.n.], 1601.

MALYNES, Gerard de **The maintenance of free trade.** London: [S.n.], 1622a.

MALYNES, Gerard de. **Consuetvdo, vel Lex Mercatoria**, **or the Ancient Law-Merchant**. London: [S.n.], 1622b.

MALYNES, Gerard de. **The center of the circle of commerce.** London: [S.n.], 1623.

MAY, John. **A declaration of the estate of clothing now vsed within this realme of England.** London: [S.n.],1613.

MISSELDEN, Edward. **Free trade, or the meanes to make trade flourish.** London: [S.n.],1622.

MISSELDEN, Edward. **The circle of commerce, or the ballance of trade**. London: [S.n.],1623.

MUN, Thomas. **A discourse of trade, from England unto the East Indies.** London: [S.n.],1621.

MUN, Thomas. **England's treasure by forraign trade**. London: [S.n.],1664.

NOTESTEIN, Wallace, RELF *et al.* (Eds.). **Commons debates 1621**. New Haven: Yale University Press, 1935. 7 v.

ROBINSON, Henry. **England's safety, in trades encrease**. London: [S.n.],1641.

ROBINSON, Henry. **Briefe considerations, concerning the advancement of trade and navigation**. London: [S.n.],1649.

ROBINSON, Henry. **Certain proposals, in order to the people's freedom and accommodation.** London: [S.n.],1652.

SPEDDING, James. **The letters and the life of Francis Bacon**, including all his ocasional works, London: Longman, 1869. v. 5.

TAWNEY, R. H.; POWER, Eileen. **Tudor economic documents:** agriculture and industry, London: Longmans, 1924. v.1

THIRSK, Joan; COOPER, John Phillips. **Seventeenth-century economic documents**. Oxford: Clarendon, 1972.

VAUGHN, Rice. **A Discourse of coin and coinage**. London: [S.n.], 1675.

WHEELER, John. **A Treatise of commerce**. London: [S.n.], 1601.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA:

ANDERSON, M. S. **War and society in Europe of the old regime 1618-1789**. Gloucestershire: Sutton Publishing, 1998.

APPLEBY, Joyce Oldham. **Economic thought and ideology in seventeenth-century England**. Princeton: Princeton University Press, 1978.

ASHTON, Robert Deficit finance in the reign of James I, **The Economic History Review,** Utrecht, v. 10, n. 1, p. 15-29, Aug. 1957.

ASHTON, Robert. **The crown and the money market 1603-1640**. Oxford: Clarendon Press, 1960.

ASHTON, Robert. The parliamentary agitation for free trade in the opening years of the reign of James I, **Past and Present,** Kendal, v. 38, n. 1, p. 40-55, Dec.1967.

ASHTON, Robert. Jacobean free trade again, **Past and Present,** Kendal, v. 43, n. 1, p. 151-7, May. 1969.

ASHTON, Robert. **The City and the court 1603-1643**, Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

BEER, Max **Early British economics from the XIII to the middle of the XVIII century**, Great Britain: George Allen & Unwin, 1938.

BELLANY, Alastair. **The politics of court scandal in Early Modern England:** news culture and the Overbury affair, 1603-1660, Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BLITZ, Rudolph C. Mercantilist policies and the pattern of world trade, 1500-1750, **The Journal of Economic History**, New York, v. 27, n. 1, p. 39-55,Mar. 1967.

BLOCH, Marc. Le mercantilisme, un état d'esprit, **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 6, n. 26, p. 160-3, Mar. 1934.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo:** séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 3 v.

BRENNER, Y. S. The Inflation of prices in England, 1551-1650, **The Economic History Review,** Utrecht, v. 15, n. 2, p. 266-84, Dec. 1962.

BRENNER, Robert **Merchants and revolution:** commercial change, political conflict, and London's overseas traders, 1550-1653**,** London;New York: Verso, 2003.

BUCKLEY, H. Sir Thomas Gresham and the foreign exchange**, The Economic Journal**, Local, v. 34, n. 136, p. 509-601, Dec. 1924.

CHAUDHURI, Kirti N.. The East India Company and the export of treasure in the early seventeenth century, **The Economic History Review**, Utrecht, v. 16, n. 1, p. 23-38, Mês.1963.

CIPOLLA, Carlo M. **Money, prices, and civilization in the Mediterranean world**: fifth to seventeenth century, New York: Goldian Press, 1967.

COLEMAN, Donald C.. Eli Hecksher and the idea of mercantilism. In: COLEMAN, Donald C. (Ed.) **Revisions in mercantilism.** London: Methuen & Co., 1969. p. 92-117. Publicado originalmente em 1957.

COLEMAN, Donald C. **The economy of England, 1450-1750.** Oxford;New York: Oxford University Press, 1977.

COLEMAN, Donald C. Mercantilism revisited, **The Historical Journal**, Cambridge, v. 23, n. 4 p. 773-91, Dec. 1980.

COOPER, J. P. Economic regulation and the cloth industry in seventeenth-century England**, Transactions of the Royal Historical Society**, Cambridge, v. 20, n. 1, p. 73-99, 1970.

CRAIG, Sir John **The Mint:** a history of the London Mint from A.D. 287 to 1948. Cambridge: Cambridge University Press, 1953.

CRAMSIE, John. **Kingship and crown finance under James VI and I, 1603-1625.** Bury St Edmunds: Boydell Press, 2002.

CUNNINGHAM, William. **Growth of British industry and commerce in modern times**. London: Cambridge University Press, 1903. Publicado originalmente em 1882.

DAVIS, Ralph. England and the Mediterranean, 1570-1670. In: FISHER, F. J. **Essays in the economic and social history of Tudor and Stuart England**. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.

DEWAR, Mary. The memorandum 'For the understanding of the exchange': its authorship and dating, **The Economic History Review**, Utrecht, v. 17, n. 3, p. 476-87, Apr. 1965.

DEWAR, Mary (Ed.). **A discourse of the Commonweal of this realm of England:** attributed to Sir Thomas Smith. Charlottesville: University Press of Virginia, 1969.

DIETZ, Frederick C. **English public finance, 1558-1641.** New York;London: The Century Co., 1931.

EINAUDI, Luigi. The theory of imaginary money from Charlemagne to the French revolution. In: LANE, Frederic C.; RIEMERSMA, Jelle C. **Enterprise and secular change**: readings in economic history. Homewood: Richard D. Irwin, 1953. p. 229-61.

EPSTEIN, M. **The early history of the Levant Company.** London: George Routledge & Sons, 1908.

FINKELSTEIN, Andrea. **Harmony and the balance:** an intellectual history of seventeenth-century economic thought**.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

FISHER, F. J. Commercial trends and policy in sixteenth-century England**, The Economic History Review**, London, v. 10, n. 2, p. 95-117, Nov. 1940.

FISHER, F. J. London's export trade in the early seventeenth century, **The Economic History Review**, London/New York, v. 3, n. 2, p. 151-61, Dec. 1950.

FRIIS, Astrid. **Alderman Cockayne's project and the cloth trade:** the commercial policy of England in its main aspects, 1603-1625. London: Humphrey Milford;Oxford University Press., 1927.

FUSFELD, Daniel R.; ROOVER, Raymond de. On the authorship and dating of 'For the understanding of the exchange', **The Economic History Review**, s, Welwyn Garden City, v. 20, n. 1, p. 145-52, Apr. 1967.

GAUCI, Perry. Malynes [Malines, de Malines], Gerard [Garrett, Gerald] (*fl.* 1585–1641). In: OXFORD Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004a.

GAUCI, Perry. Mun, Thomas (bap. 1571, d. 1641), In: OXFORD Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004b.

GAUCI, Perry; MCCONNELL, Anita. Maddison, Sir Ralph (1574?–1656). In: OXFORD Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004.

GOULD, J. D. The Royal Mint in the early seventeenth century, **The Economic History Review**, London, v. 5, n. 2, p. 240-8, Dec. 1952.

GOULD, J. D. The trade depression of the early 1620's, **The Economic History Review**, London, v. 7, n. 1, p. 81-90, Aug. 1954.

GOULD, J. D. The trade crisis of the early 1620's and English economic thought**, Journal of Economic History**, New York, v. 15, n. 2, p. 121-33, Jun. 1955.

GRASSBY, Richard. The rate of profit in seventeenth-century England", **English Historical Review**, London, v. 84, n. 333, p. 721-51, Oct. 1969.

GRASSBY, Richard. Misselden, Edward (*fl.* 1615–1654). In: OXFORD Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **The structural transformation of the public sphere**: an inquiry into a category of bourgeois society. Cambridge, MA: MIT Press, 1991. Publicado originalmente em 1962.

HEATON, Herbert. Heckscher on mercantilism, **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 45, n. 3, p. 370-93, Jun.1937.

HECKSCHER, Eli F. **La época mercantilista.** México: Fondo de Cultura Económica, 1943. Publicado originalmente em 1931.

HECKSCHER, Eli F. Multilateralism, Baltic trade, and the mercantilists, **The Economic History Review**, London/New York, v. 3, n. 2, p. 219-28, Dec. 1950.

HECKSCHER, Eli F. Natural and money economy as illustrated from Swedish history in the sixteenth century. In: LANE, Frederic C.; RIEMERSMA, Jelle C. **Enterprise and secular change**: readings in economic history. Homewood: Richard D. Irwin, 1953. p. 206-28.

HINTON, R. W. K. **The Eastland trade and the common weal in the seventeenth century.** Cambridge: Cambridge University Press, 1959.

HOBSBAWM, Eric J. The general crisis of the European economy in the 17th century", **Past and Present**, Kendal, v. 5, n. 1, p. 33-53, May. 1954a.

HOBSBAWM, Eric J. The crisis of the seventeenth century – II, **Past and Present**, Kendal, v. 6, n. 1, p. 44-65, Nov. 1954b.

HOTCHKISS, George Burton. Introduction. In: WHEELER, John. **A treatise of commerce**. New York: New York University Press, 1931.

HUGHES, Ann. **Gangraena and the struggle for the English revolution**, London: Oxford University Press, 2004.

IRWIN, Douglas A. **Against the tide:** an intellectual history of free trade. Princeton; New Jersey: Princeton University Press, 1996.

JOHNSON, E. A. J. **Predecessors of Adam Smith:** the growth of British economic thought, New York: Augustus M. Kelley, 1965. Publicado originalmente em 1937.

JUDGES, A. V. The idea of a mercantile state. In: COLEMAN, Donald C. (Ed.) **Revisions in mercantilism**. London: Methuen & Co., 1969. p. 34-60. Publicado originalmente em 1939.

KIERNAN, Michael. Introduction. In: BACON, Francis. **The essayes or counsels, civill and morall**, New York: Oxfors University Press, 2000.

KINDLEBERGER, Charles P. The economic crisis of 1619 to 1623, **Journal of Economic History**, Cambridge, v. 51, n. 1, p. 149-75, Mar. 1991.

KINDLEBERGER, Charles P. **A financial history of Western Europe**. New York; Oxford: Oxford University Press, 1993.

LAKE, Peter; PINCUS, Steven (Eds.). **The politics of the public sphere in Early Modern England**. Manchester: Manchester University Press, 2007.

LAMBERT, Sheila. Committee, religion, and parliamentary encroachment on royal authority in Early Stuart England" **English Historical Review**, London, v. 105, n. 414, p. 60-95, Jan. 1990.

LANG, R. G. Social origins and social aspirations of Jacobean London merchants**, The Economic History Review**, Welwyn Garden City, v. 27, n. 1, p. 28-47, Feb. 1974.

LEVINE, David. Production, reproduction, and the proletarian family in England, 1500-1851. In: LEVINE, David (Ed.) **Proletarianization and family history.** Orlando: Academic Press, 1984. p. 81-127.

LINGELBACH, William E. The Merchant Adventurers at Hamburg**, American Historical Review**, New York/London, v. 9, n. 2, p. 265-87, Jan. 1904.

LIS, Catharina; SOLY, Hugo. Policing the early modern proletariat, 1450-1850. In: LEVINE, David (Ed.) **Proletarianization and family history**. Orlando: Academic Press, 1984. p. 163-228.

MAGNUSSON, Lars. **Mercantilism:** the shaping of an economic language. London; New York: Routledge, 1994.

MARSHALL, T. H. Review of 'Mercantilism', by Eli F. Heckscher, **The Economic Journal**, London/New York, v. 45, n.180, p. 716-9, Dec. 1935.

MCCULLOCH, John Ramsay. **The literature of political economy**. New York: Augustus M. Kelley, 1991. Publicado originalmente em 1845.

MCINTYRE, Ruth A. William Sanderson, Elizabethan financier of discovery**, William and Mary Quarterly**, Williamsburg, v. 13, n. 2, p. 184-201, Apr. 1956.

NEF, John U. Prices and industrial capitalism in France and England, 1540-1640. In: LANE, Frederic C.; RIEMERSMA, Jelle C. **Enterprise and secular change**: readings in economic history. Homewood: Richard D. Irwin, 1953. p. 292-321.

NEWTON, A. P. The establishment of the great farm of the English customs**, Transactions of the Royal Historical Society**, Cambridge, v. 1, n. 1, p. 129-56, 1918.

PEACEY, Jason. **Politicians and pamphleteers**: propaganda during the English Civil Wars and Interregnum, Aldershot: Ashgate, 2004.

PRESTWICH, Menna. **Cranfield, politics and profits under the Early Stuarts:** the career of Lionel Cranfield, Earl of Middlesex**;** Oxford: Clarendon Press, 1966.

PRICE, W. H. The origin of the phrase 'balance of trade', **Quarterly Journal of Economics**, Boston, v. 20, n. 1, p. 157-67, Nov. 1905.

RABB, Theodore K. Free trade and the gentry in the parliament of 1604, **Past and Present,** Kendal, v. 40, n. 1, p. 165-73, Jul. 1968.

RABB, Theodore K. **The struggle for stability in Early Modern Europe.** New York: Oxford University Press, 1975.

RAMSAY, G. D. The report of the royal commission on the clothing industry, 1640, **English Historical Review**, London, v. 57, n. 228, p. 482-93, Oct. 1942.

RAYMOND, Joad. **Pamphlets and pamphleteering in Early Modern Britain**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

RICHARDS, R. D. The evolution of paper money in England**, Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 41, n. 3, p. 361-404, May.1917.

RICHARDS, R. D. **The early history of banking in England.** London: P.S. King & Son, 1929.

RIEMERSMA, Jelle. Monetary confusion as a factor in the economic expansion of Europe (1550-165)**, Explorations in Entrepreneurial History**, Cambridge, v. 5, n. 1, p. 61-74, Oct. 1952.

ROOVER, Raymond de. What is dry exchange? A contribution to the study of English mercantilism, **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 52, n. 3, p. 250-66, Sep. 1944.

ROOVER, Raymond De. The commercial revolution of the thirteenth century. In: LANE, Frederic C.; RIEMERSMA, Jelle C. **Enterprise and secular change**: readings in economic history. Homewood: Richard D. Irwin, 1953. p. 80-5.

ROOVER, Raymond de. New interpretations of the history of banking. In: KIRSHNER, Julius (Ed.) **Business, banking, and economic thought in Late Medieval and Early Modern Europe**: selected studies of Raymond de Roover. Chicago; London: University of Chicago Press, 1974. p. 200-38.

SCHMOLLER, Gustav. **The mercantile system and its historical significance**. Fairfield: Augustus M. Kelley Publishers, 1989. Publicado originalmente em 1884.

SHARPE, Kevin **Sir Robert Cotton, 1586-1631**: history and politics in Early Modern England. London: Oxford University Press, 1979.

SHAW, William A. The monetary movements of 1600-1621 in Holland and Germany**, Transactions of the Royal Historical Society**, Cambridge, v. 9, n. 1, p. 189-213, 1895.

SHAW, William A. **Select tracts and documents illustrative of English monetary history, 1626-1730**. London: Wilsons & Milne, 1896.

SLACK, Paul. **The impact of plague in Tudor and Stuart England**. New York: Oxford University Press, 1985.

SMITH, Adam. **The wealth of nations**. New York: Random House, Inc., 1937. Publicado originalmente em 1776.

SMITH, Richard. Plagues and peoples: the long demographic cycle, 1250-1670. **I**n: SLACK, P.; WARD, R. **The peopling of Britain**: the shaping of a human landscape, New York: Oxford University Press, 2002. p. 177-216.

SPERLING, J. The international payments mechanism in the seventeenth and eighteenth centuries**, The Economic History Review**, Utrecht, v. 14, n. 3, p. 446-68, Apr. 1962.

STONE, Lawrence. Elizabethan overseas trade**, The Economic History Review**, London, v. 2, n. 1, p. 30-58, Aug. 1949.

STONE, Lawrence. **The crisis of the aristocracy, 1558-1641**. New York: Oxford University Press, 1965.

STONE, Lawrence. Social mobility in England, 1500-1700**, Past and Present**, Kendal, v. 33, n. 1, p. 16-55, Apr.1966.

SUPPLE, Barry E. Currency and commerce in early seventeenth century", **The Economic History Review**, Utrecht, v. 10, n. 2, p. 239-55, Dec. 1957.

SUPPLE, Barry E. **Commercial crisis and change in England, 1600-1642.** Cambridge: Cambridge University Press. 1964.

TAWNEY, R. H. Historical introduction. In: WILSON, Thomas. **A discourse upon usury**, London: G. Bell & Sons, 1925.

TAWNEY, R. H. **Business and politics under James I:** Lionel Cranfield as merchant and minister, Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

THIRSK, Joan. **Economic policy and projects:** the development of a consumer society in Early Modern England**.** Oxford: Clarendon, 1978.

TREVOR-ROPER, Hugh. The general crisis of the seventeenth century, **Past and Present**, Kendal, v. 16, n. 1, p. 31-64, Nov. 1959.

UNWIN, George. **Industrial organization in the sixteenth and seventeenth centuries**, London: Frank Cass & Co., 1963.

UNWIN, George. The history of the cloth industry in Suffolk. In: TAWNEY, R. H. (Ed.) **Studies in economic history**: the collected papers of George unwin. London: Frank Cass and Company, 1966a. p. 262-301.

UNWIN, George. Commerce and coinage in Shakespeare's England. In: TAWNEY, R. H. (Ed.) **Studies in economic history**: the collected papers of George unwin. London: Frank Cass and Company, 1966b. p. 302-35.

UNWIN, George. The Merchant Adventurers' Company in the reign of Elizabeth. In: TAWNEY, R. H. (Ed.) **Studies in economic history**: the collected papers of George Unwin, London: Frank Cass and Company, 1966c. pp. 133-220. Publicado originalmente em 1927.

VINER, Jacob. English theories of foreign trade before Adam Smith, **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 38, pt. 1, n. 3, p. 249-301, 1930; pt. 2, n. 4, p. 404-57, 1930.

WHITE, Stephen D. **Sir Edward Coke and "the grievances of the Commonwealth", 1621-1628**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1979.

WILLSON, David Harris. **The privy councillors in the house of commons, 1604-1629**, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1940.

WILSON, Charles. Treasure and trade balances: the mercantilist problem, **The Economic History Review,** London, v. 2, n. 2, p. 152-61, Dec. 1949..

WILSON, Charles. Treasure and trade balances: further evidence, **The Economic History Review,** London, v. 4, n. 2, p. 231-42, Dec. 1951.

WILSON, Charles. **England's apprenticeship, 1603-1763**. London: Longman, 1965.

WILSON, Charles. 'Mercantilism': some vicissitudes of an idea. In: WILSON, Charles. **Economic history and the historian:** collected essays. London: Weidenfeld and Nicolson, 1969a. p. 62-72.

WILSON, Charles. Cloth production and international competition in the seventeenth century. In: WILSON, Charles. **Economic history and the historian:** collected essays. London: Weidenfeld and Nicolson, 1969b. p. 94-113

WILSON, Charles. **The transformation of Europe, 1558-1648.** London: Weidenfeld and Nicolson, 1976.

WINCH, Donald. Economic liberalism as ideology: the Appleby version, **The Economic History Review,** Kendal, v. 38, n. 2, p. 287-97 May. 1985.

WOOD, Alfred C. **A History of the Levant Company.** London: Oxford University Press., 1935.

WRIGLEY, Edward Anthony; SCHOFIELD, Roger. **The population history of England**, **1541-1871**: a reconstruction. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

WRIGLEY, Edward Anthony. Country and town: the primary, secondary, and tertiary peopling of England in the Early Modern Period. In: SLACK, P.; WARD, R., **The peopling of Britain**: the shaping of a human landscape. New York: Oxford University Press, 2002. p. 217-42.